



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

MARILIZE RADIN FRATTINI

**ASSENTAMENTOS AGRÍCOLAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UM
OLHAR SOBRE A EXPERIÊNCIA DE CRUZEIRO-SC (1917-1967)**

CHAPECÓ 2023

MARILIZE RADIN FRATTINI

**ASSENTAMENTOS AGRÍCOLAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UM
OLHAR SOBRE A EXPERIÊNCIA DE CRUZEIRO-SC (1917-1967)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS como requisito para obtenção do título de mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. José Carlos Radin.

CHAPECÓ 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

SC-484, Km 02 - Fronteira Sul
Chapecó, SC - Brasil
Caixa Postal 181
CEP 89815-899

, Marilize Radin Frattini
ASSENTAMENTOS AGRÍCOLAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:
UM OLHAR SOBRE A EXPERIÊNCIA DE CRUZEIRO-SC (1917-1967)
/ Marilize Radin Frattini . -- 2023.
175 f.:il.

Orientador: Dr. José Carlos Radin

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História,
Chapecó, SC, 2023.

1. Assentamentos agrícolas. Colonização.
Cruzeiro/Joaçaba. Desenvolvimento.. I. , José Carlos
Radin, orient. II. Universidade Federal da Fronteira
Sul. III. Título.

MARILIZE RADIN FRATTINI

**ASSENTAMENTOS AGRÍCOLAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:
UM OLHAR SOBRE A EXPERIÊNCIA DE CRUZEIRO-SC (1917-1967)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS para obtenção do título de Mestre em História, defendido em banca examinadora em 22/05/2023.

Aprovado em: 22 de maio de 2023

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente

JOSE CARLOS RADIN

Data: 20/06/2023 13:42:25-0300

Verifique em <https://validar.jb.gov.br>

Prof. Dr. José Carlos Radin – UFFS

Prof. Dr. João Carlos Tedesco – UPF

Prof. Dr. Delmir José Valentini – UFFS

Documento assinado digitalmente



RICARDO ALBERTO SCHERMA

Data: 20/06/2023 16:33:56-0300

Verifique em <https://validar.jb.gov.br>

Prof. Dr. Nome – Ricardo Alberto Scherma

Chapecó/SC, Maio de 2023

AGRADECIMENTOS

Os méritos da conquista perpassam por todos que, durante os dois anos de estudo e pesquisa para a obtenção do título de Mestre em História, estiveram presentes apoiando e vibrando com os objetivos alcançados em cada etapa.

O ato de agradecer carrega consigo a alegria da tarefa cumprida e do sonho alcançado. Estando em uma família em que poucos tiveram a oportunidade de fazer parte da academia, a conquista extrapola o individual e alcança o coração de todos.

Agradeço meu esposo Luiz e meu filho Pedro. Vocês foram a base de sustentação para uma trajetória tranquila e sem preocupações. A possibilidade de dedicação exclusiva, a compreensão e o carinho em cada momento refletem a felicidade que hoje estou sentindo e, por isso, meu amor incondicional a vocês.

Aos meus pais Osvaldo e Albina, colonos, que em um pequeno pedaço de terra construíram uma vida que nos enche de orgulho. Vocês são a inspiração e a certeza de que nunca devemos desistir dos nossos sonhos, mesmo que os percalços e as dificuldades se apresentem. Gratidão pelo exemplo, pela força e pela convicção de que sempre podemos ser melhores.

Radin, meu orientador e tio. Pessoa que me direcionou para o caminho da pesquisa, acreditou no meu potencial e me guiou nessa grande empreitada. Hoje, tenho muito orgulho de afirmar que minha trajetória acadêmica se deve a você. A persistência em afirmar que a pesquisa nos faz romper barreiras e nos coloca em um lugar de compreensão e análise diferenciado, fez-me chegar até aqui e me inspira a ir além. Gratidão pela paciência e cuidado em cada detalhe. Que possamos seguir na conquista de novos objetivos.

Agradeço carinhosamente as minhas irmãs Mariciane e Marivalda. Vocês estiveram presentes em cada momento da conquista, mesmo quando esta parecia tão distante. Gratidão por me escutar, mesmo quando a temática em nada lhe convinha. Gratidão pela preocupação e pelas orações em cada deslocamento para Chapecó. Suas presenças foram a certeza de que eu conseguiria. Hoje, sabem que a vitória é nossa!

Gratidão à Tia Neusa, minha segunda mãe! Você é o meu porto seguro. A estada em Chapecó sempre foi confortável porque sua casa estava com as portas abertas para me receber. Nos dias de inverno, a sopa quentinha, o quarto confortável, tudo preparado para que eu não esmorecesse. Sei que o sonho também era seu! E conseguimos! Meu eterno reconhecimento a você!

Gratidão ao cunhado Leonardo, ao sobrinho Otávio e todos os demais familiares e amigos por todo incentivo. Juntos, ainda comemoraremos muitas conquistas.

Meus sinceros agradecimentos aos professores João Carlos Tedesco, Delmir José Valentini e Ricardo Alberto Scherma pelas expressivas contribuições. Neste momento, tão importante para a minha caminhada acadêmica, as suas presenças constituíram apoio e oportunidades.

Agradeço, de forma muito afetuosa, a todos os professores e colegas do Programa. As interações nos fizeram crescer e construir novos olhares para a pesquisa. Em especial, minha gratidão aos colegas, hoje amigos, Ernoy Mattiello, Fernanda Walter e Angela Sulzbach pela parceria e apoio.

Gratidão à Pamela Peters e Maieli Marcon pelo auxílio na elaboração de tabelas e gráficos.

Agradeço à Josiane Tanques pelo cuidado com a correção das produções desenvolvidas no decorrer do mestrado e principalmente com a dissertação.

Agradeço à Biblioteca Pública de Joaçaba, através de seus gestores, pelo auxílio na busca das fontes e pelas oportunidades na divulgação das pesquisas.

RESUMO

Esta dissertação objetiva mostrar que após a Guerra do Contestado e o estabelecimento do Acordo Interestadual de Limites entre Paraná e Santa Catarina, a colonização modificou a via de ocupação do território. O trabalho se propõe a compreender as implicações econômicas decorrentes desse processo no primeiro cinquentenário do município de Cruzeiro (1917-1967). A atuação das empresas colonizadoras na comercialização de terras aos colonos foi facilitada pelas políticas públicas e pela proximidade com a ferrovia São Paulo-Rio Grande. O viés assumido desencadeou um desenvolvimento baseado na pequena propriedade, gerida e trabalhada pela família. Os territórios dos assentamentos agrícolas se diferenciaram do tradicional feitiço agrário do país, historicamente dominado pelo latifúndio e, também por isso, influenciou de maneira particular a organização econômica regional. A produção agrícola, comercializada principalmente pelo modal ferroviário, possibilitou o acúmulo de capital. Evidencia que seu reinvestimento impulsionou iniciativas ligadas à indústria de máquinas agrícolas, ao ramo tritícola e frigorífico e à ampliação do comércio. A fábrica de trilhadeiras e máquinas agrícolas de Caetano Branco, o moinho de trigo de Romano Massignam e o frigorífico Pagnoncelli são exemplos que legitimam o desenvolvimento e a ampliação do parque fabril no município a partir da intersecção entre a agricultura e a inserção do colono no processo mercantil. A partir da História do Povoamento e da Agricultura, os discursos proferidos pelo poder público catarinense, os dados estatísticos e os jornais se apresentaram como as principais fontes para a realização da pesquisa. Ao observar os documentos, confirmamos que a forte presença do capital de origem local, investido em empreendimentos, dinamizou a cadeia produtiva e projetou o município regional e nacionalmente no seu primeiro cinquentenário. Ao estabelecer relações de análise, da forma como ocorreu o processo de ocupação e as transformações econômicas oriundas dos investimentos na indústria e no comércio, reverbera a importância da pesquisa histórica.

Palavras-chave: Assentamentos agrícolas. Colonização. Cruzeiro/Joaçaba. Desenvolvimento.

ABSTRACT

This dissertation aims to show that after the Contestado War and the establishment of the Interstate Boundary Agreement between Paraná and Santa Catarina, colonization modified the way the territory was occupied. The work proposes to understand the economic implications resulting from this process in the first fifty years of the city of Cruzeiro (1917-1967). The role of colonization companies in selling land to settlers was facilitated by public policies and proximity to the São Paulo-Rio Grande railway. The bias assumed triggered a development based on small family-run farms. The territories of agricultural settlements differed from the traditional agrarian structure of the country, historically dominated by large estates, and also influenced the regional economic organization in a particular way. Agricultural production, mainly marketed by rail, enabled capital accumulation. The evidence shows that its reinvestment boosted initiatives related to the agricultural machinery industry, the wheat and meatpacking industries, and the expansion of commerce. The Caetano Branco threshing and agricultural machinery factory, the Romano Massignam wheat mill, and the Pagnoncelli meatpacking plant are examples that legitimize the development and expansion of the industrial park in the city from the intersection of agriculture and the insertion of settlers in the mercantile process. From the History of Settlement and Agriculture, the speeches given by the Santa Catarina government, statistical data, and newspapers emerged as the main sources for the research. By examining the documents, we confirm that the strong presence of local capital invested in ventures energized the productive chain and projected the city regionally and nationally in its first fifty years. By establishing analytical relationships, the way the occupation process occurred and the economic transformations arising from investments in industry and commerce reverberate the importance of historical research.

Keywords: Agricultural settlements; Colonization; Cruzeiro/Joaçaba; Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Território de Cruzeiro em 1917 e os municípios emancipados em 1967	15
Figura 2 - Questão de Limites: território reivindicado por Santa.....	50
Figura 3 - Mapa Municípios de Chapecó e Cruzeiro.....	54
Figura 4- Vista da Vila de Limeira – 1919	56
Figura 5 - Vista parcial do município de Cruzeiro – 1938	57
Figura 6 - Propaganda da Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia	78
Figura 7 - Colônia Bom retiro – 1917	82
Figura 8 - “Estação” de Bom Retiro	83
Figura 9 - Planta da Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ghilardi & Cia	85
Figura 10 - Recorte da Planta: Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ghilardi & Cia....	86
Figura 11 - Propriedades do Senhor Justo Groff	94
Figura 12 - Infraestrutura fornecida pelo Serviço de Fomento à produção Vegetal Cruzeiro – 1942	110
Figura 13 - Cartograma de Transportes e Comunicação – Joaçaba 1947	113
Figura 14 - Primeira Trilhadeira produzida por Caetano Branco – 1936.....	119
Figura 15 - Trilhadeira Vencedora	121
Figura 16 - Trilhadeira Lindner	126
Figura 17 - Francisco Lindner testando a Trilhadeira Universal - novembro de 1959	128
Figura 18 - Embarque de trilhadeiras na Estação Herval	128
Figura 19 - Implementos utilizados no Campo Experimental de Cruzeiro – 1942.....	132
Figura 20 - Propaganda da Romano Massignan S.A.....	133
Figura 21 - Fábrica de caixas de madeira – Romano Massignan S.A.	134
Figura 22 - Moinho Santa Elisabet – Romano Massignan S.A.	134
Figura 23 - Moinho de farinha de Trigo da empresa Bonato S/A	136
Figura 24 - Moinho pertencente a Luiz Specht	137
Figura 25 - Assinatura do contrato de construção do silo	140
Figura 26 - “Maquete” do Silo	141
Figura 27 - Armazéns pertencentes ao silo – 2023.....	142
Figura 28 - Pavilhões destinados a V Exposição Nacional do Trigo e a I Exposição Agroindustrial de Joaçaba	143
Figura 29 - Frigorífico Confiança.....	151
Figura 30 - Trabalhadores do Frigorífico Saulle Pagnoncelli & Filhos – 1939	153
Figura 31 - Mapa com a localização dos frigoríficos (1940-1960).....	156

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Proporcionalidade da população por grupos no Brasil em 1890	34
Tabela 2- Estabelecimentos com menos de 100 hectares em 1920.....	63
Tabela 3- Estabelecimentos - Maior/Menor de 100 hectares em 1920	64
Tabela 4- Valor das Terras dos municípios – CENSO 1920.....	71
Tabela 5- Produção das principais culturas em Cruzeiro	97
Tabela 6 – Uso da terra, despesas com a preparação do solo e valor das propriedades...	99
Tabela 7 – Produção de Trigo em Santa Catarina – 1941.....	109

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Trilhadeiras fabricadas na Caetano Natal Branco, Filhos LTDA.	119
Gráfico 2 - Crescimento do Produto Interno Bruto – Joaçaba	122

SUMÁRIO

Introdução	14
1- O sul do Brasil no limiar do século XX	28
1.1 - A Região Sul no cenário nacional	28
1.2 - A questão agrária no alvorecer da República	34
1.2.1 - A Constituição republicana e a expansão da propriedade privada.....	37
1.2.2 - A privatização da terra e a fixação do elemento branco	38
1.3 - Reocupação do território meridional pela imigração	39
1.3.1 – Imigração alemã	42
1.3.2 – Imigração polonesa	43
1.3.3 – Imigração italiana.....	45
1.4 - A ferrovia e o território do Contestado.....	45
1.4.1 – Conjunções para a deflagração do conflito	47
1.4.2 – O modal ferroviário enquanto elemento dinamizador da economia.....	48
1.5 - O Acordo Interestadual de Limites e a criação do município de Cruzeiro	49
1.5.1 – As disputas pelo território contestado	51
1.5.2 – Tratativas subsequentes ao Acordo de Limites	53
1.5.3 – Emancipação política e estruturação dos assentamentos agrícolas	55
2 - Assentamentos agrícolas e reocupação do território de Cruzeiro	61
2.1 - Apropriação privada da terra.....	62
2.1.1 - Alianças entre o poder público e o setor privado.....	64
2.1.2 – Controle do banditismo como ferramenta para a reocupação	67
2.2 - Migração para as terras de Cruzeiro	68
2.2.1 – A ferrovia enquanto elemento de valorização fundiária.....	71
2.2.2 – Os empresários da colonização e a comercialização das terras.....	73
2.3 - A via de reocupação do território.....	79
2.3.1 – Mapeamento e divisão das terras de Cruzeiro.....	84
2.4 - Produção agrícola e a dinâmica econômica.....	92
2.4.1 – Projeção de Cruzeiro no cenário mercantil	96
3 – A via de reocupação do território de Cruzeiro e as implicações econômicas	101
3.1 - Estado e desenvolvimento.....	102
3.1.1 – Infraestrutura pública e dinamismo econômico	111
3.2 – Produção agrícola e a fabricação de máquinas e implementos.....	116
3.3 - A indústria moageira	130

3.4 - A indústria frigorífica.....	146
4 - Considerações Finais.....	158
5 – Referências	164
6 – Fontes	170

INTRODUÇÃO

A presente dissertação analisa as implicações econômicas decorrentes do processo de colonização no município de Cruzeiro, no seu primeiro cinquentenário, 1917-1967, abordando a via de desenvolvimento decorrente do repovoamento desse território, largamente marcada pela pequena propriedade agrícola¹ policultora, gerida e trabalhada pela família. O entendimento da via de reocupação e as transformações de ordem econômica dela decorrentes contribuirão no aprofundamento da compreensão da história regional e nacional.

O município de Cruzeiro, localizado no meio oeste catarinense, quando da emancipação em 25 de agosto de 1917, possuía uma extensão territorial de 7.680 km². Localizado na margem direita do Rio do Peixe, o território foi descrito por Alexandre Muniz de Queiroz (2016, p. 7-8), primeiramente, como “uma fronteira de terras incultas, não ainda desbravadas pelo homem civilizado”. Havia, segundo o autor, apenas os povoados de “Catanduva, Campo (Herciliópolis), Alto Veado (Peritiba), Limeira, Sertãozinho (Irani) e princípio de colonização em Rio das Pedras (Videira), Passo da Limeira (Luzerna), Rio Capinzal (Ouro) e Ipira”. Acrescenta que, onde atualmente se encontra a sede do município de Joaçaba, existiam somente algumas casas e ranchos.

Nessa perspectiva, quando nos referimos ao território da pesquisa a ser analisado, as nomenclaturas, Cruzeiro e Joaçaba, serão utilizadas respeitando a data em que ocorre a mudança de nome. A alteração advém pelo Decreto de Lei n. 238 de 1943, como observado na Figura 1. Essa modificação, no entanto, não gera maior preocupação na constituição das apreciações sobre as dinâmicas do município, pois, o espaço de pesquisa não busca delimitar especificamente os limites geográficos no decorrer do tempo, mas compreender as transformações do processo econômico a partir do avanço da colonização. Conforme Milton Santos (2020, p. 17) propõe, é pelo estudo das interações e das variáveis no curso do tempo que a sociedade entende as interdependências e a funcionalidade dos diversos elementos que

¹ Considera-se pequena propriedade os estabelecimentos rurais com áreas inferiores a quatro módulos fiscais. Um módulo fiscal é fixado para cada município, considerando, por exemplo, o tipo de exploração predominante e a renda obtida com a exploração predominante e outras existentes. No município de Joaçaba o módulo fiscal equivale a 20 hectares de terra. INCRA, 2013 Acesso em 09/11/2022. https://www.gov.br/incra/pt-br/aceso-a-informacao/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf. Em Santa Catarina 96% das propriedades rurais se encaixam no perfil de agricultura com menos de quatro módulos.

No processo de reocupação do espaço, no início do século XX, a pequena propriedade estava vinculada ao ideal da propriedade privada, concebida para a fixação de colonos já residentes em espaços parecidos no Rio Grande do Sul. Os lotes dos assentamentos apresentavam aproximadamente 24 hectares, correspondentes a uma colônia de terra.

constituem a totalidade, ou seja, o espaço. Ao remetermos as análises ao espaço de Cruzeiro, busca-se compreender a atuação das empresas colonizadoras e a efetivação de assentamentos baseados na pequena propriedade agrícola enquanto elementos transformadores que contribuíram para a estruturação de uma experiência agrária peculiar².

Figura 1 – Território de Cruzeiro em 1917 e os municípios emancipados em 1967.



Fonte: QUEIROZ, Alexandre Muniz de (org.). **Álbum comemorativo do cinquentenário do município de Joaçaba**. Joaçaba, 2 ed., [s.n.], 2016.

As implicações decorrentes do redesenho agrário no município de Cruzeiro em seu cinquentenário direcionam para a reocupação por migrantes mediada pela atuação das empresas colonizadoras, favorecidas, sobretudo, pela proximidade com a ferrovia, que dinamizou e impulsionou diversas atividades econômicas ligadas em especial ao pequeno comércio. O desenvolvimento econômico decorrente dessa produção ocorreu paralelamente ao surgimento de diversas indústrias no município. No álbum comemorativo ao Cinquentenário do município (QUEIROZ, 2016, p. 117), a indústria é descrita como “a mais desenvolvida do Oeste e das mais adiantadas do Estado”, colocando-se logo abaixo de

² Quando nos referimos à experiência agrária que procedeu em Cruzeiro a partir da colonização é importante esclarecer que a peculiaridade está centrada no viés assumido no processo de fixação em pequenas propriedades e na característica de produção, baseada principalmente na policultura e criação de animais. Esse padrão não é singular ao município, foi adotado em regiões do Sul do Brasil e Espírito Santo. Nesses locais, as políticas públicas, aliadas às especificidades topográficas se apresentaram como vértices importantes para a efetivação do projeto, distinto do modelo agroexportador latifundiário presente em grande parte do país (PRADO JR, 2014). No município, grande parte das terras disponíveis para ocupação estava localizada em espaços acidentados. Esse elemento, como prevê Milton Santos (2020) permite pensar as especificidades e os movimentos como resultantes das necessidades sociais. Por isso, segundo o autor, a evolução conjunta dos elementos do lugar com a combinação de componentes do capital e do trabalho gera um valor potencial de diferentes escalas nos espaços. É essa peculiaridade que buscamos evidenciar ao analisar o processo de reocupação do espaço de Cruzeiro.

Blumenau, Joinville e Brusque, municípios estruturados a partir da colonização com imigrantes no século XIX. Também destaca que se encontravam registradas 57 indústrias, empregando mais de 800 funcionários, o que gerava solidificação do mercado e garantia o processo de circulação de bens.

Esse cenário que envolve o município de Cruzeiro, no entanto, precisa ser compreendido num contexto mais amplo. Pretende-se evidenciar que a forma como se deu a colonização e o conseqüente crescimento econômico, na primeira metade do século XX, não correspondeu a uma simples corrente migratória. Ela é a tentativa de colocar em prática um projeto modernizador concebido pelo Estado, assumido, na prática, por empresários da colonização e formalizado pelos assentamentos de migrantes, nos quais almejavam reconstruir seu espaço enquanto proprietários agrícolas. Alfredo Bosi (1992, p. 15) destaca que, toda vez que se põe em marcha um ciclo de colonização, orchestra-se uma teia de relações de poder que abarcam os aspectos econômicos, políticos e sociais.

O limiar do século XX, no Brasil, constituiu-se num período de grandes transformações, em que o governo e a intelectualidade estruturavam elementos fundantes para a construção de uma identidade para a nação, capaz de projetar sua inserção no cenário internacional. As transformações econômicas e sociais advindas do fim da escravidão e a ruptura política que ascendeu à República direcionaram, segundo Tania Regina de Luca (1999, p. 15) ao manejo de políticas tidas como de modernização, que abarcavam os desafios de “ocupar o território”, “conquistar o sertão” e “civilizar suas populações”.

No mesmo sentido, medidas no âmbito agrário vinham sendo efetivadas desde meados do século XIX. Com a Lei de Terras nº 601, de 1850³, os domínios territoriais passariam por um processo de regularização. Essa medida legitimava os títulos já existentes e resolvia a prática do apossamento, forma de ocupar e explorar a terra, muito comum durante o Império. Para o governo, a lei facilitaria a identificação dos espaços considerados “devolutos”, os quais poderiam ser destinados à comercialização.

A concepção de propriedade privada da terra fez-se sentir de forma ainda mais intensa quando, em 1891, pela Constituição Republicana, o governo repassou aos estados a

³ Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850, dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros. Fica autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira [...]. BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. fl. 57. Livro 1º do Actos Legislativos. Secretaria d'Estado dos Negócios do Império. Outubro de 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM601.htm. Acesso em: 20/05/2022.

prerrogativa de legislar sobre as terras devolutas. No *Artigo 64* da Constituição ficou assim definido:

Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais.

Parágrafo único - Os próprios nacionais, que não forem necessários para o serviço da União, passarão ao domínio dos Estados, em cujo território estiverem situados (BRASIL, 1891).

Com uma política de terras já definida na esfera federal, em Santa Catarina, o Partido Republicano passou a atuar, segundo Paulo Pinheiro Machado (2012, p. 121-122), em duas “frentes”: na regularização definitiva das antigas posses e na venda de terras públicas para estímulo da pecuária e da lavoura. Para o autor, os governantes entendiam a política agrária como uma prática pela qual Santa Catarina precisava preencher os grandes “vazios demográficos” e desenvolver uma agricultura comercial. A atuação de empresas de comercialização facilitaria a ocupação das áreas por grupos específicos.

O aumento da população rural significava, para o governo catarinense, a possibilidade de impulsionar o uso econômico do território. A superação de um passado visto como atrasado e constituído por práticas de subsistência das populações nativas cederia espaço aos grupos de imigrantes e descendentes. Esses, estabelecidos na nova fronteira agrícola, constituiriam um viés de desenvolvimento distinto dos grandes latifúndios. Os assentamentos de colonos⁴, base da agricultura em escala familiar, ocupariam as áreas de matas e vales, com terras disponíveis e férteis. O desenvolvimento, na nova fronteira, seria estruturado a partir de características econômicas e sociais carregadas por esses grupos.

Nessa perspectiva, é importante destacar a análise de Cristina de Moraes (2018, p. 31) quando enfatiza que

a postura do Estado e a forma com que os núcleos coloniais foram implantados implicam que os processos e os sujeitos antecedentes a isso não são vistos como partes dessa formação territorial e social. Foram transformados em elementos exóticos, silenciados e mesmo inexistentes.

Nas apreciações que se constituem é pertinente atentar ao fato de que a fase anterior não pode ser ignorada, nem sequer seus elementos vistos como exóticos. Pelo fato de a

⁴ A categoria “colono” é utilizada na dissertação de forma genérica e não contempla uma identidade precisa, ignorando as diferenças no interior dos grupos denominados por esse termo. De maneira geral, busca-se identificar os pequenos agricultores que migraram para Cruzeiro e reocuparam os espaços a partir da pequena propriedade agrícola. Segundo Paulo Zarth (2009, p. 224), o que melhor expressa sua característica é o modo de vida, a forma de produzir e a sua inserção no mundo capitalista, replicadas na nova fronteira ocupada.

pesquisa centrar-se a partir da colonização, empreendida no início do século XX, os sujeitos já estabelecidos e o seu modo de vida, não serão objeto direto de investigação no processo da formação territorial regional.

Em geral, os caboclos e os indígenas eram vistos como empecilhos aos projetos propostos pelo governo e pelas empresas colonizadoras, como se observa, por exemplo, no discurso proferido ao Congresso Representativo pelo então Governador Coronel Vidal de Oliveira Ramos, em 1914 (SANTA CASTARINA⁵, 1914, p. 06), ao justificar as condutas de resistência, por parte dos “habitantes dos nossos sertões”, à ocupação das terras pelos colonos e também a sua forma de “ocupar e cultivar”, originadas da condição de “ignorância e analfabetismo” em que vivem os “infelizes sertanejos”.

Nesse cenário, a propriedade da terra se constituía em elemento de diferenciação social. As grandes extensões, sob o controle do domínio privado, agravavam a situação dos grupos estabelecidos, resultando no engendramento de estratégias, por parte desses, para permanecer nas terras que consideravam suas.

Em que pese as alianças entre as empresas colonizadoras e o Estado catarinense no processo de comercialização das terras e a fixação dos colonos, Cristina Dallanora (2020, p. 57-58) pontua que a colonização não foi nem de longe um processo pacífico e sem conflitos. A expedição de títulos de propriedade intensificava a expropriação dos habitantes da região⁶ que, na tentativa de manter seus domínios, organizavam levantes como, por exemplo, os que ocorreram no município de Cruzeiro em 1921, voltados para o impedimento da demarcação das terras.

As reproduções idealizadas sobre a colonização justificam a marginalização dos habitantes do território. As representações acerca do colonizador são envoltas em um conceito de enobrecimento. Um conjunto de feições ancoradas no modo de vida e trabalho, almejados pelo Estado, enquanto propulsores da “civilização e do progresso”. Aos habitantes que residiam no território cabiam representações minoritárias.

⁵ As exposições, assim identificadas, no decorrer da dissertação, fazem referência ao discurso proferido anualmente pelo executivo catarinense ao Congresso Representativo. Inclui descrições sobre temas variados, de relevância para o Estado. A publicação impressa teve início em 1835 estendendo-se até a atualidade. O acesso aos documentos pode ser feito pelo site <http://ddsnext.crl.edu/titles/189/items>

⁶ Segundo Paulo Zarth (2021, p. 150), esses grupos são reconhecidos na história do Brasil por diversas denominações com base em critérios étnicos e culturais ou condições sociais: caboclo, caipira, pequeno lavrador, homem livre pobre, sitiante, pequeno posseiro, entre outros. Luiz Fernando Ferrari (2022, p. 207) ao analisar os conflitos agrários no Oeste de SC também identifica a utilização do termo “intruso” referindo-se aos habitantes que ocupavam as terras de forma ilegítima. Uma das principais características dessa população, do ponto de vista historiográfico, é que sua existência está balizada em oposição aos colonizadores.

Ao expor as relações entre colonizadores e colonizados, Albert Memmi evidencia que a superioridade dos “pioneiros” ocorre a partir do menosprezo e rebaixamento dos colonizados.

Nada poderia legitimar melhor o privilégio do colonizador que seu trabalho, nada poderia justificar melhor o desvalimento do colonizado do que sua ociosidade. O retrato mítico do colonizado conterà então uma inacreditável preguiça. O do colonizador o gosto virtuoso da ação. (MEMMI, 2007, p. 117)

De certa forma, a construção da ideia de preeminência do grupo representado pelos migrantes, que reocuparam o espaço de Cruzeiro, reforça o que Arlene Renk (2006, p. 114) menciona ser o “olhar etnocêntrico do colonizador” e que Claiton Silva e Monica Hass (2017, p. 343-348) identificam como um ideário de trabalho e desenvolvimento em contraponto aos valores locais de subsistência dos grupos estabelecidos.

Por esse entendimento, o ideal de progresso foi apropriado como uma ferramenta para a organização de uma determinada ideia de futuro, na qual as populações conhecidas como “tradicionais”, reguladas pela vida rudimentar através da criação de animais soltos, uso coletivo da terra e desprendimento ao acúmulo de capital, foram estigmatizadas e alijadas do processo⁷.

Reconhece-se que os grupos envolvidos possuíam visões e interesses distintos do processo de colonização e do tipo de sociedade que foi sendo construído e reconstruído. De acordo com José Carlos Radin (2009, p. 21), o entendimento do Estado e dos grupos detentores do poder econômico foi se impondo. A representação do que se entendia como a forma correta de expandir o “projeto civilizador” no município de Cruzeiro foi fundamentada na expansão da pequena propriedade agrícola.

Em suas pesquisas sobre as zonas pioneiras do Brasil, na década de 1940, ao tratar das transformações das paisagens, Léo Waibel enfatiza que os “sertões” meridionais tornaram-se acessíveis a partir da colonização por imigrantes e migrantes de descendência europeia. Não sendo, nem o criador de gado dos campos, nem as populações nativas os grupos responsáveis por direcionar a região ao progresso almejado nas esferas federais e estaduais. Referindo-se ao Vale do Rio do Peixe, onde está inserido o município de Cruzeiro, o geógrafo destaca que

⁷ A categoria de progresso, nessa perspectiva, é reputada enquanto mobilidade e transformação na natureza e na natureza humana. As mudanças econômicas, técnicas e tecnológicas que surgem na experiência moderna deveriam encerrar também o melhoramento biológico, moral e intelectual dos indivíduos. O termo progresso passa a ser empregado pelo governo, elite e intelectualidade como parâmetro para qualificar o grau de civilidade dos homens que vivem ou são almejados em uma “sociedade capitalista civilizada”.

a estrada de ferro atraiu magneticamente grande número de colonos descendentes de alemães e de italianos do estado Rio grande do Sul, facultando-lhes ainda a possibilidade de exportar os seus produtos, principalmente porcos e alfafa para São Paulo, que ficava a uma distância de 1000 quilômetros (WAIBEL, 1955, p. 403) .

Dessa forma, a finalização do trecho catarinense da ferrovia, em 1910, ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul e a definição do acordo de limites de 1916, os “territórios devolutos” foram gradativamente destinados à ocupação e à exploração agrária por migrantes colonos. Nesse conjunto de circunstâncias, o Estado facilitou às empresas colonizadoras o controle sobre grandes áreas de terras, as quais passaram a ser comercializadas em pequenos lotes agrícolas. Na década de 1940, coube ao Estado o instauração de políticas de infraestrutura para o desenvolvimento econômico da região, em ascensão. Essas políticas são percebidas, no município, com a implantação do Campo Experimental de Sementes e a definição do Cartograma de Transportes e Comunicação. Esses projetos viabilizariam a produção e a comercialização dos cereais e possibilitariam a manutenção da política de reocupação e modernização do território.

As condutas assumidas pelo Estado influenciaram diretamente no processo de demarcação e ocupação do território do município de Cruzeiro, condicionando tanto a forma de reocupação quanto o seu uso econômico. Esse projeto concebido pelo poder público, e posto em prática pelas empresas colonizadoras, originou um ambiente com características tidas por eles como progressistas; formando assentamentos agrícolas, replicando as experiências culturais, sociais e econômicas das colônias de origem.

O modelo econômico assumido na região de Cruzeiro, constituído de pequenas propriedades, demonstrou grandes possibilidades de desenvolvimento. A articulação entre a produção agrícola e a comercialização pelo modal ferroviário apresentou amplo dinamismo. A estruturação produtiva, incluindo mudanças técnicas, principalmente a partir da década de 1940, aumentou o nível de especialização dos colonos e ocasionou um acúmulo de capital a ser gradativamente reinvestido nos setores comerciais e industriais. A trajetória de desenvolvimento, no entanto, não se manifestou de forma unânime e, indiretamente, ocasionou a fragilização econômica por parte de grupos de colonos não inseridos diretamente na dinâmica mercantil.

As vulnerabilidades e contradições inerentes ao incremento econômico nos assentamentos foram capazes de instituir tensões e o próprio desenvolvimento desigual. Todavia, por não se apresentarem como elemento direto na compreensão das implicações econômicas ocorridas no município, essas percepções acompanharão o debate de forma

indireta. Os fundamentos observados para o crescimento econômico focaram, sobretudo na formação do capital comercial e sua metamorfose em capital industrial.

Ao olhar para o município de Cruzeiro a partir dessa perspectiva, é importante perceber que a fronteira não se resume apenas ao espaço geográfico, mas sim, às diferentes culturas e visões de mundo que ocorrem no interior dessa estrutura. Corresponde à ação do humano no processo capital, mas também agrega às dinâmicas sociais em situações de vida diversas (MARTINS, 2009, p. 27-28). Para Milton Santos, o espaço está em evolução permanente, resultado de fatores internos e externos.

Uma nova estrada, a chegada de novos capitais ou a imposição de novas regras (preço, moeda, impostos etc.) levam a mudanças espaciais, [...] do mesmo modo que a realidade social também resulta da interação entre as estruturas evoluindo para a totalidade do espaço (SANTOS, 2020, p. 28).

Entender o cenário, em que todas essas experiências dialogam, é fundamental para o desenvolvimento e compreensão da temática, pois, como remete Marc Bloch (2001, p. 60) “nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento”. Deste modo, a investigação se torna relevante no tocante à análise do passado como geradora de subsídios para a compreensão da via de desenvolvimento econômico, no tempo presente, e como aporte para a identificação de fragilidades que demandam de observações e estudos específicos.

Quando consideradas as características predominantes da conquista do território brasileiro, amplamente marcadas pelo latifúndio, do ponto de vista social e agrário, são importantes as experiências que ocorreram nos assentamentos agrícolas no Sul. Caio Prado Jr. (2014, p. 79) salienta que “a economia agrária brasileira não se constitui na base da produção individual ou familiar e da ocupação parcelária⁸ da terra, como na Europa”, defende que se estruturou na grande exploração agrária voltada para o mercado. Para o autor, a formação histórica brasileira, a partir da colonização, direcionou para a concentração fundiária e o afastamento da população ao acesso livre a terra, o que impossibilitou a formação desses traços no campo brasileiro.

Esses escólios facilitam o entendimento de como ocorreu o experimento produzido no Sul do Brasil, em unidades produtivas familiares inferiores a 40 hectares⁹. Essas propriedades

⁸ Comum na sociedade feudal europeia, a produção parcelária, embora recebesse denominações locais diferenciadas, correspondia a um modelo agrícola doméstico, fechado e autossuficiente (INSTITUTO DAS HUMANIDADES).

⁹ Nos censos agropecuários, a medida de referência estabelecida, corresponde a 40 hectares (propriedades maiores ou menores), no entanto, em vários estudos identificamos que os lotes ocupados pelos imigrantes e seus

traziam como propósito principal a subsistência, mas com direcionamento do excedente ao mercado. A conjectura gerou o que Luiz Alberto De Boni e Rovílio Costa (2011, p. 169) caracterizam como uma “cosmovisão rural”. A produção em torno das necessidades típicas dessas áreas, ao longo das primeiras décadas da colonização, criou um cenário de capitalização. Sobretudo os comerciantes, compuseram um acúmulo de capital suficientemente capaz de ser reinvestido. Nessa conjuntura surgem as primeiras indústrias de maquinário, atreladas à produção agrícola nas pequenas propriedades.

Esse entendimento e tais constatações reforçam o interesse de se refletir com maior profundidade sobre as dinâmicas constituídas a partir da experiência agrária desses assentamentos. A razão reside na gênese do processo de ocupação que se apresentou de forma muito distinta das imensas áreas do restante do país. O caráter latifundiário que prevaleceu no Brasil desde o início da colonização destoa do viés de pequena propriedade familiar, com foco na policultura de subsistência¹⁰. O viés de ocupação do território, a partir de meados do século XX, contribuiu para o desencadeamento de uma geoeconomia. Favorecidos pela ferrovia, comerciantes e industriais, então estabelecidos, dinamizaram as relações de produção e comercialização. Os impactos oriundos desse processo favoreceram a fixação de grandes parcelas de migrantes e o desenvolvimento econômico do município pela indústria.

É importante salientar que nos núcleos que se formavam, dadas as suas características, foram viabilizados pelas colonizadoras ou implementados por particulares, moinhos, casas de comércio, ferrarias, marcenarias, abatedouros, entre outros tantos negócios que atendiam as necessidades das populações fixadas. Nesse sentido, a significativa produção agrícola e pecuária, igualmente possibilitou, segundo Rogério Bilibio (2004, p. 40), o surgimento de várias indústrias ligadas ao setor, especialmente moageira, de máquinas e implementos agrícolas e a frigorífica. Essas particularidades concretizam o ideal de progresso e instituem o surgimento de uma nova hierarquia social, dos pequenos proprietários, constituída à margem dos latifúndios, mas capaz de alavancar a economia do município, regional e nacionalmente.

Na mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 1919, pelo governador em exercício, Hercílio Luz, o entendimento de que as novas terras constituiriam um espaço de grandes possibilidades para o crescimento econômico do Estado ficou evidente quando

descendentes eram, em sua grande maioria, inferiores a 30 hectares. Ver: José Carlos Radin, Vania Beatriz Merlotti Heredia e Maria Luiza Renaux Hering.

¹⁰ Mesmo que se tenha convencionado nominar o viés de produção dos colonos estabelecidos em pequenas propriedades policultoras, como de subsistência, é pertinente atentar para a dinâmica que movimentava as relações nessas propriedades. A proximidade com a ferrovia e as práticas comerciais replicadas na nova fronteira inseria o colono no sistema capitalista mercantil.

descreve que Chapecó, Mafra, Porto União e Cruzeiro, mesmo que prejudicados pelos embargos do Acordo Interestadual de Limites, constituem uma

região prodigiosamente feraz, onde as intensas riquezas ansiosamente aguardam o contingente humano, o concurso de uma população mais densa está indeclinavelmente destinado, não muito remotamente, a fruir dos mesmos benefícios que levaram o Estado de Santa Catarina a uma prosperidade [...] (SANTA CATARINA, 1919, p. 10).

Enquanto ao Governo Catarinense a ocupação elucidava amplas perspectivas de progresso, a nova fronteira agrícola se apresentava aos colonos como uma alternativa à grande densidade demográfica dos assentamentos de imigrantes do Rio Grande do Sul. Através de uma intensa publicidade, os empresários da colonização exibiam as terras como sendo o espaço para a reconstrução. Enfatizando a prosperidade que a pequena propriedade traria, a estratégia das empresas se tornou uma das ferramentas mais eficazes e direcionou para a região de Cruzeiro grandes massas de migrantes em busca da possibilidade de vencerem como pequenos agricultores.

Os escopos amalgamados na experiência da pequena propriedade agrícola familiar estão diretamente ligados ao fato dos assentamentos se apresentarem como uma estratégia pública, na qual o Estado direcionou às empresas colonizadoras a responsabilidade de ocupação, bem como se eximiu de diversas responsabilidades relacionadas à infraestrutura e à assistência social aos grupos que passaram a se fixar.

Em relação aos contratos entre o Estado e as empresas colonizadoras, eram apresentados ao Congresso Representativo nas mensagens anuais como sendo uma das grandes alternativas para o sucesso do “projeto modernizador” nos “sertões”. Na mensagem de 1921, o governador em exercício, Hercílio Luz, declara que as

terras devolutas têm se tornado a principal espécie com que se pagam as despesas das estradas abertas, sendo ainda assegurado o aproveitamento imediato dessas terras incultas, pois os concessionários ficam obrigados a colonizá-las dentro de um prazo sob pena de devolvê-las ao Estado sem indenização de qualquer espécie (SANTA CATARINA, 1921, p. 37).

Da mesma forma, é fundamental evidenciar que a construção de um discurso de “desenvolvimento” e “progresso” a partir da atuação das empresas colonizadoras, foi eficaz para o deslocamento dos colonos para a região. A iniciativa resultou em um significativo crescente demográfico no município de Cruzeiro no período que se seguiu a sua emancipação. As análises reverberam a importância das empresas de colonização na estruturação dos assentamentos e no direcionamento desses grupos para a fronteira em questão.

Esses aspectos reforçam a relevância social e acadêmica da pesquisa. Entende-se importante refletir sobre as características e dinâmicas do sistema produtivo de tais assentamentos. É proeminente, também, compreender o papel do Estado neste processo. Quais as políticas públicas que foram consideradas viáveis para o desenvolvimento econômico pela produção agrícola? Assim, as experiências relacionadas às pequenas propriedades e o viés de desenvolvimento baseado na produção agrícola, que objetivam essa análise, fundamentam a investigação. Cruzeiro se diferenciou não apenas no aspecto agrário, mas também influenciou o desenvolvimento socioeconômico, a partir de uma dinâmica de produção e de circulação dos produtos.

As reflexões até aqui desenvolvidas dão suporte à construção do olhar da pesquisadora. É por meio do uso das fontes que expressamos a nossa função enquanto historiadores. Resgatando e cruzando as evidências damos sentido ao passado não apenas como lembrança, mas atribuímos identidade e consagramos os elementos pelos quais os indivíduos se viram pertencentes em um determinado espaço temporal. Para Eric Hobsbawm (1996, p. 14), aqueles que escrevem somente a história do seu próprio tempo não podem entender o passado e aquilo que veio dele, e podem, inclusive, falsificar o passado e o presente, mesmo sem a intenção de fazê-lo. Para estudar o presente, deve-se conhecer o passado e se distanciar dele não pelo tempo, mas pela ética.

Os estudos acerca da compreensão do processo de ocupação do Sul do Brasil no período final do século XIX e alvorecer do século XX, foram estruturados através de análises de produções já existentes. Respaldam o período em que os ideais de modernização direcionavam as políticas públicas e conseqüentemente estruturaram propostas de ocupação dos espaços considerados “vazios”. Com a presença de imigrantes nas colônias do Rio Grande do Sul e posteriormente seus descendentes na nova fronteira agrícola, como no caso, o município de Cruzeiro, novos núcleos de colonização foram se estabelecendo.

Estes estudos fundamentaram a concepção de que a reocupação do espaço meridional pela imigração foi articulada seguindo ensejos pré-definidos. Concretizaram políticas de governo, definiram fronteiras interestaduais e confrontaram modos de vida e de produção. Constituíram-se como um novo viés de compreensão econômica, com base no mercado. Desejava-se que o modo de vida das populações nativas, ancorado na subsistência, fosse suplantado.

Quanto às fontes da pesquisa, destacamos o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina que contribuiu com o fornecimento de dados, para compreender como se estruturavam as narrativas no que tange o processo de ocupação das terras e o

desenvolvimento da região no período entre 1917-1967. Os recenseamentos do IBGE¹¹ se apresentaram como aportes de grande relevância para a construção das análises referentes às transformações ocorridas a partir da reocupação do espaço de Cruzeiro e os reinvestimentos do capital no município. Para a pesquisa as análises ficaram centradas nos levantamentos populacionais, agrários, comerciais e industriais. Foram considerados os relatórios estatísticos no período de 1920 até 1960.

As mensagens enviadas anualmente pelo Governador do Estado ao Congresso Representativo representaram fontes diretas, indispensáveis, para conceber o modo com que o poder executivo delineava as políticas públicas para a região de Cruzeiro. As mensagens averiguadas correspondem ao período de abrangência da pesquisa.

As questões ligadas à criação do município de Cruzeiro, o processo de reocupação do território e as implicações decorrentes da nova dinâmica também foram observadas a partir das concepções jornalísticas. Essas análises também forneceram subsídios para compreender que o surgimento das indústrias no município esteve diretamente atrelado à ampliação da produção agrícola e o comércio, favorecidos pelo modal ferroviário.

A imprensa local, regional e nacional se utilizava da palavra impressa para dar forma aos eventos que registrava e foi de extrema importância para esclarecer as nuances que permeavam a maneira pela qual ocorreu o acúmulo de capital a ser reinvestido pelos empreendedores. Sobre o uso do jornal como fonte, Jeremy Popkin (1996, p. 219-220) evidencia que ele carrega as características do jornalista que o estrutura e serve aos objetivos dos grupos que definem o método de representação, no entanto, a imprensa também se interpunha entre os cidadãos e seus representantes, oferecendo reproduções alternativas.

Tendo em mente as colocações de Jeremy Popkin, a observação jornalística preocupou-se em observar as configurações momentâneas retratadas, mas com a persuasão de que estas representavam interesses e grupos. Os jornais considerados de maior relevância no fornecimento de informações foram: A Tarde de Curitiba, Staffetta Riograndense/Correio Riograndense de Caxias do Sul e Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro. De Florianópolis, os títulos: Diário da Tarde, A Gazeta, O Estado, O Dia e A República. No município de Cruzeiro, os periódicos A Tribuna, Cruzeiro do Sul e Diário de Notícias se apresentaram como importantes fontes para compreender como a imprensa retratava o processo de ocupação e desenvolvimento na região de Cruzeiro.

¹¹ É importante esclarecer que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE foi criado em 1934 e posto em prática em 1936. Até a data os recenseamentos eram coordenados pela Diretoria Geral de Estatística, órgão ligado ao Ministério da Agricultura Indústria e Comércio.

Esta dissertação se divide em três capítulos. O primeiro descreve o Brasil do início do século XX. Mostra como o ideal da nação estava imbricado em dar sentido de conjunto ao país, inculcar no seu povo a consciência do próprio valor, estabelecendo uma nova "corrente de ideias e pensamentos" (DE LUCA, 1999, p. 44). Enfatizam-se as análises acerca dos meios de ação instituídos pela República, emergente instituição que se considerava capaz de colocar o país no rumo certo, projetando-o no cenário capitalista internacional. Para tal, com a ocupação dos grandes vazios demográficos regionais e sua modernização, pretendia-se consolidar a colonização do Sul do Brasil pela imigração.

A resolução das disputas no território contestado entre os estados do Paraná e Santa Catarina criou as condições para a definição de políticas de colonização engendradas pelo governo e postas em prática pelas empresas colonizadoras. O município de Cruzeiro, favorecido pela proximidade com a ferrovia, recebeu um grande contingente de migrantes que, no intuito de "civilizar", confrontou com dinâmicas ambivalentes dos grupos já estabelecidos.

Nessa perspectiva, o segundo capítulo trata da ação das empresas colonizadoras no processo de reocupação do território de Cruzeiro. Visa, sobretudo, compreender como se estruturou a dinâmica econômica e a capacidade operativa na pequena propriedade agrícola, concebida em regiões de vales e montanhas, gerida e trabalhada pela unidade familiar em contraponto ao modelo agroexportador latifundiário. Buscou-se demonstrar que a produção camponesa através da policultura e da criação de animais cunhou as bases para a formação do capital comercial a ser reinvestido. Valendo-se de políticas de incentivo criadas nas esferas governamentais, constituiu-se no município uma experiência peculiar, vislumbrada com maior veemência apenas nos estados do Sul do Brasil e no Espírito Santo.

A divisão em pequenos lotes agrícolas replicou a experiência dos assentamentos de imigrantes do sul do Brasil. Apresentou-se como uma estratégia pública na qual as colonizadoras condicionaram a ocupação a grupos específicos. Idealizados como ordeiros, civilizados e propulsores da modernização na região, os grupos de migrantes que se fixaram nos novos assentamentos agrícolas desenvolveram práticas mercantis que ocasionaram um acúmulo mínimo de capital possibilitando o reinvestimento na indústria.

O terceiro capítulo se ocupa da compreensão das transformações socioeconômicas estabelecidas com a reocupação do território de Cruzeiro. Aponta que o sonho de enriquecer e ser dono das próprias terras trouxe, para a região, muitas pessoas que, ao impulsionarem a colonização pela pequena agricultura, desenvolveram práticas comerciais. Tal aspecto permitiu o acúmulo e conseqüente reinvestimento do capital, viabilizando o gradativo

surgimento de casas de comércio, com variedade de produtos, cuja circulação era facilitada principalmente pela sua proximidade com a ferrovia. As análises construídas no terceiro capítulo possibilitam perceber como houve uma intersecção entre a produção de excedentes provenientes da agricultura familiar e o desenvolvimento socioeconômico do município. As indústrias que se constituíram, sobretudo pelo capital local, estavam diretamente ligadas ao setor agrícola. A produção industrial de máquinas e implementos agrícolas, o processamento do trigo e os investimentos em frigoríficos, foram responsáveis por grandes transformações que alavancaram o município e a região.

No processo da formação econômica de Cruzeiro muito ainda merece ser analisado, sobretudo no que concerne a vulnerabilidade do sistema local, que resultou na estagnação econômica a partir da década de 1960. No entanto, a questão mais relevante desse processo histórico, analisada e apresentada, está fundamentada na consolidação de uma economia estruturada a partir de um viés familiar em pequena propriedade. Esse viés de ocupação e desenvolvimento direcionou o município, em seu primeiro cinquentenário, a uma posição de destaque na economia regional e nacional.

1- O sul do Brasil no limiar do século XX

O capítulo versa sobre a ocupação do território sul brasileiro, no período em que ascende a República, bem como, aborda as proposições e transformações que autoridades e intelectuais almejavam para a construção de um país moderno. Aponta os desafios que se colocavam acerca da reocupação do território meridional a partir do elemento branco, justificando o projeto baseado na presença de imigrantes e seus descendentes, como uma forma de “expandir a civilização para a fronteira”. Para tal, destaca-se o papel desempenhado pelas empresas colonizadoras no tocante da reocupação dos espaços sulinos, na perspectiva de perceber os assentamentos agrícolas enquanto empreendimento viabilizado também por políticas públicas. Essa formatação constituída de pequenas propriedades agrícolas favorecerá a compreensão em relação às transformações socioeconômicas ocorridas no município. Foram delineadas as dinâmicas constituídas após a construção da ferrovia em 1910, do Acordo de Limites interestaduais em 1916 e da criação do município em 1917.

As constituições reverberam o panorama vivenciado pelo Brasil no limiar do século XX. No território que compreende o município de Cruzeiro, bem como o sul do Brasil, esse foi o período de grandes mudanças econômicas. Estas rupturas advindas da crise do trabalho escravo/ fim da escravidão e o início da República favoreceram o surgimento de políticas de modernização que foram capazes de projetar a sua inserção no contexto internacional.

O Brasil era tido como um país “agrícola” e, nessa perspectiva, conjeturava a necessidade de ampliar a apropriação efetiva da terra. Assim, seguindo o que se considerava exitoso na Argentina com o Programa Alberdi, o Brasil buscava transfigurar a “barbárie” e alcançar a “civilização” através da inserção em larga escala do elemento branco. Como aponta Tania de Luca (1999, p. 192-194), o estímulo à introdução de grandes levas de imigrantes era compreendido pela intelectualidade como poderoso fator de progresso e que elevaria a nação ao status desejado. O processo de construção da nação abarcava, dessa forma, os desafios de “ocupar o território”, “conquistar o sertão” e “civilizar suas populações”, sendo que a engenhosa solução tomaria a dianteira no enfrentamento dessas questões nacionais.

1.1- A região Sul no cenário nacional

Historicamente, o território do Sul do Brasil, com climas e paisagens distintas do restante do país, não seguiu os mesmos padrões de exploração no transcorrer da colonização

portuguesa. Tais contendas são claramente manifestas ao longo do processo de apropriação privada da terra, em um contexto de crescimento das áreas agricultáveis. A preocupação fundamentava-se em garantir o domínio, a partir da defesa das fronteiras.

Mesmo após a emancipação política do Brasil, em 1822, a intensificação das diversas frentes de expansão para o interior objetivava o domínio territorial a partir da fixação populacional. Esses tentames visavam resolver os inúmeros problemas fronteiriços herdados ainda do período colonial. A unidade territorial foi colocada como um desafio para a consolidação do Império. Experiências com os assentamentos de imigrantes foram, dessa forma, primordiais para a efetivação do projeto. No ano de 1824, grupos de alemães passaram a ser inseridos no Rio Grande do Sul, seguidos de italianos e poloneses, a partir do último quartel do século.

No limiar do século XX, a campanha modernizadora pensada pela intelectualidade visava à ocupação dos espaços considerados “sertões”, demograficamente “vazios” da região Sul, com imigrantes. De modo genérico, segundo José Carlos Radin (2022, p.22-23), tal perspectiva serviu de justificativa e permeou o processo de expansão para o interior, expressa pela ideia de progresso. Fazendo a terra produzir, os interesses de mercado que moviam tal conquista seriam atendidos.

Contudo, as políticas que decorriam da Lei de Terras de 1850, destinadas à regularização e à comercialização, encontravam empecilhos no território contestado entre os estados do Paraná e Santa Catarina. Somente após a resolução dos litígios entre os dois estados, em 1916, intensificou-se o deslocamento de migrantes para a região, assim como para o sudoeste paranaense. Efetivando o domínio sobre as terras “incultas”, alijaram do processo os grupos já estabelecidos no território. Nesse cenário, segundo José Carlos Radin (2009, p. 75-78), os projetos de colonização, terceirizados pelo Estado ao setor privado, serão considerados os pilares para a fixação de pessoas no território, dando contornos e legitimando a propriedade da terra.

A constituição de laços de pertencimento, capazes de difundir um sentimento de brasilidade e que abarcassem todos os espaços da nação, assumiu um caráter de urgência. Referindo-se a essas necessidades, Tania de Luca (1999, p. 33), identifica que o credenciamento, para a tarefa de agregar todos os cidadãos em torno da nação, proviria de uma suposta qualificação para desvendar as regras de funcionamento do social e desse modo formular, a partir de dados e critérios objetivos, políticas de ação. Para os grupos envolvidos na elaboração dessas perspectivas, afinadas ao projeto capitalista, tal direito sempre lhes

pareceu algo evidente, que dispensava qualquer tentativa de justificação, o que sujeitava o processo modernizador ao ideal proposto pela intelectualidade e pelas autoridades.

A compreensão de Brasil apresentada por Vidal de Oliveira Ramos, ao repassar o cargo de governador ao então Presidente do Congresso Representativo catarinense João de Oliveira Pinho, em 1914, ilustra a ideia de nação que carecia ser superada em consonância ao desejo de instituir um país afinado com os propósitos de expansão imperialista.

País novo e despovoado, o Brasil só na imigração terá o fator essencial ao seu progresso econômico. Sem o braço alienígena, um país como o nosso, de população rarefeita e de uma extensão territorial que equivale a 16 vezes a França e 289 vezes a Bélgica, não pode entrar no combate pacífico de que falava Waldec Rousseau, em que a vitória depende do progresso da economia e da superioridade na produção e em que as nações disputam mercados e não províncias. (SANTA CATARINA, 1914, p. 06).

A preocupação exposta na mensagem corrobora com as inquietações que figuravam no contexto nacional do início do século XX. No entender da intelectualidade brasileira, uma nova hierarquia social deveria ser constituída a fim de derrubar o estigma de atraso, ocupar os “vazios” e estabelecer uma melhor contribuição na tarefa de construir a nação.

Os grupos responsáveis por inserir o país nessa nova configuração ponderavam sobre a necessidade imprescindível de modificar o quadro social. Indiretamente, a governança catarinense e a nacional apontavam que a “falta de organização”, disciplina e tenacidade de um país imenso, com enormes áreas desertas, habitado por uma população “escassa” sendo a maioria esmagadora analfabeta e “desprovida de civismo”, não atingiria o progresso.

É importante destacar que a composição populacional do Brasil, até 1870, segundo Sergio Odilon Nadalin (*apud* Cristina de Moraes, 2018, p. 88), correspondia a 10.145 milhões de pessoas e distribuía-se em negros (submetidos ao trabalho escravo), miscigenados (alocados em diferentes organizações socioespaciais), remanescentes indígenas e brancos (cujo contingente elevou-se a partir de 1870 com a imigração europeia). Na concepção de Tania de Luca (1999, p. 110), dessas percepções foram alavancados discursos inflamados de que o Brasil necessitava com urgência assenhorar-se efetivamente do seu território e explorar as riquezas que ele guardava.

Os limites geográficos do território meridional, que, até o início do XX, ainda se apresentavam de forma tensa no cenário fronteiriço e que, como bem apontado anteriormente, necessitavam ser incorporados de forma definitiva à nação, têm sua constituição em período anterior a própria emancipação política do país. Com a assinatura do Tratado de Madrid (1750), a Coroa esperava dar continuidade à reorganização político-territorial, delimitando as

fronteiras de sua possessão, de modo a prover esses espaços com população e tropas militares. Igualmente, ambicionavam propiciar o incremento de atividades produtivas e comerciais, visando garantir a soberania nessas regiões. Delmir Valentini e José Carlos Radin (2016) destacam que o objetivo estava voltado à aplicação do princípio jurídico do *uti possidetis*, aceito internacionalmente, pelo qual o reconhecimento ou a legitimidade do território se definiria pelo país que efetivamente o estivesse ocupando.

Quando da emancipação política do Brasil (1822), o domínio sobre as terras que até então se dava pelo princípio das “sesmarias”, passa a ocorrer pela prática do “apossamento”, ou seja, quem detinha a posse era considerado dono. As áreas tidas como desocupadas, que fossem propícias para a produção, passaram por um rápido processo de apropriação e exploração. Sem se deter em considerações para com os eventuais direitos de propriedade dos povos nativos, uma nova configuração agrária passa a compor o cenário, acentuando a concentração fundiária no país.

Esses escólios apresentam, em geral, o Sul brasileiro como um território pouco povoado, com fronteira tensa com a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, o que despertava preocupação entre as autoridades. Situa-se também, nesse sentido, segundo Francimar Petrolí (2021, p. 412), a conquista e a colonização dos Campos de Palmas, que representavam, através das fazendas de criar, a concretização dos negócios privados das elites regionais. A expansão da economia do gado e a exploração da erva-mate aumentaria a arrecadação fiscal e posterior reinvestimento em infraestrutura, fortalecendo a região que atualmente corresponde ao Oeste catarinense. Destarte, a “conquista” do território faria parte de um projeto patriótico em que os colonizadores seriam responsáveis por dinamizar a economia e efetivar o progresso.

Salienta-se que as concepções de progresso, difundidas no período, estavam diretamente atreladas a um conceito amplo de modernização. No Sul do Brasil, esse processo seria atingido com a mercantilização das terras em benefício dos imigrantes, portadores do “*ethos* do trabalho”. Do mesmo modo que, para Bresser-Pereira (2014, p. 36), o progresso apresentava-se como um processo histórico, pelo qual as sociedades nacionais alcançam seus objetivos, a partir da realização de sua revolução capitalista, os ideais propostos para a nação estavam imbuídos dessas características. O progresso estaria assim atrelado à produtividade, à renda e, em consequência, ao bem-estar da sociedade.

A premissa de superar o atraso a partir de um desenvolvimento baseado nos ideais de trabalho, imbricou diretamente nessas percepções e no viés colonizatório instituído. José Carlos Radin (2009, p. 43) pontua que existiam correntes que defendiam grupos nacionais,

enquanto formadores do Brasil Moderno e, por outro, no sentido de “branquear a população”, os defensores do favorecimento à imigração. Num estudo sobre o povo brasileiro, Marilena Chauí observa o posicionamento de Silvio Romero quando descreve:

Quanto à raça, o brasileiro é uma sub-raça, mestiça e crioula, nascida da fusão de duas raças inferiores, o índio e o negro, e uma superior, a branca ou ariana. Para evitar a degradação da nova raça mestiça, será preciso estimular o embranquecimento, promovendo imigração europeia (CHAUÍ, 2000, p. 49).

Na perspectiva positivista de Silvio Romero, a idealização de uma homogeneidade branca, no futuro, apresentar-se-ia como uma “vitória” sobre as raças negra e indígena e marcaria, então, o definitivo progresso social brasileiro.

O anseio em efetivar a ocupação do território brasileiro a partir do elemento branco também fica evidente no relatório apresentado, em 1920, ao Presidente Epitácio Pessoa. As declarações da Diretoria Geral de Estatística, responsável pelo Recenseamento do Brasil no período, dão conta de que,

o homem branco cultiva com efeito certas aspirações, move-se segundo certas predileções e visa certos objetivos superiores [...]. Esses objetivos são a causa íntima da incomparável aptidão da sociedade ariana sobre os homens da raça negra, organicamente incapazes de se elevar quando transportados para o meio civilizado. [...] O negro e o índio durante o longo processo da nossa formação social, não dão, como se vê, às classes superiores e dirigentes, que realizam a obra da civilização e construção nenhum elemento de valor. (BRASIL, Relatório, 1922, p. 327-329)

A incômoda posição do Brasil no cenário mundial, na compreensão dos responsáveis governamentais, mantinha-se atrelada a esses grupos étnicos que estruturavam grande parte da população nacional. Os propósitos do governo federal deveriam, desta forma, constituir estratégias capazes de superar a presença de “raças inferiores”. Segundo apontado no Relatório (BRASIL, Relatório, 1922, p. 329), “essas duas raças inferiores só se fazem agentes de civilização, isto é, somente concorrem com elementos eugênicos para a formação das classes superiores quando perdem a sua pureza e se cruzam com o branco”.

Para Octávio Ianni (1994, p.23 - 33), estava em marcha a revolução brasileira. Mesmo esbarrando em pesadas heranças de escravismo e do autoritarismo desde a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, o governo e a intelectualidade nacional estavam interessados em recriar um país à altura do século XX. Ambicionavam abarcar as possibilidades de progresso, industrialização, urbanização e modernização.

No território que corresponde ao Sul do Brasil, a constituição de uma sociedade fundamentada por esse viés, nutre-se no início do século XX. Claiton Silva e Mônica Hass (2017, p. 353) destacam que essa percepção está diretamente relacionada à ocupação pelo elemento branco. Na premissa de consolidar o projeto colonizador, o governo percebia os imigrantes europeus como a melhor forma de organizar a sociedade em formação. Ratificam a noção de progresso associada à capacidade de um grupo se apresentar enquanto tradutor de interesses coletivos.

Os dados estatísticos, constituídos pelo censo de 1920, confirmam tal perspectiva, como pode ser evidenciado na Tabela 1. É notável que os estados do Sul do Brasil apresentassem as maiores proporcionalidades de brancos se comparados as demais regiões. Ao exibir os dados ao presidente da República o Representante da Diretoria Geral de Estatística, Bulhões de Carvalho, destaca que “o contingente branco é máximo nos estados do Sul, de São Paulo para baixo, atingindo em Santa Catarina quatro quintos da população local” (BRASIL, Relatório, 1922, p. 331-332). Na contrapartida, a região Nordeste possui as menores proporções de população branca. Na Bahia, por exemplo, os contingentes não atingem um quarto da população total.

Tabela 1 – Proporcionalidade da população por grupos no Brasil em 1890.

Estados	% Brancos	% Pretos	% Caboclos	% Mestiços
Alagoas	31,08	10,14	18,40	40,38
Amazonas	28,32	3,03	48,38	20,27
Bahia	25,59	20,39	7,83	46,19
Ceará	44,51	8,65	17,12	29,72
Rio de Janeiro (DF)	62,72	12,35	3,33	21,60
Espirito Santo	42,14	16,09	6,38	35,39
Goiás	33,53	13,03	11,26	42,18
Maranhão	31,63	15,16	15,22	37,99
Mato Grosso	29,83	13,86	14,89	41,42
Minas Gerais	40,60	18,31	6,16	34,93
Pará	39,21	6,76	19,94	34,09
Paraíba do Norte	46,89	7,08	10,71	35,32
Paraná	63,80	5,17	12,37	18,66
Pernambuco	41,14	11,53	7,71	39,62
Piauí	28,34	15,18	20,19	36,29
Rio de Janeiro	42,95	26,79	2,16	28,10
Rio Grande do Norte	44,12	8,98	9,39	37,51
Rio Grande do Sul	70,17	8,68	5,35	15,80
Santa Catarina	81,79	4,80	6,25	7,16
São Paulo	63,07	12,97	8,24	15,72
Sergipe	29,72	14,77	6,52	48,99
Brasil	43,86%	12,08%	12,28%	31,78%

Fonte: Elaboração da autora com base em: BRASIL. RELATÓRIO GOVERNO FEDERAL, 1922, p. 332.

O esforço do governo para a efetivação do projeto legitimado pela presença do grupo étnico branco, na região Sul, estava atrelado às práticas de trabalho adotadas pelas populações tradicionais que ocupavam as terras. Mesmo correspondendo a proporções reduzidas, como pode ser estimado na observação da Tabela 1, a eles se atribuíam qualificativos negativos, considerados, em contraposição, aos ideários e ações que contemplavam um futuro apoiado sobre alicerces progressistas. Caberia ao imigrante e seus descendentes a “ocupação efetiva do território” e a conquista do “sertão” como forma de tornar plena a construção do país. Além da unidade territorial, segundo Octávio Ianni (1994, p. 21), tal avanço se apresentaria como tentativa para o Brasil entrar no ritmo da história.

Nessa perspectiva observa-se que a colonização se apresentou como mito fundante. No sentido antropológico, Marilena Chauí (2000, p. 64) descreve que o processo de fixação do conquistador-colonizador foi portado pelos governantes como a alternativa para a resolução dos conflitos. No sul do Brasil, a colonização contribuiu para resolver as questões amalgamadas em torno da ocupação da terra no alvorecer na República. Empreendeu o avanço da ideia de propriedade privada alavancada a partir da Lei de Terras de 1850, quando a prerrogativa de legislar sobre as terras devolutas, passa para o domínio dos estados. Os “sertões”, “vazios e improdutivos”, passam a constituir uma nova estrutura, direcionada a grupos específicos. Através de uma dinâmica de ocupação e desenvolvimento fundamentado na produção agrícola familiar em pequenas propriedades, novas bases para o progresso seriam estabelecidas no Brasil meridional.

1.2 – A questão agrária no alvorecer da República

Desde o período colonial a terra foi compreendida enquanto privilégio. Mesmo com a ampla disponibilidade de território, o domínio da terra sempre esteve atrelado aos grupos dominantes o que acentuou a estrutura latifundiária no país. Caio Prado Jr. (2014, p. 299 - 325) aponta que nenhum outro contingente da população assumiria esse papel, senão a de ser a grande massa trabalhadora. Com exceção do viés de ocupação dos espaços do Espírito Santo e dos estados do Sul do Brasil, os grupos de indígenas, escravos e, posteriormente, em menor proporção de imigrantes, nunca estiveram em condições de disputar para si o patrimônio agrário da nação. O acentuado grau de concentração da propriedade fundiária constituiu, desde o início da colonização, um grande empreendimento mercantil. A subjugação de determinados grupos direcionava os empresários e dirigentes do negócio, de um lado, e trabalhadores de outro. O próprio caráter e objetivo da colonização já se encontravam

predeterminados: o fornecimento em larga escala de produtos primários aos mercados europeus.

A natureza essencialmente mercantil da exploração agrária, baseada em grandes unidades produtoras, manteve-se praticamente intacta, mesmo com a implantação do trabalho livre. Ainda, segundo o autor (2014, p. 79-81), a lavoura canavieira do Nordeste e a produção açucareira em São Paulo foram o sustentáculo das maiores concentrações fundiárias e de exploração do país.

Marcia Motta (2012, p. 11- 12), ao discorrer sobre a questão fundiária, na atualidade, destaca que a temporalidade é longa (cinco séculos), entrecortada por conjunturas muito específicas. Das políticas instituídas pelas cortes portuguesas, a lei das sesmarias e a regulamentação das terras, pela lei de 1850, surgem os padrões fundiários que, ao serem estabelecidos, perpetuaram-se apesar de releituras, adendos, alterações, ressignificações. Esses históricos direcionamentos individualistas possessórios são influências que permeiam a atualidade, quando os discursos ruralistas ganham força e propõem eliminar as conquistas da Constituição de 1988, por exemplo.

O propósito de tornar a terra produtiva a partir de uma abordagem mercantil foi marcante no processo histórico brasileiro e confirma a perspectiva abordada por Caio Prado Jr e Marcia Motta quando analisamos a recente expansão do agronegócio pelo Centro Norte brasileiro. José Carlos Radin (2022, p. 22), confirma tal análise quando destaca que tanto a organização agrária brasileira como a produção agrícola estão muito mais a reboque do mercado e menos para atender o interesse social.

Basicamente, Argemiro Brum (1991, p. 61-68) identificava a conjuntura política e econômica do Brasil, ao final do Império e início da Primeira República, escorada em três elementos básicos: o latifúndio cafeeiro e pastoril, a economia primária exportadora e o controle do poder político pelas oligarquias rurais. Para o autor, a sociedade brasileira em formação se tornava progressivamente mais heterogênea, de cujo processo também resultava uma maior diversidade de interesses.

Diante desse quadro, na fase final do Império, o debate acerca do cenário agrário aparecia com frequência nos meios políticos e intelectuais do país. Amparados na “Lei de Terras de 1850” que explicitava, em seu artigo primeiro: ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra (BRASIL, 1850); as antigas formas de posse relacionadas à ocupação e à exploração dos espaços iam sendo substituídas pela legitimação da propriedade privada. Práticas de apossamento e concessões de sesmarias foram cedendo espaço para o que determinava a nova Lei. As chamadas “terras devolutas”, que

oficialmente não tinham dono, passaram ao controle dos Estados, que poderiam vendê-las ou utilizá-las de acordo com suas necessidades.

1.2.1 – A Constituição republicana e a expansão da propriedade privada

Com a Proclamação da República e a elaboração da constituição, em 1891, as questões fundiárias se tornaram ainda mais latentes e percepções ligadas a um novo grupo, que se colocasse entre os grandes latifundiários e a massa trabalhadora, apresentava-se como alternativa, principalmente à produção de alimentos. Um sistema constituído a partir de uma forte classe intermediária se apresentaria como meio para atingir o progresso.

No entendimento de Octávio Ianni (1994, p.23-25) o processo transpunha a estratégia pública de inserir o indivíduo na esfera do capital mercantil. As mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais defrontavam-se com novas realidades oriundas da industrialização e urbanização incipientes. Para o autor, a intelectualidade compreendia, nessa perspectiva, a mudança do país que parecia atrasado, anacrônico.

Em 1912, o Ministro da Agricultura Pedro de Toledo, em relatório apresentado ao Presidente da República, destacava que a eficácia do projeto estaria relacionada aos meios pelos quais o poder público conceberia e executaria os modernos processos agrícolas. Assinalava que um regular desenvolvimento também poderia ser atingido através da policultura em paralelo à monocultura do café do Sudeste, à pecuária no Sul e à cana-de-açúcar no Nordeste. A Sociedade Nacional de Agricultura e o Serviço de Inspeção e Defesa Agrícola dos Estados foram apresentados como imprescindíveis no fomento e criação de políticas para a modernização da agricultura. A distribuição de sementes e mudas, a produção de uma gama significativa de produtos e o estímulo à produção interna, a partir de pequenas propriedades, delinearía o êxito agrícola brasileiro. (BRASIL, Relatório, 1912, p. 6-8)

Ao tratar sobre a “trajetória da terra”, Aldomar Ruckert (1997, p. 112) também defende que o interesse pela pequena propriedade assume maiores proporções no início da República, quando uma camada intermediária, entre os escravizados, recém-libertos, e os senhores de terras se tornaria mais adequada para ocupar os espaços “vazios”. Esse novo conjunto se estabelecería ao lado do latifúndio como subsidiário à produção de gêneros alimentícios. A capitalização e a valorização fundiária, incipientes, potencializariam o desenvolvimento do capital mercantil em regiões até então consideradas “atrasadas”.

Nesse cenário situam-se os propósitos de ocupação do território de Santa Catarina. A partir da deliberação de legislar sobre as “terras devolutas”, o Estado criou um ambiente

propício para a comercialização e a concessão de terras, principalmente às empresas colonizadoras. Os projetos públicos, terceirizados ao setor privado, sintetizam o entendimento do governo, no qual, a fixação de “pessoas” no território estimularia o desenvolvimento dos espaços considerados demograficamente “vazios” e “atrasados”.

A preocupação, por parte do poder público, estava centrada no desenvolvimento da infraestrutura necessária para o progresso dessas regiões. Em discurso, no ano de 1917, o governador Felipe Schmidt (SANTA CATARINA, 1917, p. 74-76) sinalizava que “o desenvolvimento das nossas forças econômicas depende principalmente do problema da viação pública”. O governo manteria os números de arrecadação pela cobrança de impostos favorecido, principalmente, pelo aumento das exportações no período de 1916, no entanto, as vantagens inculcadas na mercantilização da terra, às empresas de colonização, estavam atreladas às responsabilidades quanto à infraestrutura necessária no processo colonizatório.

Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 139) identifica, em suas análises, que a ascensão do Partido Republicano ao poder, em Santa Catarina, conduz a esse processo. A política de terras que passa a ser adotada visa à captação de capital a partir da valorização fundiária e fixação de colonos em pequenas propriedades. Esses predicados direcionariam a superação de um passado visto como atrasado e pautado nas características de subsistência das populações nativas e cederia espaço à produção mercantil, geradora de excedentes, em uma nova fronteira agrícola, distinta dos grandes latifúndios.

A preocupação com a conquista e a ocupação efetiva dos espaços considerados “vazios” pode ser observada nas narrativas públicas quando da criação da Diretoria de Terras, Colonização e Agricultura, em 1918. Subordinadas a essa Diretoria, passaram a atuar nove Agências de Terras, responsáveis por legitimar requerimentos de concessões, além de averiguar e assegurar às solicitações de lotes e terras públicas, destinadas a colonização por empresas privadas. (SANTA CATARINA, 1919, p. 56). Essa atitude do poder público realça o caráter seletivo quanto aos grupos que deveriam ser privilegiados na consolidação da propriedade privada.

1.2.2 - A privatização da terra e a fixação do elemento branco

O viés de ocupação do território, e os grupos que o deveriam fazer, era uma temática comum que circundava o contexto da imigração na fase final do século XIX e nas primeiras décadas do seguinte. As narrativas traziam implícitas a compreensão de que a privatização da

terra e a fixação do elemento branco tornaria possível o propósito modernizador ambicionado pelo governo.

Pequenos cultivadores de trigo, aveia, centeio e cevada nos platôs Paranaenses, Catarinenses e Rio-grandenses. São todos soldados obscuros, mas heroicos dessa formidável batalha que estamos travando com a floresta e o deserto e que é o aspecto mais empolgante e dramático do Brasil contemporâneo. (BRASIL, Relatório, 1922, p. 310)

Como se observa na narrativa pública apresentada acima, o avanço civilizatório da nação estaria atrelado aos imigrantes que, a partir da propriedade privada, fixar-se-iam no território. Pela Lei de Terras de 1850, a mercantilização agrária foi acentuada e favorecida a esses grupos em detrimento dos grupos tradicionais, considerados inaptos ao desenvolvimento da nação.

As questões que envolveram as políticas agrárias na fase final do Império e, sobretudo, no início da República alteraram a estrutura da sociedade em todos os setores, inclusive no plano ideológico, e contribuíram para reforçar a ideia de que o imigrante branco seria o elemento ideal para a ocupação e o desenvolvimento das regiões “vazias” e “não civilizadas”. A raça, mais do que pano de fundo, era parte integrante do imaginário. (DE LUCA, 1999, p. 133). Na região Sul, os imigrantes, direcionados aos assentamentos agrícolas, diversificariam a produção, não interferindo no modelo latifundiário já instituído e intensificariam a ocupação do espaço, tendo em vista o cenário de disputas e de indefinições em relação às fronteiras.

Para José Carlos Radin (2022, p. 25), tornar a terra produtiva com propósito mercantil, foi marcante no tocante da história do Brasil, servindo para justificar a sua apropriação privada. No Sul, o processo se intensificou já com as “fazendas de criar” e, posteriormente, pela atuação das empresas colonizadoras. O território de Cruzeiro, que fora disputado pelos estados do Paraná e Santa Catarina até 1916 e, em seguida, alçado a município, em 1917, é um dos espaços marcados pela migração de colonos.

1.3 – Reocupação do território meridional pela imigração

Logo após a emancipação política (1822) e, especialmente, a partir da segunda metade do século XIX, o sul do Brasil recebeu um número significativo de imigrantes de origem alemã, italiana e polonesa. Assentados em áreas consideradas desabitadas, esses grupos tinham a missão de ocupá-las e de criar uma dinâmica econômica. Os assentamentos agrícolas constituíram-se em lotes de aproximadamente 24 hectares, nos quais, por políticas públicas ou

empreendimentos privados, foram fixados grandes contingentes de imigrantes. Com foco na pequena produção agrícola, o viés de colonização estabelecido os distinguia daqueles que exerceram trabalho nas fazendas de café, da região de São Paulo e de outras atividades urbanas.

Naquele contexto, a presença de europeus era tida como uma vantagem para o incremento ao trabalho e também para fazer com que o Brasil pudesse se igualar às “nações mais adiantadas nas feitura da civilização”. Para efetivar tal plano o Estado deveria prover, a eles, terrenos férteis e facilitar o acesso à propriedade da terra. É nessa perspectiva que ganha corpo o processo de colonização no Sul do Brasil. As pequenas propriedades, uma vez que radicava o imigrante à terra, trariam a possibilidade de êxito pessoal e dinamismo à produção.

Ao discorrer sobre imigração e colonização do território do sul do Brasil, Vania Beatriz Merlotti Heredia ilustra a forma com que se processou a política de terras ligada à colonização europeia e a especulação privada, salientando que:

a colonização no Sul do Brasil esteve atrelada a política imigratória vigente entre o período imperial e republicano, na qual o governo pretendia povoar as terras devolutas com a instalação do trabalho livre, o regime da pequena propriedade, a agricultura subsidiária, mão de obra branca, assegurando hegemonia nas regiões de fronteira (HEREDIA, 1997, p. 34).

Reportando-se ao assunto, o governador do Estado de Santa Catarina, Hercílio Luz, destacou, no Relatório apresentado ao Congresso Representativo, no ano de 1921, que “todos os lavradores que têm vindo localizar-se neste estado, tem o governo proporcionado os auxílios possíveis, bem como condições vantajosas para a aquisição de terras próprias para o cultivo”. Para o gestor os resultados obtidos, por esse meio de povoar, apresentam-se de forma satisfatória. Destaca que era notável a afluência de colonos de todas as procedências, não apenas para o estado, mas para o Sul do Brasil onde, ao lado da fertilidade do solo, os imigrantes encontram clima salubre e venda fácil e lucrativa para todos os seus produtos. (SANTA CATARINA, 1921, p. 46).

O cenário constituído, a partir da articulação entre o poder público e as empresas de colonização, criou um ambiente favorável para a comercialização das terras aos imigrantes europeus. O propósito fundamentava-se no impulso ao progresso e no desenvolvimento de novas práticas nesses espaços. Contudo, Silvino Santin, em suas análises pontua que

tais ideias não garantem por si só o desenvolvimento. Podem ser forças propulsoras do progresso como podem se transformar em forças inibidoras. A propriedade e o trabalho, quando presos aos princípios do individualismo podem provocar a estagnação. É preciso que os conceitos de trabalho e de

propriedade estejam arejados para a atmosfera do social para que o desenvolvimento não sofra e se mantenha seguro e contínuo (SANTIN, 1990, p. 448).

Esse aspecto apontado pelo autor evidencia como a propriedade da terra e o trabalho eram elementos constitutivos dos assentamentos e estariam diretamente relacionados à ideia de conquista como resultado de sua própria luta.

Ele sentia a propriedade como a porta de ingresso na ordem econômica e social de sua época. Antropologicamente, pode-se identificar o imigrante não como aquele que preenche um espaço vazio[...]. Também não se identifica como a camada intermediária. [Ele] Via na propriedade de terras o começo de sua redenção social e libertação econômica (SANTIN, 1990, p. 454).

Tal perspectiva deve ser compreendida também pelo fato de que parte significativa dos imigrantes, pela primeira vez, foi alçada à condição de proprietários. Assim, essas novas fronteiras agrícolas sulinas, foram consideradas o espaço onde, pelo trabalho, os imigrantes alimentariam suas esperanças de conquistar fartura. Seria nessa propriedade, conforme lembra Radin (2003, p. 49-50), que os imigrantes buscavam vencer e *construir a América* – o seu *paese di Cucagna*.

A ideia de “*ethos* do trabalho” significou, neste aspecto, a identidade e o modelo de colonizador que, ainda, seguindo as compreensões de Silvino Santin, não representava apenas uma ação produtiva, nem mesmo um valor econômico, exclusivamente, ou uma condição da pessoa, mas, acima de tudo, uma dimensão antropológica e cultural. Essas percepções, à medida que consagram e legitimam o processo de colonização desconsideram e se contrapunham às populações já estabelecidas.

O simples fato de trabalhar pouco já não recomenda ninguém, não trabalhar já era inadmissível. Com isso os grupos de brasileiros presentes antes da colonização eram mal vistos pelos imigrantes, enquanto eles, italianos, devido a essa dedicação, tornaram-se o símbolo do trabalho (SANTIN, 1990, p. 458).

O enaltecimento dos colonizadores frente às sociedades estabelecidas também foi evidenciado por Wenceslau de Souza Breves quando esteve na região de Chapecó, na década de 1920, atuando na demarcação de terras para a empresa colonizadora Bertaso, Maia e Cia. Breves descrevia que os próprios caboclos não tinham interesse de manterem-se próximos aos colonizadores, devido as suas características de produção. “A constância, a organização, tudo isso trazia a esses rapidamente a prosperidade, enquanto eles, os caboclos, continuavam na pobreza e isso os irritavam, os enchia de despeito”. (BREVES, 1985, p. 26). Aqui é

importante registrar que a narrativa construída entre os grupos já “estabelecidos” e os considerados “pioneiros” se coloca a partir do olhar daquele que visa legitimar o processo de colonização. Dessa forma, a propriedade privada da terra, aliada ao trabalho enquanto gerador de uma condição de superioridade, atribuída aos imigrantes, em contraponto aos valores de coletividade das sociedades caboclas resultou na sua estigmatização e consequente expulsão dos espaços que originalmente ocupavam.

Na percepção de Marlom Brandt (2015, p. 318), a consolidação do ideal do Estado para a necessidade de aumentar a população, com “elementos de trabalho” fazendo avançar a “civilização” e o “progresso”, transformou o espaço de subsistência cabocla, que não se movia pela visão mercantil da propriedade. A floresta passou a ser vista como um recurso a ser explorado, tanto em madeira, quanto em seus solos, fragmentando-se não apenas a paisagem florestal, mas também as suas práticas de uso e seus recursos. A inserção de capital promoveu a apropriação privada da terra e a segregação em grupos. Alijaram os posseiros do processo, detentores de uma imagem negativada, em contraponto aos colonos, adjetivados positivamente.

Aldomar Ruckert (1997, p. 112-113), tratando da ocupação e colonização do Rio Grande do Sul, destaca que o advento do capitalismo industrial imprimiu o binômio “imigrante – pequena propriedade” e se constituiu como a chave para os programas de desenvolvimento e progresso. Pondera que, mesmo tendo sido criados programas de proteção aos nacionais, o viés assumido afastou os pequenos posseiros e agregados, considerando-os não relevantes na vida econômica do estado nem do país.

Identificando as zonas de ocupação por imigrantes no Rio Grande do Sul, Vania Beatriz Heredia (1997, p. 34), destacou que se constituiu de uma estrutura organizada pelo sistema de colonização oficial a qual, através de leis específicas, concedia vantagens aos grupos que se deslocassem para a região. A inexistência de concorrência entre a atividade que se desenvolvia no latifúndio e a que seria adotada na pequena propriedade aliada à exigência de consumo nos centros urbanos foram elementos que influíram no sucesso da imigração. Os deslocamentos para o Sul do Brasil assumiram, assim, um caráter especial que os diferenciou do viés de ocupação das regiões de São Paulo. Neste estado, o escopo era fornecer um contingente de mão de obra para a lavoura de café.

Nesse contexto, Luiza Horn Iotti (2010, p. 184) aponta o significativo aumento de imigrantes que ingressaram no Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XIX. Esse acesso evidencia a preferência para o elemento europeu frente aos grupos tradicionais, no processo de ocupação dos “sertões” meridionais. Em sua análise, destaca que, para as

autoridades, os imigrantes resolveriam dois problemas: um de ordem econômica e outro de ordem racial.

1.3.1 – Imigração alemã

Os alemães fizeram parte do primeiro grupo de imigrantes a serem fixados em propriedades agrícolas no Sul do Brasil. De acordo com os levantamentos efetivados por Klaus Richter (1986, p.13-14), junto ao Ministério das Relações Exteriores Alemão, em 1881, estavam vivendo, no Sul do Brasil, cerca de 200 mil pessoas de língua alemã. No início de 1902, os números eram ainda maiores. Dos estimados 350 mil alemães que vivam no Brasil, 150 mil estavam estabelecidos no Rio Grande do Sul, 80 mil em Santa Catarina e 25 mil no Paraná.

É importante destacar que um número significativo desses imigrantes achava-se estabelecido no Sul do Brasil já no início do século XIX. No Rio Grande do Sul, a Colônia de São Leopoldo foi criada, em 1824; seguida de São Pedro de Alcântara em Santa Catarina e Rio Negro no Paraná, no ano de 1829. No entanto, foi a partir da segunda metade do século XIX, após a Guerra Farrroupilha, que políticas e projetos de desenvolvimento constituíram-se no sentido de deslocar grandes contingentes de imigrantes para povoar e alavancar a economia.

No Rio Grande do Sul, a presença alemã incidiu na região de São Leopoldo e Novo Hamburgo, além do Vale do Rio Pardo e do Rio Taquari. Em Santa Catarina, os projetos de Otto Blumenau (1850) e da Sociedade Colonizadora Hanseática (1897) tiveram papel de destaque para a implantação da colônia Blumenau e, posteriormente, os núcleos de imigrantes de Joinville, Brusque, Corupá e Ibirama (PETRY; MORAES & SCHOEDER, 2013).

Ao estabelecer suas pesquisas no Vale do Itajaí, a historiadora Maria L. R. Hering (1987, p. 41) constatou que a exploração agrícola, em paralelo ao beneficiamento doméstico da produção nas colônias alemãs, apresentou relativo sucesso desencadeando a geração de excedentes. A autora descreve que os lotes que eram destinados a cada família variavam entre 25 a 30 hectares, geralmente constituídos de terras montanhosas. Para sobreviver em terra pouco generosa, os colonos deveriam dedicar-se intensamente à exploração do solo, articulando, finalmente, a policultura com o mercado.

A matéria vinculada ao Jornal o Dia, em 1916, confirma a perspicácia atribuída aos imigrantes que ocupavam o território. A eles era atribuído o mérito de “propulsores do progresso”, mesmo em condições adversas. A notícia destacava que “graças ao espírito

progressista”, o município de Brusque, de colonização alemã, já é fadado a um futuro promissor. “A cidade conta com indústrias, rede de energia e água, o que a coloca na vanguarda das cidades progressistas do nosso querido Estado”. (O DIA, 1916, p. 06).

1.3.2 – Imigração polonesa

A imigração polonesa que também se fez presente na Região Sul, quando relacionada à italiana e à alemã, esteve impregnada de preconceito. Segundo estudos de Isabel Rosa Gritti (2004), os comportamentos e atitudes negligentes estão diretamente ligados ao fato de o Partido Republicano estar no poder no Rio Grande do Sul, em 1875, quando da chegada dos primeiros grupos de imigrantes. Defensores do positivismo, os republicanos disseminavam informações de que a Polônia estaria abaixo da Itália e da Alemanha na hierarquia de poder. Para a autora, outro ponto que dificultou a fixação e o desenvolvimento polonês na região, está relacionado ao território ocupado. Instalados nas áreas de presença italiana, na região de Caxias do Sul e municípios vizinhos, a escassez de terras e o relevo acidentado culminaram, por parte de algumas famílias, na venda ou abandono dos lotes e na migração para região de Erechim. Esses deslocamentos ocorreram a partir da segunda década do século XX.

Em Santa Catarina o primeiro grupo de imigrantes poloneses chegou ao porto de Itajaí em 1869 para ocupar a Colônia Príncipe Dom Pedro (Brusque). Isabel Rosa Gritti (2004) descreve que esses colonos receberam propriedades com aproximadamente 12 hectares, o que não gerava condições propícias para as práticas agrícolas. Diante dessas situações, grupos migraram para o Paraná onde se fixaram em terras da prefeitura de Curitiba e posteriormente áreas próximas, como Lapa, Castro, União da Vitória e Apucarana.

Na região mais ao norte do estado de Santa Catarina, foi fundada, em 1873, a Colônia São Bento. O território ocupado pelos poloneses foi descrito por Murielle S. B. Benthien (2005, p. 40-41) como pouco indicado para o desenvolvimento das atividades necessárias para a subsistência. Assim como ocorria no Rio Grande do Sul, por estarem localizados na periferia das colônias de origem alemã e italiana como, por exemplo, de Blumenau e de Nova Trento, as atividades econômicas, que promoveram a sociabilidade local, estavam ligadas ao cotidiano das pequenas propriedades, dificultando o desenvolvimento dos grupos envolvidos.

Essas particularidades, que permearam a imigração polonesa em Santa Catarina, destacam para um processo que serviu ao mesmo propósito que os demais grupos de imigrantes: a ocupação do território. No entanto, é importante destacar que, ao se deslocarem para o sul do Brasil, os poloneses não apresentavam um desenho rigorosamente planejado da

dinâmica de ocupação e desenvolvimento. Essa situação os distanciou, inclusive, do apoio governamental e do desígnio de efetivar o progresso.

1.3.3 – Imigração italiana

Assim como os alemães e poloneses, a imigração italiana fez parte de uma política pública em que os grupos foram deslocados para o Sul do Brasil em uma perspectiva de fixação e uso do solo. Arlene Renk (2006, p. 66) enfatiza que, de modo geral, a colonização com imigrantes correspondeu a um mecanismo para a ocupação definitiva do território e a complementação da economia que, estruturada na pequena propriedade, abasteceria o mercado interno. É notável que a colonização, a partir da Lei de Terras, com a venda de lotes coloniais com extensão entre 20 a 30 hectares, constitui-se em uma estratégia de ordem política, econômica e social que, além de integrar o Sul com as regiões mais desenvolvidas do país, não impactariam com o latifúndio já estabelecido.

Nessa perspectiva, a imigração italiana ocupou a serra e o nordeste gaúcho. Sobre a presença italiana no Sul, há vasta produção bibliográfica. Silvino Santin (1990, p. 47) evidencia que desde o ano de 1875, os italianos aportavam numerosos às colônias de Conde d'Eu (Garibaldi), Dona Isabel (Bento Gonsalves), Antônio Prado e Caxias (Caxias do Sul). Devido a grande demanda de terras, houve a tentativa, sem grande êxito, da criação da 4ª Colônia (Silveira Martins).

É importante destacar que da 4ª Colônia migraram várias famílias que ocuparam e contribuíram para o desenvolvimento econômico do município de Cruzeiro como, por exemplo, Caetano Natal Branco que investiu diretamente na produção industrial de máquinas agrícolas e geração de energia para o município. Ao final do século XIX, com o gradativo aumento de imigrantes, o governo impetrou medidas de redução de incentivos para a entrada no país e findou as concessões para infraestrutura, considerando o projeto colonizador concluído.

Em Santa Catarina, os italianos colonizaram áreas do Sul do estado, principalmente municípios como os de Urussanga, Araranguá, Criciúma, Tubarão, Turvo, Pedras Grandes e, ainda, estabeleceram-se nas bordas da Colônia Blumenau. Com presença menos significativa, no estado do Paraná, os imigrantes italianos estiveram presentes em Paranaguá, Colombo e Curitiba.

A grande densidade demográfica, além do esgotamento do solo, perceptíveis nas colônias italianas, principalmente do Rio Grande do Sul, no início do século XX, geravam,

segundo Aldomar Ruckert (1997, p. 112-113), um problema estrutural, o que favoreceu o deslocamento para o oeste catarinense e sudoeste do Paraná. As elevadas taxas de natalidade que, por um lado viabilizavam o trabalho nas colônias, por outro, foram consideradas um fator de desestabilização social, que o governo compreendeu como necessidade da abertura de novas fronteiras agrícolas.

Essas conjecturas constituíram o esboço por parte do governo catarinense em replicar e estimular o modelo de povoamento para o Oeste catarinense. Seguindo a mesma perspectiva do regime de minifúndio e policultura, e valendo-se das frentes de colonização, o município de Cruzeiro estruturará o viés de ocupação com a pequena propriedade para produção agrícola. O limiar do século XX representa, nessa concepção, a abertura de novas fronteiras. O pensamento estava justificado na percepção de que a ampliação do espaço geográfico e social não nasce apenas das reivindicações do colono, mas também da visão e das políticas ambicionadas pelo Estado.

As contendas relacionadas às disputas interestaduais do território contestado, entre Santa Catarina e Paraná, desembocaram na assinatura do Acordo de Limites em 1916 e a posterior criação dos municípios de Mafra, Porto União, Chapecó e Cruzeiro, favorecendo o deslocamento de migrantes das primeiras colônias com o intuito de preencher os “vazios demográficos” e efetivar o “progresso”. A conclusão da ferrovia São Paulo-Rio Grande, as concessões de terras e o confronto entre os diferentes “projetos” de vida e de economia são fatores que auxiliam na compreensão da reocupação da fronteira.

1.4- A ferrovia e o território do Contestado

A propriedade da terra se apresentava como um novo modelo de diferenciação social na fronteira. A construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, tida como um meio rápido e moderno de transporte, além de impulsionar a venda das terras e o escoamento da madeira extraída na região, também favoreceu a atração de inúmeros outros investimentos. A necessidade de povoar esses novos espaços, “sertões atrasados” e “vazios”, constituía-se numa prioridade para autoridades catarinenses e a ferrovia se apresentava como a ferramenta de apoio para efetivar o processo.

A *Brazil Railway*, empresa pertencente ao magnata Percival Farquhar, através de seu engenheiro João Teixeira Soares, recebeu, ao final do Império, pelo Decreto n. 10.432, de 9 de novembro de 1889 (BRASIL, 1889), a autorização para "construção, uso e gozo" da ferrovia. Dentre as cláusulas mais simbólicas no que tange a fronteira, está a concessão

gratuita de terras devolutas em uma extensão de 30 km para cada lado do eixo da linha para fins de colonização.

Com a queda da Monarquia o contrato de execução da ferrovia sofreu alterações, sendo assinado um novo decreto pelo então presidente Deodoro da Fonseca. Novos ajustes foram constituídos no processo de construção e ocupação das terras em questão. Pelo Decreto n. 305, do dia 7 de abril de 1890 (BRASIL, 1890), estavam mantidos os consentimentos originais, mas reduzidos para 15 km de cada lado da ferrovia os domínios territoriais. As cláusulas que tratavam especificamente da ocupação e colonização também foram alteradas, o que desobrigava a empresa de uma série de compromissos.

Pela análise de Márcia Janete Espig (2012) o objetivo principal, que norteava os interesses do governo republicano para a construção, era estratégico. A ferrovia cortava vastas áreas das províncias do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o que possibilitaria rápido deslocamento de tropas para o sul do continente, no caso de conflitos. Entretanto, em 1907, foi assinado um importante decreto que, entre outras questões, recolocava a colonização dos terrenos marginais à ferrovia.

Pela clausula VIII do decreto n. 6.533[...], obrigou-se a companhia a promover a colonização das terras marginaes da estrada, o que, sem dúvida, será um dos factores mais poderosos para o incremento desta importante via ferrea que atravessa, presentemente, vasta extensão de terras pouco povoadas e quasi incultas, comquanto disponham de riquezas naturaes de bom aproveitamento. (*Apud* ESPIG, 2012).

Paulo Pinheiro Machado (2004) aponta que a Brazil Railway Company, responsável pela exploração da linha férrea por 90 anos, junto com sua subsidiária Southern Brazil Lumber and Colonization iniciaram os trabalhos de demarcação e reocupação das novas terras, assim como a indústria e o comércio da madeira. Esses fatores foram, segundo Delmir José Valentini (2015, p. 196), decisivos para a deflagração do conflito social, em 1912. O contato com novas estratégias de ocupação e exploração quebraram o isolamento secular da população que vivia na região.

Em 1913, o governo catarinense designou o engenheiro Érico Gréseke para a medição de terrenos devolutos. A prática visava, além da demarcação dos lotes, assegurar que o corpo de segurança da Brazil Railway já houvesse “limpado” a região da presença de “intrusos” e que, desta forma, estaria pronta para receber os imigrantes. Nesse projeto, muitos moradores, estabelecidos nas terras próximas ao Rio do Peixe, que viviam como posseiros, passaram pelo processo de desalojamento.

A construção da linha entre União da Vitória e Marcelino Ramos, concluída em 1910, promoveu uma série de impasses entre os grupos que passaram a explorar a ferrovia e suas concessões territoriais e os grupos estabelecidos. A situação tornou-se ainda mais inviável quando grandes porções de ervais passaram para o controle do estado ou de empresas privadas. Essa concepção, construída a partir do olhar daqueles que atuaram no processo de colonização, resultou na etnogênese (BARTOLOMÉ, 2006) dos grupos tradicionais, transformados em minoria social, sendo desqualificado seu modo de vida.

1.4.1 – Conjunções para a deflagração do conflito

A atuação de diversas empresas colonizadoras, primeiramente subsidiárias da *Southern Brazil Lumber and Colonization*, possibilitou a comercialização de grandes parcelas de terra e a efetivação do processo, definido pelo poder público como modernizador. É importante indicar que a inserção de capital privado e o incremento na produção, nas áreas de concessão, provocaram mudanças nas relações sociais e de trabalho. As políticas agrárias originaram o que Delmir José Valentini (2015, p. 198) designou como uma numerosa “massa marginalizada”. O clima de incerteza e a crise, inclusive entre pequenos proprietários e fazendeiros, apresentaram-se como fatores para a revolta e o primeiro ajuntamento de caboclos.

O elemento religioso também se configurou enquanto estruturador para o início do conflito que se estenderia até 1916 e que traria consequências devastadoras para a população estabelecida. Os ataques às estações ferroviárias, o incêndio da madeireira de Calmon e a ofensiva liderada por Francisco Alonso aos colonos, em Rio das Antas, no ano de 1914, são eventos identificados, pelo governo, como desordens de fanáticos e deveriam ser resolvidas no âmbito federal. Pela perspectiva dos grupos tradicionais, por outro lado, acentua a resistência ao projeto colonizador (VALENTINI, 2015, p. 221).

Um conjunto de fatores econômicos, sociais e culturais concorreu para que as lideranças rebeldes construíssem um discurso capaz de estruturar uma rebelião social. Para Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 336), a situação da nova fronteira agrícola, com características que distanciava a gente cabocla do acesso a terra, instituiu o projeto que integrou fenômenos místicos, mas também políticas coronelistas. O movimento envolveu a luta da população cabocla pela manutenção das características que compunham seu modo de ser, no entanto, como evidencia Douglas Pereira (2020, p. 78), trouxe uma transformação na vida dos antigos moradores da região que, de estabelecidos, passaram para *outsiders*.

A atuação ostensiva do exército republicano encerraria o conflito em abril de 1915. No entanto, o registro oficial do término da Guerra somente ocorreu em 1916, quando da assinatura do Acordo de Limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina. O saldo do conflito fez aproximadamente oito mil pessoas mortas, em sua maioria, posseiros pobres, tradicionalmente estabelecidos no território. A postura do governo manteve as garantias individuais das propriedades e resolveu o conflito, considerado um empecilho para a efetivação do projeto modernizador (VALENTINI, 2015).

A resolução do conflito significou, para o poder público, a possibilidade de findar o litígio com o Paraná e a ampliação da ocupação das terras pela atuação das empresas colonizadoras. Paulo Pinheiro Machado (2021, p.435-437) julgou o território contestado como “fundo de fronteira”. Esse espaço de domínio político, institucional e tributário, amparado por colônias militares, tornar-se-ia, na ótica das autoridades, de extrema importância para o processo civilizatório. Os imensos espaços desconhecidos proporcionariam capital em potencial. A ferrovia São Paulo-Rio Grande e as empresas colonizadoras se apresentavam, nessa perspectiva, como propulsoras da nova fase na fronteira.

1.4.2 - O modal ferroviário enquanto elemento dinamizador da economia

É importante pensar que a ferrovia, enquanto elemento técnico, na sociedade, alterou as condicionantes e conseqüentemente o espaço. Milton Santos (2014, p. 187) estabelece, no entanto, que não é apenas o objeto em si que tem a capacidade de provocar as mudanças, mas apresenta-se como o instrumento da evolução. O novo modal representou, no período, o modo usual de produção e comercialização, constituindo a organização socioeconômica do município e da região pelo viés capitalista.

Segundo Cristina Dallanora (2019, p. 57), a importância e implicações da ferrovia, frente à colonização da região de Cruzeiro, foram percebidas já nos primeiros anos posteriores ao conflito do Contestado. A extração madeireira e de erva-mate se tornaram as atividades econômicas mais lucrativas, e o foco das transações mercantis. Isso alimentava, na região, uma verdadeira corrida ao governo estadual, por parte de fazendeiros ou empresários com o objetivo de ampliar as concessões de terra para futura revenda para fins de colonização.

A valorização das terras próximas à linha férrea provocou um redesenho agrário que possibilitou a reocupação do território a partir dos elementos desejados no projeto de

modernização. Atraídos pela facilidade de escoamento dos excedentes, gradativamente, migrantes foram fixados nos lotes destinados à agricultura.

O surgimento de uma nova dinâmica de produção, aqui identificada pela presença da ferrovia e da propriedade privada, resultou em inovações nas funções sociais e econômicas. A matriz produtiva, nas pequenas propriedades, passou a ser reordenada em função da existência de um modal moderno que facilitava o escoamento de animais vivos, principalmente porcos, e demais matérias-primas.

Para Delmir Valentini e José Carlos Radin (2016, p. 22) a ferrovia, além de superar o antigo molde de transporte do Sul ao Centro do país, foi dando caráter progressista ao território próximo às suas margens, principalmente após o acordo Interestadual de limites. As transformações impactaram a região não apenas no que tange os domínios territoriais, mas na superação dos grupos que ocupavam a fronteira, considerados atrasados e desqualificados para levar adiante a obra do progresso a partir da inserção de capital.

O dinamismo econômico alcançado pela produção, destinada ao comércio, via ferrovia, gradativamente retroalimentava a produção de excedentes e o surgimento de indústrias de equipamentos agrícolas, moinhos e frigoríficos. Esses aspectos da economia serão observados no capítulo 3, a fim de compreender as implicações que a reocupação do espaço e as novas constituições mercantis configuraram no município. Também alçam inquietações, que, mesmo não estando abarcadas na pesquisa, demonstram que o desenvolvimento da produção agrícola e industrial permaneceu em ascensão no período em que o modal ferroviário se apresentou enquanto principal forma de escoamento.

1.5- O Acordo Interestadual de Limites e a criação do município de Cruzeiro

Das primeiras décadas do século XIX e o limiar do seguinte, os estados do Paraná e Santa Catarina disputaram uma área de aproximadamente 48.000 Km², o “território contestado”. As terras se estendiam a partir da margem direita, por todo o Vale do Rio do Peixe, fazendo divisas com a Argentina e o Rio Grande do Sul e chegando ao sudoeste do Paraná, o que corresponde atualmente ao “grande oeste catarinense” (VALENTINI e RADIN, 2016).

Figura 2 - Questão de Limites: território reivindicado por Santa Catarina



Fonte: Mapoteca do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Disponível em <https://www.ihgsc.org/mapoteca>. Acesso em 12/12/2022.

Cristina Dallanora (2019) aponta que as disputas remetem ao período colonial, quando Santa Catarina e São Paulo pleiteavam a jurisdição das terras entre os rios Uruguai, Iguaçu e sul do Rio Negro. Estas contendas mantiveram-se mesmo quando, em 1853, as terras são desmembradas de São Paulo e passam a constituir a Província do Paraná. Os catarinenses não admitiam que o território, principalmente dos campos de Palmas, que ainda se encontrava em litígio, fosse invadido por paulistas e paranaenses. A região também era território de passagem, o que a tornava ambicionada por ambos estados pela dinamização do comércio e a arrecadação de impostos.

A fronteira contestada estava inserida em um território de disputas geopolíticas internacionais e nacionais. A “Questão de Palmas”, disputada entre Brasil e Argentina foi solucionada, em 1895, com ganho de causa para o Brasil (HEINSFELD, 1996). Com o conflito internacional resolvido, os direcionamentos estavam voltados para os litígios entre Paraná e Santa Catarina. A solução desses impasses fronteiriços culminaria na efetivação do projeto modernizador na região, até então considerada um grande “vazio demográfico”.

A discussão em torno da nova fronteira ganhou ênfase depois da proclamação da República, em 1889. Os estados, até então ligados ao governo central, passaram a ter autonomia territorial e jurídica. Cristina Dallanora (2019, p. 55) destaca que a possibilidade de gerir as relações que envolviam a posse das terras apresentou-se como instrumento entre os governantes e fazendeiros. Com esse argumento, grandes concessões foram realizadas e legalizadas nos cartórios, do Paraná ou de Santa Catarina.

Os interesses advindos da escrituração das terras estavam relacionados às ambições de cada grupo. Aos fazendeiros interessava a expansão dos domínios de produção, enquanto aos

governantes, a ampliação das fronteiras estaduais através da legalização territorial nos cartórios. As estratégias visavam, nessa concepção, o domínio nas áreas fronteiriças. A forma pela qual os dois estados conduziram as disputas evidencia que as relações além de políticas, aproximavam as elites locais e os agentes do Estado.

1.5.1 – As disputas pelo território contestado.

Artimanhas envolvendo os dois estados testemunham as disputas pelo território contestado. Um levantamento de concessões efetivadas pelo governo do Paraná, no contexto do acordo de limites em 1916, demonstra a legalização de grandes propriedades de terra na região. As áreas, principalmente de campo, foram registradas em nome, sobretudo, de luso-brasileiros que, de posse desses títulos, em geral, não foram destinadas à colonização. (RADIN 2009, p. 79-82).

A guerra fiscal entre Paraná e Santa Catarina também é apontada por Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 128) como predeterminante para os embates. No estado catarinense, a tributação sobre a erva-mate produzida era menor e, dessa forma, a estratégia perpassava em receber a erva paranaense que chegava pelos rios Negro e Iguaçu e que poderia ser exportada pelo porto de São Francisco. O governo do Paraná procurava inibir esse corredor comercial erigindo barreiras fiscais, principalmente nas regiões fronteiriças reivindicadas por Santa Catarina.

A questão de limites foi assim se desenrolando com confrontos de ordem política, econômica e comercial em meio aos parlamentos dos dois estados. Em 1904, o Supremo Tribunal Federal (STF) deu ganho de causa a Santa Catarina, decisão contra a qual o governo do Paraná recorreu e também recebeu posição desfavorável em 1909.

A imprensa nacional se manifestou de forma veemente no período. Após a definição do Supremo Tribunal Federal em favor de Santa Catarina, em 1904, o jornal Diário da Tarde, de Curitiba, divulgou com indignação que a

sentença proferida, longe de ser um veridictum de paz, baseado na razão e na justiça, foi como um facho de discórdia atirado [...] sem refletir na gravidade do sentenciado e nas consequências de uma possível reação. [...] Mais grave do que parecia, essa questão já não é mais um simples arrolhamento, mas uma nota vibrante da liberdade que se manifesta no rosto daqueles que ainda querem para os nossos dias de República alguma coisa de moralidade, e não essa submissão que vem do alto (DIÁRIO DA TARDE, 1904, p. 01).

Na mesma edição do folhetim a transcrição de vários telegramas manifestando solidariedade ao governador do estado do Paraná, pela sentença desfavorável, evidencia a indiscutível confiança que os municípios mantinham com relação aos direitos do Paraná sobre o território em litígio. De Rio Negro e Ponta Grossa, as declarações apontavam que os direitos seriam garantidos na decisão subsequente. No município de Guarapuava, em comícios, o povo protestava contra a decisão do STF.

Em 1910, em relato apresentado ao Congresso Representativo, o governador Gustavo Richard declarava que, pela terceira vez, o Supremo Tribunal Federal posicionou-se favorável ao Estado de Santa Catarina. Essa situação se configurou quando o STF

rejeitou os embargos opostos pelo Paraná à memorável sentença que decidiu em favor de Santa Catarina à secular questão de limites. [...] Em sessão de 25 de julho último, o mesmo Tribunal por 6 votos a 3 desprezou os ditos embargos firmando mais uma vez os nossos direitos na zona reivindicada (SANTA CATARINA, 1910, p. 9).

Apesar da decisão do Supremo, em 1910, a sentença não foi executada. Cristina Dallanora (2019, p. 40) ressalta que o governo do Paraná alegava falta de competência ao Poder Judiciário para conhecer do litígio. Para os paranaenses, não haveria lei a ser aplicada para a sentença. Os acontecimentos mantiveram acessas as disputas em torno do território, ocasionando, inclusive, agitações da população na região disputada. O jornal catarinense O Dia publicou, em 06 de março de 1910, um documento direcionado ao presidente da nação. Assinado por uma parcela significativa da população, a petição destacava que o povo de Palmas

não pode deixar de aceitar a decisão do supremo tribunal federal [...] Nesta zona não existe uma só estrada ou picada, uma ponte que fosse construída pelo Governo do Paraná. [...] Pedimos a incorporação dessa zona ao estado de Santa Catarina, que não nos deixará em abandono como tem feito o estado do Paraná e pedimos para manter a nossa liberdade de opinião (O DIA, 1910, p. 02).

Em contrapartida ao agravo apresentado pelo folhetim catarinense, o jornal Diário da Tarde (1910, p. 01), de Curitiba, publicou, no dia 27 de junho, uma nota em que Sylvio Guarny, redator, sinalizava que, sem prevalecer qualquer ditame de ordem sentimental, se a nação se voltasse para a zona contestada haveria de perceber que as suas populações são “paranaenses pela naturalidade, pelo sangue, pelas tradições políticas e pelas aspirações comuns”.

As notícias veiculadas pela imprensa, referindo-se à questão do litígio, foram inúmeras e traduzem o teor das disputas por ambos estados. É notável que os jornais catarinenses enfatizassem os aspectos judiciais que embasavam a disputa, enquanto os paranaenses retratavam a indignação com relação às sentenças promulgadas pelo Supremo Tribunal Federal.

Intuídas essas análises é importante destacar que tendo sido desrespeitada a ordem do STF, o Acordo de Limites, homologado em 1916, não significou o cumprimento da sentença. A obstrução política do Paraná que, segundo Cristina Dallanora (2019, p. 40), correspondia a um estado mais populoso e influente politicamente foi fator determinante. Nessa perspectiva, as terras de União da Vitória e de Palmas foram parcialmente incorporadas ao estado de Santa Catarina, em 1916.

Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 137) destaca que o envolvimento direto do presidente Venceslau Brás, apoiado pelo capitão-de-fragata Fleming, foi determinante para o desfecho da Guerra do Contestado e a assinatura do Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina. Pelo Artigo 4 da Constituição Federal, que convertido em lei com a publicação do decreto nº 3.304, de 3 de agosto de 1917 (BRASIL, 1917), Santa Catarina passou a incorporar aproximadamente 28.000 Km² do espaço litigioso, ampliando em aproximadamente 50% o seu território. A conquista foi então definida pelo governador Felipe Schmidt como “uma questão secular, em cujos desdobramentos muitos esforços foram despendidos pelos homens públicos para o benefício do Estado”. (SANTA CATARINA, 1917, p. 61).

1.5.2 – Tratativas subsequentes ao Acordo de Limites

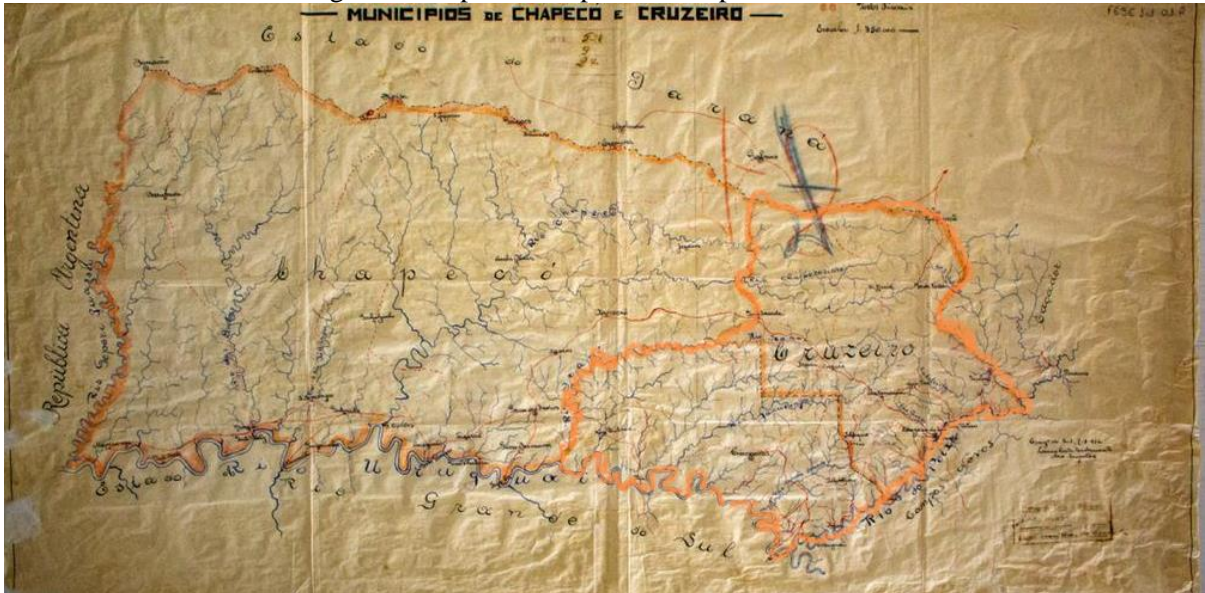
O período posterior ao pleito, entre os dois estados, repercutiu nacionalmente. Na capital federal, o Diretor Geral de Estatística, Dr. José Bulhões Carvalho apresentou ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio o relatório referente aos trabalhos estatísticos administrativos e de colonização dos anos de 1916 e 1917. Antes de prestar as informações específicas, direcionou ao Ministro Dr. Indelfonso Simões Lopes o seguinte registro sobre o território nacional: “Acordo em boa hora patrocinado pelo Sr. Presidente da República e recebido com imenso júbilo pela nação inteira, em virtude do qual se pôs termo definitivo à antiga e irritante questão de limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina”. (BRASIL, Relatório, 1921, p. 6-7)

Na mesma perspectiva, o jornal catarinense A República, reproduziu um artigo divulgado na capital, no folhetim O Paíz. Neste, considerações relacionadas à eleição do

Governador Hercílio Luz, a presença da via férrea e a resolução dos problemas fronteiriços com o Paraná proporcionariam o progresso para uma vasta e ubérrima região de clima excelente (REPÚBLICA, 1918, nº 02, p. 01).

As tratativas e os consequentes desdobramentos configuraram, em Santa Catarina, no estabelecimento de quatro novos municípios. Pela lei n. 1.147, de 25 de agosto de 1917, Mafra, Porto União, Chapecó e Cruzeiro compuseram, cada um deles, uma comarca, a partir do território que passou para sua jurisdição (ALESC, 2007). Os municípios de Chapecó e Cruzeiro (Figura 3) constituíram-se a partir dos territórios que pertenciam ao Sul dos Campos de Palmas, transformando o mapa dos municípios do Sul do Brasil.

Figura 3- Mapa Municípios de Chapecó e Cruzeiro



Fonte: CEOM: Centro de Memórias do Oeste de Santa Catarina. Consulta local.

Conforme demonstrado no mapa, as terras que passaram a pertencer ao município de Cruzeiro, localizavam-se, em sua maior parte, a oeste do Rio do Peixe. Compreendia uma área de 7.680 quilômetros quadrados com a presença de aproximadamente 10 mil pessoas (QUEIROZ, 2016, p. 35). A localização geográfica do município em relação à ferrovia, que percorria a margem esquerda do mesmo rio, foi considerada o grande diferencial. A presença do moderno meio de transporte favorecia o escoamento da produção e o acesso aos grupos que passariam a ocupar o território.

Esse elemento técnico de diferenciação pode ser ressaltado quando listamos os dados do recenseamento realizado no ano de 1920 no que tange a valorização agrária. No período, as diferenças nos índices populacionais dos municípios recém-emancipados, não levando em consideração o espaço territorial, eram consideradas pequenas. Cruzeiro apresentava uma

população de 13.335 habitantes, seguida de Porto União com um número absoluto de 12.068 pessoas, Chapecó, com um percentual de 11.315; e Mafra atingindo a totalidade de 10.845 habitantes (BRASIL, 1922, p.598-570). No entanto, quando comparamos o valor médio do hectare de terra comercializado nos municípios, fica evidente que o salto modernizador acentuou-se no Vale do Rio do Peixe.

Pelo censo agrícola de 1920, o hectare de terra estava sendo comercializado, em Cruzeiro, por 95\$. Nos municípios de Mafra e Porto União figurava em 33\$ e 20\$, consecutivamente. A menor valorização era considerada no município de Chapecó, quando o hectare sem benfeitorias era avaliado em 13\$ (BRASIL, 1924, p. 43-53). Essa diferenciação estava fundamentada, especialmente, na precariedade do acesso feito por estradas que, em períodos de chuva, principalmente, ficavam intransitáveis. Essa situação dificultava a chegada e saída de produtos e de pessoas.

As discrepâncias no que tange a ocupação dos espaços, após a definição dos limites, despertaram a atenção do governo estadual. A grande extensão territorial do município de Cruzeiro suscitava a necessidade de estratégias de povoamento. Nesse sentido, os empresários da colonização passaram a demarcar e medir as terras para a implantação dos assentamentos. A partir da pequena propriedade agrícola, o território deveria ser ocupado e “civilizado” o que, para as autoridades catarinenses, seria uma forma de transformar o “sertão”.

1.5.3 – Emancipação política e a estruturação dos assentamentos agrícolas em Cruzeiro.

A emancipação política do município de Cruzeiro deve ser compreendida no contexto que envolve diversas dinâmicas. Como abordado anteriormente, as disputas fronteiriças internacionais e interestaduais, a construção da Estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, o conflito do Contestado e a valorização dos lotes nos assentamentos constituídos pelas empresas colonizadoras direcionaram o município para grandes transformações, de ordem política, econômica e social.

Observando o território a partir da transcrição da Lei, o município de Cruzeiro definia os limites espaciais

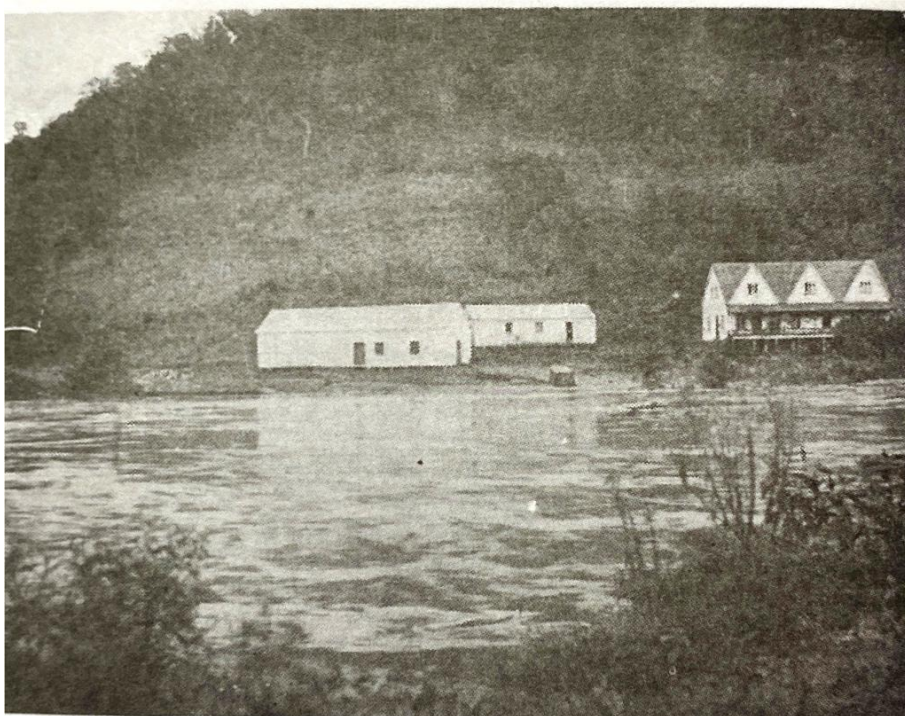
pelos Rios 15 de novembro, do Peixe, Uruguay e Irani, até sua mais alta cabeceira e dali em linha reta ao mais próximo afluente da margem esquerda do Chapecozinho, por este afluente, pelo Chapecozinho e pelo Chapecó acima e até encontrar a linha limítrofe entre os municípios de Palmas e Clevelândia, criados pela jurisdição paranaense, por esta linha até encontrar

os atuais limites com o estado do Paraná até as cabeiras dos Rios Jangada e 15 de Novembro. (ALESC 2007, p. 25-26).

A sede provisória do município, mesmo com apenas algumas casas de madeira e alguns ranchos, passou a ser Limeira. O fator principal para a decisão baseava-se nas facilidades proporcionadas pela estação Herval, que ficava na outra margem, defronte ao local definido. Ao escrever sobre o Cinquentenário do município de Cruzeiro, Enéas Jeremias de Queiroz (2016, p. 11) destaca que o local era um ponto de real importância, antes mesmo da emancipação. Na região, passavam os tropeiros com a erva-mate que era embarcada via ferrovia.

As informações apontadas acima podem ser confirmadas quando observamos a Figura 4. As principais edificações estavam diretamente ligadas ao comércio de erva-mate. À direita se encontrava a casa de Simão Ruas, grande negociador do produto. Ao lado, os armazéns de Eugênio Lamaison, um dos primeiros moradores da vila, que também atuava no comércio de erva-mate. Outro aspecto que merece destaque na figura está relacionado ao terreno. Grande parcela da vegetação já havia sido retirada, como alternativa à reocupação do território. As observações reiteram as colocações de Milton Santos (2004, p.53) ao apontar as transformações no espaço como a materialização da ação humana, resultado da acumulação de atividades que envolvem “objetos naturais e objetos fabricados, isto é, objetos sociais”.

Figura 4- Vista da Vila de Limeira - 1919



Fonte: Queiróz, 2016, p. 16.

Nos anos que sucederam a emancipação, o município passou por constantes alterações da sede e de nomes de vilas. Pela Lei nº 1243, de 20 de agosto de 1919, a sede do município e sua comarca foram transferidos para o povoado de Catanduva que, elevado à vila, recebeu o nome de Cruzeiro. Devido ao precário desenvolvimento da então sede do município, em 1926, o povoado de Limeira foi elevado à categoria de vila e a sede transferida para o local. Ainda em 1928, pela lei 1608, de 24 de setembro, Limeira passou a se chamar Cruzeiro do Sul e a povoação de Cruzeiro, renomeada Catanduvás (ALESC 2007, p. 40-45). Somente pelo decreto de lei Federal nº 86, de 31 de março de 1938, a vila de Cruzeiro do Sul se transforma em cidade com o nome de Cruzeiro. A nomenclatura se manteve até dezembro de 1943 quando, em obediência a uma determinação federal, que eliminava a repetição de nomes de cidades, o Interventor Nereu Ramos promulgou o Decreto de Lei Estadual nº 941. Pelo decreto, a partir de 1 de Janeiro de 1943, o município passou a denominar-se Joaçaba¹².

Figura 5 - Vista parcial do município de Cruzeiro - 1938



Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Municipal de Joaçaba. Consulta local.

As questões burocráticas e políticas que envolveram a comarca de Cruzeiro, no período subsequente a sua emancipação, evidenciam o impacto desencadeado não apenas pelos grupos envolvidos diretamente no processo, mas principalmente pelos desdobramentos relacionados às políticas de terras. O município, que na descrição de Alexandre Muniz de Queiroz (2016, p. 7-8), inicialmente se caracterizava como sendo uma fronteira de terras incultas, “não ainda desbravadas pelo homem civilizado”, com a resolução dos problemas

¹² Na dissertação, serão utilizadas as nomenclaturas Cruzeiro e Joaçaba. É importante esclarecer, que, ao longo do trabalho, se o nome Cruzeiro for citado em datas posteriores ao referido ano, considere-se como sendo o mesmo município.

fronteiriços e com a presença da ferrovia, alicerce econômico e comercial, passaria a constituir referências para a reocupação do espaço pela colonização.

Do ponto de vista da geopolítica histórica, fica evidente o interesse do governo catarinense em repassar as terras ao setor privado para a comercialização. Também cabia a esses, a responsabilidade na efetivação do processo de colonização para preencher os “vazios demográficos”. Por esse ângulo, a política de terras esteve voltada para a colonização com migrantes e submetida aos ímpetos das empresas privadas. Privatizando as terras e destinando-as à ocupação por descendentes europeus, o incremento através da agricultura transformaria os grandes “vazios” em espaços produtivos. Os novos assentamentos seriam capazes de assegurar os limites fronteiriços e alavancar a economia da região e do estado (RADIN, 2009).

O jornal *Città di Caxias*, periódico semanal dedicado especialmente a imigrantes italianos e seus descendentes, publicava, em 1918, que no município de Cruzeiro “vendem-se lotes coloniais ao longo da ferrovia São Paulo-Rio Grande”. O anúncio, em italiano, destacava que as terras eram ricas em madeira de lei, com uma pequena porção de pinheiros propícios para serraria, sendo suas terras pouco montanhosas e muito prósperas para a agricultura (CITTÀ DI CAXIAS, 1918, p. 04). As propagandas almejavam, nessa perspectiva, atingir os interesses estratégicos arquitetados pelo poder público e postos em prática pelas empresas colonizadoras. Atingindo o maior número possível de colonos, e motivando-os para a aquisição de terras, o deslocamento e a articulação nos assentamentos estruturaria a dinâmica de produção.

De fato, as dinâmicas que se estabeleceram no Sul do Brasil, no limiar do século XX, inseriram o território na perspectiva modernista idealizada pela intelectualidade que, como cita Tania de Luca (1999, p. 49), queria “dar sentido de conjunto ao país, incutir no seu povo a consciência do próprio valor [...] combater o seu ‘estado mórbido’ e equipará-lo ‘as raças adultas, emancipadas e sadias’”. As concepções de ocupação e desenvolvimento almejavam a modernização e os grupos direcionados para a fronteira continham esses princípios e valores, estando concomitantemente ligadas ao que Adelar Heinsfeld (2015, p. 38) denota como organização fronteiriça e consolidação do Brasil-nação.

Com a efetivação do acordo interestadual de limites, as terras correspondentes ao território de Cruzeiro, favorecidas pela moderna ferrovia e pela atuação das empresas colonizadoras, foram inseridas na dinâmica capitalista comercial. Grandes contingentes de migrantes foram direcionados e se estabeleceram em assentamentos agrícolas. O grande objetivo, instituído pelo poder público através da atuação dos empresários da colonização, era

promover a ocupação de espaços não inseridos na lógica mercantil pelo viés da produção agrícola a partir da pequena propriedade agrícola.

A distribuição e estabelecimento dos colonos nessas propriedades, mesmo que, excluindo grupos específicos, facilitou o acesso a terra, propiciando práticas econômicas peculiares, diferenciando-se do feitiço latifundiário presente em boa parte do sistema agrário do país. As conjunturas apontadas apoiam as análises dos capítulos posteriores a fim de compreender as características dos assentamentos agrícolas e as implicações econômicas a partir da reocupação do território de Cruzeiro.

2- Assentamentos agrícolas e a reocupação do território de Cruzeiro

Este capítulo objetiva, sobretudo, compreender como se estruturou a dinâmica econômica e a capacidade operativa na pequena propriedade agrícola, concebida no processo de reocupação do território de Cruzeiro. As políticas públicas e a presença da ferrovia favoreceram o deslocamento de grandes massas de migrantes oriundos, principalmente, das primeiras colônias do Rio Grande do Sul. O espaço, antes ocupado por populações tradicionais, a partir da presença do capital privado, engendrou sua força produtiva na agricultura e na criação de animais. O investimento em oficinas de conserto e fabricação de instrumentos necessários para a agricultura também foi uma prática assumida por essas famílias que reocuparam o município.

A estratégia pública de repassar, ao capital privado, a responsabilidade de comercialização das terras condizia com o ideal modernizador concebido para a nação. Como entende Tania de Luca (1999, p. 165), na década de 1920, a governança e a intelectualidade assinalavam o caráter de atraso em que o Brasil se encontrava devido ao fato de não ser povoado por colonos de origem europeia, “únicos que seriam capazes de formar o povo, e, como povo, uma riqueza duradoura e produtiva”.

Nessa perspectiva, além de efetivar o branqueamento da população, os migrantes, que passaram a ocupar o município, eram considerados mais aptos para a superação do estágio de atraso que a região se encontrava. Compreendidos como ordeiros, civilizados e propulsores da modernização, os grupos se estabeleceram em regiões de vales e montanhas, espaços não aproveitados efetivamente pelo latifúndio. A partir desse entendimento, a divisão e a comercialização dos lotes agrícolas, pelas empresas colonizadoras no município de Cruzeiro, replicaram a experiência dos primeiros assentamentos de imigrantes do sul do Brasil.

Valendo-se de meios concebidos nas esferas governamentais, os assentamentos de colonos, através da policultura e da criação de animais, democratizaram o acesso a terra, mesmo que excluindo grupos estabelecidos. Tal forma de acesso as terras e estruturação econômica cunharam as bases para a formação de capital. Ao ser reinvestido, deu contornos distintos ao modelo agroexportador latifundiário presente em grande parte da estrutura agrária do país.

2.1 – Apropriação privada da terra

Com a conclusão da ferrovia São Paulo-Rio Grande e a definição dos limites interestaduais entre Santa Catarina e Paraná, os interesses na apropriação privada das terras da região oeste catarinense tornaram-se preponderantes. A fragilidade do poder público, no que tange os investimentos em infraestrutura que deveriam ser empreendidos no território, favoreceu a atuação dos empresários da colonização.

Ao mesmo tempo em que os discursos modernistas foram tomados como parâmetro para o direcionamento de uma nação alinhada às tendências capitalistas mundiais, no meio político catarinense, o interesse com a imigração e a colonização com descendentes se fortalecia. As limitações enfrentadas pelo poder público aliadas ao empenho do setor privado em efetivar o processo colonizatório, em um curto espaço de tempo, empresas particulares se apropriaram e passaram a comercializar as terras no município de Cruzeiro.

É notável que os princípios que nortearam a reocupação foram direcionados para a venda de lotes a colonos em molde semelhante ao dos primeiros assentamentos de imigrantes. A medida adotada, a partir de uma infraestrutura mínima, seria suficiente para atingir o ideal proposto pelo Estado e os lucros ambicionados pelas empresas colonizadoras. Ao avaliar as políticas agrárias em Santa Catarina, Léo Waibel destacou que

para os governos, a colonização é a política de povoamento e desenvolvimento de áreas desabitadas. Depende em grande parte de fatores políticos que frequentemente são instáveis e interferem com uma sã administração das colônias. Para uma companhia particular colonização quer dizer negócio. Ela quer ganhar dinheiro e é certo que ganhará se conseguir uma boa qualidade de terra e gente de boa qualidade. A administração se baseia estritamente em princípios econômicos e em circunstâncias normais não é prejudicada por interferência política (WAIBEL, 1979, p. 263).

Para as empresas colonizadoras, a legitimação das terras e o direcionamento de “gente de boa qualidade” repercutiam positivamente. É importante evidenciar que esse era o pensamento defendido pelo governo e a opinião pública na época. No entanto, a colonização nesses moldes favorecia a chegada de novas unidades familiares, alavancando os negócios. Isso justifica, e torna notório, o emprego de condições, por parte do poder público, para constituir o assentamento de colonos em todo Oeste catarinense. O estado buscava a superação do “atraso” a partir do povoamento e a ação dos empresários se apresentava oportuna. Também entende-se nessa conjuntura, a razão pela qual as empresas particulares foram bem sucedidas no loteamento e comercialização das terras.

As políticas públicas de ordem nacional não atingiam as regiões consideradas “sertões”, que careciam ser desbravadas. A queixa do governo catarinense frente à União, no sentido de contribuir com a abertura de estradas e construção de escolas, demonstra a preocupação com a colonização. Visando superar as precariedades, o direcionamento para o setor privado se apresentou como a solução para a problemática enfrentada na região. “E assim teremos arrancado da tristeza dessa situação uma raça generosa, valente e para colaborar na obra do nosso progresso, pela sua capacidade e pelas suas qualidades excepcionais de resistência” (SANTA CATARINA, 1916, p. 16).

Para o eficaz desenvolvimento econômico do estado era necessário aumentar a sua população rural. Segundo Gentil Corazza (2016, p. 92), os ciclos econômicos da erva-mate, da pecuária e da madeira, salvo algumas exceções, não foram fontes significativas de acúmulo de capital para região. Somente com a colonização essa trama seria alterada. Com estruturação de atividades ligadas a pequena produção agrícola, o colono seria assentado com uma nova dinâmica de produção orquestrada.

No ano de 1917, o governador Felipe Schmidt já acenava para as dinâmicas que envolviam o desenvolvimento econômico do Oeste Catarinense. Em suas análises (SANTA CATARINA, 1917, p.73-74), apontou a luta dos fanáticos como um dos grandes empecilhos que desorganizou os serviços que estavam sendo feitos na região. Segundo o governador, das obras públicas mais necessárias, as estradas, interligando as regiões até a divisa com a Argentina, deteriam os maiores investimentos e, assim, as maiores preocupações por parte do poder público.

Paralelo a isso, no entanto, Felipe Schmidt enfatizava que o “futuro econômico não deve ser receado, pois temos diante de nós as melhores perspectivas. Tudo dependendo da ação inteligente dos governos impulsionando o trabalho e protegendo todas as iniciativas e aproveitamentos das extraordinárias riquezas naturais que possuímos.” (SANTA CATARINA, 1917, p. 73-74). A postura do governador estava diretamente atrelada ao aval ou benefício oferecido às ações dos empresários da colonização.

As concessões, bem como as medições e registros das terras da região recém-incorporada ao território, após as disputas com o Paraná, eram consideradas uma tarefa dispendiosa para o governo. A falta de documentos, e inexatidão deles, ocasionava problemas que o poder público repassou aos empresários da colonização. A demarcação e posterior venda dos lotes, a construção de estradas, escolas e outras obras de infraestrutura também foram terceirizadas pelo Estado.

O processo consiste em pagar em terras o preço das estradas construídas sujeitando, porém, os respectivos construtores, à condição de colonizar dentro de determinado tempo os terrenos cedidos, sob pena de estes, ao fim do respectivo prazo reverterem ao Estado sem indenização de qualquer espécie. (SANTA CATARINA, 1920, p. 47).

A manifestação do governador Hercílio Luz evidencia que o pagamento em terras, pela construção de estradas, e colonização era formas mais eficazes de efetivar o processo de modernização do “sertão”. A projeção de vias que ligassem as regiões do estado, do litoral até o extremo oeste, justificaria a cessão de terras feitas pelo governo ao setor privado. As alianças entre o poder público e o privado resultariam no “aproveitamento imediato de uma grande riqueza até agora inativa sem onerar a despesa pública com encargos impossíveis” (SANTA CATARINA, 1920, p. 47).

2.1.1 – Alianças entre o poder público e o setor privado

As empresas colonizadoras atuaram no sentido de promover a migração de grandes contingentes populacionais e criação de núcleos coloniais. José Carlos Radin (2009, p. 121) salienta que no intuito de demonstrar que mantinham o propósito semelhante ao do governo, grandes porções de terra foram divididas e comercializadas a famílias que, assentadas, legitimariam a colonização de forma similar àquela estabelecida pelos órgãos governamentais.

Nos anos de 1917 até 1925, grandes extensões de terra devolutas passaram para o domínio privado. Os algarismos, apresentados pelo censo demográfico de 1920, demonstram que é exatamente nos estados meridionais que são identificados os registros do maior número de estabelecimentos com menos de 100 hectares, o que configura a estratégia do governo colocada em prática pelas empresas colonizadoras, como pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2- Estabelecimentos com menos de 100 hectares em 1920.

NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS RURAIS			
Estados e DF	Menor 100 ha.	Maior 100 ha.	% Menor 100 ha.
Rio de Janeiro (DF)	2.051	37	98,2%
Espirito Santo	18.721	2.220	89,4%
Santa Catarina	29.474	4.270	87,3%
Rio Grande do Sul	104.529	20.461	83,6%
Paraná	24.560	6.391	79,4%

Fonte: Elaborada pela autora com base em BRASIL. Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. Diretoria Geral de estatística. Recenseamento do Brasil 1920. 1927, p. 15.

Os dados, destacados pelo censo, apontam Santa Catarina com um percentual superior a 87% de estabelecimentos com menos de 100 hectares. Essas evidências corroboram com as

declarações do governador do estado quando pontua, em relatório, que durante o ano de 1919 foram efetivadas 877 concessões de terras com área de 51.888,5 hectares. Ainda no mesmo período, o governo expediu 446 títulos definitivos de concessões representando uma área do total de 47.072,4 hectares de terras (SANTA CATARINA, 1920, p. 49). Segundo José Carlos Radin (2009, p. 136), é preciso considerar que esses dados se referiam ao estado de Santa Catarina, mas se sabe que a maioria das terras que passaram ao domínio privado, nesse período, localizava-se no território do Ex-contestado. Certamente, essas concessões reforçariam a característica do território dos primeiros assentamentos de imigrantes que, nas décadas que se sucederam, caracterizaram o espaço a partir da pequena propriedade.

Os dados levantados fazem refletir sobre as áreas agricultáveis e as densidades demográficas presentes nessas extensões. A ideia de tornar a terra produtiva, a partir da fixação do elemento europeu ou descendente no território, constituiu uma dinâmica de conquista e uso da terra distinta da forma que vigorou em boa parte do país, onde o propósito mercantil latifundiário não prendia grandes contingentes populacionais nos espaços.

Na Tabela 3 fica evidente o regime latifundiário presente nos estados que fazem parte do Nordeste, do Centro e do extremo Norte do Brasil. O latifúndio que se apresenta em proporções elevadas no estado de Mato Grosso, atingindo aproximadamente 83% do território agricultável, oferece, segundo relatório da Diretoria Geral de Estatística (BRASIL, 1927, p. 17), exíguo aproveitamento da terra. O mesmo relatório aponta a falta de imigração e a insuficiência de transportes como causa para as dificuldades no desenvolvimento e progresso da agricultura.

Tabela 3- Estabelecimentos - Maior/Menor de 100 hectares em 1920.

NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS RURAIS			
Estados	Menor 100 ha.	Maior 100 ha.	% Menor 100 ha.
Pará	19.752	7.155	73,4%
Alagoas	6.107	2.733	69,1%
Paraíba	11.940	6.438	65,0%
Amazonas	3.052	1.894	61,7%
Minas Gerais	70.025	45.630	60,5%
Território Acre	647	523	55,3%
Piauí	5.053	4.455	53,2%
Maranhão	3.266	3.408	48,9%
Pernambuco	11.219	12.117	48,1%
Ceará	7.594	8.629	46,8%
Rio Grande do Norte	2.349	3.329	41,4%
Goiás	5.187	11.447	31,2%
Mato Grosso	598	2.886	17,2%

Fonte: Elaborada pela autora com base em BRASIL. Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. Diretoria Geral de estatística. Recenseamento do Brasil 1920. 1927, p. 15.

Nessas regiões, as propriedades agrícolas com menos de 100 hectares aparecem em números reduzidos. Essa característica, segundo a tabela, mostra-se contrária ao que sucedeu nos estados do Sul do Brasil, com grande presença de imigrantes e descendentes ocupando assentamentos agrícolas baseados na pequena propriedade. É importante, no entanto, não desconsiderar a presença do latifúndio no Sul do Brasil. No Rio Grande do Sul, as regiões com presença das fazendas de criar, representam esses espaços, bem como em Santa Catarina, nas regiões de Lages e Curitibanos e até mesmo no município de Cruzeiro, em espaços que correspondem atualmente ao município de Água Doce.

No contraponto a esse viés latifundiário o arcabouço, idealizado pelo poder público catarinense, visava à formação de novas forças produtivas. Ao direcionar o processo de colonização numa perspectiva capitalista, as pequenas propriedades absorveriam grandes massas de migrantes. Imbuídos do ideal de serem proprietários de terra na nova fronteira, executariam o projeto modernizador. Para Octávio Ianni (1994, p. 55), essas articulações sintetizam a proposta governamental de ruptura com o peso do trabalho escravo, que predominou por séculos, a partir de uma nova formação social. Sobressaem aspectos socioculturais e econômicos distintos, oferecendo contornos singulares e novos para a formação da nação.

As condições e possibilidades de organização e transformação da sociedade germinariam, para o governo, pelo fomento de novos projetos. No que tange o processo de reestruturação do oeste catarinense, idealizado pelo poder público e posto em prática pelas empresas de colonização, muitas críticas foram direcionadas. A inexistência ou precariedade de estradas de acesso aos lotes que eram comercializados, principalmente os localizados distantes das sedes, foram considerados os maiores empecilhos às empresas colonizadoras. Contornando esses ou outros obstáculos, relacionados à infraestrutura das colônias, os empresários da colonização contribuíram com o avanço do que o governo entendia serem as condições básicas para uma transformação social e econômica. Na mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 1922, as colocações do governador Hercílio Luz congregam os interesses do poder público e privado e, menosprezando as censuras, destaca que

as alianças da administração pública e dos construtores de estradas de penetração não se têm feito esperar os benefícios e deles vamos já colhendo farta messe de vantagens econômicas nas regiões que há cinco anos eram inabitadas e são hoje centros de atividades de centenas de famílias de agricultores e pequenos criadores, preparando-se para em futuro próximo constituírem em notáveis núcleos de progresso e civilização. (SANTA CATARINA, 1922, p. 39).

Os dados apresentados pela Diretoria de Terras e Estatística, após a conclusão do censo de 1920, evidenciaram que as regiões, onde predominou o regime de pequena propriedade rural, foram justamente os locais em que se concentraram os maiores coeficientes de rendimento e de utilização de aparelhagem agrária. O redator ainda completou que estados, como Sergipe e Pernambuco, até revelaram boa posição, mas sempre em situação inferior aos estados do Sul onde a presença do elemento de descendência europeia é fator preponderante para o alcance das cifras. (BRASIL, 1927, p. 23-24).

As narrativas e ações traziam implícita a ideia de uso e domínio das terras direcionadas ao capital privado e à progressão econômica. Essa conjuntura, que envolveu o processo de colonização, impôs às autoridades também a preocupação com o banditismo que precisava ser combatido para assegurar a fixação dos grupos de colonos. Os desafios crescentes estavam em consonância à presença de diversas forças sociais, disputando os mesmos espaços de terra e poder. O enalço aos grupos considerados desordeiros e a marginalização dos caboclos faria crescer os privilégios e estímulos para o que Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 34) chamou de europeização do território.

2.1.2 – Controle do banditismo como ferramenta para a reocupação

Diversas manifestações de desordem foram identificadas, do ponto de vista das autoridades, em todo o Oeste catarinense. No município de Cruzeiro, no mês de março de 1916, um grupo liderado por Antônio Palhano “promoveu agitações” e ameaçou atacar a sede do município. Visando garantir a “ordem da região”, o governador do estado, Pedro da Luz, determinou ao Delegado de Cruzeiro, Antônio Marques, e o tenente Octavio Costa, de Herval, que reunissem forças para deter os “planos criminosos”. A campanha contra o “bandido” estendeu-se até o mês de junho, sendo necessário o deslocamento de tropas da capital que atuaram em todo o território do ex-contestado no propósito de dismantelar o “grupo do bandoleiro” (SANTA CATARINA, 1921, p.35-37). Tais situações demonstram a tensão vivida na região, no contexto de expansão da propriedade privada nesse território.

Ainda no final do mês de setembro, O Estado, jornal de circulação em Florianópolis, publicava, na primeira página de seu folhetim, as dificuldades de conter as agitações no município de Cruzeiro. A notícia destacava que o comandante da força do Rio Grande do Sul, na estação de Marcelino Ramos, acordou uma ação conjunta com a polícia catarinense do Rio do Peixe para perseguição aos bandidos (O ESTADO, 1916, p. 1). Nessas publicações chama-

se a atenção para à proporção que as agitações englobavam e a preocupação por parte do governo em eliminar os focos.

Circunstâncias que envolviam o controle ao banditismo também eram retratadas nos jornais de circulação na capital do país. Na percepção oficial, a superação do estigma de atraso transcorreria da possibilidade de acesso às terras pelos colonos. Em 1918, o jornal *Gazeta de Notícias* publicava que “as gente do Fabrício foi presa”, destacando a postura do governo de Santa Catarina em ações para garantir a ordem e a segurança das liberdades individuais e de propriedade. Pela notícia, o superintendente, de Herval, assumiu o controle do bando que se entregou a polícia, normalizando a situação na região. (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 1918, p. 2).

Segundo Cristina Dallanora (2019, p. 86), a aversão institucionalizada por meio oficial, contra Fabrício das Neves e seus homens, alimentava-se ainda do período da Guerra do Contestado. A ele atribuía-se a imagem de homem “perigosíssimo” e “infrator da ordem”. Por esse motivo, a importância dada pelos órgãos públicos à coerção do banditismo, que de certa forma, dificultava o processo modernizador pela privatização das terras.

Nessa perspectiva, as autoridades catarinenses viam como necessário povoar a região para garantir a posse definitiva e para inserir o território noutra dinâmica econômica. A implantação de políticas, que asseguravam a viabilidade e concretização das predileções privadas, sobre o interesse dos posseiros também foram bastante visíveis no ano de 1918. Ações judiciais foram instituídas por empresas privadas contra posseiros, considerados intrusos nas terras a serem colonizadas a partir da migração com descendentes de europeus.

Nesse cenário, a Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio-Grande acionou, judicialmente, posseiros que ocupavam espaços destinados à colonização no município de Cruzeiro. A objeção dos posseiros para a regularização das terras resultou em conflitos diretos. As populações tradicionais acreditavam que dificultando a regulamentação das terras, pelos agrimensores, as suas posses estariam mantidas. A situação não foi concretizada, pois os ganhos de causa nas ações impetradas foram em prol da Companhia.

Na medida em que avançavam a colonização e os embates em torno da terra, mais relevante à necessidade da atuação da Agência de Terra na região de Cruzeiro. O organismo era responsável por discriminar os espaços de domínio público e privado, bem como as terras devolutas. A principal finalidade estava constituída em fiscalizar e regularizar as terras invadidas por intrusos. Para Arlene Renk (2006, p. 55), a exclusão da população posseira encontrava justificativa e legitimação na ideologia da colonização. A eficácia do projeto colonizador na região seguia a mesma ideologia proposta para o país. Os “construtores do

progresso e da civilização” corresponderiam ao agente humano descendente de europeu que, vindo das primeiras colônias do Rio Grande do Sul, efetivaria o projeto de nação com “vocação agrícola”.

Os escólios imprimem com veemência as tratativas no combate à criminalidade e em prol das garantias de vida e da propriedade privada da terra. É notável que grupos de interesses distintos se alinhavam no sentido de se beneficiar da política de povoamento alicerçada no início do século XX. Nessa perspectiva, o controle das tensões relacionadas ao banditismo e às disputas pela posse da terra, por parte das populações caboclas, foram uma constante no período. Em 1929, por ocasião da viagem de Konder para o oeste, as questões relacionadas ao banditismo ainda eram latentes. Na escrita de Arthur Ferreira da Costa, essa contenda fica evidente quando destaca que

um dos grandes flagelos do Oeste Catarinense é o banditismo no sertão. [...] São resultantes de motivos políticos, questões de terras, assuntos de honra e em menor escala do roubo.[...]A escolta volante que o governo do Estado vai criar aprisionará ou expulsará para longe os criminosos que se escondem naqueles secretos valhacoitos. [...] os colonos demandarão aquelas regiões privilegiadas para compensação do trabalho com eles fugará o banditismo (COSTA, 1929, p. 60).

Dessa forma, os interesses privados encontraram amparo nas políticas públicas instituídas e as vantagens econômicas foram colhidas por ambas as partes quando o projeto colonizador foi efetivado. A cessão de terras, por parte do governo, às empresas colonizadoras em troca da construção de infraestrutura, promoveu a fixação de novos grupos no território. Inseridas na concepção da propriedade privada, as terras foram subdivididas em lotes agrícolas e destinadas a pequena produção agrícola. A comercialização a colonos, a partir de 1910, e intensificada após o Acordo de Limites, estruturou no município de Cruzeiro, emancipado em 1917, assentamentos que articularam uma dinâmica baseada na produção de alimentos, criação de animais e na comercialização local e pela via férrea.

2.2- Migração para as terras de Cruzeiro

A colonização do município de Cruzeiro esteve diretamente atrelada à ideia de expansão capitalista e na atuação das empresas colonizadoras, responsáveis por efetivar assentamentos de colonos em todo o território do ex-Contestado. A ferrovia foi considerada o principal meio de atração para os grupos que migravam, sobretudo, das primeiras colônias do Rio Grande do Sul. A facilitação oferecida pela moderna ferrovia, tanto para o deslocamento

de pessoas quanto para a comercialização de produtos, transformou as terras do município em um capital valioso nas primeiras décadas do século XX.

De maneira geral, as propostas político-ideológicas para atingir a modernização econômica do estado, a partir da capitalização, nas regiões consideradas atrasadas, já vigoravam nas políticas do Partido Republicano. Quando da Proclamação da República, em 1889, as normativas de legislar sobre as terras devolutas passaram para o domínio dos estados. Incumbidos da nova responsabilidade, o governo institucionalizou e regulamentou as políticas relacionadas às terras do território.

Na Constituição estadual, promulgada em 7 de julho de 1892 (FREIRE, 1898, p. 563), as diretrizes, que norteavam os poderes, estavam centradas no modelo capitalista de desenvolvimento, na diversificação econômica, bem como o incremento dos meios de transporte e obras de infraestrutura, principalmente de estradas. Na nova ordem, instalada pelos republicanos, o incentivo à ocupação pelos imigrantes ou descendentes, no caso da nova fronteira, forneceria subsídios para a introdução de novas técnicas, o crescimento da pequena propriedade e, principalmente, a valorização da terra.

Nas regiões assinaladas pela agricultura em pequenas propriedades, com atuação dos empresários da colonização, a capitalização incipiente gerava potencialidade de lucros. Impetrou-se dessa forma, uma rede de interligações de interesses em torno da colonização: i) O capital estrangeiro, compreendido, no município de Cruzeiro, pela *Railway Company* e sua subsidiária *Southern Brazil Lumber and Colonization*, que mantinha a exploração das terras e conseqüentemente auferindo lucros e rendas; ii) As empresas colonizadoras, que também somaram ao complexo arcabouço, pois com a comercialização direta das propriedades aos migrantes ampliaram sua influência e sua lucratividade na fronteira; iii) O Estado repassando, aos empresários da colonização, as responsabilidades dos assentamentos, tem retornos através da arrecadação de impostos e a comercialização de produtos.

Os migrantes eram vistos como a peça essencial para o funcionamento dessa trama de interesses. O pequeno proprietário, ao adquirir as terras no município de Cruzeiro, efetivaria o processo. Estabelecendo-se nos espaços específicos, desenvolveria uma economia para subsistência, comercializando o excedente de sua produção nos centros urbanos ou com outros estados pela viação férrea.

O desmatamento e a agricultura de subsistência, a exploração agrícola e paralelamente o beneficiamento da produção, e a exploração de excedentes, apresentou-se como uma articulação entre a produção na propriedade e comercialização. [...] Cabia ao colono dedicar-se intensamente a exploração

do solo, articulando finalmente a produção com o mercado. (HERING, 1987, p. 40).

Ao descrever o desenvolvimento dos assentamentos quando da atuação dos colonos estabelecidos em Santa Catarina, Maria Luiza Hering alvitra uma articulação que foi replicada e, desta forma, exemplifica como se estruturaram os primeiros grupos situados na região de Cruzeiro. No entanto, é importante salientar que a extração da renda capitalizada da terra pelas empresas colonizadoras demonstra o caráter meramente especulativo da mercadoria terra. Além disso, tal processo eximiu, do local, grande parte dos lucros arrecadados, demonstrando que o desenvolvimento comercial e industrial do município, a partir da década de 1930, corresponde aos investimentos oriundos da inserção dos colonos ao mercado regional ou nacional.

A ferrovia São Paulo-Rio Grande exerceu um papel muito importante para a colonização de todo o Vale do Rio do Peixe. A proximidade com a via férrea, considerada uma porta de entrada e saída para os produtos excedentes, e o crescente “desenvolvimento” identificado a partir da formação dos núcleos de colonização são percebidos nos depoimentos de José Ferreira da Silva quando descreve tamanha investida que a região de Cruzeiro assumiu

onde homens ativos e experimentados no comércio de gêneros coloniais montavam as suas casas de negócio, as suas pequenas indústrias, ativando transações não só com os colonos, na compra dos gêneros que estes produziam, como com as firmas do Rio Grande e São Paulo. A estrada de ferro mantinha-os em contato permanente e seguro com esses centros, facilitando igualmente a vinda de novos braços, de novas energias, para o desbravamento da fertilíssima região, que seria, graças e esse meio de transporte, ao trabalho persistente, a coragem e ao entusiasmo de lavradores ativos e inteligentes, transformada em breve em uma das mais ricas e prósperas de todo o estado de Santa Catarina (QUEIRÓZ, 2016, p. 16).

As declarações supracitadas corroboram com as informações apresentadas por José Carlos Radin (2009, p. 110), quando afirma que as décadas de 1920 e 1930 representaram o período com o maior número de concessões efetivadas em favor de empresas, impulsionando os negócios imobiliários. Concomitantemente, grandes levas de migrantes, entusiasmados com as possibilidades que as terras e a ferrovia proporcionariam, transformaram o território de Cruzeiro pela via agrícola.

2.2.1 – A ferrovia enquanto elemento de valorização fundiária

É complexo compreender a questão agrária, no início do século XX, desvinculada dos ideais de modernização da fronteira. O deslocamento de grupos considerados portadores do *ethos* do trabalho, a partir da estruturação definitiva da propriedade da terra, propiciaram a intervenção financeira e a interligação regional e mercantil. Nessa lógica, a colonização, segundo João Carlos Tedesco (2008, p. 7), simbolizou a ação de homens sobre um determinado espaço. Promoveu a valorização da terra e implicou na transformação da relação homem-natureza, homem-terra, homem-mercadoria.

Um comparativo, no que concerne o valor das terras nos municípios de Cruzeiro e Chapecó, esclarece a importância que a ferrovia apresentava na comercialização dos lotes agrícolas e a valorização que elas alcançaram nas primeiras décadas de reocupação. Os dados do censo, realizado em 1920, que podem ser observados na Tabela 4, apontam o valor médio do hectare, sem benfeitorias. As terras negociadas, no município de Cruzeiro, possuíam uma valorização média superior a 600% se comparadas ao mesmo espaço disponível para comercialização em Chapecó. Levando em consideração que o projeto de iniciativa privada atingia toda a região do ex-Contestado, as diferenças estavam diretamente atreladas à presença da ferrovia e os benefícios que ela forneceria aos grupos estabelecidos nas proximidades.

Tabela 4- Valor das Terras dos municípios – CENSO 1920

Área e valor das terras recenseadas em 1 de setembro de 1920					
Municípios	Estabelecimentos Rurais (Há.)	Valor das terras		Valor médio por hectare	
		Com inclusão das benfeitorias	Excluídas as benfeitorias	Com inclusão de benfeitorias	Excluídas as benfeitorias
Chapecó	116.024	1.936:831\$	1.742:251\$	17\$	15\$
Cruzeiro	25.431	3.052:798\$	2.403:373\$	120\$	95\$

Fonte: Elaborada pela autora com base em BRASIL. Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. Diretoria Geral de estatística. Recenseamento do Brasil 1920. 1924, p. 43.

O crescimento demográfico de Cruzeiro explicita a política de povoamento que vigorava no período pós-emancipação. O município que foi criado com extensão territorial de 7.680km² contava, em 1920, conforme dados do IBGE, com 13.335 habitantes e, em 1940, alcançou 36.448. Acrescente-se a esse número a população do município de Concórdia, que havia se emancipado de Cruzeiro em 1934, e contava com população de 32.754 habitantes (IBGE, 1956, p. 597). Os números que se referem à população do território que formou Cruzeiro são ainda mais expressivos quando comparados a Chapecó, cuja extensão territorial era de mais de 14.000km² e, em 1920, registrava população de 11.315 habitantes, passando a

44.660 em 1940. Esses comparativos configuram a importância da ferrovia e do aparelhamento público para a colonização e consequente desenvolvimento econômico do município.

Os dados observados nos recenseamentos, bem como as análises de Eunice Sueli Nodari (2002, p. 21), apontam para um deslocamento superior a 20 mil pessoas para o município de Cruzeiro, no período. É importante destacar que grande parte da população era caracterizada por descendentes de italianos e alemães que migraram das primeiras colônias do Rio Grande do Sul. Os municípios de Guaporé, Caxias do Sul, Garibaldi, Silveira Martins, e outras colônias, que receberam imigrantes no século XIX, foram as zonas de maior repulsão. Esses migrantes, convencidos que as terras de Cruzeiro ofereceriam uma melhor condição de vida, adquiriram os lotes disponibilizados pelas empresas colonizadoras, concretizando os ideais ambicionados pelo poder público.

Ao observarmos a área ocupada por estabelecimentos rurais, no município de Cruzeiro, em 1920, identificamos uma porcentagem de apenas 2,8%. No entanto, com índices superiores a 85% da população total envolvida nas atividades relacionadas à agricultura e criação (BRASIL, 1930, p. 101). Quando avaliados os dados apresentados pelo Conselho Nacional de Estatística, para os anos de 1940 e 1950, mesmo excluindo do cálculo os municípios já emancipados, os números saltam consecutivamente para 46,3% e 56,9% dos estabelecimentos agropecuários ocupados. Ressaltando que a utilização das terras para lavoura passa de 67.237 hectares, ou seja, 14,3% do território, em 1940; para 124.002 hectares, 20,2%, em 1950; são compreensíveis os dados que demonstram uma expansão no fluxo de migrantes para a região de Cruzeiro no primeiro quartel do século XX (IBGE, 1956, p. 44-45).

Os números se mostram importantes por notabilizarem as estratégias assumidas pelos empresários. A migração foi inserida no ideal de expansão capitalista, que atingiu não apenas o território de Cruzeiro, mas a fronteira do ex-Contestado. Profundamente marcado pela publicidade, o afluxo de milhares de migrantes cumpriria o projeto colonizador a partir da pequena propriedade agrícola. Um estudo organizado pela Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul, na década de 1970, estimou a migração de cerca de 250.000 pessoas em toda a fronteira agrícola do referido território (*apud* RADIN, 2019, p. 720-744). O redirecionamento desse elemento também era justificado pela percepção de que a região era um “sertão improdutivo”, condição que deveria ser superada pela ocupação com população de origem europeia, com visão progressista, cujo trabalho gerasse acumulação de riqueza. Tal

perspectiva também se enquadrava com a ideia de branqueamento da população, almejada pelas autoridades e efetivada pelas empresas colonizadoras.

No início dos anos de 1920, Cruzeiro passou a ser retratado como um município próspero o que acentuava o interesse dos migrantes em ocupar a região. Para o pequeno agricultor apresentou-se como a possibilidade de ir ao encontro de uma terra desconhecida, mas ao mesmo tempo fascinante, que lhe traria sucesso a partir do trabalho. Jornais de abrangência estadual apontavam que “Cruzeiro vem entrando na senda brilhante do progresso, readquirindo o seu bom nome de terra farta, fértil e ordeira”. A coação ao banditismo, na região, apresentava-se como fator para as análises que vinham sendo construídas sobre o processo de ocupação do espaço. Na mesma edição do jornal, o redator ainda destacava que a “vila de Cruzeiro, assim como todo o Vale do Rio do Peixe, acham-se mais felizes. Progridem de uma maneira espantosa graças a influência dos migrantes que chegam de todos os lados” (República, 1924, nº 1633, p. 01).

O anseio dos colonos, em se tornarem proprietários e constituir riqueza, figuravam no imaginário dos grupos que se deslocavam. Nas novas terras de Cruzeiro, almejavam ampliar seus rendimentos pela agricultura e reconstruir seu espaço sociocultural. A eles, os empresários da colonização expunham que, adquirindo novas terras no território catarinense, manteriam a possibilidade de produção em pequenas propriedades agrícolas (RADIN, 2009).

2.2.2 - Os empresários da colonização e a comercialização das terras

As terras no oeste catarinense eram retratadas como férteis, de fácil cultivo e, dessa forma, a região considerada um fator de atração. Enquanto que os primeiros assentamentos no Rio Grande do Sul, pela inviabilidade de subdivisão dos lotes para atender as famílias numerosas, eram tidos como agentes de repulsão. Além disso, o esgotamento do solo, que exigia dos agricultores grandes investimentos para revitalização, estimulou a aquisição de terras no município.

É perceptível, que a construção da ferrovia e a disponibilidade de terras fomentaram o processo migratório com elementos do Rio Grande do Sul, mas também favoreceu, mesmo que em menores proporções, a chegada de imigrantes ao município. O governador do estado, Coronel Antônio Pereira da Silva Oliveira, faz menção, em sua mensagem de 1924, sobre a atuação da Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ghilardi e Cia. para a entrada desses grupos na nova fronteira agrícola e, dessa forma, “marcar a primeira etapa da civilização do nosso mais remoto Oeste”. Destacava que “a empresa mantém três colônias: em Rio Capinzal, em

Rio do Peixe e em Porto União. Acham-se nelas localizadas em 1532 pessoas, representando 217 famílias, sendo 687 brasileiros, 428 italianos, 294 alemães e 123 de outras nacionalidades” (SANTA CATARINA, 1924, p. 39).

Eunice Sueli Nodari (2002, p. 45), justificando a perspicácia atribuída aos empresários da colonização, cita a vinda de Guilherme Scheufele. O imigrante alemão chegou ao Brasil em 1924 através da Empresa Colonizadora Mosele, Eberle, Ghilardi & Cia. Segundo a autora, a escolha do município de Cruzeiro ocorreu por influência de vizinhos da Alemanha, a família Specht, que havia migrado dois anos antes. A situação ilustrada pela autora é identificada, no livro do memorialista José Valdomiro da Silva (1987, p. 43), quando destaca que o ano de 1922 foi marcado pela chegada a Limeira de Luiz Specht com sua esposa Luiza e filhos. Segundo o autor, a família, vinda da Alemanha, foi importante para o desenvolvimento econômico do município¹³.

Vários jornais do período também retrataram a chegada de imigrantes no município de Cruzeiro. As publicações perpassavam o ideal de superação perante a situação vivenciada no país de origem e o desejo de uma vida melhor no destino. Na edição do dia 22 de junho de 1924, o correspondente de Cruzeiro para o jornal República publicava que

duzentos imigrantes alemães, quase todos agricultores, desembarcaram na estação Herval, ultimamente. [...] quase todas as famílias já se colocaram em terrenos próprios, comprados da Companhia Colonizadora Mosele, Eberle e Ghilardi. [...] o mais interessante é que esses colonos já estão virando com arado o solo para plantar trigo e centeio. [...] Muitos dos colonos vindos agora, pensam montar, brevemente, pequenas indústrias como as que existem em seu país de origem. Cruzeiro, quase deserta até agora, vai ficar formada e entrar em franca prosperidade [...]. (REPÚBLICA, 1924, nº1681, p. 02)

Essa construção, baseada na expectativa de uma vida melhor, foi de certa forma constituída pelas empresas de colonização que atuaram no sentido de efetivar na região o desenvolvimento e o progresso almejado a partir de uma concepção de propriedade e de produção mercantil. A propriedade, assim pensando, para o colonizador, assumia um aspecto psicossocial de relevância muito maior que o próprio valor econômico. Silvino Santin (1990, p. 454) analisa que o trabalho exercido pelo colono, enquanto proprietário, não era oposto da propriedade. Ele reunia em si a figura do patrão e do empregado, dono do capital e da força motriz. Por isso a propriedade e o trabalho, para o imigrante, formavam uma base monolítica

¹³ No capítulo 3, ao descrever a indústria moageira no município de Cruzeiro, aspectos específicos da família Specht serão apresentados.

que, sob todos esses aspectos, constituía-se no ponto de partida indispensável para pensar todo e qualquer projeto de vida e de investimento.

Os níveis de crescimento e renda no sul do Brasil, no início do século XX, foram analisados por Celso Furtado (1976, p.1 45). Para o autor, a economia praticada pelos colonos, foi beneficiada pela ampliação do consumo no mercado interno. Pela possibilidade de absorção dos excedentes de produção, seja diretamente colocando alguns produtos, com o vinho e a banha do porco; seja indiretamente, através da expansão urbana; alguns setores da economia de subsistência puderam expandir a faixa monetária das suas atividades produtivas.

As novas articulações econômicas constituídas pelos colonos foram retratadas nos jornais catarinenses nas décadas de 1920 e 1930. Nesse período, o município de Cruzeiro era descrito por um viés muito simétrico ao vislumbrado nas demais regiões de abrangência da colonização, a partir de imigrantes ou descendentes. O sistema agrícola adotado prosperou, apesar das dificuldades iniciais com acesso a sementes e, principalmente, infraestrutura de estradas que ligassem as regiões mais interioranas à estação Herval, ponto de partida para a comercialização dos excedentes.

Em 1924, o Jornal República (1924, nº 1602, p. 1), publicava que Cruzeiro já era o maior produtor de alfafa, exportando em grande escala para o Rio Grande do Sul, Curitiba e São Paulo. Agora poderia também ser considerado o maior produtor de trigo porque não há colono algum que deixe de plantá-lo. [...]. Além do Trigo também se desenvolvia, gradativamente, a cultura de cevada, centeio e aveia. O mesmo jornal, enfatizando o progresso a partir da produção agrícola familiar e a geração de excedentes, noticiou, em outubro de 1927, que o município de Cruzeiro estava sendo considerado no período

uma unidade das mais importantes do Estado, porque já tem mais de 20 mil habitantes, com uma renda aproximada de 200 contos de réis, e, que pela São Paulo Rio Grande, em grande parte abastece os mercados do Paraná e São Paulo de milho, feijão, alfafa, banha, produtos suínos e muitos outros artigos, começando dentro de um ou dois anos a exportar vinho, em nada inferior ao do Rio Grande do Sul. (REPÚBLICA, 1927, Nº 317, p. 2).

A imagem criada acerca da nova fronteira agrícola, seja através da publicidade ou do contato entre as famílias que se deslocavam e as que permaneciam nas antigas colônias, serviria de atrativo para a migração dos colonos. A retórica exercida pelas empresas para deslocar as massas de migrantes para o território de Cruzeiro é identificada no contexto em que famílias numerosas, em terras cada vez mais esgotadas do Rio Grande do Sul, vislumbravam na nova fronteira a possibilidade de manutenção ou ascensão econômica.

Uma vez que os primeiros colonos adquiriam seu lote de terra, os empresários se utilizavam deles, já assentados, para intensificar os deslocamentos, que envolviam membros da mesma família e se estendia a vizinhos e conhecidos. No que concerne, Eunice Sueli Nodari (2002, p. 38) cita a família Grapagea, de origem italiana, que migrou para Cruzeiro, em 1936. A aquisição das terras, no local, ocorreu por intermédio de um amigo e vizinho que havia se mudado antes para Catanduvas, interior do município.

O intenso aparato publicitário, principalmente nos jornais que circulavam nas colônias de imigrantes do Rio Grande do Sul, também foi considerado uma ferramenta eficaz para impulsionar a comercialização das terras. O jornal *Staffetta Riograndense* apresentava, semanalmente, as principais informações relacionadas às colônias que se estruturavam no oeste de Santa Catarina. Esses anúncios, patrocinados pelos empresários da colonização, idealizavam o novo território, onde a possibilidade de participar de um novo núcleo de povoamento traria, além do acesso a terras férteis e em abundância, a possibilidade de uma comercialização garantida de toda a produção, visto à proximidade com a ferrovia.

Na propaganda publicada, no dialeto italiano, em maio de 1920, (*STAFFETTA RIOGRANDENSE*, 1920, p. 3) pela colonizadora H. Hacker & Cia., fica evidente a estratégia da empresa em destacar que as terras se destinavam a pequenos agricultores, estavam localizadas muito próximas à ferrovia, com boas estradas de acesso e totalmente conectadas com os grandes centros de consumo do país, Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro. A publicidade mencionava que o colono que adquirisse as terras, na nova fronteira agrícola, manteria seus costumes. A existência de escola e igreja, tidas como indispensáveis para garantir a manutenção da cultura e a união da família perfaziam a gama de artifícios estabelecidos como estratégia de comercialização.

A maioria dos migrantes, que se deslocavam, mantinha uma íntima relação com a terra de origem. Mesmo persuadido pelo anseio de conquistar a propriedade e melhorar a vida, existia uma resistência em abandonar os princípios culturais que lá construíram. Competia às empresas de colonização, que atuavam no município, a função de prover às colônias com as principais necessidades relacionadas ao bem-estar social, não perdendo de vista o significado que a igreja e a escola possuíam junto aos possíveis compradores.

Nas áreas coloniais, segundo José Carlos Radin (2009, p. 269), a construção de uma igreja, seja luterana ou católica representava sinal de progresso. A edificação também passava a ser o centro social da comunidade. Por isso, em muitas situações, as empresas instalavam ou se articulavam junto à comunidade para que isso ocorresse.

Com o intuito de arranjar os espaços que receberiam os migrantes, ainda em 1918, a Sociedade Sul Brasileira Henrique Hacker doou terras para católicos e protestantes do Rio Grande do Sul, solicitando apenas que viessem padres e pastores. Em 1925, também efetivou a construção de uma igreja católica na colônia Bom Retiro, com padres franciscanos residentes, a fim de atender todo o município de Cruzeiro. Na mesma perspectiva, José Petry, representante e sócio da Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia, disponibilizou um terreno juntamente com um prédio de madeira, no núcleo urbano do povoado de Limeira, para que, em 1926, fosse instituída a Comunidade Evangélica Luterana Santíssima Trindade (QUEIROZ, 2016, p. 67).

Esses procedimentos se apresentavam como facilitadores para a apropriação privada da terra, nos moldes ansiados pelas colonizadoras. A eficácia da publicidade e a presença de agentes permitiram o recrutamento e o povoamento com imigrantes e migrantes que ambicionavam prosperar enquanto agricultores e industriais. Na propaganda da empresa Mosele, Eberle, Ahrons & Cia., (Figura 6) são identificados diversos encarregados atuando em suas respectivas localidades, no intuito de recrutar o maior grupo de colonos para a ocupação dos assentamentos no território de Cruzeiro. Igualmente, salienta a grande quantidade de terras comercializadas ao longo do processo de colonização do município e a acuidade das empresas privadas na execução do empreendimento.

Figura 6 – Propaganda da Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia.

Sociedade Territorial
MOSELE, EBERLE, AHRONS & Cia.

PROPRIETARI DELLE FUTUROSE COLONIE CONCORDIA E HERVAL,
I DUE MAGGIORI CENTRI DI GRANDE PROGRESSO DELLA
ZONA COLONIALE DI SANTA CATHARINA SITUATI NELLE
VICINANZE DELLE STAZIONI DI MARCELLINO RAMOS E HERVAL.

Acqua e clima: — l'acqua vi é abbondante e eccellente, tutti i terreni sono misurati in modo che ogni colonia sia servita di acqua corrente in quantità. Quanto al clima é il migliore che si possa desiderare, e si assomiglia molto a quello dei nostri municipi della colonia italiana, perciò molto adatto alla cultura di ogni sorta di cereali, specialmente *miglio, frumento, fagioli, fano, alfafa*, oltre il buon vino perchè i vigneti vi fruttano benissimo.

Strade e commercio: — oltre alla favorevole situazione delle nostre terre che si trovano vicine alla strada di ferro, sono pure servite da ottime e numerose strade carreggiabili, proprie per auti e camions, costando per questo pochissimo il frete per il trasporto dei generi coloniali alle stazioni.

Nelle nostre colonie il colono può stabilirvisi subito e produrre in quantità qualunque genere coloniale perchè trova immediatamente dove venderlo a buoni prezzi, per trovarsi in mezzo al commercio e perciò dove non mancano mai buoni compratori.

COLONI: — ricordatevi che comprando terreni lontani dal commercio commettete un grande sbaglio, perchè non solo non otterrete buoni prezzi per la vendita dei vostri prodotti, come sarete soggetti a pagare carissimi i generi che sarete obbligati a comprare per il vostro consumo, come *sale, zucchero, riso, petrolio* e altri, come pure avrete il disvantaggio di essere lontani da tutti i ricorsi e perciò privi di strade, scuole e di chiesa. Ricordatevi pure che comprando terreni di prima qualità vicino ai centri commerciali, é ancora il migliore negozio perciò tutti quelli che desiderano impiegare bene il loro capitale, devono acquistare delle nostre colonie in CONCORDIA o HERVAL.

Prezzi e condizioni di pagamento: — ZONA DI CONCORDIA di 3.000\$000 a 3.800\$000 per colonia di 24 ettari — ZONA DI HERVAL di 3.200\$000 a 4.800\$000 conforme la colonia. Pagamenti in tre prestazioni uguali, a vista a sei mesi e a dodici mesi senza juro, pagando anticipato faremo lo sconto nella base di 12% all'anno.

Condizione: — per quelli che preferiscono non viaggiare in ferrovia l'impresa dispone di splendidi e comodi auto-omnibus da qualunque punto della colonia italiana fino a Marcellino Ramos oppure a Concordia. Viaggio gratuito di andata e ritorno per quelli che comprano, e costerà 100\$000 per quelli che non comprano.

Per maggiori informazioni dirigersi ai nostri scrittoi di Caxias, Marcellino Ramos o Herval (Santa Catharina) oppure ai gerenti João Mosele e Leonel Mosele.
(26-a)

Fonte: Staffetta Riograndense, 18 de abril de 1929, p. 04.

Diante das representações difundidas, especialmente nos benefícios de infraestrutura na nova fronteira, grandes contingentes de migrantes das regiões decadentes territorialmente do rio Grande do Sul, entenderam a possibilidade de prosperar no novo destino. Eunice Sueli Nodari (2002, p. 34) destaca que a própria migração é um conjunto de práticas socioculturais que podem ser adotadas quando problemas estruturais colocam pressão em uma pessoa ou família. Entretanto, ao se mudar, um conjunto inteiro de sugestões e problemas será encontrado e o próprio ato de migrar requer reações para se adaptar às novas circunstâncias.

Nessa perspectiva é possível perceber que os migrantes que se deslocaram para o município de Cruzeiro tinham como principais motivações a busca da manutenção do padrão socioeconômico e cultural e mesmo a sua melhoria. As colonizadoras davam a entender, a esses colonos, que, através de diferentes meios, poderiam manter as famílias unidas devido à fartura que as terras proporcionariam. Isentava-se a eles a preocupação com dificuldades a serem enfrentadas o que, em muitos casos, era uma constante, seja pela falta de estradas de acesso, seja pela distância da ferrovia ou ainda pela dificuldade de aquisição de sementes e outros insumos para a produção agrícola.

É importante salientarmos que o trabalho das companhias colonizadoras não se resumiu somente ao Rio Grande do Sul, estendendo-se, inclusive, a outros países. Na reconstrução do espaço, as empresas criaram ou estimularam a implantação da infraestrutura facilitando assim, a colonização e o desenvolvimento econômico do município de Cruzeiro.

2.3- A via de reocupação do território

A ocupação “efetiva” da terra, segundo as políticas adotadas pelo governo catarinense, somente adviria pela difusão da pequena propriedade. Nesse contexto, nas primeiras décadas do século XX, grandes áreas do município de Cruzeiro foram direcionadas aos trabalhos de colonização pelo capital privado. A infraestrutura necessária para o desenvolvimento dos assentamentos decorreu do próprio processo de reocupação do espaço. Os investimentos públicos ocorriam paralelamente a acordos estabelecidos com as empresas colonizadoras que, em muitos casos, negociavam a construção de estradas, pontes e outras obras de responsabilidade do estado, em troca de terras ou isenção de dívidas.

Os investidores, em sua maioria sul-rio-grandenses, entendiam que o fomento à colonização e aos lucros oriundos dela, estariam alinhados às possibilidades proporcionadas pela ferrovia. José Carlos Radin (2009, p. 104) identifica que a comercialização de terras, no Vale do Rio do Peixe pelas empresas colonizadoras, apresentou-se como um negócio bastante promissor, tendo em vista, principalmente, a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, que facilitava as transações comerciais.

Para o governo, a política adotada, conduzia à incorporação do território ao projeto de modernização. A justificativa era usada para negociar a construção da infraestrutura com as empresas. Na mensagem apresentada ao Congresso representativo, em 1921, os interesses do governo se mostram claros quanto às responsabilidades que incidem diretamente sobre os empresários da colonização

Quão avultada é a importância desses serviços que é paga em terras devolutas, terras que até aqui, completamente improdutivas, sem render o mínimo imposto, oneravam aos cofres estaduais, e que utilizadas desse modo geram desenvolvimento que dificilmente seria alcançado exclusivamente à custa dos cofres estaduais. Transformamos assim em moeda a terra inculta. E sobre essa mesma moeda, recebemos oportunamente juros de duas naturezas: o primeiro, imediato e direto – o imposto territorial: o segundo, indireto e mais tardio, de muito maior valor – a riqueza do povo. (SANTA CATARINA, 1921, p. 37-38)

A ideia de crescimento da riqueza, difundida no discurso oficial, é observada ao longo da década de 1920. O governador Antônio Pereira da Silva e Oliveira descreve, em 1925, que “na região do Contestado são várias as empresas que se dedicam aos trabalhos de colonização, todas elas contribuindo eficazmente para incorporação à cultura daquele rico pedaço do nosso território” (SANTA CATARINA, 1925, p. 38). As empresas passaram a ser pensadas como executoras do projeto governamental. Ao receberem as terras, cabiam aos empresários o loteamento e a introdução dos colonos.

Compreendida enquanto produto a ser comercializado, a terra se tornou referência para o movimento de colonização. No município de Cruzeiro, a presença do empresário Henrique Hacker cooperou nesse sentido. Associado a um grupo de investidores do Rio Grande do Sul, em 1916, fundaram a “Sociedade Territorial Sul Brasileira Henrique Hacker e Cia”. Uma extensão de 40.000 hectares foi adquirida e dividida em lotes. Desta gleba, sucederam-se novas sociedades originando, em 1923, Sociedade Territorial Mosele, Eberle e Ghilardi & Cia que, em 1925, transformou-se em “Sociedade Territorial Mosele, Eberle Ahrons Ltda” (QUEIRÓZ, 2016).

É importante destacar que, além do espaço assumido pelas empresas acima citadas, as demais terras ao longo do Rio do Peixe integravam a concessão feita pelo governo à *Brazil Railway Company* e suas subsidiárias. Uma vez demarcadas, as terras dinamizaram a formação de assentamentos agrícolas, promovendo a colonização e o surgimento de vários povoados ao longo de toda a extensão da ferrovia. Ao escrever sobre suas memórias, José Waldomiro Silva assegura o exposto ao reportar-se ao período.

A construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, constituiu o maior surto de progresso à região do Vale do Rio do Peixe, pois até então aquela rica região era despovoada, inóspita. Tão logo correram os primeiros trens de passageiros já vieram os colonos, principalmente do Rio Grande do Sul e na sequência os comerciantes e madeireiros (SILVA, 1987, p. 13).

O pensamento articulado por José Waldomiro Silva vai ao encontro do que expressava a proposta modernizadora alvitada pelo governo. A região seria um espaço propício para construir o futuro e, por isso, o aproveitamento econômico e a cobiçada recomposição étnica e cultural se acertaria pela chegada dos migrantes. Nesse sentido também, o processo de colonização avançava em paralelo à difusão da ideia de que o progresso somente seria atingido com a exclusão das populações locais.

Convém indicarmos que, ao direcionar a participação do Estado no planejamento para a incorporação dos “sertões”, da sua natureza hostil e ainda não dominada, esta prerrogativa

recaia diretamente às populações que ocupam essas áreas. Pierre Monbeing (*apud*, MORAES, 2018, p. 37-38) assinala que, a presença efetiva do Estado para levar os benefícios da civilização para as regiões ainda não congregadas na economia capitalista, auxiliou para a expansão e o domínio das novas fronteiras agrícolas com a presença de colonizadores. Evaristo Affonso de Castro, excursionista que circulou pelo interior do Brasil, ao descrever as populações estabelecidas, também corrobora com a perspectiva de superação do sertão a partir da presença do migrante, ao apresentar o caboclo como “um homem sem nenhuma instrução. Na generalidade indolente, cultivando algum milho e feijão, que na maioria dos casos, não basta para subsistência. Vivem em uma profunda e diferença por tudo quanto é progresso” (*apud*, ZARTH, 2021, p. 154).

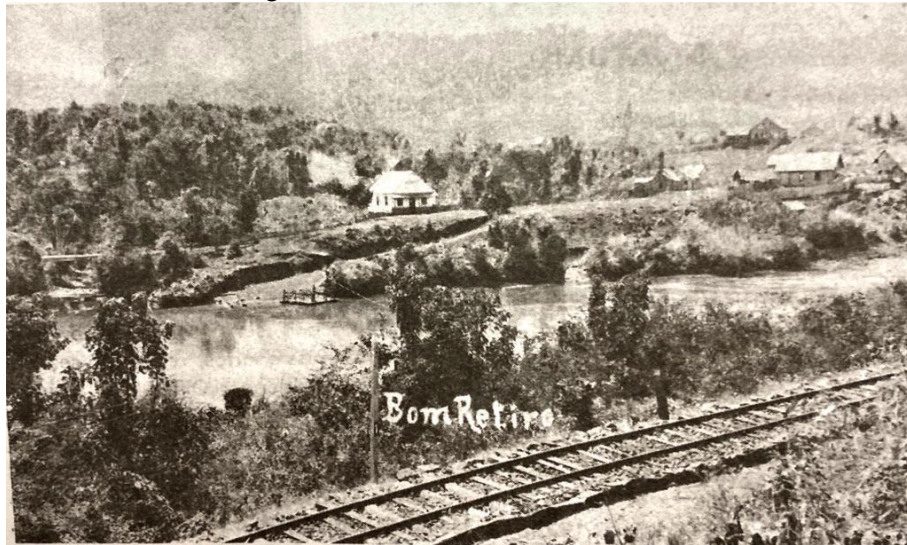
O desenvolvimento dessas representações promoveu a colonização e o aproveitamento da pequena propriedade. O ideário assumido abrangia os grupos de colonos portadores de uma “prática” capaz de “implantar a civilização”, contrapondo o predicado de preguiçosos e ignorantes explicitado aos caboclos. Entretanto, os objetivos do Estado e das empresas privadas não eliminou a convivência com os caboclos e a importância do seu trabalho na instalação e desenvolvimento das colônias.

Os antigos moradores se apresentavam hábeis para abrir picadas, derrubar mato ou na abertura dos roçados. Muitos estavam atrelados aos ofícios da ferrovia. José Waldomiro da Silva (1987, p. 27) destaca para as hostilidades enfrentadas. “A princípio, eu e o Agente da Estação Férrea tivemos muita dificuldade de tomar parte das festas e bailes porque éramos caboclos brasileiros, principalmente o Agente da Estação que era bem moreninho”. A exposição revela o conjunto de forças que atuavam na tentativa de homogeneização do espaço. As empresas colonizadoras aspiravam com a comercialização dos lotes e a organização das colônias, recriar núcleos econômicos, sociais e culturais. Essas novas sociedades forjariam características nos ideais de modernização e mercantilização.

A fundação da colônia Bom Retiro se insere no viés da organização social desencadeada a partir da privatização da terra. Mesmo com a questão de limites ainda não solucionada, mas facilitada pela viabilidade que a ferrovia fornecia, Henrique Hacker adquiriu terras de Adelino Sassi, e parte da Fazenda São Pedro. O espaço adquirido foi dividido em 900 lotes de 24,2 *há*, que passaram a ser negociados a famílias de descendência germânica. Ainda no ano de 1915, mais 24 mil hectares foram adquiridos com o intuito de ampliar a colonização, que se intensificou em 1916, agora com a chegada de descendentes de italianos das primeiras colônias do Rio Grande do Sul. Mesmo estando na margem oposta da ferrovia, o engenheiro construiu uma balsa que facilitava o deslocamento de pessoas e mercadorias para

a estação Herval, como pode ser observado na Figura 7. Nessa lógica, as terras próximas à ferrovia foram favorecidas de sobremaneira na fixação dos colonos, compreendendo que a posse não se apresentava apenas como capital, mas um meio de produção que geraria o sustento.

Figura 7 – Colônia Bom retiro - 1917



Vista da Colônia Bom Retiro, fundada por Henrique Hacker. Em primeiro plano é possível identificar os trilhos que eram acessados pela balsa construída na margem oposta.

Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Municipal de Joaçaba. Consulta local.

Em meados da década de 1920, com a prerrogativa de embarcar a produção e desembarcar artigos para abastecer os colonos, Henrique Hacker saldou junto à direção da ferrovia São Paulo - Rio Grande, a construção de uma linha adjacente e uma estação onde os trens faziam “parada”. A organização de mangueira para o gado, chiqueiro para suínos, armazém para alfafa, milho, feijão, batatinha e outros produtos que eram embarcados, inclusive erva-mate, dinamizou o comércio da produção dos pequenos agricultores estabelecidos nas proximidades. (FUNDEC, 1986, p. 7-8)

Figura 8 – “Estação” de Bom Retiro



Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Municipal de Joaçaba. Consulta local.

A prática adotada pela empresa colonizadora de Henrique Hacker foi assumida, majoritariamente, pela maioria das empresas particulares que atuaram no Vale do Rio do Peixe e Oeste catarinense. Os dados referentes à estrutura agrária na nova fronteira demonstram que o processo de colonização direcionou para a organização de propriedades com aproximadamente 24 hectares, criando assim condições para a comercialização e o deslocamento de migrantes para a região.

Pelos dados captados no censo agropecuário, realizado em 1920 (BRASIL, 1923, p. 373), o município de Cruzeiro abrangia na totalidade 620 estabelecimentos recenseados. Destes, 406 se apresentavam com extensões menores que 41 hectares. O registro dessas terras também caracteriza a via de reocupação do espaço. Da totalidade, 500 lotes pertenciam a migrantes, em sua grande maioria provinda do Rio Grande do Sul e, 108 a estrangeiros.

Também é perceptível no levantamento que, assim como ocorria no Rio Grande do Sul, em São Paulo e no Espírito Santo, depois dos colonos descendentes de europeus já fixados no Brasil, os italianos ocupavam o primeiro lugar em Santa Catarina, em segundo lugar os alemães e em terceiro os austríacos (BRASIL, 1923, p. 205 e 373). Esses escólios caracterizam, de forma geral, o território dos assentamentos, marcado pela pequena propriedade e ocupada por colonos.

Fazia parte da conduta do poder público, para o povoamento das regiões “atrasadas”, o direcionamento dos grupos apontados acima. Em 1922, o governador exigia das empresas

colonizadoras que 80% das terras comercializadas fossem povoadas por famílias brasileiras. A fala oficial direcionava para o entendimento de que a fixação deveria ocorrer com populações já estabelecidas no território, no entanto, na mesma mensagem expõe que “entre outros brasileiros natos vão sendo radicados no solo do Estado os filhos dos antigos colonos estrangeiros, que pelo desdobramento das famílias já se sentem impossibilitados de viver nas terras paternas” (SANTA CATARINA, 1922, p. 39). Utilizando-se dessas prerrogativas, os empresários da colonização, direcionaram a comercialização das terras aos migrantes que, segundo a visão capitalista, encontravam-se imbuídos do espírito de progresso.

A migração colonizadora para o Oeste catarinense, pelas análises de Pedro Assumpção Alves e Lauro Francisco Mattei (2006, p. 6), seguiu um padrão tradicional de comportamento. Segundo esse padrão, cada filho de agricultores normalmente receberia ou compraria um lote de terra de tamanho proporcional ao que a família possuía em suas colônias no Rio Grande do Sul. O objetivo era buscar espaços de terras que lhe propiciassem a mesma rentabilidade daqueles ocupados por seus pais. Essa característica de reocupação mantém a tendência demográfica expansiva durante o primeiro quartel do século XX na nova fronteira agrícola.

Juntamente a resolução dos impasses fronteiriços e a criação do município e comarca de Cruzeiro, a perspectiva de ocupação e desenvolvimento se adequou de forma ainda mais convincente. Como os anseios dos colonos estavam atrelados às pequenas propriedades agrícolas, as empresas colonizadoras fragmentavam os espaços em lotes, suficientemente capazes de prover os grupos que se estabelecessem na colônia. Eunice Sueli Nodari (2002, p. 35) também descreve que, não apenas para o município de Cruzeiro, mas para todo o oeste catarinense, os grupos que se deslocavam correspondiam a famílias de pequenos agricultores adaptados a colonização nas fronteiras ocupadas do Rio Grande do Sul e, desta forma, capazes de se adequar àquilo que ansiavam as autoridades catarinenses e que havia sido posto em prática pelo capital privado.

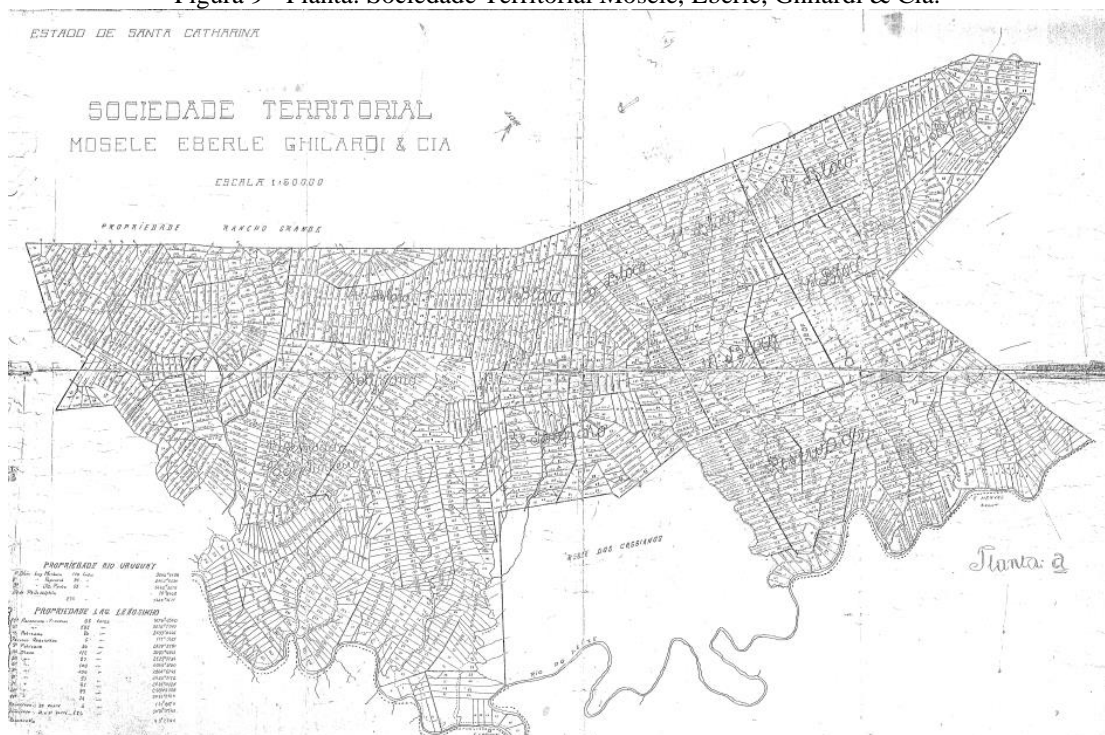
2.3.1 – Mapeamento e divisão das terras de Cruzeiro

Ponderando a partir da perspectiva liberal, pela qual o Brasil precisava ser modernizado e, que para tal era necessário transformar tanto o modo de ser quanto o modo de trabalhar, a perspectiva assumida pelas empresas colonizadoras em Cruzeiro alinhavava todas as necessidades. Nessa lógica, empenhados em comercializar as terras, os empresários difundiam a ideia de que a divisão em pequenos lotes era a melhor estratégia para incrementar a população rural, desenvolver a agricultura e promover o progresso almejado.

O mapeamento do território possibilitou, a partir da década de 1920, a divisão das terras de Cruzeiro em blocos. Em 1923, a criação da Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ghiliard & Cia. regularizou e direcionou para especulação agrária grande parte das terras do município. Apenas as posses anteriores não eram pleiteadas e, dessa forma, não seguiam para demarcação e apresentação aos interessados em sua aquisição, como pode ser observado na Figura 9. Na planta, que identifica a propriedade do Lajeado Leãozinho, fica nítido o espaço correspondente a “Posse dos Cassianos”. Na delimitação, não pertencente à colonizadora, o retalhamento adotado como estratégia para facilitar a comercialização das pequenas propriedades não foi realizado. Os detalhes na demarcação e numeração dos lotes, segundo um padrão preestabelecido, a partir de mananciais de água, também determinam o papel dos agrimensores contratados pelas empresas no processo de preparação dos espaços que seriam destinados à reocupação.

As dificuldades na delimitação das terras, na nova fronteira, são facilmente identificadas quando observamos a complexidade da planta territorial da referida empresa colonizadora. Essas situações já vinham sendo retratadas pelo Governo do estado. Hercílio Pedro da Luz (SANTA CATARINA, 1919, p. 56) alertava, por exemplo, que a falta de agrimensores para o serviço de medição de terras concedidas pelo estado, bem como a verificação de legitimações antigas suscitavam dúvidas, o que demandaria maiores investimentos não apenas do estado, mas dos empresários.

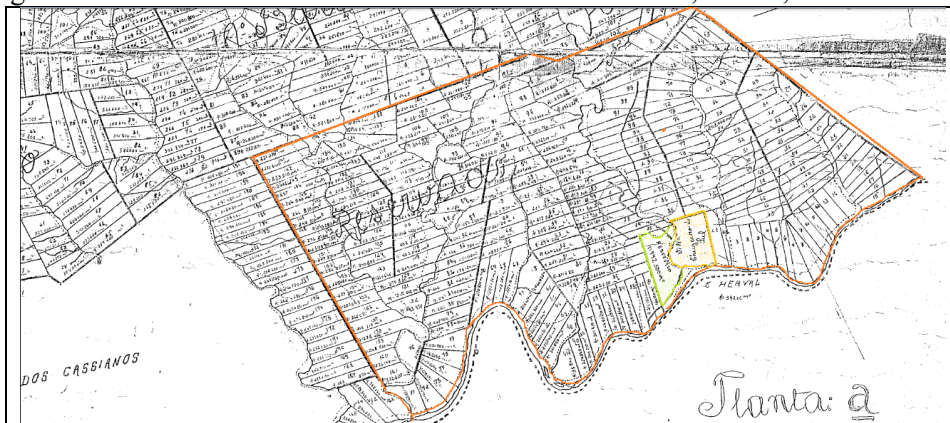
Figura 9 - Planta: Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ghilardi & Cia.



Fonte: Acervo de Gilson Ratti, Joaçaba/SC.

Da planta original, identificada na Figura 9, um recorte foi efetivado para melhor identificar os espaços ocupados. No fragmento (Figura 10) do mapa territorial, encontra-se destacada a Vila Limeira que, a partir de 1928, nominou-se Cruzeiro do Sul e o núcleo urbano que seria estruturado no município. Os 997.500 m² do então identificado “Reservado” foram loteados, numerados e compoariam a área central de Cruzeiro. Esses aspectos evidenciam que, já na década de 1920, a chegada de imigrantes e migrantes, muitos deles já iniciados no comércio, fomentou o desenvolvimento urbano no município, com instalação de pequenas casas de comércio e oficinas de conserto e fabricação de ferramentas, diretamente ligadas à produção da pequena propriedade agrícola. O espaço delimitado na carta como “II Reservado” corresponde à área mais ambicionada pelos colonos que adquiriam as terras, pela proximidade com a ferrovia. Na atualidade, representa boa parte da zona rural do município de Joaçaba.

Figura 10 – Recorte da Planta: Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ghilardi & Cia.



No fragmento, encontra-se destacada em amarelo a Vila de Cruzeiro do Sul, na cor verde o Reservado urbano e em alaranjado o II Reservado (área rural). Fonte: Acervo de Gilson Ratti, Joaçaba/SC. Destaques elaborados pela autora.

Quando observado o retalhamento das terras, estendendo-se além do município de Cruzeiro (Figura 9), fica claro, o entendimento de que os empresários da colonização desempenhavam o papel de dividir e colonizar a nova fronteira pelas mesmas características. Em geral, segundo José Carlos Radin (2003, p. 47), as áreas coloniais mantinham a pequena propriedade, consolidando a tradição agrária pelo trabalho familiar.

Esse viés de ocupação do espaço perdurou por um longo período, a entender que a modernização da agricultura e da industrialização somente ganhou força no pós-Segunda Guerra Mundial.

A migração para Cruzeiro pode, assim, ser caracterizada como um fenômeno que envolveu interesses de ordem pública e privada. Em decorrência disso, os grupos envolvidos

criaram representações que facilitaram a apropriação privada da terra. O fator preponderante para essa construção está relacionado ao tamanho das propriedades e a dinâmica nelas estruturada. No caso de Cruzeiro e, em geral, do oeste catarinense, o projeto mantinha os interesses do poder público e foi impulsionado por empresários, mediante um viés mercantil. A pequena propriedade rural facilitou, por essa tendência, a reocupação dos “vazios” improdutivos pelos migrantes, imbuídos de conquistar a propriedade e melhorar a sua condição social.

A percepção de que os “sertões” deveriam ser suplantados fica evidente nos relatos elaborados quando da passagem do Governador, em 1929. A grande questão que envolveu a vigem de Adolfo Konder, ao Oeste, estava calcada na interiorização do país – eliminar os “vazios demográficos” e fazer com que as fronteiras econômicas, geográficas e culturais coincidisse com as fronteiras políticas. Os narradores da viagem do governador descreviam que as colônias recém-implantadas por onde passava a Bandeira eram “amostras do futuro”. (FLORES e SERPA. 2005 p. 148). “Os núcleos formam novas paisagens, todas caracterizadas numa mesma perspectiva: a casa, o forno, o pomar, a lavoura, e a cerca, para prender a criação. (BOITEUX 1931, p. 15)”. Preencher o “vazio demográfico” significava sobrepor à cultura dos antigos habitantes da região.

As marcas do redimensionamento do espaço agrário foram percebidas pelos representantes da comitiva, pela adaptação dos colonos a terra. Nas primeiras décadas, o cultivo de cereais já era significativo na região do Vale do Rio do Peixe. A produção do milho, trigo, feijão, além da criação de animais, normalmente atendia à necessidade de subsistência, no entanto, a demanda em diversos mercados, aliada a proximidade com a ferrovia, direcionava o excedente de produção à comercialização.

Os relatos feitos em consequência da visita oficial na região transparecem a concepção que a presença dos assentamentos familiares representaria a conquista da civilização. Referindo-se ao Município de Cruzeiro, José Arthur Boiteux, destaca a construção da grande ponte cruzando o Rio do Peixe e a florescente vila estruturada na parte central do município. Enfatiza também a excelência do sistema rodoviário no deslocamento até as regiões Irani e Ponte Serrada. No entanto, o que mais chama a atenção em seu relato é a descrição dos grupos que passaram a ocupar as terras.

[...] todos nascidos no vizinho estado sulino, descendentes de italianos e alemães, toda uma gente forte e decidida, disposta ao trabalho, levando aqueles rincões até há pouco incultos por abandonados, a prosperidade e a riqueza. Os referidos lugares apresentam agora apreciáveis elementos de

progresso e já nos constituindo uma agradável surpresa (BOITEUX, 1931 p. 9-10).

O processo de colonização no município de Cruzeiro, principalmente após a sua emancipação política beneficiou a ação de um número expressivo de empresas privadas. Nesse período a *Brazil Railway Company*, e suas subsidiárias, já atuavam no território, no entanto, o favorecimento, por parte do governo, na aquisição de terras aos empresários da colonização e a valorização delas, delinearam-se um número superior a dez empresas colonizadoras atuando no município. José Carlos Radin (2009, p. 106) destaca que as empresas normalmente eram formadas por grupo de sócios e que, na maioria das vezes, apenas um atuava na região, ficando os demais na sede da empresa, em geral no Rio Grande do Sul. A esse cabia a gestão das demarcações, a apresentação dos lotes, a recepção dos colonos e a resolução dos problemas ligados a terra.

Ao tomarem posse de determinado espaço, delimitavam a área a fim de lotear e encaminhá-la para a comercialização. O relato apresentado acerca do início da colonização da vila de Cruzeiro, pelo empresário Henrique Hacker, ilustra a forma como procedia a demarcação e a comercialização aos colonos.

Em outubro de 1915, ele (Henrique Hacker), adquiriu bem próximo a estação Herval, a margem direita do Rio do Peixe, uns 40.000 hectares de terras que mandou dividir em lotes coloniais, deixando área reservada a sede, onde foi instalado o escritório da Colônia. [...] fez vir para sua colônia uma centena de famílias de agricultores do Rio Grande, alemães e italianos que lá, já se sentiam ameaçados na sua subsistência pela falta de terras cultiváveis. (QUEIROZ, 2016, p. 16).

As demais terras, ao longo do Rio do Peixe, administradas pela *Brazil Development and Colonization* também foram descritas na mesma perspectiva. “À proporção que o trecho (da ferrovia) ia sendo construído, os americanos iam colonizando essas terras, ora vendendo-as em complexos mais amplos ora demarcando-as em pequenos lotes coloniais” (QUEIROZ, 2016, p. 16). Os maiores complexos, normalmente eram vendidos aos empresários do Rio Grande do Sul, que vislumbravam possibilidades econômicas na região, enquanto áreas já loteadas abrigariam os grupos descritos por Arthur Ferreira da Costa (1929, p. 44) como os “obreiros da civilização”.

O retalhamento de extensões maiores, em lotes com tamanhos inferiores a 40 hectares, possibilitava a comercialização mais rápida das terras. Com a venda, a obrigatoriedade com os impostos passaria a ser do comprador o que aumentaria a lucratividade por parte dos empresários. Também, a aquisição estaria direcionada a um público consumidor específico.

Colonos provenientes das áreas coloniais do Rio Grande do Sul, acostumados com a policultura em pequenas propriedades.

Para Renilda Vicenzi (2006, p. 309), a propriedade pode ser analisada sob o viés da continuidade da vida no campo. A terra representava, acima de tudo, o equilíbrio e a prosperidade que as famílias de descendência europeia, pela pequena produção agrícola, mantinham em um novo espaço para a sobrevivência. Em contrapartida, com a atuação das empresas colonizadoras e o direcionamento para a migração a região, é efetivamente inserida na economia nacional. O estágio ‘capitalista’ foi atingido, pois a agricultura passa a predominar sobre o extrativismo e dá origem a um crescente mercado de terras. Como foi apresentado anteriormente, o que diferia quanto ao valor das propriedades era a proximidade com a ferrovia, principal meio de chegada de produtos e, principalmente, escoamento da produção de excedentes.

No jornal *Estafetta Riograndense*, do dia 7 de janeiro de 1925 (p. 4), a publicidade de três empresas colonizadoras exemplifica as estratégias para comercialização de lotes localizados em espaços com infraestrutura distinta. Na primeira propaganda, 600 colônias de terra eram negociadas na Estação Perdizes pelo diretor-geral José Petry, representante da colonizadora Luce, Rosa & Cia. Pelo anúncio, as terras são descritas como “límitrofes a ferrovia com estradas carroçáveis e com fácil comunicação aos centros de comércio”.

Com o mesmo intuito, a Empresa Colonizadora e Pastoril Teodoro Capelli & irmão disponibilizava para venda “colônias com dimensão de 10 alqueires em Rancho Grande, uma extensão da populosa e próspera Colônia Uruguai. Terra de ótima qualidade com boas estradas a uma distância de 21 Km das estações de Marcelino Ramos e Rio Uruguai. A localização das terras, segundo a divulgação, viabilizaria a exportação dos produtos para o Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro”.

Com uma abordagem um pouco distinta das propagandas direcionadas ao Vale do Rio do Peixe, a firma de Antônio Fonini, com sede em Guaporé, no Rio grande do Sul, disponibilizava, para venda, 440 colônias de terra na margem direita do Rio Chapecó. “A terra, de primeiríssima qualidade e com ótimas condições de pagamento”. O destaque era a quantidade de madeira de lei que poderia ser extraída e exportada com facilidade para o país vizinho, Argentina. “Para comodidade do comércio, com o estabelecimento da colônia serão providenciadas à abertura de diversas estradas”. (*ESTAFETTA RIOGRANDENSE*, 1925, nº 36, p. 4).

Ambas as empresas apresentam as terras como grandes negócios, prósperas e com preços acessíveis. Entretanto, a descrição das possibilidades de comercialização da produção

excedente ajuda a entender melhor a situação que seria encontrada pelos colonos que se deslocassem para os determinados espaços. Enquanto as terras que margeavam a ferrovia encontravam, nesta a possibilidade de escoamento da produção e desta forma, a sua ampla valorização, as terras em regiões distantes da ferrovia, com infraestrutura de transportes mais rudimentar, o aparato publicitário enfatizava as riquezas a serem exploradas e as facilidades de aquisição.

A ferrovia, dessa forma, pode ser compreendida como fator de prosperidade quando comparamos à situação dos colonos estabelecidos em Cruzeiro, nas décadas de 1920 e 1930, com os colonos assentados nas regiões mais ao oeste do Estado. Alceu Werlang (2006, p. 96-114) constatou que a empresa colonizadora Companhia Territorial Sul Brasil assentou, na região de São Carlos e Caibi, grandes grupos de colonos provindos do Rio Grande Sul e grupos de imigrantes teuto-russos. Porém, as grandes dificuldades relacionadas à precariedade de acesso às colônias que se formavam, pela carência de estradas e, principalmente, a falta de comércio para absorver a produção, inibia o desenvolvimento. Esses fatores, segundo o autor, foram motivadores para que muitos migrantes retornassem para o Rio Grande do Sul ou buscassem outras terras na região.

No contraponto, a colônia Bom Retiro, em Cruzeiro, fundada por Henrique Hacker, assim como os demais povoados que foram sendo constituídos ao longo do Vale do Rio do Peixe, impulsionavam a nova fronteira. Neles, “homens ativos, experimentados no comércio de gêneros coloniais montavam suas casas de negócios, as suas pequenas indústrias, ativando as suas transações não só com os colonos, na compra de gêneros que esses produziam, mas com as firmas do Rio Grande e São Paulo. A estrada de ferro os mantinha em contato permanente”. (QUEIROZ, 2016, p. 16).

Ficam evidentes os pressupostos implícitos na reocupação do território a partir do assentamento de colonos em pequenas propriedades destinadas à agricultura. Na estrutura agrária brasileira, o latifúndio sempre prevaleceu como modelo de produção e como estratégia de manutenção dos domínios territoriais de determinados grupos. Caio Prado Jr (2014, p. 292-299) pontua que, mesmo com a regularização e o incentivo a vinda dos imigrantes para o Brasil, existia uma preocupação para que esses fossem encaminhados para suprir as necessidades de mão-de-obra nas grandes propriedades monocultoras ou se, destinados à colonização dos espaços “vazios”, direcionados para longe dos latifúndios. Pela preocupação que a concorrência dos produtos oriundos da produção familiar poderia ocasionar ao latifúndio, os colonos ocuparam áreas, de matas e vales, que não interferissem no perfil agroexportador predominante.

De uma forma geral, a estrutura fundiária brasileira provocou uma centralização política e econômica em que a base e o sustentáculo econômico da sociedade estiveram atrelados à monocultura agroexportadora. Embora, com a proclamação da República, não tenha ocorrido uma democratização da propriedade territorial, nem mesmo a superação das relações sociais arcaicas, o imperativo de ocupar parcelas do território como meio de defesa e constituição efetiva, desencadeou para a necessidade de um viés diferenciado tanto para a fixação de elementos quanto aos espaços em que esses seriam direcionados.

Nas descrições, apresentadas pelo Ministro Bulhões de Carvalho, no volume introdutório do recenseamento realizado no ano de 1920 (BRASIL, 1922, p. 291), já ficava evidente a preocupação com as regiões do Brasil dominadas pelo latifúndio no que tange as densidades demográficas. Ao expor a evolução da sociedade ao Presidente Epitácio Pessoa, reitera-se que os latifúndios formam núcleos de extrema rarefação. O regime de produção e a extraordinária extensão geográfica resultam naqueles que vivem no território sem quase nenhuma relação com outras propriedades.

Nas áreas coloniais do Sul e da maior parte das terras de Cruzeiro, a conjuntura revelou-se contrária. Consentida pelas autoridades, a especulação imobiliária, favoreceu para que a região fosse ocupada por grandes parcelas populacionais. Os terrenos acidentados e as altitudes significativas beneficiaram o desenvolvimento da pequena propriedade. As culturas de verão, baseadas principalmente no milho e feijão e, as de inverno, na alfafa e trigo; proporcionavam a expansão da produção para além do consumo próprio. O excedente, principalmente de trigo, era levado a grandes centros de abastecimento através da ferrovia.

A dinâmica estabelecida transformou o comerciante no elo central do processo. Para Paulo Ricardo Bavaresco (2003, p. 77), as principais relações nas vilas ou pequenos núcleos coloniais estavam condicionados ao papel desempenhado pelo comerciante. O colono repassava o excedente da produção de feijão, fumo, banha e até mesmo suíno vivo e, em troca, abastecia-se com sal, querosene, ferramentas e outros produtos necessários para a manutenção de sua propriedade.

Ao contrário do que havia ocorrido nos ciclos anteriores (da pecuária, da erva-mate e da madeira), Gentil Corazza (2016, p. 73) destaca que a colonização principiou o acúmulo de capital gerados na própria região. A crescente demanda de produtos transformava o comerciante na peça fundamental para o desenvolvimento de atividades complementares. A partir dessa relação privilegiada com a agricultura, o capital comercial passa então a envolver-se com a indústria implicando diretamente na modificação da economia regional. Essa

característica veio a constituir-se na base do “dinâmico e bem sucedido modelo de desenvolvimento do Oeste catarinense”.

As articulações estabelecidas, valorizando os interesses privados, condicionaram o sistema produtivo em pequenas propriedades geridas pelo trabalho familiar. O fortalecimento das relações com o capital mercantil e posteriormente industrial foi capaz de estruturar uma dinâmica econômica que diferenciou o município, não apenas no aspecto agrário, mas também econômico, como poderemos observar a seguir.

2.4- Produção agrícola e a dinâmica econômica

De maneira geral, o traço principal que caracteriza a formação socioeconômica do Oeste catarinense é muito semelhante. A tardia inserção na economia nacional e, sobretudo, a marcante presença de descendentes de europeus na reocupação dos espaços, deram-lhe um feitiço produtivo, muito distinto das regiões ocupadas pelos latifúndios, o que ocasionou uma dinâmica de crescimento econômico e organização social singular.

Em Cruzeiro, a quantidade e qualidade das terras, aliadas às políticas vantajosas de comercialização, apresentaram-se como um grande atrativo para milhares de colonos. Tornar-se proprietário das terras e dinamizar a produção constituía-se em uma experiência importante. Assim, os assentamentos agrícolas foram estruturados a partir da prática agrícola em pequenas propriedades.

A presença da ferrovia favoreceu o desenvolvimento e a aceleração das atividades econômicas, o que repercutiu diretamente na forma de exploração dos recursos e na fixação dos grupos, considerados pelo governo, mais eficientes para o desenvolvimento de um país com “vocação agrícola”. Analisando, nesse sentido, a ocupação e a dinâmica econômica devem ser compreendidas do ponto de vista estratégico, mas principalmente como uma tática para o acúmulo de capital. Encontravam-se articulados, pelo mesmo objetivo, o poder público e o setor privado. Na percepção de Alcides Goularti Filho,

as fronteiras no Oeste têm uma ligação direta entre o capital industrial, representado pelo truste de *Farquhar*, e o capital mercantil, representado pelas companhias colonizadoras, que atuavam simultaneamente e em comum acordo com os governos locais, no sentido de buscar a valorização máxima de seu capital, utilizando a terra como fonte de acumulação (GOULARTI FILHO, 2002, p. 983)

A intenção governamental, de inserir no território população de origem ou descendência europeia, já experimentada no cultivo da terra, vai de encontro ao identificado

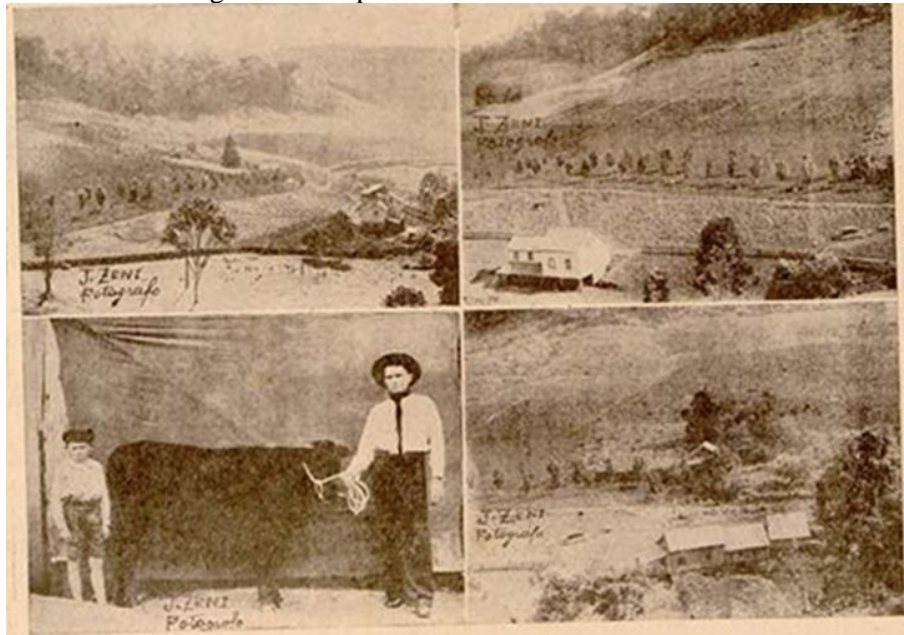
por Alcides Goulart Filho. O migrante transformou-se numa apreciada mercadoria que, envolvido em interesses de ordem pública e privada, ocupou os espaços da nova fronteira agrícola. As empresas colonizadoras demudaram o território, que passou a ser dominado por proprietários. A consolidação da propriedade privada ascendeu o capitalismo, ainda incipiente, através das transações comerciais. Na nova ordem instalada, forças econômicas ligadas à produção agrícola e à criação de animais ganharam corpo e promoveram a formação de uma dinâmica econômica promissora no município e região.

A nova configuração implicou na ocupação das matas com a pequena propriedade, expropriado as populações tradicionais, consideradas com hábitos atrasados se comparados aos colonos. Arlene Renk (2005, p. 109-128) analisa que, pela concepção do poder público, para ocupar o “vazio demográfico” e transformar o “vazio em éden”, o agente humano almejado seria aquele descendente do imigrante europeu. Para a autora, a categoria do trabalho representou a identidade, à medida que consagrou e legitimou o processo de colonização, o modelo de colonizador, oposta ao brasileiro ocupante, que foi desconsiderado.

Esse panorama constituído com a colonização também foi afamado no relato de Othon D’Eça (1992) quando, em 1929, em visita ao Oeste Catarinense, o Governador Adolpho Konder não hesita em expressar seu entusiasmo com o avanço da colonização, bem como à perspectiva gloriosa de futuro para Santa Catarina, dado ao imenso potencial, especialmente pela atividade agrícola. Na mesma viagem, direcionando-se ao Rio Grande do Sul, Ferreira da Costa, que acompanhava o governador, também descreveu os núcleos coloniais com fortes traços de colonização associando-os ao “progresso”, enquanto “[...] via-se uma choupana de ‘intruso’ [...]” que ali se abrigava para explorar as matas e roubar a madeira das terras devolutas (COSTA, 1929, p. 17).

A característica da pequena propriedade ocupada pelo colono, que explora e sobrevive a partir da produção e comercialização, prevaleceu no município de Cruzeiro em seu primeiro cinquentenário. A representação de sua identidade enquanto migrante esteve envolta ao que Giralda Seyferth (1986, p. 66) descreveu como *ethos* camponês, que valoriza o trabalho da família como um todo e por ele transforma o espaço e sua condição. Essa percepção também pode ser elucidada ao observar a matéria publicada no jornal Correio Riograndense (1944, p. 04) pela qual a prosperidade dos colonos, que se estabeleciam na região de Cruzeiro, era retratada. As fotos identificadas na Figura 11 apresentavam a propriedade do senhor Justo Groff e foram produzidas por João Zeni, fotógrafo que atuava nas colônias de imigrantes do Rio Grande do Sul e que, com a expansão da fronteira agrícola, também exerceu vários trabalhos no Vale do Rio do peixe.

Figura 11- Propriedades do Senhor Justo Groff



Fonte: CORREIO RIOGRANDENSE. Garibaldi: quarta-feira, 5 de jan. de 1944, p. 04.

Segundo a publicação, a família já era residente em Cruzeiro há 20 anos, havia se transferido do Distrito Daltro Filho, município de Garibaldi - RS. Na matéria fica claro o entusiasmo em descrever a situação do agricultor, senhor Justo Groff. As fotos ilustram as conquistas e enaltecem a família, bem arrumada, posando ao lado do animal. Também é notória a propriedade com edificações significativas para aquele contexto, e principalmente “terras limpas”, preparadas para o cultivo.

Em Santa Catarina, o jornal República também descrevia a ascensão do município a partir da produção camponesa.

A vila do Cruzeiro está fadada a ser um importante centro comercial, industrial e agrícola. [...] a magnífica estrada de rodagem de Cruzeiro a Erval com 25 Km de percurso é uma via natural e segura para o escoamento de todos os produtos da região (REPÚBLICA, 1924, nº 1633, p. 01).

É intenso o movimento comercial nesses últimos tempos, sendo grande o número de vagões carregados de milho, alfafa e outros gêneros coloniais que tem saído para São Paulo e Paraná. Quase todos os trens de carga levam sempre de 3 a 6 vagões carregados, fato que sobremaneira vem comprovar a grande importância desse centro produtor (REPÚBLICA, 1924, nº 1808, p. 03).

As descrições evidenciam que, já na década de 1920, os colonos, instalados nos lotes adquiridos, começaram a desenvolver atividades ligadas à criação de animais e ao cultivo de trigo, milho, alfafa, feijão, arroz entre outros produtos. É importante ressaltar que a produção, por mais que estivesse atrelada às necessidades de subsistência, organizou-se em função do

mercado. Em consequência, a região se sobressairia como subsidiária à produção de gêneros alimentícios e pela capitalização e a valorização fundiária, potencializaria o desenvolvimento mercantil.

Mesmo com técnicas inicialmente rudimentares, as condições favoráveis da região induziram as famílias a produzirem quase tudo o que precisassem e ainda desenvolver laços de ajuda mútua. Gentil Corazza (2016, p. 84) afirma que as comunidades coloniais formaram uma organização produtiva em que as insuficiências individuais eram resolvidas através de mutirões. Mantinha-se, assim, a base da propriedade constituída pela família e a produção para a subsistência, com a comercialização dos excedentes. Para o autor, a lógica da formação social colonial inseria cada vez mais os grupos na economia de capitalista.

As estratégias de integração entre os colonos estabelecidos também são descritas por José Carlos Radin (2003, p. 59). As práticas solidárias, segundo o autor, estavam relacionadas às trocas de “dias de trabalho” quando da derrubada da mata, plantio ou construções e cedendo carne quando do abate de animais. As permutas entre as famílias foram consideradas muito importantes no contexto da dinâmica econômica, pois, as relações de troca, mesmo que indiretamente, favoreceram o intercâmbio nas colônias. Isso também pode ser percebido quando membros da família desempenhavam funções de ferreiro, carpinteiro, sapateiro, etc., o que consolidava os vínculos mercantis.

Ao avaliar a participação dos colonos nas dinâmicas econômicas, Vania Heredia (1997, p. 59) destaca que, à medida que estes deixaram de produzir apenas para a subsistência, suscitaram excedente de produtos. A agricultura colonial foi transformada em elemento formador de capital comercial. Através da acumulação, novos investimentos comerciais e industriais foram possibilitados, o que refletiu diretamente nas formas pelas quais os modelos econômicos foram replicados na nova fronteira.

2.4.1 – Projeção de Cruzeiro no cenário mercantil

A geração de excedentes e o intercâmbio entre as colônias, facilitadas pela proximidade dos lotes, permitiram que muitos agricultores melhorassem a sua infraestrutura, inclusive com a compra de terras e máquinas para ampliar a produção. Na década de 1930, o município de Cruzeiro é apresentado como uma região com grandes perspectivas no que tange a produção agropecuária e o desenvolvimento urbano.

Essas premissas contribuíram para que muitos colonos projetassem suas aspirações no local. Um exemplo remete a Caetano Natal Branco (ESGANZERLA, 2006, 40-41) que, em

sociedade com Antônio João Tonin, assumiram a primazia na geração de energia elétrica e na fabricação de máquinas agrícolas. Na mesma perspectiva, a família Lindner (PICHLER, 2006, p. 42) também passou a atuar no município com a fabricação de aparelhagem que facilitasse a produção agrícola, em ascensão. As ações de empreendedorismo citadas são exemplos clássicos do processo que gerou a formação, em curto espaço de tempo, do capital industrial.

Confirmando essas conjunturas, o jornal A Gazeta, de Florianópolis (1935, nº 340, p. 02) declarava que o município, sob a governança de Gasparino Zorzzi, já contava com “estradas muito bem conservadas ligando as sedes distritais [...] na área urbana muitas pontes e bueiros novos”. O que chama atenção na notícia está relacionado à preocupação por parte do executivo em assegurar que o município “não possui dívida passiva e nem dívida consolidada”. Conclui afirmando que muito do “progresso e das magníficas possibilidades de Cruzeiro está atrelada a variada e grande produção agrícola, da indústria extrativa e da produção de banha e vinho”.

Na Revista de Educação (1936, p. 40), elaborada a partir do relatório apresentado ao congresso representativo, pelo governador do estado, a consonância ao exibir os índices produtivos de Cruzeiro é mantida. Pelo levantamento apresentado, no ano de 1935, a produção de alfafa, por exemplo, superava as 17.940 toneladas, além de outros produtos como o milho, feijão e o trigo, comercializados a nível local e para os principais centros consumidores do país, através da ferrovia. Além da produção de cereais, as vinhas, a criação de suínos e a conseqüente indústria da banha eram relevantes no município.

Ainda avaliando a capacidade operativa para a formação do capital comercial e a ascensão enquanto produtor, é possível notabilizar, pela Tabela 5, a crescente produção de cereais no município. A criação de animais domésticos, como aves, suínos e bovinos deu suporte à indústria familiar e possibilitou a expansão da agroindústria na década de 1940, o que igualmente exigiu a ampliação da produção de milho. Essas análises corroboram e justificam a pujança com que o município era descrito pelos meios jornalísticos da época.

Tabela 5- Produção das principais culturas em Cruzeiro

Produção das principais culturas em Cruzeiro (toneladas)				
	Arroz	Feijão	Milho	Trigo
1939	1.030	3.988	66.524	5.526
1949	3.476	5.591	89.199	25.454

Fonte: Elaborada pela autora com base em IBGE (1956, p. 33 e 34).

Ao observarmos os dados coletados pelo IBGE, a escalada da produção de cereais, em Cruzeiro, assegura a ideia de que a agricultura de subsistência, com o passar dos anos e a inserção de técnicas, assumiu a característica de agricultura comercial. Segundo João Carlos

Tedesco (2008, p.202), nas colônias e regiões de migração europeia, essa transformação significou o surgimento de uma sinergia produtiva e de reprodução de saberes. Segundo o autor, existia uma estreita relação entre o comércio de exportação e o comércio local

[...] milho, banha, feijão, fumo, aguardente, ferros, ferramentas, vidros, papéis, produtos químicos, arroz, trigo, conservas, couros, calçados, mercearias, drogarias, tecidos, armarinhos, bazares, louças, papelarias, artigos de escritório, rádio, eletricidade, laboratórios, máquinas, quinilhanias, construções, navegação fluvial, transporte em geral [...]

O comerciante e o pequeno industrial foram, dessa forma, um elo importante com o produtor na pequena propriedade. As relações estabelecidas conduziram ao surgimento de um novo estágio econômico, vinculado ao capital comercial, mas diretamente ligado à pequena propriedade e à produção agrícola.

Concomitante ao incremento notabilizado no município, na esfera nacional, descortina-se um período de integração nacional. Favorecido pela construção de ferrovias, estradas e veículos de comunicação, esse processo induziu o crescimento urbano e a ampliação do mercado interno. Segundo Gentil Corazza (2016, p. 124), a crise do café, aliada ao crescimento do mercado interno e a industrialização, promoveu um aumento da diversificação da produção agrícola, através do incremento do cultivo de alimentos.

Atentando-se à importância do momento, o Ministério da Agricultura direcionou auxílios para a aquisição de aparelhagem e sementes.

O lavrador que ainda faz uso de técnicas e utensílios primitivos será colocado na alternativa de modificar o seu regime de exploração. [...] O lavrador vai ver que com a máquina e o emprego de adubação a tarefa rural se tornará mais fácil, à produção aumentará e o custo de produção diminui (BRASIL, 1938, p. 173).

Segundo relatório, para Santa Catarina foram direcionados auxílios para a compra de máquinas para o beneficiamento de trigo. O período era compreendido como de expansão da produção de cereais. Como serão observadas no capítulo 3, essas perspectivas puderam ser percebidas a nível municipal, com a estruturação de indústrias de beneficiamento de farinha, mas também a nível nacional, com os investimentos do poder público, principalmente na construção de silos de armazenamento e na melhoria das estradas para o escoamento da produção.

Foi nessa perspectiva que a indústria de trilhadeiras foi idealizada município de Cruzeiro, em 1936. O posicionamento do poder público, a ampliação do número de lotes comercializados e o deslocamento cada vez maior de colonos, imbuídos do ideal da produção

agrícola, constituiu a dinâmica entre a agricultura, a indústria e o comércio. A trilhadeira desenvolvida por Caetano Natal Branco (ESGANZERLA, 2006, p. 47) foi projetada para bater trigo, arroz, feijão e semente de alfafa.

Operar uma máquina dessa envergadura, segundo o projetista, requeria o trabalho de vários agricultores, dessa forma, mais uma vez, percebe-se o trabalho em mutirões comum entre os colonos. A máquina era deslocada para uma determinada propriedade em que os cereais da vizinhança eram batidos. Posteriormente seguia para outra propriedade onde a operação era repetida. Eduardo Sganzerla (2006, p. 47) detalha que muitos agricultores adquiriram a trilhadeira e passaram a viajar pelas colônias oferecendo o serviço como uma forma de "ganhar a vida".

No estado de Santa Catarina, Cruzeiro passou a ser o polo na produção de cereais, especialmente milho e trigo. Essa primazia fez com que a empresa de Francisco Lindner também fosse responsável pela criação, no início dos anos 50, de uma máquina para trilhar os grãos (PICHLER, 2006, p. 64). Paralelo ao surgimento das indústrias de maquinário agrícola, sucedeu à instalação de moinhos e de depósitos de cereais. Foram contabilizados, no período, 46 moinhos de trigo e milho e um silo de grandes proporções com tecnologia de ponta, para época, nas proximidades da estação ferroviária (QUEIROZ, 2016, p. 117). A utilização de fertilizantes, inseticidas, fungicidas e sementes de melhor qualidade também constituíram fatores para o melhoramento na produção e a valorização das terras do município.

Nos censos de 1940 e 1950¹⁴ percebeu-se um aumento significativo tanto das áreas agricultáveis como no cuidado com o solo, como pode ser observado na tabela abaixo. Outro ponto que merece atenção, quando averiguamos a forma como o migrante ocupa o território e as dinâmicas econômicas que são estabelecidas, diz respeito ao valor das propriedades. O valor médio, por hectare, das terras pertencentes aos estabelecimentos, passa de 184,3 Cr\$ em 1939, para 1.011,8 Cr\$ em 1949.

Tabela 6 – Uso da terra, despesas com a preparação do solo e valor das propriedades.

Cruzeiro	Censo 1939			Censo 1949		
	Lavouras (ha)	Despesas* (Cr\$/ha)	Valor prop. (Cr\$ ha)	Lavouras (ha)	Despesas* (Cr\$/ha)	Valor prop. (Cr\$ ha)
	67.237	1,3	184,3	124.002	18,3	1.011,8

Fonte: Elaborada pela autora com base em IBGE (1956, p. 26 e 29).

*Despesas médias por hectare com adubos, fertilizantes, sementes, mudas, inseticidas e fungicidas.

¹⁴ Para a apresentação dos aspectos da economia agropecuária dos municípios o IBGE utilizou como referência os anos de 1939 e 1949.

As relações camponesas estabelecidas a partir da atuação das empresas colonizadoras se fizeram perceptíveis quando observamos a ampliação das lavouras cultiváveis no curto espaço de uma década. Isso demonstra que as correntes migratórias ainda se faziam presentes em grande escala e dinamizavam em proporções cada vez mais significativas as relações de produção mercantil, gerando um acréscimo superior a 30% da área total dos estabelecimentos ocupados com a lavoura. A ampliação no uso de insumos, que se apresentava quase nula na década de 1940 e chegando a aproximadamente 20 Cr\$ na década seguinte, confirma os anseios dos governos federal e estadual no sentido de facilitar a aquisição destes insumos e melhorar as condições para beneficiamento e circulação da produção.

No discurso proferido por Nereu Ramos, em 1938, mesmo com a preocupação, em virtude do nacionalismo aclamado pelo Estado Novo, exaltou-se a prosperidade dos descendentes de europeus para a produção agrícola. Ele declarou que firmou, com o governo da União, acordos para o fomento da produção e incentivo à orientação técnica para o cultivo de cereais. No setor de obras públicas ampliou a construção de estradas para estimular a produção e facilitar os transportes para os mercados consumidores, segundo o Interventor, tendo em vista o crescente movimento comercial nas variadas regiões do estado (SANTA CATARINA, 1938, p. 10-11).

Na década de 1950, o município passou a ser identificado como a *Capital do Trigo*. Um órgão ligado à triticultura (SINDITRIGO) foi instituído com a finalidade de organizar e defender as atividades ligadas à produção e à indústria de moagem do cereal. A interligação, cada vez mais intensa entre a agricultura e o capital comercial e industrial, reforçou a hipótese de que a ocupação com os descendentes de europeus, em pequenas propriedades, criou uma dinâmica que inseriu o município no cenário econômico regional e nacional.

O desenvolvimento da produção de cereais fomentou a atividade comercial e industrial e a expansão do município. A influência, cada vez mais impactante, fazia-se perceber mesmo com o desmembramento de vários municípios. Pelo levantamento agropecuário, de 1959, o município teria colhido apenas 4.234 toneladas de trigo, um valor considerado baixo, no entanto, sua importância não estava fundamentada apenas na produção, mas enquanto armazenadora e distribuidora do cereal em toda a região. (IBGE, 1960, p. 309).

A V Festa Nacional do Trigo, o V Congresso Nacional do Trigo e a I Exposição Agroindustrial, que ocorreram em 1955, retratam o destaque que a produção agrícola congregou ao município. Após a liberação de créditos e incentivos por parte dos governos federal e estadual no início dos anos de 1940, a ampliação do uso de máquinas e insumos e, conseqüente, aumento da produtividade, os colonos perceberam a sua produção inserida ao

mercado. Os excedentes geraram, em um espaço curto de tempo, uma transformação na cidade, com instalações industriais, casas de comércio e prestadores de serviços.

A posse da pequena propriedade, a administração e o trabalho da própria família foram fatores determinantes na construção das características econômicas do município de Cruzeiro. Esses fatores permitiram a mudança da condição econômica e do estrato social dos colonos que ali se estabeleceram. A partir das condições encontradas, foram capazes de suprir as necessidades e, dos excedentes, abrolhar acumulação de capital. A presença da ferrovia e as relações entre as colônias favoreceram para que as práticas comerciais se desenvolvessem. O fomento a produção agrícola fez aparecer o empreendedorismo industrial. O município transformou-se, por este viés de ocupação e desenvolvimento, em um polo econômico em seu primeiro cinquentenário.

3- A via de reocupação do território de Cruzeiro e as implicações econômicas

O terceiro capítulo conduz para a compreensão da relação que se estabeleceu quando da fixação dos colonos no município de Cruzeiro e os efeitos decorrentes das dinâmicas econômicas de produção por eles desenvolvidas. As pequenas propriedades agrícolas, trabalhadas pela família, constituíram a base para a geração de excedentes e a inserção no horizonte mercantil. É importante reafirmar que a via de reocupação e os impactos decorrentes do processo seguiram uma perspectiva que envolveu a expansão e a produção na terra a partir do ideal de modernização e mercantilização daquele contexto.

Tal forma de organização agrária permitiu expressivo acúmulo de capital por parte de alguns migrantes e, conseqüente, reinvestimento, possibilitando o gradativo surgimento de indústrias ligadas ao setor agrícola e ao extrativista, além de inúmeras casas de comércio. O capítulo propende compreender a intersecção entre a produção de excedentes provenientes da agricultura em pequenas propriedades e o surgimento e fortalecimento do comércio e da indústria. João Carlos Tedesco (2008, p. 200) interpela como uma intercorrelação de sujeitos econômicos e sociais, em que tais dinâmicas se encontram atreladas aos colonos.

A partir da década de 1930, significativas intervenções do Estado para a produção de cereais, especialmente trigo, são concebidas. No meio oficial, os discursos apresentados pelo Ministério da Agricultura asseguravam o grande potencial agrícola da região. Na mesma perspectiva, o interventor do Estado, Nereu Ramos, nomeado em 1937, destacava a pujança do município no cultivo de cereais e o altíssimo grau de desenvolvimento alcançado. Acompanhando uma orientação nacional, embasada nos ideais de progresso, ocorreu um incremento econômico no município de Cruzeiro e o paralelo desenvolvimento dos setores industriais ligados à produção de máquinas e aos implementos agrícolas.

A fábrica de trilhadeiras e máquinas agrícolas de Caetano Branco, o moinho de trigo pertencente a Romano Massignam e o frigorífico Pagnoncelli são exemplos clássicos e evidenciam que a produção agrícola e a relação dos colonos no processo mercantil estiveram diretamente atreladas à ampliação do parque fabril do município. As evidências de que os recursos foram reinvestidos podem ser confirmadas quando, na década de 1950, a empresa Romano Massignam S.A., além da “grande fábrica de caixas, moinho de trigo, fábrica de rações balanceadas, tudo movido como energia própria, gerada aqui dentro da nossa cidade, mantém ela, uma filial na cidade de São Paulo e de departamentos em Itajaí, São Francisco do

Sul, Porto União, Curitibaanos e estação de embarque em Herval d'Oeste” (QUEIRÓZ, 2016, p. 76). A forte presença do capital de origem local, cunhado em vários empreendimentos, como os supracitados, favorecidos pela absorção da produção pelos próprios colonos ou a comercialização via ferrovia, gerou grande impulso no desenvolvimento socioeconômico do município de Cruzeiro.

A sinergia entre a agricultura e a acumulação de capital comercial facilitada, principalmente, pela proximidade com a ferrovia, manifesta a primazia para industrialização de Cruzeiro. O perfil agrário de ocupação pela colonização dinamizou a cadeia produtiva e criou relações entre os colonos e o mercado. A convergência dessas práticas projetou o município regional e nacionalmente no seu primeiro cinquentenário.

3.1- Estado e desenvolvimento

Para compreender as dinâmicas que desencadearam as transformações econômicas no município de Cruzeiro, torna-se imprescindível o entendimento do contexto político vivenciado no Brasil. As primeiras décadas do século XX mantiveram as características agrárias de ocupação e de desenvolvimento, no entanto, o período subsequente, abrangendo a década de 1930 até a de 1970, caracterizou-se por gradativas variações estruturais na economia fundamentadas, principalmente, por novos cenários políticos e com ampliação do setor industrial.

A estrutura fundiária do Oeste catarinense foi marcadamente influenciada pelo seu modo de colonização em que áreas, consideradas públicas, foram parceladas em lotes de aproximadamente 24 hectares. Os empresários da colonização aproveitaram o contexto transformando a terra em mercadoria a ser comercializada. Essa característica endossava o viés político de ocupação e desenvolvimento proposto para a região. Segundo Raimundo Faoro (1987, p. 617), a conjunção nacionalizadora que o governo reivindicava, incorporava um apelo em favor da riqueza nacional para os nacionais. As aspirações estavam fundamentadas no ideal da ampliação do mercado interno, até o momento monopolizado pelos estrangeiros.

A política adotada visava inserir a região na perspectiva capitalista pelo fomento a migração e o desenvolvimento agrícola. Esse fator favoreceu o estabelecimento de empresas particulares, especializadas na especulação agrária. Cristina Dallanora (2019, p. 57) assinala que a colonização impulsionou a extração madeireira e a exploração da erva-mate, atividades

que projetaram o Oeste catarinense, provocando uma “verdadeira corrida ao governo estadual, da parte dos fazendeiros e de seus prepostos, com o objetivo de ampliarem suas concessões de terra, para futura e lucrativa revenda para fins de colonização”.

O mandonismo local, propendendo à efetivação das alianças, também é perceptível quando as políticas visavam impulsionar as estruturas econômicas do município de Cruzeiro. José Waldomiro da Silva (1987, p. 46-51) destaca a influência do coronel Duca Pimpão, pecuarista, que almejava fundar a sede do município no distrito de Herciliópolis, região que situava seus domínios. É importante destacar, no entanto, que, com exceção dos campos de criar, onde uma pequena parcela de população se encontrava estabelecida, o interior do município de Cruzeiro era pouco povoado, no limiar da década de 1920, o que dificultava as ambições do coronel.

O processo colonizatório, em Cruzeiro, apresentava-se em ascensão, nas margens do Rio do Peixe, favorecido principalmente pela proximidade com a ferrovia. Visando ampliar a ocupação e expansão econômica, até o limiar da década de 1930, superintendentes municipais foram eleitos e, intendentes, nomeados nos distritos. O objetivo estava centrado em atender as demandas locais e organizar os serviços públicos a partir das concepções modernistas pleiteadas nas esferas estadual e federal. Na época, o município contava com os distritos de Limeira, São Bento, Herciliópolis, Catanduvás, Irani, Bela Vista e Abelardo Luz.

É perceptível compreender, a partir das dinâmicas políticas estabelecidas, que as estratégias assumidas pelas empresas colonizadoras para direcionar à região contingente de migrantes foi muito quista pelo Estado. Segundo o Governador Felipe Schmidt (SANTA CATARINA, 1917, p. 40), o aproveitamento das terras, a partir da produção familiar em pequenas propriedades, levaria a região ao crescimento econômico e social.

Quando avaliada a dinâmica econômica brasileira, alicerçada historicamente em bases oligárquicas latifundiárias e escravocratas, o Brasil possuía, ao final do século XIX, uma estrutura agrário-mercantil estabelecida, mas, em contrapartida, com uma fraca base industrial. Nas economias regionais, a expansão do complexo exportador, após 1918, estimulou o surgimento de segmentos mais dinâmicos que se estenderam até o início dos anos 1930, quando, passou-se a defender um projeto nacional de industrialização.

No Oeste catarinense, pelas concepções de João Goularti Filho (2002, p. 985-986), o salto da economia, nas décadas de 1930 e 1940, pode ser explicado pelo forte engajamento do Estado no processo de colonização e ampliação dos mercados junto, principalmente, ao paulista. A urbanização e o aumento da classe operária alargaram a demanda de produtos básicos, como alimentos e vestuário. As estratégias adotadas pelo Estado, no sentido de

facilitar a demarcação e colonização das terras, contribuíram para que o colono e a pequena propriedade fossem considerados a matriz social dessas transformações. Ainda, segundo o autor, "o capital dinheiro concentrado nas mãos dos pequenos capitalistas transformou-se rapidamente e capital industrial".

Cabe destacar que o capital, oriundo da comercialização de terras aos colonos pelas empresas colonizadoras, foi reinvestido de forma singela no município e região¹⁵. As diversas serrarias instaladas pelas empresas estavam relacionadas à necessidade de "limpar as terras" para facilitar a venda, e não necessariamente como uma estratégia de desenvolvimento local.

Essas análises acentuam em proporções ainda maiores a acuidade do colono no desenvolvimento econômico. Era de responsabilidade das empresas a implantação de obras de infraestrutura, entre as quais a medição e demarcação das terras, abertura de estradas vicinais e do núcleo urbano. No entanto, a instalação de moinhos de trigo, casas comerciais, entre outros empreendimentos, foi assumida em grande parte pela inserção do capital local, oriundo das relações comerciais que estabeleciam com os colonos.

As mensagens apresentadas ao Congresso Representativo pelo governador Hercílio Luz ilustram com veemência a ideia difundida pelo poder público, de que, através da pequena propriedade e das relações econômicas produzidas, o crescimento econômico e a projeção da região tomariam grande impulso.

É na vida dos campos que reside à fortuna. É encorajando o agricultor, animando a indústria pastoril, rasgando estradas, mais estradas e cada vez mais estradas, educando as populações para centuplicar o número de lavradores adiantados, protegendo a produção e barateando o custo. [...] É dessa maneira que vamos encontrar a fórmula definitiva e boa para a solidez do nosso futuro econômico, e, em última análise, da riqueza pública (SANTA CATARINA, 1919, p.19).

Amparar e desenvolver o trabalho dos campos há de ser por muito tempo o ponto principal da política econômica em nosso Estado. Essa preocupação tem obedecido não somente a ampliação do nosso sistema rodoviário, executando de forma a facilitar o custo da produção e a promover o povoamento de vastas zonas, até agora inaproveitadas, como também, por outro lado, a criação com recursos próprios e com auxílio do Governo Federal, de estações de fomento agrícola (SANTA CATARINA, 1923, p.48).

¹⁵ A empresa de Ângelo de Carli & Cia., paralelamente às atividades de colonização, atuou na extração de ervamate e investiu na construção de uma fábrica de fósforos em Herval d'Oeste. José Carlos Radin (2006, p. 127) aútere que outros sócios da empresa teriam permanecido em Caxias e, na década de 1940, fundaram a Celulose Irani.

Segundo os relatos de Atílio Fontana (FONTANA, 2018, p. 154), a Colonizadora Mosele, através de seu representante Venâncio Finger, investiu em cotas de participação na fase inicial do Frigorífico Concórdia Ltda, no ano de 1942, período em que Atílio Fontana iniciava as atividades industriais no município de Concórdia.

No Relatório de Gestão de Negócios, apresentado pelo superintendente Vitor Felipe Rauen, ao Conselho Municipal de Cruzeiro em 1923, é notório o direcionamento de percentuais financeiros para a regularização terras, principalmente no que tange a demarcação de lotes. Conforme documento, estava centrado em direcionar o município ao progresso pela presença dos colonos, sem enfrentar os impactos diretos das crises advindas da Revolução, em curso, no Rio Grande do Sul. “Através desses esforços e desvelos conseguiremos elevar esta terra, de tão belo futuro e grandeza, fazendo admirada e respeitada no Estado e fora dele” (CRUZEIRO, Mensagem, 1923, p. 4).

O alinhamento estabelecido entre o Estado e a proposta de desenvolvimento econômico se torna indubitável a partir de 1930, quando Getúlio Vargas assumiu o poder no país. A centralização político administrativa e a estruturação de um projeto que previa a criação dos ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio intensificaram o estabelecimento de políticas para a industrialização. No contexto da ditadura do Estado Novo, segundo Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015, p. 378), forneceu a régua e o compasso para a sustentação do viés político de Vargas, além de projetar, em escala nacional, o pensamento difundido pelos intelectuais sobre a modernização. “Havia uma vontade de transformação atravessando o campo da cultura e projetando, em escala nacional, uma estética, uma imaginação e um pensamento que já não estavam circunscritos aos regionalismos”.

No que tange a produção agrícola, existia uma preocupação com o desenvolvimento de práticas que melhorassem a produtividade e se alinhassem ao setor industrial. Em 1936, o presidente Getúlio Vargas destacava o Serviço de Fomento da Produção Vegetal. O objetivo orientava para a implantação de técnicas de manejo em culturas específicas, visando à aproximação dos setores agrícolas, comerciais e industriais. (BRASIL, MENSAGEM, 1936, p. 348).

Em publicação no jornal A Gazeta (1938, nº 1091, p. 6), o engenheiro agrônomo César Seara, do Serviço de Fomento a Produção Vegetal, em Santa Catarina, registrando sobre os novos rumos da agricultura mundial e a sua repercussão no estado, destacou que o serviço alicerçado pelo governo federal

foi moldado em fundamentos essencialmente técnicos. Fazem parte, especialistas fornecidos pelo governo da união, e outros, contratados pelo Estado. Destina-se a incrementar a agricultura em todos os recantos de Santa Catarina, zelando por tudo o que já se acha feito, além de procurar orientar as atividades de nossos lavradores de acordo com as modernas conquistas da ciência agrônômica e os imperativos da época atual. Estamos certos de que a lavoura catarinense não dispensará no nosso concurso, fazendo causa

comum pelo elevamento e progresso das culturas do Estado (GAZETA, 1938, nº 1091, p. 6).

No ano de 1939, no mesmo folhetim, a perspicácia do governo estadual foi descrita pelo Diretor de Serviço e Inspetor Agrícola Federal Frederico Schmidt. Segundo suas análises, “o regime de pequenas propriedades, as suas indústrias nascentes, o bem-estar das populações rurais e a ação sempre pronta do governo de Nereu Ramos são o molde para responder ao sucesso do Estado” (GAZETA, 1939, nº 1365, p.1). É considerável salientar que não necessariamente o discurso vigente perfazia a realidade. No entanto, é relevante a frequência com que o Estado se fazia notar quando do processo de construção econômica.

As publicações da imprensa, nas décadas de 1940 e 1950, cristalizavam a ideia de que o modelo adotado pelo Ministério da Agricultura fora considerado apropriado enquanto alicerce para a modernização e desenvolvimento econômico. Em março de 1952, o jornal *Cruzeiro do Sul*, de Joaçaba, fazia referência às informações apresentadas pelo Ministério da Agricultura sobre as terras do município. Segundo o folhetim, mereceram tal alusão por apresentarem, no ano de 1950, os maiores índices do Brasil em rendimento por hectare na produção de milho, feijão, trigo e arroz (CRUZEIRO DO SUL, 1953, nº116, p. 5).

O jornal *Correio do Norte*, de Canoinhas (1953, p. 02), fazia destaque sobre a primeira exposição Agroavícola industrial organizada no município. Segundo a notícia, foram apresentados ao governador e representantes do poder público catarinense stands com demonstração de aves de melhor linhagem, pavilhões com raças de suínos, pastos e maquinários. Um trigal que “já aderiu à mecanização e o uso de fertilizantes” também foi exibido como diferencial para o desenvolvimento da produção no estado.

A referência ao uso de máquinas e fertilizantes e ao melhoramento genético sinaliza o gradual avanço da modernização da agricultura. O período do pós-guerra constituía-se como momento de expansão pela abertura de mercados. O progresso seria alcançado, segundo a opinião pública, pelo alinhamento das políticas estaduais e os investimentos nos setores industriais que, conseqüentemente, elevariam a produção no campo e a expansão do comércio.

Merceu destaque na notícia, o pavilhão coordenado pela empresa Caetano Branco e filhos, de Joaçaba. Segundo o redator, neste espaço, os "fabricantes das afamadas trilhadeiras 'Vencedora', colocaram uma máquina em funcionamento, na operação de despalhamento e debulha de milho. Convenceu a todos sua eficiência e utilidade” (CORREIO DO NORTE, 1953, p. 02).

O Interventor Nereu Ramos destacava que, no limiar da década de 1940, em Santa Catarina, as políticas adotadas alinhavam-se aos projetos nacionais getulistas buscando estimular iniciativas industriais. Os trabalhos executados na Agência do Serviço de Economia Rural pleiteavam a ampliação das cooperativas de banha e produtos suínos. Pelo decreto de lei número 507, de 6 de fevereiro de 1941, o Interventor isentava as sociedades cooperativas de quase todos os impostos estaduais (SANTA CATARINA. RELATÓRIO, 1941, p. 4-5). Essas medidas vinham ao encontro das políticas federais instituídas ainda na década de 1930, embasadas nos ideais de desenvolvimento agrícola, industrial e comercial.

O jornal A Gazeta, ainda no ano de 1934, publicava, no Diário Oficial, o regulamento para a aprovação de um decreto pelo qual incentivava o desenvolvimento da produção animal e das indústrias. Pela determinação do Departamento Nacional da Produção Animal do Ministério da Agricultura, a fiscalização da preparação nos setores industriais e a delimitação dos encargos seriam direcionadas a setores do estado, o que facilitaria e ampliaria a produção e a circulação dos produtos (A GAZETA, 1934, nº 1, p. 5).

Em 1938, fazendo apologia ao Estado Novo, o mesmo folheto dedicava um espaço para apresentar o esforço do governo Vargas para o incremento no cultivo do milho.

Pode-se cultivar o milho em todo o território do país. [...] o governo tomou para si a direção desta campanha, e dela, se auguram resultados imediatos em favor da economia nacional. [...] A produção brasileira dá uma colocação de relevo entre os povos que cultivam o cereal, e o governo da república está empenhado em desenvolver essa fonte de riqueza. [...] o Brasil vai ficar a dever ao Estado Novo esse grande trabalho (A GAZETA, 1938, nº 1164, p. 3).

As políticas públicas adotadas pelo interventor acompanhavam os direcionamentos federais sendo os resultados já percebidos nos relatórios agrícolas do IBGE. Entre os anos 1940 e 1950 o crescimento no número de suínos existentes nos estabelecimentos recenseados foi superior a 56% (IBGE, 1956, p. 36). Os números demonstram que as ações governamentais incidiam diretamente no desenvolvimento econômico do município e nas relações que se estabeleciam. O memorialista Paulo Domingos da Nova, ao descrever Joaçaba, em 1946, destacava que

todos os colonos da região plantavam e colhiam o milho para engordar seus animais e vender ao Frigorífico Pagnoncelli. Ganhava o colono, o dono do caminhão transportador dos porcos e a prefeitura que arrecadava impostos. O comércio também era beneficiado com parte da receita da venda dos suínos (DA NOVA, 2002, p. 3).

A intercorrelação, que segundo o memorialista, estabelecia novas dinâmicas para o município, vem ao encontro das análises estabelecidas por Gentil Corazza (2016, p. 76) quando afirma que “foi na esteira da produção de suínos, que aos poucos foi se consolidando como principal atividade econômica da região, que foram se desenvolvendo outras atividades complementares, como agricultura do milho, feijão, arroz e mandioca”. A partir dessas, desenvolveram-se as primeiras casas comerciais e o processo de acumulação de capitais gerados na própria região.

As transformações que começavam a se destacar na economia regional, em decorrência da expansão da agricultura em pequenas propriedades, também foram resultado da unificação da direção do Serviço de Fomento da produção Vegetal. Fausto Ferreira da Luz, responsável pela organização do projeto no estado, organizou a criação de 9 campos permanentes e 3 estações experimentais.

Os trabalhos se constituem no estabelecimento de uma rede de campos de sementes a serem desenvolvidos em zonas de progresso estacionários, que viviam exclusivamente da exploração da indústria extrativa ou pecuária (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1942, p. 3).

O jornal O Estado publicava, com frequência, as abordagens direcionadas aos campos de sementes estabelecidos no estado e as demandas relacionadas. No dia 09 de outubro (1947, p. 2), o destaque estava centrado no discurso do então deputado Protogenes Vieira, representante do PSD e apoiador de Nereu Ramos. Contrapondo as críticas de Waldemar Rupp, que alegava descaso nas ações governamentais, o deputado destacava que a maioria dos campos de sementes já se encontrava em franca expansão. Somente o projeto destinado ao município de Indaial ainda se apresentava sem espaço definido para implantação. A disponibilidade de profissionais de volante para o transporte de caminhões foi considerada, pelo deputado Protogenes Vieira, mais uma grande conquista para as melhorias agrícolas em Santa Catarina.

Destaque-se que as políticas governamentais estimulavam de sobremaneira as práticas que desencadeassem incremento na produção de grãos e cereais e que se apresentassem diretamente ligadas à indústria. Os dados do IBGE de 1940-1950 exibem, consecutivamente, a ampliação na produção de milho. Com um acréscimo superior a 34%, a produção nas propriedades recenseadas do município de Cruzeiro, saltou de 66.524 toneladas para 89.199 toneladas (IBGE, 1956, p. 35).

Atentando-se às informações auferidas no relatório do IBGE, torna-se relevante apontar que a ampliação na produção de milho estaria atrelada, também, ao avanço da

colonização. O aumento no número de famílias estabelecidas na nova fronteira e as possibilidades vantajosas na comercialização dos suínos impactou diretamente nas quantidades de milho exigidas para a engorda.

O jornal A Gazeta dedicou uma coluna de seu folhetim para descrever a importância da visita do Inspetor de Fomento Agrícola ao município de Cruzeiro. O autor asseverava que o plano estabelecido pelo Governo Federal, para a campanha do trigo, apresentava-se promissora para o município, pois

sendo como é, o maior produtor de trigo em Santa Catarina, e, ao par disso, sendo o seu trigo o melhor do Estado e dos melhores do país, é de toda a justiça que nesse município seja localizada uma das estações de fomento. [...] em apreço, o governo do estado adquiriu a uma firma local, mil sacos de trigo para ser distribuído como semente (A GAZETA, 1938, nº 1091, p. 2).

Compreendendo as necessidades, aliadas à prosperidade econômica alcançada em Cruzeiro, nas duas primeiras décadas pós-emancipação, no que tange a produção de cereais, especialmente o trigo, Fausto Ferreira da Luz coordenou, em 1940, a criação do Campo de Sementes no município. “Em uma área de 260.000m², pertencente à União, sobressaiu-se o cultivo de trigo, seguido de centeio, cevada, milho, batatinha e alfafa” (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1942, p. 11-12).

A ampliação do uso de máquinas e insumos, congregados às técnicas incorporadas dos campos de experimentação, transformou, de sobremaneira, a produção agrícola, especialmente de trigo, no município de Cruzeiro. A Tabela 7 ilustra a posição de destaque assumida pelo cultivo, quando comparado a outros municípios, também produtores. Torna-se relevante destacar a presença do modal ferroviário como elemento dinamizador para comercialização do cereal. Essa condição impulsionou a produção agrícola em grande parte dos municípios do Vale do Rio do Peixe.

Tabela 7 – Produção de Trigo em Santa Catarina – 1941

Produção de Trigo em Santa Catarina – 1941	
Município	Quantidade em sacos de 60kg
Caçador	150.000
Campos Novos	130.000
Cruzeiro	100.000
Concórdia	70.000
Chapecó	60.000
Porto União	20.833
Canoinhas	17.000
Bom Retiro	13.000
São Bento	11.308
São Joaquim	10.000
Itaiópolis	8.000

Curitibanos	4.150
Mafra	3.000
Lages	1.833
Campo Alegre	1.733
Tubarão	320
Total	601.177

Fonte: Elaborado pela autora com base em: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1942, p. 46.

A produção estadual de trigo, superior a 36 mil toneladas, foi compreendida pelo governo como vantajosa e economicamente capaz de sobrelevar muitos países tradicionalmente produtores. Para o Interventor Estadual a superação de problemas ligados à falta de transporte, aos silos, às trilhadeiras e aos moinhos elevaria a produção a níveis ainda maiores.

Observando estas preocupações, Fausto Ferreira da Luz, agente do Ministério da Agricultura, assinala que,

às vezes não podemos resolver todas as questões, mas procuramos solucioná-las das mais importantes e mais urgentes [...] entre os serviços realizados podemos destacar as reformas e construções das casas de campo. Para tal, temos recebido auxílio das prefeituras e quase sempre do Estado, interessado no embelezamento dos campos e no auxílio técnico para o melhoramento das produções (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1942, p. 14).

A mensagem supracitada ratifica a preocupação do coordenador do projeto de assessoria no campo para a ampliação das técnicas de cultivo. Em Cruzeiro, as fotos de 1942, ilustram os investimentos do poder público no sentido de aprimorar as práticas agrícolas em pequenas propriedades a fim de inserir, de maneira direta, o colono ao mercado. O rápido e facilitado escoamento da produção, via ferrovia, incentivava o aperfeiçoamento técnico e a ampliação da produção no campo.

Figura 12 – Infraestrutura fornecida pelo Serviço de Fomento à produção Vegetal
Cruzeiro – 1942



Depósito para cereais. Nas duas imagens é possível identificar a presença de caminhão, importante para o transporte de insumos e cereais. A dimensão do depósito foi considerada como diferencial no campo de Cruzeiro.



Casas disponibilizadas aos operários. Fonte: Elaborado pela autora com base em: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1942, p. 68.

O boletim da Associação Comercial de Florianópolis publicado em abril de 1942, apontava que, no município de Cruzeiro, encontravam-se em operação 10 moinhos de trigo, um número considerado expressivo em comparação aos 36 identificados na totalidade no estado (FLORIANÓPOLIS, Boletim, 1942, p. 9). No mesmo ano, a empresa de Caetano Natal Branco comercializou 25 trilhadeiras, o que evidencia uma expansão na produção e no processamento do cereal (ESGANZERLA, 2006, 62).

Com os investimentos na produção, o escoamento se apresentava como a parte nevrálgica da administração pública. Novos investimentos eram ambicionados pelos colonos visando a facilitação na comercialização e a representatividade do município em escala regional e nacional.

3.1.1 – Infraestrutura pública e o dinamismo econômico em Cruzeiro

As políticas públicas instituídas por Nereu Ramos visavam resolver os impasses relacionados à comercialização, em especial, dos cereais produzidos no Oeste catarinense. Em 1943, o jornal Diário Carioca (1943, nº 4644, p. 7) noticiava “O problema rodoviário em Santa Catarina: o plano de obras executadas pelo governo do Sr. Nereu Ramos. Novas rodovias e pontes construídas”¹⁶. Na matéria, além de relacionar as obras executadas, incluindo várias que atendiam o município de Cruzeiro, destacava o implemento no modal

¹⁶ Tem-se ciência que nesse período a imprensa era controlada pelo governo, e, dessa forma, evidenciava o que compreendia ser positivo para a sua imagem; o avanço da colonização, da industrialização e o desenvolvimento da economia. Segundo Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015, p. 376), o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) interferia diretamente nas manifestações jornalísticas. Os funcionários da DIP exploravam o potencial da imprensa escrita criando publicações concebidas exclusivamente para enaltecer determinado objetivo.

rodoviário como estímulo a maior circulação de riquezas catarinenses. Essas medidas atentariam para o desenvolvimento econômico regional, possibilitando a ampliação do programa agroindustrial proposto pelo governo estadual.

Na mesma perspectiva, o jornal A Gazeta, de circulação na capital catarinense, pontuava, em 1944, que a

produção sem escoamento seguro significa debacle econômica certa, (...) fomentá-la sem meios para colocá-la economicamente nos mercados consumidores, não é solução de um problema, antes será o agravamento de uma situação econômica, pela criação de um problema mais grave. (A GAZETA, 1944, p. 12).

No município, a situação exposta na notícia era minimizada pela presença da ferrovia, alocada como um importante cruzamento para o comércio de produtos e o deslocamento de pessoas. O investimento público no modal apresentava-se como o diferencial positivo para a região. Ponderando o contexto catarinense, o Instituto Cartográfico Canabrava Barreiros elaborou, em novembro de 1947, o Cartograma de Transportes e Comunicações. O propósito direto do projeto visava o melhoramento no sistema de comunicações e transportes no estado. Pelo cartograma ilustrativo (Figura 13), no município de Joaçaba¹⁷ já é perceptível a presença de Agência Postal Telegráfica, rodovias estaduais e municipais, além da ferrovia com bitola corrente, o que facilitava a inter-relação entre as regiões do estado e do país para a comercialização da produção.

Figura 13- Cartograma de Transportes e Comunicação – Joaçaba 1947

¹⁷ Pelo Decreto-Lei Estadual nº 941, promulgado em de 31 de dezembro de 1943, pelo Interventor Nereu Ramos, o município de Cruzeiro passou a ser nominado Joaçaba. Na dissertação, as duas nomenclaturas são utilizadas, referindo-se ao território abordado na pesquisa.



Fonte: Estado de Santa Catarina. Cartogramas Municipais dos Transportes e Comunicações, 1947, p. 24.

A ampliação do sistema de comunicação e as melhorias no campo motivaram a emergência de atividades econômicas mais dinâmicas. O aumento populacional, principalmente no núcleo urbano, possibilitou a presença de profissionais liberais, que passaram a disputar o poder local com os políticos ligados à exploração da madeira e ao

comércio de terras. Essa nova situação foi reconhecida em vários municípios do Oeste catarinense. Monica Hass (1993, p. 71) salienta que, além dos colonizadores e madeireiros, surgem os comerciantes, médicos, advogados, farmacêuticos, engenheiros, gerentes de banco, juízes de direito, promotores públicos, ocupantes de cargos públicos e os representantes da igreja. Essa tessitura articulou um novo desenho que representou a reconfiguração e criação de órgãos públicos e privados e o fortalecimento da indústria e do comércio.

A pequena propriedade, em grande medida, horizontalizou a produção e a geração de capital. Para Cristina Moraes (2018, p. 301), a construção de infraestruturas que atribuem vigor e regularidade à circulação é um elemento fundamental para a expansão da colonização e, por conseguinte, da economia. Os núcleos coloniais constituíram novos espaços de produção, pré-condição para a acumulação de capital.

Ao colocar uma quantidade significativa de pessoas em uma nova área além de garantir a transferência de renda da terra, também cria ao mesmo tempo um novo mercado consumidor de mercadorias e produtor de gêneros alimentícios (MORAES, p. 302).

O que ocorre, seja pelo desenvolvimento de atividades industriais, que absorvem capital na implantação de infraestrutura, seja porque se tornam mercados consumidores de mercadorias (desde as mais simples, como as ferramentas para lavoura, como para montagem nas serrarias, moinhos etc.), desencadeia grandes transformações nas décadas de 1940 e 1950. Raimundo Faoro (1987, p. 709) evidencia que as condições econômicas, construídas no período presidencial de Getúlio Vargas, estabeleceram grandes mudanças no âmbito nacional e repercutiram diretamente nas esferas estaduais e regionais.

A estabilização econômica, para Getúlio Vargas, estava alicerçada no amparo estatal, principalmente no setor industrial.

Essas indústrias, que não são poucas, que somam dezenas de milhões de contos, nas suas prestações anuais. As agrícolas, como café, a borracha, o algodão, o açúcar, o cacau, o fumo, os cereais e as frutas; as minerais, como a cerâmica; as manufaturas, como a fiação, a tecelagem de algodão, de lã, de seda; as animais, como a criação de gado bovino, suíno, com os frigoríficos, as fábricas de pentes, e botões, de banha, etc., todas prosperarão, fornecendo ao consumo interno; assim diminuiriam a importação, e, enviando as suas sobras ao estrangeiro, aumentarão a exportação (FAORO, 1987, p. 709).

No caso do estado de Santa Catarina, segundo Alcides Goularti Filho (2001, p. 989), a infraestrutura social básica e os arranjos institucionais, passaram por uma intervenção Estatal para facilitar o processo de acumulação. A partir da década de 1960, um novo sistema de crédito, com investimentos em energia, transporte e a integração do capital, de origem local,

dinamizaram a diversificação e integração produtiva. No Oeste Catarinense, os colonos, donos de pequenos negócios comerciais e manufatureiros, como moinhos, marcenarias, fábricas de queijo e salame, fábricas de caixas e de fundição, transformaram rapidamente suas economias em capital industrial. Os movimentos, traduzidos a partir de 1955, com a criação de vários centros públicos de pesquisa e a consolidação de uma política nacional de Crédito Rural, ou seja, a marcante atuação do Estado permitiu transformações e a formação de novos complexos.

Segundo as análises de Maria Luiza Hering (1987, p. 49), não é o excedente global gerado pela economia local, coberto pela poupança externa, mas o excedente comercializado por cada produtor individual que representará o acúmulo de reservas a serem investidas. É nessa perspectiva que a dinâmica econômica deve ser compreendida no município de Joaçaba. O longo processo de modernização e as benesses da política agrícola, incluindo subsídios e financiamentos liberados pelo Estado, desencadearam uma modernização a partir da agricultura em pequenas propriedades.

A mutação do complexo agro comercial dos moinhos e frigoríficos que comercializavam os produtos quase *in natura*, para o complexo agroindustrial de carne, apresentou-se como um novo padrão de crescimento que conduziu a economia no primeiro cinquentenário do município. Portanto, para Alcides Goulart filho (2001, p. 991), a integração regional catarinense deve ser entendida a partir de políticas de desenvolvimento e da articulação entre as esferas nacional e estadual.

Nesse cenário destacaram-se indústrias de máquinas e implementos, moinhos de farinha de trigo e frigoríficos. As empresas Caetano Natal Branco, Filhos Ltda e Francisco Lindner S.A., assumem a primazia na fabricação de máquinas agrícolas, importantes para a modernização no campo e para potencializar a produção, principalmente de cereais. Os complexos industriais e comerciais de Romano Massignam e da Sociedade Bonato ilustram a importante contribuição para o processamento e comercialização dos cereais do município. Essas empresas, além da industrialização da farinha, também atuavam na comercialização de suínos, o que alavancou o beneficiamento da banha e de subprodutos. Nesse setor, o Frigorífico da família Pagnoncelli assume a precedência e situa o município em uma posição de destaque econômico, regional e nacional, como se verá a seguir.

3.2 – Produção agrícola e a fabricação de máquinas e implementos

Tendo em mente os cenários políticos e econômicos que se constituíram no Brasil, na primeira metade do século XX, é perceptível que a dinamização da economia no município de Cruzeiro acompanhou uma perspectiva nacional, mas apresentou a peculiaridade da relação direta entre o colono e o mercado. O incentivo e direcionamento público para a formação de assentamentos, visando à consolidação da ocupação do espaço e o incremento da produção para o mercado interno desencadeou gradativamente, o empreendimento na indústria. A empresa de Caetano Natal Branco, que aqui será apresentada, é um exemplo da forma como o capital de origem local, reinvestido contribuiu para a transformação da dinâmica de produção e, conseqüente, ampliou as relações econômicas no município.

A fabricação de máquinas e implementos alavancava não apenas a produção dos colonos nas propriedades, mas, indiretamente, a diversificação industrial. Em grande medida, esses empresários, muitas vezes com alicerces agrícolas, conviveram com a herança e influência de diferentes tipos de artesãos, o que contribuiu para o desenvolvimento desses empreendimentos.

Assim, entende-se imperativo descrever algumas características de Caetano Natal Branco, com o propósito de melhor compreender o cenário que envolveu o surgimento das indústrias de máquinas e implementos no município. A trajetória e liderança em tal processo direcionaram para o incremento de capital investido e o surgimento de várias outras indústrias nas décadas subsequentes, transformando as relações de produção e consumo nas esferas regionais e nacionais.

Originária da região do Vêneto, no norte da Itália, a família Branco emigrou ao Rio Grande do Sul em 1890, onde adquiriu lotes agrícolas em Silveira Martins, na Quarta Colônia Imperial da imigração italiana. O projeto governamental que previa a obtenção de terras que podiam ser pagas com o produto das colheitas e, em longo prazo, possibilitou o acúmulo de capital para o reinvestimento no local. Marceneiro, fabricante de móveis infantis e escultor, o objetivo de Caetano Natal Branco era montar uma fábrica de máquinas agrícolas em Silveira Martins. Segundo depoimento de familiares (ESGANZERLA, 2006, p. 36) isso não foi possível por dificuldades de acesso à água para geração de energia, no terreno ambicionado para a montagem do empreendimento.

As supostas dificuldades enfrentadas no Rio Grande do Sul, congregadas às informações que circulavam nos jornais de que no município de Cruzeiro prosperavam boas

oportunidades de negócios após o Acordo Interestadual de Limites, foram fatores para o deslocamento de Caetano Natal Branco para Santa Catarina. Instalou-se no distrito de Bom Retiro [atual Luzerna] em outubro de 1929, aos 32 anos de idade. No ano de 1934, adquiriu um terreno em sociedade com Antônio João Tonin, cunhado de Atílio Fontana¹⁸.

No processo histórico de desenvolvimento econômico, destaca-se a presença de colonizadores que se tornaram proprietários e se destacaram como empreendedores e contribuíram para alavancar o avanço da indústria de Cruzeiro e da região. O ajustamento de demandas de outros estados aliadas à comercialização dos excedentes produzidos pelos colonos possibilitou o desdobramento de diferentes setores econômicos envolvendo diversos empresários em ascensão. As políticas públicas do estado, não compreendidas como independentes e autônomas, foram, por conseguinte, o fator para a qualificação da estrutura social e econômica. Milton Santos atribui uma relação de causa e efeito, no sentido de estabelecer que os métodos constitutivos se manifestem nas relações ou metamorfoses de diversos instrumentos ou instituições (SANTOS, 2014, p. 199).

O investimento inicial de Caetano Natal Branco, no terreno adquirido em Cruzeiro, esteve centrado na construção de uma usina capaz de gerar energia para o funcionamento da ambicionada fábrica de maquinário agrícola. Pelo mapa da Colonizadora Mosele Eberle Ghilardi e Cia. é possível identificar o terreno de 1.200 metros de comprimento, que somava 72 mil metros quadrados, adquirido pelo empresário e seu sócio. Localizado na beira do Rio do Peixe, a uma curta distância da ferrovia, localizada na outra margem, o espaço fornecia as condições necessárias para assegurar o fornecimento de energia através da usina que seria instalada e o funcionamento da indústria.

Em depoimento registrado no Álbum Comemorativo ao Cinquentenário do município de Joaçaba (QUEIROZ, 2016, p. 235-236), o sócio Antônio João Tonin relata as dificuldades financeiras atreladas à construção da usina e a posterior instalação da indústria de maquinário. O capital investido por Tonin foi de 20 contos oriundos da venda, ao empresário Atilio Fontana, do hotel do qual era proprietário. Caetano Natal Branco teria iniciado o negócio com uma quantia um pouco superior. Na aquisição do lote foram investidos 4 contos e 500 mil

¹⁸ Atílio Fontana também imigrou do Rio Grande do Sul e se estabeleceu em Bom Retiro no início da década de 1920. Observando que “aquela região era de grande futuro, oferecendo as melhores condições de trabalho e possibilidades de negócios”, projetou a vinda dos dois cunhados e suas respectivas famílias para Cruzeiro. Trabalhou por duas décadas no comércio voltado para o mercado local e regional. Comprava produtos dos colonos, principalmente suínos e cereais, e os revendia em São Paulo onde se abastecia de mercadorias para as casas comerciais localizadas na região. As dinâmicas mercantis estabelecidas por Fontana criaram condições para o acúmulo de capital necessário a ser reinvestido em outros negócios. Em 1940, o empresário vendeu suas casas comerciais para dedicar-se à indústria, fundando o frigorífico Sadia no município de Concórdia (FONTANA, 2018, p. 73).

réis. Para a montagem da usina, ainda foi necessária a compra de ferramentas e um torno que acresceram mais um investimento de 240 mil réis. No entanto, a compra da turbina, por 11 contos, foi descrita por Tonin como “um verdadeiro assalto a nossa bolsa”.

Na construção da valeta, que media 570 metros de comprimento por 2 metros de largura e 1 metro de profundidade, em média, e na montagem da turbina, trabalhamos 15 meses. Efetivamente, trabalhávamos em três pessoas, uma vez que os filhos de Caetano Branco eram ainda crianças, tendo o mais velho apenas 14 anos. **Não podíamos contratar trabalhadores por falta de dinheiro** (QUEIROZ, 2016, p. 235, grifo nosso).

As declarações de Tonin, ao destacar as dificuldades de efetivação da obra por falta de recursos, evidenciam a retórica do desenvolvimento industrial do município, atrelado a investimentos próprios, capitalizados a partir das relações mercantis locais. A montagem de uma serraria e uma carpintaria, pelos sócios, no local da construção da usina, reverbera o entendimento de que o gérmen para a efetivação do processo esteve ligado ao capital de origem local.

Na década de 1930, o município já se projetava pela produção de cereais, especialmente o trigo. Ao idealizar a indústria, Caetano Natal Branco ponderou as características econômicas do espaço e as necessidades básicas dos colonos. “Vamos fabricar uma trilhadeira para que os agricultores possam ter uma máquina para bater cereais” (ESGANZERLA, 2006, p. 36).

O testemunho de Aldo Ângelo Marquezi (ESGANZERLA, 2006, p. 46), primeiro funcionário registrado na empresa, esclarece que Caetano Branco havia trazido para Bom Retiro uma trilhadeira fabricada em Faxinal do Soturno (RS). Durante um determinado período trabalhou nas colônias como trilhador, o que foi importante para conhecer a região e as necessidades dos colonos. Segundo relato, a máquina haveria servido como inspiração e modelo para montar a sua indústria. “Caetano Branco ficou entusiasmado com os resultados tanto que reuniu seus filhos e disse: trabalharemos para manter uma fábrica de trilhadeira”.

A Figura 14 destaca em sua descrição: “Primeira trilhadeira ‘Vencedora’ fabricada pela firma de Caetano Branco em 1936”. Na imagem é possível notar os colonos envolvidos na experiência de bater o trigo e observando os resultados. A máquina instalada no interior do município se apresentaria como a própria publicidade. A satisfação por parte dos agricultores resultaria em novos pedidos de fabricação.

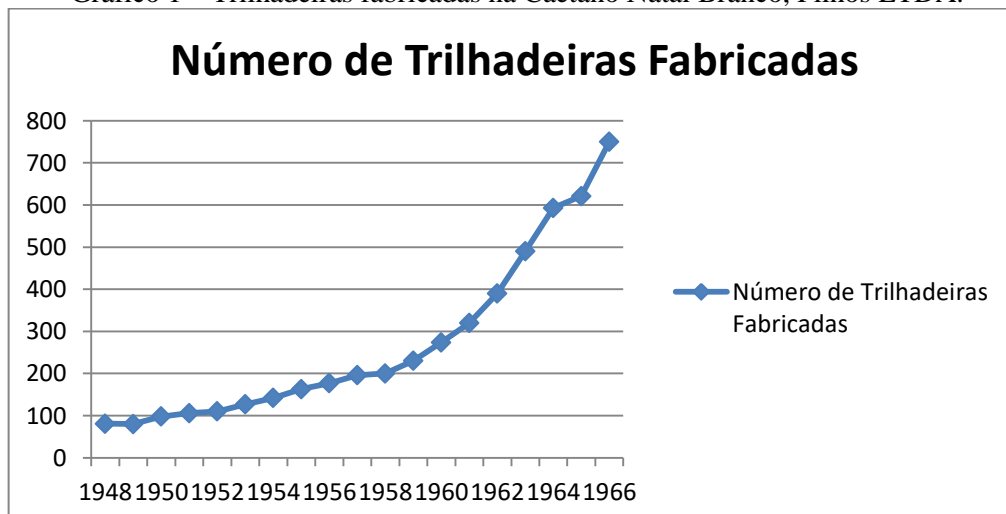
Figura 14- Primeira Trilhadeira produzida por Caetano Branco - 1936



Fonte: QUEIROZ, 2016, p. 233.

A observância de que existia, por parte dos colonos, a necessidade imediata de tecnologias para o melhoramento das práticas no campo pode ser compreendida em consonância ao aumento da demanda de máquinas produzidas na empresa de Caetano Branco. Enquanto nos cinco primeiros anos a produção não alcançou o número de 10 máquinas/ano, nas duas décadas seguintes, mais de 200 máquinas/ano chegaram a ser comercializadas aos colonos. O aumento significativo, observado a partir de 1948 (Gráfico 1), quando já estava constituída a firma Caetano Natal Branco, Filhos LTDA, está vinculado aos incentivos governamentais designados para o desenvolvimento da indústria no país e a posição de destaque do município na produção de cereais.

Gráfico 1 – Trilhadeiras fabricadas na Caetano Natal Branco, Filhos LTDA.



Fonte: Elaborado pela autora com base em: QUEIROZ, 2016, p. 234.

A percepção de que os incentivos governamentais destinados à produção agrícola incidiram diretamente no desenvolvimento industrial podem ser observados na análise do relatório da Associação Rural de Joaçaba, no ano de 1952. Além de sementes de hortaliças, galinhas de raça e trigo em semente, a Associação recebeu do Ministério da Agricultura cinco trilhadeiras “Vencedora” que seriam destinadas aos associados (SANTA CATARINA, Relatório, 1953, p. 4).

Segundo Alcides Goular Filho (2002, p. 989), os novos sistemas de crédito e os investimentos em energia e transporte possibilitaram que nos municípios de Santa Catarina, que tiveram uma formação sócio espacial diferenciada, com diversificação e a integração produtiva comandadas pelo capital de origem local e endossadas pelas políticas estatais, o padrão de crescimento fosse ainda mais significativo. O crescimento urbano também contribuiu para o aumento do poder de compra e a versatilidade da economia.

A capacidade operativa da “trilhadeira vencedora”¹⁹ também se apresentava como fator a ser ponderado. Na Figura 15, uma propaganda da empresa, que apresentava as trilhadeiras disponíveis, descrevendo o seu funcionamento, a produção em sacos de 60kg/hora é proeminente. Para os colonos, a possibilidade de trilhar 25 sacos de trigo com a colheitadeira nº 2 ou 40 sacos com a máquina nº 3, no período de 1 hora, demandando uma quantidade menor de pessoas envolvidas, confirmava a importância que o equipamento ostentava em pequenas propriedades geridas pela família. Para o Estado, que ambicionava a expansão do setor agrícola a partir do aumento da produtividade, a ampliação da fabricação de maquinário e implementos caminhava na mesma direção.

Figura 15 – Trilhadeira Vencedora

¹⁹ O município de Cruzeiro passou a se destacar na produção de cereais. O poder público municipal organizava eventos anuais de promoção ao setor com o intuito de demonstrar insumos, máquinas e implementos, além de promover as indústrias em ascensão no período. Em um desses eventos, a trilhadeira fabricada por Caetano Branco ganhou o primeiro lugar em desempenho. "Foi a vencedora". Da obtenção desse prêmio surgiu a ideia de dar o nome de "vencedora" à marca da trilhadeira. No jornal local, Cruzeiro do Sul, e nos folhetins Diário da Tarde e Gazeta, de Florianópolis, arquivados na Biblioteca Pública de Joaçaba, constam diversas matérias sobre as feiras e eventos organizados no município, pela acuidade da produção de trigo e do desenvolvimento industrial.

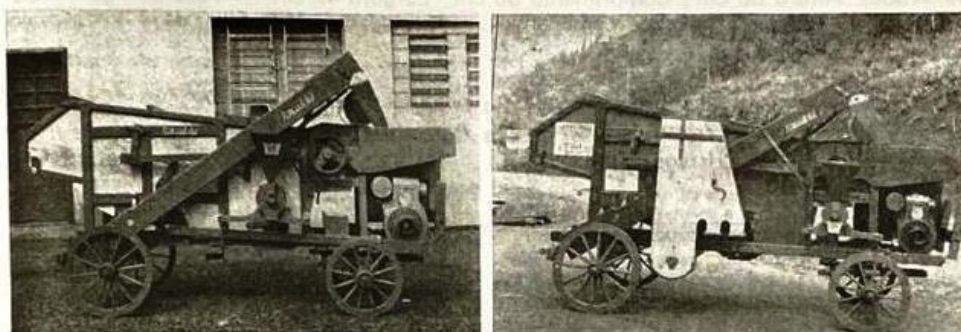
TRILHADEIRA VENCEDORA

Testada e aprovada por milhares de agricultores

A MELHOR DA INDÚSTRIA NACIONAL

UMA SÓ MÁQUINA PARA TRILHAR:

Trigo, Arroz, Soja, Cevada, Aveia, Girassol, Lentilha, Milho, Feijão (todos os tipos), Pipoca, Centeio, Alpiste, Alfafa



Trilhadeira **VENCEDORA** nrs. 2 e 3, de fabricação de **CAETANO BRANCO S.A.**

Pêso das Trilhadeiras: N.º 2 com motor — 760 quilos - N.º 3 com motor — 860 quilos

Produção em sacos de 60 quilos por hora

PRODUTO	N.º 2	N.º 3
Trigo	25	40
Milho	60	80
Arroz	35	60
Feijão (todos os tipos)	25	35
Feijão (soja)	25	35
Pipoca	60	80
Cevada	35	50
Centeio	25	50
Aveia	25	50
Alpiste	15	25
Girassol	30	60
Lentilha	25	25
Alfafa	50 kg	90 kg

ACOMPANHAM A TRILHADEIRA:

- 3 — Jogos de polias, para os diversos cereais.
 1 — Jogo de chaves e ferramentas.
 Peneiras para as diversas finalidades, tais como: Classificação, Limpeza, etc.
 E para a perfeita Trilhagem de todos os cereais é equipada com:
- 1 — CILINDRO DESGRANADOR p/Trilhagem de Trigo, Cevada, Centeio, Aveia, Alfafa e demais sementes miúdas.
 1 — CILINDRO DESGRANADOR p/ Trilhagem de Soja, Milho, Arroz, Feijão (todos os tipos) e demais sementes graúdas.

FABRICANTES:

CAETANO BRANCO, S/A. - Indústria e Comércio

Caixa Postal 210 — Telefones: 1083 e 1088 — Endereço Telegráfico: "CAETANOBRANCO"

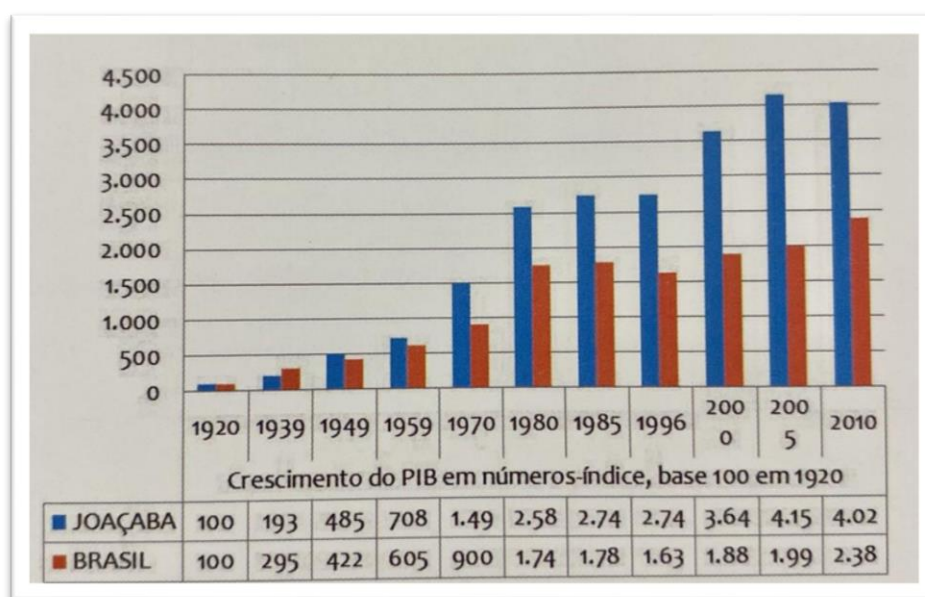
VILA CAETANO BRANCO — JOAÇABA — SANTA CATARINA

Propaganda veiculada em jornais destacando as potencialidades das trilhadeiras da empresa de Caetano Natal Branco. Fonte: QUEIROZ, 2016, p. 237.

Os dados coletados pelo IBGE, nas décadas de 1940 e 1950, e analisados por Carlos José Pereira (BILIBIO, et al., 2017, p. 218) demonstram o crescimento do produto interno bruto em Joaçaba. Pelas informações constituídas no Gráfico 2, o autor interpõe que os números alcançados no município, no período, superam a escala nacional. Credita à ampliação das atividades econômicas secundárias e terciárias, oriundas principalmente do

desenvolvimento industrial, como fator principal para a transformação da economia enquanto geradora de produtos e serviços com altos valores agregados. Cabe ressaltar, ao observar os dados apresentados por Pereira, que nas décadas de 1940 e 1950, projetam-se os maiores alargamentos na produção de cereais no município. Essas situações remetem à estreita relação entre a via de produção em pequenas propriedades e o crescimento econômico/industrial identificado.

Gráfico 2 - Crescimento do Produto Interno Bruto – Joaçaba



Fonte: BILIBIO [et al.], 2017, p. 238

Ainda ponderando os números do IBGE, em 1960, Joaçaba contava com uma população absoluta de 34.088 pessoas, sendo 22.629 (66,4%) na área rural e 11.459 (33,6%) no espaço urbano. O índice populacional é considerado significativo se compararmos ao município de Chapecó, que ainda mantendo grande parte do território inicial, computava uma população de 52.089 pessoas, estando 16.668 (32%) ocupando a área urbana e 35.421(68%) no espaço rural. A densidade demográfica do município de Joaçaba, no período, era de 76,9 hab./km², enquanto em Chapecó figurava em 22 hab./km². Essa disparidade confirma as evidências de crescimento industrial e comercial apresentadas nas décadas de 1940 e 1950 para o município. Também demonstra como o investimento público na construção da ferrovia interferiu no processo de reocupação do espaço e no desenvolvimento econômico.

Os dados referentes ao comércio de mercadorias igualmente fornecem subsídios para a compreensão das discrepâncias entre os dois municípios. Ao estimar os 142 espaços comerciais registrados em Joaçaba, uma movimentação de capital de Cr\$ 66.224, com um

número superior a 530 pessoas, considerando proprietários e empregados, trabalhando²⁰. Chapecó, em observância, atingia, na época, uma receita de investimento próxima a Cr\$ 45.111, arrolada em 103 estabelecimentos (IBGE, Censos Comercial e dos serviços, 1960, p. 76).

O comércio é na região, o mais evoluído. [...] comercializa principalmente: camas, farinha de trigo, turbinas hidráulicas, trilhadeiras, caixas de madeira, esquadrias de madeira, motores estacionários, ração balanceada, esquadrias metálicas, erva-mate beneficiada, madeiras beneficiadas e artigos de lã (QUEIROZ, 2016, p. 120).

Como se observa, o setor comercial do município assumia a primazia no cenário regional, principalmente pela gama de produtos ofertados. É importante frisar que as mercadorias fabricadas estavam intimamente ligadas ao viés de ocupação e desenvolvimento inicial, à produção agrícola e à industrialização desencadeada a partir das necessidades dos colonos.

O boletim da Associação Comercial de Florianópolis apontou, no ano de 1941, o número de fábricas existentes no estado de Santa Catarina e a natureza dessas indústrias. O município de Cruzeiro contava, na época, com 94 indústrias sendo que a maioria delas estava inserida no ramo alimentício, de fogões e móveis (SANTA CATARINA. Boletim, 1941, p.2), o que justifica as ponderações supracitadas. Na edição de 1942, do mesmo boletim, estão registradas as 11 serrarias presentes no município. Cabe destacar que nesses apontamentos consta a serraria que Caetano Natal Branco fundou no terreno adquirido em sociedade com Tonin, em Bom Retiro. (SANTA CATARINA. Boletim, 1942, p. 12).

Nos levantamentos efetivados para o cinquentenário do município, em 1966, o setor industrial de Joaçaba também ganhava destaque. Foram averiguados os empreendimentos industriais que contavam com mais de 5 operários. Os 59 estabelecimentos registrados absorviam 812 trabalhadores, nos mais diversificados ramos industriais. A fábrica de trilhadeiras de Caetano Natal Branco contava, na época, com 73 funcionários. Na mesma perspectiva de produção e comercialização, a indústria de caixas de madeira de Romano Massignan envolvia 76 funcionários, assim como a Hidráulica Industrial Ltda, de Francisco Lindner que, para fabricação e comercialização das turbinas envolvia 45 operários (QUEIROZ, 2016, p. 117).

²⁰ No levantamento apresentado pelo IBGE não constam os estabelecimentos destinados à prestação de serviços. Contabilizando esses empreendimentos, notadamente, a relação aumenta para 295 instalações devidamente registradas.

Tratava-se de empresas de transformação que movimentavam valores expressivos. A título de exemplo, em 1966, as 7 indústrias mecânicas movimentaram Cr\$ 2.806.460,00, as 24 indústrias alimentares arrecadaram Cr\$ 2.135.619,00, da mesma maneira que as 6 indústrias de beneficiamento da madeira angariaram Cr\$ 915.083,00. Também é destaque a única indústria de couros e peles que mobilizava Cr\$ 274.963,00 em produção. Na totalidade, os 59 empreendimentos incrementaram as médias de faturamento municipal, que alcançou Cr\$ 9.156.838,00, no período (QUEIROZ, 2016, p. 141).

Os dados publicados pelo IBGE, em 1960, apontavam Joaçaba com 114 estabelecimentos industriais absorvendo 1.225 trabalhadores. É importante esclarecer que, diferentemente dos levantamentos municipais citados anteriormente, nesse não foram considerados o número de funcionários nos empreendimentos. Essas compilações direcionam o município em uma ascendente no setor industrial e comercial, o que configura a dinâmica econômica proposta. Se observarmos os dados apresentados para Chapecó, nesse mesmo período, constatamos que o município abrangia 61 empreendimentos envolvendo 559 funcionários (IBGE: Censo Demográfico, 1960, p. 72) (IBGE: Censo Industrial, 1960, 82).

Os números apresentados justificam a honraria recebida pelo município em concurso realizado no ano de 1960 no Rio de Janeiro. O evento organizado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal selecionou os 10 municípios com o maior desempenho na administração de 1959. Joaçaba conquistou posição entre os cinco com maior progresso no território. Na cerimônia de entrega dos diplomas, o ministro Armando Falcão, representando o Presidente da República, expressou a magnitude desses municípios, considerando-os como as “células do país”. O resultado obtido por Joaçaba expôs o tenaz desenvolvimento no setor agrícola, comercial e industrial (QUEIROZ, 2016, p. 142).

Mesmo compreendendo que os dados industriais não expressem unicamente a produção e comercialização de máquinas e implementos agrícolas, é pertinente considerar que o parque fabril proporcionou para o município um destaque no cenário regional e nacional. Esse padrão de investimentos, que se estendeu para o setor comercial e de prestação de serviços, apresentou aspectos muito semelhantes, principalmente no que tange o acúmulo de capital a partir do cultivo e comercialização dos produtos pelos colonos das pequenas propriedades. Essa configuração é significativa, sobretudo, se for considerada a relação direta entre o desenvolvimento da indústria e do comércio e a produção agrícola, especialmente de cereais, nas décadas em questão.

Ainda observando os dados do IBGE, no ano de 1960, é possível identificar que as inversões de capital no espaço rural, no município de Joaçaba, alcançavam cifras superiores a

Cr\$ 45 mil. Esses valores incluíam investimentos em benfeitorias, animais, veículos, maquinários e instrumentos agrários. Em máquinas e instrumentos agrários, especificamente, os valores aproximavam-se a Cr\$ 30 mil (IBGE, Censo Agrícola, 1960, p. 242-244). Nesse cenário, mesmo não sendo oferecidos precisamente os valores investidos em trilhadeiras²¹, os números confirmam a importância que a indústria de maquinário desencadeou no município.

Outro ponto que merece destaque é que, assim como a empresa de Caetano Natal Branco, na década de 1950, novas indústrias ligadas ao setor passaram a ter destaque no cenário regional. Observa-se que vários desses empresários tinham como propósito o melhoramento e a inovação tecnológica como estratégia para competir com o maquinário produzido por Caetano Branco, desde a década de 1930.

O jornal Correio do Norte, de Canoinhas, publicava em 1953 um anúncio da “Máquina Combinada Debulhadeira e Trilhadeira Lindner”. Segundo o anúncio, a máquina se apresentava como a mais moderna para o momento, facilitando o trabalho dos colonos. É importante destacar que a concorrência que passa a existir no setor de máquinas e implementos acentua o surgimento de novos empreendimentos, preocupados em se estabelecer em novos mercados consumidores, como o de São Paulo. Tais práticas estão entre os fatores que favoreceram o maior crescimento econômico do município.

Figura 16- Trilhadeira Lindner

²¹ É importante destacar que o número de trilhadeiras fabricadas nas décadas de 1950 e 1960, que constam no Gráfico 1, não foram adquiridas apenas por colonos do município de Joaçaba. No final da década de 1940, a empresa Caetano Natal Branco já comercializava seus maquinários para todo o Sul do Brasil e o estado de São Paulo.

Máquina Combinada Debulhadeira e Trilhadeira "LINDNER"

Premiada com Medalha de Ouro na Exposição Centenária de Joinville e Classificada com «Menção Honrosa», na 1ª. Exposição Agro Avícola Industrial de Canoinhas, como a máquina mais completa para COLONOS E LAVRADORES



Despacha, Debulha, e Ventila: Milho, Trigo, Arroz, Feijão e qualquer tipo de cereal, com um pequeno moinho graduavel para fazer quireira.

FÁBRICA DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS E AGRÍCOLAS

Francisco Lindner & Cia. Ltda.

JOAÇABA -- ESTADO DE SANTA CATARINA

REPRESENTANTE EXCLUSIVO NESTA PRAÇA-

Alfredo Garcindo

CAIXA POSTAL, 56 -- CANOINHAS

Fonte: Jornal Correio do Norte, 1953, nº 280, p. 5.

Francisco Lindner projetou a Trilhadeira Combinada na década de 1950, no entanto, os empreendimentos no município remetem o início dos anos 30. Casado com Ana Lindner, o imigrante austríaco, natural do Tirol, chegou a Treze Tílias, em 1935, e, na sequência, mudou-se para Cruzeiro, local que, assim como os demais empresários, entendera como próspero para os negócios. No município iniciou uma pequena oficina que prestava serviços a Atílio Pagnoncelli. Fazia consertos nos equipamentos do Frigorífico Confiança, localizado na margem esquerda do Rio do Peixe. Também produzia peças para serrarias, beneficiamento de madeira e algumas pequenas máquinas agrícolas (QUEIROZ, 2016, p.34).

De fato os primeiros anos foram laboriosos e frutíferos. [...] Suas ferramentas não passavam de uma bigorna, uma plaina pequena, uma forja e um torno. [...] Os recursos financeiros eram reduzidos e a medida que as oportunidades de trabalho cresciam ampliavam-se as possibilidades de desenvolvimento de seus empreendimentos (PICHLER, 2006, p. 59).

Em 1939, constituiu a primeira fundição que beneficiava bronze e alumínio além do ferro gusa. Segundo depoimentos de familiares, essa era uma atividade rara e, por isso, além

de suprir a demanda da empresa, passou atender todo Oeste Catarinense (PICHLER, 2006, p.63). A projeção da indústria remeteu à instalação, em 1946, de uma usina de energia e a transferência da empresa Francisco Lindner para o distrito de Luzerna.

No final dos anos de 1940, a extração de madeira entrou em declínio. Foi nesse período que a “Combinada Lindner” foi projetada.

Uma trilhadeira simples, estacionária, de baixo custo e que poderia ser adaptada para trilhar os grãos de diversas culturas. Era revestida de madeira. Servia para despallar, debulhar e ventilar milho, trigo, arroz e feijão, além de produzir quirera (PICHLER, 2006, p. 64).

Esse novo padrão de desenvolvimento industrial do município de Joaçaba pode ser percebido em outra publicação do jornal Correio do Norte (1953, nº 280, p.1). Nela, o agrônomo Roldão de Castro Barbosa (responsável pelo campo de sementes de Canoinhas) em contato com o Serviço de Expansão do Trigo, conseguiu, para o norte do estado, além de outros equipamentos, duas trilhadeiras “Vencedora” e uma “Combinada”. As máquinas, que segundo relato, “de algum modo hão de contribuir para melhorar as condições de vidos colonos”, para os empresários se apresentavam como a confirmação da ascensão econômica.

A organização de feiras e eventos, asseguradas pelo poder público, proporcionavam aos empresários a possibilidade de demonstrar aos colonos as inovações. As premiações obtidas nas feiras, como podem ser identificadas na propaganda da Figura 16, geravam credibilidade de compra. Observando esses aspectos entende-se que existia, por parte do governo catarinense, interesse em congregar esses encontros para a geração do desenvolvimento de forma articulada.

A Primeira Exposição Agro-avícola Industrial de Canoinhas, evento no qual a “Máquina Combinada Lindner” (Figura 16) conquistou “menção honrosa”, foi citada, em 1953, pelo Governador Irineu Bornhausen na carta anual apresentada a Assembleia Legislativa como “grande evento na vida agrícola Catarinense”. Destacou o papel saliente das diretorias que organizaram estandes e ministraram palestras no evento (SANTA CATARINA, 1954, p. 127).

A projeção que o parque fabril joaçabense alcançava auxiliou para que a empresa de Francisco Lindner mantivesse e inovasse a produção. Em 1958, o empresário criou a Trilhadeira Universal, versão com revestimento metálico e modificações no mecanismo que permitiram novas funções. “Servia para trilhar diferentes tipos de grãos, trigo, arroz, feijão, linho, alpiste, além de despallar, debulhar e ventilar milho e feijão. Também fazia quirera, serrava lenha e afiava ferramentas (PICHLER, 2006, p. 83)”.

Figura 17 - Francisco Lindner testando a Trilhadeira Universal - Novembro de 1959



Fonte: PICHLER, Anna Lindner. 2006, p.83.

Nas décadas de 1950 e 1960, a produção na Francisco Lindner S/A chegava a 300 unidades por mês, envolvendo mais de 80 funcionários. A distribuição e transporte para os fornecedores era feita principalmente pela ferrovia. “Na Estação de Herval, com frequência eram requisitados vagões extras para o escoamento das máquinas agrícolas” (PICHLER, 2006, p.83).

Figura 18- Embarque de trilhadeiras na Estação Herval.



Fonte: PICHLER, Anna Lindner. 2006, p.68.

Na Figura 18, é possível identificar funcionários da Estação Herval e representantes da empresa de Francisco Lindner. As trilhadeiras enfileiradas e aguardando embarque representavam um marco para a indústria do município e também serviam como propaganda para a empresa. O amplo estoque de máquinas sendo comercializado remetia para a credibilidade do equipamento. Outro ponto que merece destaque, na imagem, corresponde ao

prédio que é identificado à direta superior da fotografia. O empreendimento com 18 andares corresponde ao silo aéreo, financiado pelo governo federal com o objetivo de facilitar o armazenamento e comercialização dos cereais²². É importante destacar, ao observar a imagem, a estreita relação entre a produção nas pequenas propriedades, a fabricação de máquinas e implementos e o comércio pela via férrea.

Repetidamente as análises remetem para a notabilidade da ferrovia no desenvolvimento industrial de Joaçaba e retoricamente às motivações para o crescimento econômico diferenciado nos municípios de Chapecó e Cruzeiro. As indústrias instaladas movimentavam uma grande rede de revendedores que atendiam o estado e as regiões Sul e Sudeste do país, ampliando a força econômica em contraposição aos demais que se mantinham estagnados.

Além de criar políticas que favoreceram o acesso a terra, o poder público catarinense, amparado nas propostas federais, buscou manter estratégias de desenvolvimento, como as que ocorriam em Cruzeiro, para todo o Oeste catarinense. Ainda na mensagem apresentada à Assembleia legislativa, referenciando o ano de 1953, o governador Irineu Bornhausen destacava a importante contribuição do poder público como aporte no desenvolvimento das atividades econômicas do estado. O direcionamento de incentivos para o meio oeste catarinense é exposto de forma proeminente no discurso do governante.

Com a valiosa cooperação do governo federal, deu-se maior elasticidade aos serviços de assistência à agricultura e fomento agrícola. Múltiplos foram os benefícios conferidos, a saber, [...] a distribuição de adubos, mudas e sementes; construção de armazéns para coleta de cereais em Concórdia, Joaçaba e Caçador; início dos trabalhos de construção de dois silos, um subterrâneo e outro aéreo nos municípios de Videira e Joaçaba, respectivamente. [...] instalação de escolas e agrícolas e centros tratoristas; distribuição de máquinas e implementos agrícolas através do Serviço de Fomento Agrícola (SANTA CATARINA, 1954, p. 8).

A declaração reforça a ideia de que os incentivos públicos contribuíram, direta e indiretamente para o incremento industrial do município. O aprimoramento das técnicas no campo, com escolas de aperfeiçoamento e incentivos para a aquisição de maquinário, promoveu o crescimento industrial e, conseqüentemente, o comercial e urbano. Em boa medida, materializa as colocações de Alcides Goulart Filho (2012, p. 991) ao propor que o desenvolvimento, em Santa Catarina, reside no longo processo de modernização conservadora

²² Informações relacionadas à construção do silo e o dinamismo econômico visualizado no município e região a partir da sua estruturação estão destacadas na página 140 desta dissertação.

e nas benesses da política agrícola, incluindo subsídios e financiamentos deliberados pelo Estado.

Invariavelmente, a ação empreendedora de Caetano Natal Branco apresentou exemplar perfil no processo que gerou a industrialização no município de Cruzeiro, na década de 1930, e lançou os alicerces para ampliação do parque fabril, assim como pode ser identificado com a família Lindner. Estando em uma região fundamentalmente agrícola, os empresários compreenderam que as necessidades básicas estariam relacionadas ao trabalho no campo. A prospecção do espaço em que estavam inseridos condicionou o gênero industrial a ser implantado e indiretamente criou uma dinâmica de produção que interligou o colono ao mercado em proporções cada vez mais significativas. Ao estabelecer essas relações, o colono que se apresentava como elo central, passou a dinamizar as práticas, e, condicionou o município e região ao desenvolvimento econômico e social.

3.3- A indústria moageira

Os empreendedores Caetano Branco e Francisco Lindner, que atuaram na produção e comercialização de máquinas e implementos agrícolas, remetem-nos para a compreensão de que o processo de industrialização de Cruzeiro esteve intrinsecamente ligado ao cultivo de cereais e à demanda que essa produção preconizou. Refletir sobre a industrialização do município significa abarcar concepções que envolveram o processo de ocupação da terra pelos colonos, o cultivo pela família nas pequenas propriedades e a comercialização dos produtos, sobretudo, facilitado pela proximidade com a via férrea. Ao compor essas análises conseguimos estabelecer uma dinâmica que reverbera no acúmulo de capital, e que faz germinar a indústria, o comércio e a urbanização do município no decorrer do segundo quartel do século XX.

As análises constituídas no Capítulo 2 desta pesquisa fundamentam as percepções agora apresentadas no tocante, principalmente, da relação entre a produção de cereais e o desenvolvimento do município. Vania Beatriz Merlotti Heredia (1997, p. 297), ao analisar o processo de desenvolvimento das colônias italianas no Rio Grande do Sul, reflete situações que permitem estabelecer semelhanças com município de Cruzeiro. Para a autora, “o desenvolvimento da agricultura diversificada, conduzindo desde o início do século XX, ao beneficiamento de produtos agrícolas, deu origem à protoindustrialização, e posteriormente, a própria indústria”.

À medida que os colonos suscitaram excedente de produtos, transformaram, inclusive artesanalmente, a produção agrícola em capital comercial. É pertinente compreender o Estado como partícipe em todo o processo. Direta ou indiretamente, buscava posição de destaque, através de políticas de incentivo ao desenvolvimento. A ampliação do mercado também estava arrolada às redes de comunicação. Em Cruzeiro, a conjuntura estava condicionada à ferrovia São Paulo-Rio Grande, que facilitava a integração com novos mercados. A presença de empreendedores figurou entre os fatores incisivos para a crescente ampliação industrial no município.

A ascensão da indústria moageira, em Cruzeiro, condiz com os incentivos federais e a consequente expansão da produção no estado. O Serviço de Expansão do Trigo proposto por Getúlio Vargas, com a finalidade de acelerar e expandir o cultivo e beneficiamento do trigo, possibilitou a criação de algumas políticas estaduais e locais. O Serviço de Fomento Vegetal seguia essa mesma perspectiva, ampliando o uso de sementes, maquinários e insumos nos campos de experimentação, sinalizando a preocupação com a modernização da agricultura.

No município de Cruzeiro o campo pertencente à União, em funcionamento desde 1940, foi descrito no relatório encaminhado por Nereu Ramos ao Ministério da Agricultura, como "o que promete ser um dos melhores do Estado". No ano de 1941, além de distribuir 7.813 kg de sementes de cereais aos lavradores, a disponibilização de máquinas para o trabalho no Campo e para empréstimo aos lavradores foi considerada o grande diferencial, capaz de alavancar a produção de cereais, em especial a triticultura. (SANTA CATARINA, Relatório, 1942, p. 169). Isso também evidencia como o Estado foi partícipe não apenas no processo de colonização da região, mas na ampliação dos cultivares.

A convicção de que a indústria encontrava-se atrelada à produção agrícola, ocorre à medida que temos como exemplo a disponibilidade, por parte desse organismo público, de 42 trilhadeiras, 8 ventiladores, 38 pulverizadores, 12 motores, 4 moinhos, 46 grades, 4 distribuidores de adubos, 4 debulhadores, 4 ceifadeiras mecânicas, além de vários outros instrumentos agrícolas mais simples, como arados (SANTA CATARINA, Relatório, 1942, p. 170). O aparelhamento poderia ser utilizado nos campos experimentais ou para empréstimo aos agricultores, como pode ser observado na Figura 19. Essa diversidade de maquinário, basicamente estruturou a indústria do município de Cruzeiro e corrobora com a relação – produção agrícola – comércio – industrialização.

Figura 19 – Implementos utilizados no Campo Experimental de Cruzeiro – 1942



Demonstração do uso de produtos para o controle de pragas. No misturador preparava-se a solução que posteriormente era colocada no pulverizador e espalhada na lavoura. Evidência da modernização agrícola. Fonte: Departamento Estadual de Estatística. Vida Econômica. Florianópolis, 1943.

Para facilitar o aporte de subsídios, a instalação da agência do Banco do Brasil, no município, na década de 1940, direcionou para a constituição de investimentos em várias frentes. A desburocratização de alguns serviços possibilitou financiamentos, por parte dos agricultores, e o estímulo não apenas no cultivo, mas na industrialização do trigo. Essa tessitura conduziu muitos empresários, que inclusive já atuavam em outros ramos industriais, para a atividade do beneficiamento tritícola.

A empresa Romano Massignan S.A. figurou na década de 1950 entre as principais redes de indústrias de Joaçaba que abarcaram no setor tritícola. No ano de 1955, o jornal Diário de Notícias (1955, p.3), expunha a estrutura administrativa da Sociedade Anônima: o Diretor Presidente Romano Massignan, líder da produção Catarinense e presidente do Sindicato da Indústria do Trigo no Estado de Santa Catarina; como vice-presidente, Elza Alda Nogara Massignan; o prefeito eleito de Joaçaba, Ruy Klein Homrich, assumiu a gerência da empresa, e a procuradoria ficou sob a responsabilidade de Sérgio Nogara.

As atividades industriais no ramo de móveis e beneficiamento de madeiras foram iniciadas com a presença de vários sócios²³. No mês de março de 1947, Romano Massignan assumiu o controle acionário da firma e a registrou como uma Sociedade Anônima. O constante crescimento do município no setor tritícola direcionou o empresário para investimentos nessas atividades, o que capitalizou a empresa em proporções ainda maiores.

²³ Os investidores iniciais foram Manoel Francio e os irmãos Mariano e Atílio Balvedi. Em 1932, aplicaram um capital Cr\$ 54.000,00 para a constituição da firma. Em 1944, Romano Massignan foi admitido na sociedade. Nesse período a empresa expandiu seus negócios para o ramo de fabricação de caixas e exportação de madeira.

Segundo relatório apresentado em 1966, o capital acionário registrado foi de NCr\$ 900.000,00 (novecentos mil cruzeiros novos), valor considerável para as corporações da região (QUEIROZ, 2016, p. 76).

Figura 20- Propaganda da Romano Massignan S.A.



Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, 1950, nº36, p.3.

A publicidade evidencia a diversidade de atividades desenvolvidas pela empresa. A conjuntura econômica e social do município erigida, a partir dos anos de 1940, possibilitava o direcionamento de atividades ligadas aos setores primários e, conseqüentemente, dos setores industriais e comerciais. As indústrias de Romano Massignan apresentavam-se como referência regional na comercialização de camas, produtos coloniais e materiais para construção. As transações através da ferrovia intensificavam as negociações de trigo e farinha que eram encaminhados para diferentes centros consumidores do país.

Do grupo econômico presidido por Romano Massignan faziam parte a Indústria e Comércio Moageira S.A., com sede na cidade de Petrópolis - RJ e filial em Chapecó, que atuavam diretamente no ramo de moinho de trigo. A Catei S.A., com sede em Curitiba - PR e filial em Itajaí, que operavam com frigorífico e exportação de madeiras.

No município de Joaçaba, as atividades da empresa eram mais amplas. Possuíam uma fábrica de rações balanceadas, trabalhavam com aplainados e beneficiamento de madeira, além da exportação de madeira. A fábrica de caixas, identificada na Figura 21, empresa na qual Romano iniciou as atividades industriais, foi considerada o maior dos empreendimentos, no município, contando, em 1966, com 76 funcionários e movimentando um valor médio anual de NCr\$ 312.259,00.

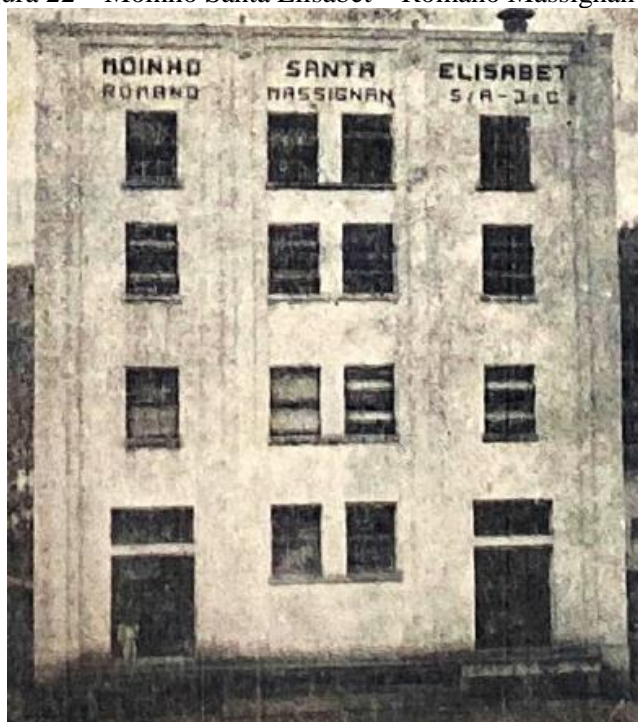
Figura 21- Fábrica de caixas de madeira – Romano Massignan S.A.



Fonte: Diário de Notícias, 1955, p.3.

A fábrica de farinha de trigo, assim como as demais empresas do grupo, aproveitava energia própria para o funcionamento o que facilitava a produção. Utilizando, em 1966, 10 funcionários, o Moinho Santa Elisabet foi tido como referência. Com equipamentos importados da Suíça, possuía capacidade de moer grandes quantidades de trigo por dia. Além da comercialização da farinha com a marca “INDU”, o grupo negociava cereais em geral.

Figura 22 – Moinho Santa Elisabet – Romano Massignan S.A.



Fonte: Diário de Notícias, 1955, p. 3.

Mesmo com a criação de monopólios federais para a compra e a venda do trigo em grão, a indústria moageira em Joaçaba ampliava o beneficiamento do cereal e a

comercialização de farinhas e derivados. Observamos que o desenvolvimento da triticultura fomentou a atividade industrial, na década de 1950, pela constituição de novas indústrias no setor. Como ocorreu no ramo de máquinas e implementos agrícolas, o setor moageiro também presenciou o crescimento e a ampliação de grandes empreendimentos, o que favoreceu para que Joaçaba recebesse o título de “Capital do Oeste”.

Do mesmo modo que o Moinho Santa Elisabet, novas fábricas foram sendo constituídas, priorizando direta ou indiretamente a produção e comercialização da farinha de trigo. É proeminente destacar o Moinho Trigoflor, o Moinho Cruzeiro (Specht) e o Moinho Santa Terezinha (Bonato). As empresas citadas foram ponderadas por envolverem um número maior de funcionários e um faturamento anual significativo para os índices municipais. No entanto, vários outros, pequenos moinhos familiares, como o pertencente a Sebastião Veiga Sobrinho, com apenas um funcionário (QUEIROZ, 2016, p.116), ou ainda o referente à família Poyer, movido à roda d’água, no interior de Jaborá, eram comuns município.

O Moinho Santa Terezinha deve ser compreendido como parte de uma rede de comércio e indústrias nos quais a empresa Bonato atuava. A firma foi fundada em 1923 pelos sócios Domingos Bonato, Benjamin Floriani e Orestes Bonato. Nos primeiros anos trabalhavam com comércio, produtos de consumo geral, que revendiam aos colonos. Em 1937, procurando expandir os negócios, uniu-se a firma Ponzoni Brandalise & Cia. As oito filiais constituídas pela razão social Ponzoni, Bonato & Cia não obtiveram o retorno esperado e, em 1939, a sociedade foi desfeita.

Em 1941, compraram a casa comercial de Atílio Fontana e estabeleceram-se na região central de Cruzeiro. O investimento inicial foi de 1.050 contos de réis. Depois de sanada a dívida com a compra da casa comercial, os imóveis, igualmente foram adquiridos por 100 contos de réis. A partir da nova conjuntura, institui-se, em 1944, uma Sociedade Anônima. A primeira diretoria foi eleita e constituída por Orestes Bonato, Guerino Dalcanale, Domingos Floriani Bonato e Amadeu Bordin.

Em 1946 com a nomenclatura de Bonato S/A, passaram a atuar no comércio e na indústria [...]. **indústria:** Moinhos de trigo, descascador de arroz, fábrica de ração balanceada, fábrica de velas, fábrica de cadernos escolares. **Comércio:** lojas de confecções, tecidos, eletrodomésticos, ferragens, mercearia, rancho, supermercado e infantil (QUEIROZ, 2016, p. 116, grifo nosso).

A constituição do Moinho Santa Terezinha, pertencente à sociedade de investidores evidencia a iniciativa e empreendedorismo dessas pessoas. Identificando em Cruzeiro a possibilidade de expansão, aplicaram um capital inicial que permitiu apenas a compra da casa

comercial. Da geração do lucro, o reinvestimento desencadeou uma gama de produtos e serviços. São iniciativas construídas nessa perspectiva que repercutem as implicações socioeconômicas da reocupação do espaço pelos colonos. As possibilidades de ascensão econômica, vislumbradas pelos empresários, estão amparadas no perfil de produção adotado pelos agricultores, que possibilitava a geração de excedentes e conseqüentemente o consumo.

Figura 23 – Moinho de farinha de Trigo da empresa Bonato S/A



Fonte: IBGE municípios. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/joacaba/historico>. Acesso em 28/02/2023.

A Figura 23 identifica o complexo constituído pela Bonato S/A. Em primeiro plano é possível identificar a estrutura do moinho e, ao fundo, na esquina, o complexo comercial pertencente à empresa. A constituição do espaço urbano do município também se torna evidente ao observar a imagem. Pelos levantamentos de 1966 (QUEIROZ, 2016, p. 140), existiam em Joaçaba 3 praças, 29 ruas e 2 avenidas. Dessas, a Avenida Santa Terezinha, que aparece em destaque, contava com pavimentação a paralelepípedo. No município, das 29 ruas, 14 já expunham esse modelo de pavimentação.

Esse quadro reflete o melhoramento que o município alcançou pela pressão dos próprios industriais, no sentido de ampliar as condições para a fabricação e comercialização. A iluminação pública e residencial, que também aparece na Figura 23, é tida como uma das grandes iniciativas do poder público municipal, com mais de duas mil ligações no período.

Ainda observando os empresários que atuaram no ramo tritícola, é importante destacar o parecer do memorialista José Waldomiro Silva (1987, p.43). Ao descrever a evolução do município, a partir dos anos de 1940, aponta a trajetória e a atuação da família do Sr. Luiz

Specht enquanto idealizador de muitas inovações. No que tange a indústria moageira, faz referência ao moinho e fábrica de bolachas que administravam.

Lá pelo ano de 1950, por diversas vezes tomei bons copos de vinho fabricado pelo senhor Luiz Specht, pois o mesmo era perito na arte de fabricar vinho. O Sr. Luiz Specht mantinha um grande parreiral e pomar com muitas variedades de frutas na sua grande chácara acima do moinho.

Conforme dados apresentadas no histórico da atual empresa²⁴, o maquinário para o moinho e a turbina para geração de energia elétrica foram trazidos quando a família emigrou da Alemanha para o Brasil, em 1922. A moagem do trigo, por conseguinte, teve início no ano de 1925. Nas primeiras décadas de funcionamento, o moinho era administrado pela família e funcionava em paralelo a outras atividades, como é observado no depoimento. Em 1958, favorecidos pelo acréscimo da produção de trigo e da ascensão do mercado para a farinha, a empresa ampliou a produção e modificou a razão social para Luiz Specht Filho Ltda. Quinze anos depois foi adotada a nomenclatura Specht Produtos Alimentícios Ltda, que se mantém até os dias atuais.

Figura 24 – Moinho pertencente a Luiz Specht



Fonte: IBGE municípios. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/joacaba/historico>. Acesso em 28/02/2023.

Nos jornais repercutiam, com frequência, matérias destacando a participação dos moageiros de Joaçaba nas discussões relacionadas à valorização do trigo nacional e o aumento da produção de farinha e derivados. Em janeiro de 1950, o folhetim O Estado (1950, nº10678,

²⁴ O histórico referente à evolução da empresa pertencente à família Specht foi obtido em <https://www.specht.com.br/sobre/historia>, acesso em 28/03/2023.

p.5), de Florianópolis, divulgou a reunião que ocorreu em Joaçaba com a participação de representantes do poder público estadual e do Ministério da agricultura. A concorrência do trigo argentino acenou como a pauta principal discutida por Orestes Bonatto, Atílio Fontana, Romano Massignan, Luiz Specht Filho, Francisco Lindner, Domingos Bonato e outros representantes municipais associados à ACIOC²⁵.

A temática da reunião que aconteceu em Joaçaba foi publicada com um tom ainda mais enfático no jornal *A Nação*, de Blumenau, que noticiou: “Disposto o ministro Daniel de Carvalho a atender os moageiros do Oeste Catarinense” (1950, nº 203, p. 1). A notícia lembrava a conveniência que seria para o governo, como único importador do trigo estrangeiro, o controle da distribuição para os moinhos. Em contrapartida, evidencia-se a seriedade com que a associação se impunha frente a essa problemática. Os tópicos debatidos pelos empresários alocavam o município em uma posição destacada no cenário tritícola nacional e, indiretamente, impelia o governo a estruturar medidas de amparo e melhoramento do setor.

Com efeito, a posição dos empresários de Joaçaba manteve-se como elemento fundamental e dinamizador no engendramento de políticas para o melhoramento do potencial tritícola no estado e no município. No ano de 1955, o jornal *A Gazeta*, estampava em seu periódico “Joaçaba e seus incansáveis batalhadores” (1955, nº 5143, p. 3), o nome de Romano Massignan e outros empreendedores que “têm seus nomes ligados ao extraordinário êxito de Joaçaba”. É pertinente destacar, que muitos desses empresários atuavam na política, o que facilitava a relação direta com o poder público estadual, no sentido de manter o apoio, principalmente, na construção de silos, manutenção e execução de novas rodovias e incentivo técnico no campo.

A Primeira Exposição Estadual do Trigo, em 1952, o 5º Congresso Nacional de Triticultura e 5ª Festa Nacional do Trigo, que ocorreram simultaneamente em 1955, ratificam a visibilidade que o poder público buscava direcionar para a região. Dessa forma, as posições divulgadas na imprensa, na década de 1950, necessitam ser expostas. A conclusão de estradas e a construção de silos e armazéns demonstram o potencial produtivo e a ação dos empresários, ademais, infere a presença do Estado como mediador do processo.

Em 1954, o jornal *A Nação* (Blumenau, 1954, nº 37, p. 3) divulgava que “A indústria Moageira Catarinense absorve 700 toneladas de trigo por dia”. Segundo o redator, o aumento

²⁵ A Associação Comercial e Industrial do Oeste Catarinense (ACIOC) foi fundada em 22 de setembro de 1940 para dar suporte às atividades econômicas do Município de Cruzeiro e região. Objetivava o desenvolvimento econômico regional pela união da classe empresarial. A associação se apresentou como alicerce para a ampliação dos setores comerciais e industriais do município.

constante das safras adivinha do apoio do Ministério da Agricultura, através da cooperação prestada às Associações Rurais. A revenda de máquinas agrícolas e a distribuição de sementes, além do ensino técnico para plantio, trato, colheita e beneficiamento do trigo, estabilizavam as colheitas. A assessoria proveniente do poder público seguia as políticas progressistas de Getúlio Vargas, no sentido de ampliar e modernizar a produção.

É irrefutável, nessa perspectiva, a importância que o Estado e os colonos, estabelecidos na região do meio oeste de Santa Catarina, representavam para a produção tritícola. O apontamento, no mesmo jornal, identificando o número de moinhos registrados pelo Serviço de Expansão do Trigo²⁶, reforça a ideia apresentada.

Existem 75 moinhos de trigo, distribuídos pelas zonas produtoras das faixas de influência da Rede Viação Paraná - Santa Catarina. A capacidade de produção, em 24 horas, da totalidade desses moinhos é de 664 toneladas. Além desses moinhos existem silos e depósitos, sendo que a capacidade total dos primeiros é de 13.120.700 kg e dos segundos 18.047.300 kg (A NAÇÃO, 1954, nº 37, p. 3).

Mesmo exibindo a preponderância de produção e comercialização das grandes indústrias supracitadas, levantamentos feitos em Joaçaba apontavam que, na década de 1950, existiam, no município, 41 moinhos de trigo, grande parte deles localizados no interior, e, pertencentes a pequenos colonos, como identificado anteriormente. Destarte, representava a grande maioria dos moinhos presentes na extensão do Vale do Rio do peixe, abrangido pela ferrovia. Por essa composição, o município transformou-se rapidamente enquanto polarizador de diversas atividades, por apresentar infraestrutura econômica e social distinta dos demais municípios da região.

O indicativo que a década de 1950 foi considerada importante para o Oeste e principalmente para o município de Joaçaba, é considerado a partir de 1952, com a fundação do Sindicato da Indústria do Trigo (SINDITRIGO), que amparava, principalmente, as indústrias de moagem. A criação do sindicato, no interior do estado, reiterava a retórica de que a produção agrícola fomentou o desenvolvimento industrial e suscitou transformações econômicas do município. A presença da instituição reforçou a ideia de Joaçaba enquanto **Capital do Trigo**, considerando que esse era um dos poucos sindicatos de trigo que não se localizavam numa capital.

²⁶ Organismo criado, em 1944, pelo governo Vargas, para incentivar o cultivo e a industrialização do trigo. Fazia parte de uma política governamental de nacionalização da produção dos setores básicos da economia. A entidade manteve-se até 1962 quando pela Lei nº 7, de 26 de setembro foi substituída pela CIBRAZEM (Companhia Brasileira de Armazenamento).

Considerando a topografia local, recortada, e com elevações significativas, a produção era feita pelo agricultor familiar, em pequenas propriedades. A indústria de máquinas e implementos se constituía a partir das necessidades desses colonos e no ambiente por eles ocupado. Considerando que, nas décadas seguintes, com o avanço da modernização da agricultura, a produção de trigo em pequenas propriedades praticamente desapareceu, é importante compreender a relação que existia, no período em estudo, entre o pequeno agricultor e o crescimento dessa indústria.

A construção de um silo em Herval do Oeste²⁷ consolidou o processo instituído, firmando Joaçaba como uma região produtora, armazenadora e distribuidora do trigo em grão ou beneficiado. No jornal O Estado (1953, nº11722, p.5), uma das principais manchetes do dia 02 de outubro concernia à assinatura do contrato para a “construção do primeiro silo aéreo para trigo do Brasil”. Nela, o representante do Serviço de Expansão do Trigo do Ministério da Agricultura, o governador do estado e a empresa Montana S.A Engenharia e Comércio, do Rio de Janeiro, responsável pela obra, firmaram em 14 de julho de 1953 os acordos para a execução do projeto.

Figura 25- Assinatura do contrato de construção do silo



Assinatura do contrato para a construção do silo o Sr. Victor Mallmann do Serviço de Expansão do Trigo. Sentado, à direita, Sr. Anton Von Salis, da Montana S.A. Engenharia e Comércio. Na parte posterior, inclinado ao centro, José Waldomiro da Silva, prefeito de Joaçaba. Fonte: O Estado, 1953, nº 11722, p. 5.

Para o poder público federal, responsável pela obra, o moderno silo a ser construído em Joaçaba, resolveria o problema de armazenamento, mas, principalmente, absorveria

²⁷ É importante destacar que o município de Herval d'Oeste foi anexado e transformou-se em Distrito de Joaçaba no ano de 1943, mantendo-se nessa condição por uma década. A emancipação efetuou-se por Lei estadual de 30 de dezembro de 1953 e a instalação do município ocorreu no dia 14 de fevereiro do ano seguinte. Dessa forma, muito do que foi remetido aos investimentos nos setores de armazenamento ou comercialização de cereais, principalmente o trigo, no município de Herval d'Oeste, nesse período, esteve atrelado ao desenvolvimento desse setor no município de Joaçaba e região.

grandes quantidades de trigo da região, o que possivelmente levaria a uma redução nas importações. Por representar o primeiro a ser executado no país e envolver objetivos expressivos para o aparelhamento público federal e estadual, o projeto foi desenvolvido minuciosamente.

O silo será construído em concreto armado tendo a capacidade de armazenamento para 5.000 toneladas de cereal e uma capacidade de recepção por estrada de ferro ou caminhão de 50 toneladas por hora. Tudo, entretanto, será construído, de maneira a que possa ser facilmente dobrada esta capacidade no futuro, uma vez que, o equipamento mecânico já é instalado para a capacidade de 10.000 toneladas, bastando para isso construir mais 6 células. O silo será montado com o mais moderno equipamento mecânico suíço para o beneficiamento total do trigo e, entre outras vantagens técnicas eliminará os sacos no armazenamento, tirando o excesso de umidade pelo processo de desidratação e protegendo o cereal completamente contra o ataque dos insetos (O ESTADO, 1953, nº11722, p. 5).

O trigo armazenado no silo poderia ser encaminhado aos centros consumidores em qualquer período do ano. A praticidade e rapidez no escoamento estariam atreladas ao desvio nos trilhos, notadamente efetivado para que os vagões fossem carregados de forma mais eficaz, diretamente no silo. Os armazéns também foram estrategicamente construídos em local ligado à ferrovia. Essas vantagens, segundo as autoridades, beneficiariam a todos os envolvidos na triticultura.

Figura 26 – “Maquete” do Silo.



Silo projetado para dispor de seis células de armazenamento e um prédio anexo, de 18 andares, destinado à maquinaria, elevação, carga, descarga e movimentação do cereal armazenado. Fonte: O Estado, 1953, nº 11.722, p. 5.

Atualmente os espaços são administrados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). A Figura 27 revela a importância que a ferrovia assumiu no escoamento da crescente produção de cereais do município. Na fotografia é possível perceber o estado de

abandono das instalações pertencentes ao silo, resultado, sobretudo, da decadência do sistema de transporte ferroviário e a inviabilidade logística do modal rodoviário.

Figura 27 – Armazéns pertencentes ao silo - 2023



Fonte: elaborada pela autora.

As medidas de amparo por parte do governo, no que concerne a produção de trigo no estado, foram descritas no relatório de 1953, apresentado pelo Banco Indústria e Comércio (Banco INCO) e divulgado no jornal A Nação, de Blumenau. Além de sobressair à importância de armazenamento do silo aéreo de Joaçaba, a conclusão do projeto desencadearia um aumento significativo da capacidade moageira dos moinhos localizados na zona tritícola da região, reduzindo os problemas com transporte do trigo em grão.

De nossa parte (Banco INCO), temos atendido com particular interesse, as operações de financiamento da produção e da compra do trigo da de 1952/53. [...] Calcula-se que a produção da safra de 1953/54 alcançará mais de 220 mil toneladas, o que representa um apreciável acréscimo sobre as colheitas anteriores (A NAÇÃO, 1953, nº 431, p. 3).

Referindo-se a safra de 1952, Rogério Bilibio (2004, p.36) menciona a declaração de Udilo Antonio Coppi, residente em Joaçaba e proprietário do recém-instalado Moinho Trigoflor. O empresário, que também atuava na indústria de equipamentos para moagem de trigo, destacou que, pela ferrovia São Paulo-Rio Grande, entre dezembro de 1952 e início de março de 1953, foram transportados 517 vagões de trigo em grão e 438 vagões de farinha. Uma média diária de 11 vagões deixava a Estação Herval com destino aos principais pontos consumidores do país.

O sistema constituído da integração do colono, do industrial e do comerciante culminaria no efetivo proposto pelo poder público. Em discurso proferido em 1953, Irineu Bornhausen realça a prerrogativa de que, acima de tudo, o aumento considerável da

produção do nobre cereal não se deve apenas aos auxílios dados pelos órgãos assistenciais do Estado ou do Ministério da Agricultura, deve-se sobretudo ao colono catarinense, a esse obreiro anônimo da natureza nacional(A NAÇÃO, 1953, nº 431, p. 3).

Nesse ambiente, os esforços do poder público, na prerrogativa de alcançar o progresso foram intensamente articulados e executados. Reunir as esferas, por conjectura, beneficiadas e o poder público culminaria em benefícios para ambas as partes. A apresentação de propostas e possíveis iniciativas para a ampliação e melhoramento da produção, do beneficiamento e da comercialização do trigo deveriam ser priorizadas. Pelos jornais de circulação local e nacional é possível perceber as benesses oriundas dos eventos organizados em prol da difusão dos setores conectados à triticultura e ao apoio do poder público para sua execução.

O jornal A Tarde (1955, nº1667, p. 2), de Curitiba, publicou, no dia 09 de dezembro, a ocorrência do V Congresso Nacional de Triticultura, a V Exposição Nacional do Trigo e a I Exposição Agroindustrial de Joaçaba, esta última, em resultância do município ser considerado um dos mais adiantados, com um excelente parque industrial. A notícia assinalava como grande diferencial, a presença de representantes do poder público municipal, estadual e federal no evento.

No dia 10 de dezembro, o folhetim Diário da Tarde (1955, nº 10211, p. 1), de Florianópolis, divulgava que a comissão presidida por Albino Sganzerla, prefeito de Joaçaba, e Luiz Dalla Costa (vice-presidente), prefeito de Herval d'Oeste, coordenavam a conclusão das obras nos “dois grandes pavilhões cedidos pelo Ministério da Agricultura”. No local, segundo a matéria, “ocorre à construção dos stands, direcionados aos estabelecimentos industriais e comerciais de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e do Paraná, que já reservaram os locais para a mostra de seus produtos”.

Figura 28 – Maquete dos Pavilhões destinados a V Exposição Nacional do Trigo e a I Exposição Agroindustrial de Joaçaba.²⁸



Fonte: Jornal Diário da Tarde, 1955, nº1667, p.7.

No jornal *O Tempo*, de Joaçaba, a interlocução do governador ao engrandecer as iniciativas visando estimular o progresso da triticultura e a comercialização de máquinas para a indústria e para o cultivo do trigo era retratada com grande destaque. Segundo a notícia, o governador repercutiu seu empenho no melhoramento das estradas e dos armazéns e silos para o armazenamento do trigo (*O TEMPO*, 1956, nº116, p. 1).

As manifestações apresentadas pelo poder público estadual conjuravam com os direcionamentos municipais. Para o prefeito Albino Sganzerla, apresentava-se como um atestado das possibilidades do município, sobretudo, com relação à triticultura, à indústria e ao comércio. “É o momento de reforçar a importância da classe dos colonos, porque é dela que essencialmente depende a vida e o bem-estar de milhões de criaturas que habitam os nossos centros urbanos”.

A prefeitura de Joaçaba determinou a execução de vários serviços, no intuito de apresentar a cidade em melhor aspecto durante a Festa do Trigo. Foi projetada uma grande praça a frente do edifício da prefeitura, bem como intensificadas as obras de pavimentação das ruas (*DIÁRIO DA TARDE*, 1955, nº 10211, p. 1).

A proximidade das políticas públicas catarinenses, firmadas pelo governador com o Ministério da agricultura e implantadas no município, foi responsável pelo incentivo contínuo ao setor tritícola. Em 1956, o silo aéreo foi considerado pela Divisão de Obras do Ministério Federal, em fase final de construção (*ANAÇÃO*, 1956, nº449, p.5). No ano seguinte, as obras foram beneficiadas com um montante, em verbas, de Cr\$ 4 000 000,00, resultantes de emendas das bancadas na Câmara e no Senado (*O ESTADO*, 1957, nº 13226, p. 12).

O ano de 1960 estampava nos jornais catarinenses a euforia com a chegada do Presidente para a inauguração da obra. Em consonância

²⁸ A exposição ocorreu nos pavilhões pertencentes ao Ministério da Agricultura localizados em Herval d’Oeste e foram cedidos por Teófilo Bouret, diretor do Serviço de Expansão do Trigo. Correspondem atualmente aos armazéns identificados na Figura 27, apresentada anteriormente.

com o telegrama recebido pelo Governador Eriberto Hulse, assinado pelo chefe da Casa Civil da Presidência da República, está sendo aguardado hoje, nesta capital, sua Excelência o Presidente Juscelino Kubitschek. [...] a vinda do chefe da Nação ao nosso Estado prende-se a inauguração de várias obras entre elas [...] o silo aéreo de Joaçaba e o trecho rodoviário entre Joaçaba e Xanxerê (A NAÇÃO, 1960, nº 119, p. 5).

Conseqüentemente, o processo de crescimento da produção agrícola, que avançou com a colonização, principalmente a partir da década de 1940, contribui para impulsionar os demais setores econômicos. O intercâmbio econômico posicionou Joaçaba como centro aglutinador de tecnologias e conhecimentos ligado ao setor agrícola e industrial.

Em 1962, com a extinção do Serviço de Expansão do Trigo, foi criada a Companhia Brasileira de Armazenamento - CIBRAZEM, que assumiu o patrimônio e o controle dos armazéns e do silo aéreo²⁹.

As instalações da CIBRAZEM, em Herval d'Oeste, com o silo aéreo são as de melhor equipamento em todo o Brasil, sendo que sob a jurisdição de Joaçaba ainda há instalações em Chapecó, Concórdia, Mafra, Canoinhas e outras cidades (QUEIROZ, 2016, p. 104).

O município de Joaçaba entrou assim, na década do centenário, com uma notória posição no cenário econômico catarinense pela produção agrícola. A indústria moageira, assim como a de maquinário, cresceu e passou a ser destaque acompanhando a mesma onda de prosperidade agrícola. Como consequência das políticas de incentivo público para a produção agrícola, o desenvolvimento industrial e o comércio, a circulação de capital representou a ascensão econômica e social dos empresários e do próprio município.

O desenvolvimento industrial preconizado pela produção agrícola movimentou a economia do município e da região. Essa dinâmica constituída pelas indústrias de maquinário possibilitou uma crescente na produção de cereais e foi responsável, indiretamente, pelo desenvolvimento da indústria moageira. O aumento da produção somente seria efetivado com possibilidade de armazenamento e processamento do trigo.

Em paralelo a essas indústrias, o setor frigorífico também ascendeu. O cultivo do milho e a criação de suínos possibilitaram a estruturação de abatedouros para o beneficiamento da banha que, posteriormente, transformam-se em frigoríficos de relevância no Brasil. O Frigorífico Saulle Pagnoncelli, perquirido na sequência, consolida a ideia de que os investimentos locais, amparados pelo poder público, modificaram a economia do município de Cruzeiro.

²⁹ Atualmente pertencem e são geridos pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

3.4 - A indústria frigorífica

O período que compreende os anos de 1930 aos de 1960 pode ser descrito como momento de incorporação do Oeste Catarinense no cenário econômico nacional e de expansão capitalista na região. Dadas às características da colonização, em que o desenvolvimento econômico resultou, principalmente, da produção em pequenas propriedades, podemos considerar que as atividades agrícolas se constituíram em um núcleo gerador da acumulação capitalista. Esses movimentos desencadearam um estímulo à produção industrial. As condições com que se propagaram as novas técnicas, agregadas ao amparo governamental, resultaram no engendramento dos vários segmentos produtivos na região.

Para Armen Mamigonian (2011, p. 75),

O avanço industrial de Santa Catarina, como de todo o sul do Brasil, significou não apenas mudança quantitativa, como também mudança qualitativa, pois a região deixou de ser periferia do centro dinâmico paulista, para se tornar parte integrante do centro dinâmico brasileiro.

A descrição que se reporta a região Sul incorpora o momento econômico experimentado no município de Cruzeiro. As relações econômicas, comerciais e industriais já apresentadas reiteram a prerrogativa de que foi na esfera da circulação que residiu a acumulação necessária para a inter-relação entre a agricultura e a indústria. A lógica do comerciante “comprar barato e vender caro” apresentou-se como padrão móvel para reinvestimento nos setores industriais. Capitais comerciais como os gerados nos comércios das famílias Bonato, Massignan, Branco, Fontana, e outros mencionados anteriormente, movimentaram recursos para a instalação de moinhos de trigo, indústrias de maquinário e frigoríficos. Esses empresários se consolidaram e se constituíram em grupos de influência nacional, e inseriram o município de Cruzeiro nessa dinâmica³⁰.

Reportando-se às diversas experiências de integração dos setores produtivos, a partir da produção em pequenas propriedades, é conveniente também destacar a indústria frigorífica no município de Cruzeiro. Na compreensão das implicações socioeconômicas da reocupação do espaço, a presença desses empreendimentos se mostra fundamental. Muitos dos

³⁰ Alcides Goularti Filho (2001), em seu estudo sobre os padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina, salienta a importância de compreender que muitos proprietários que investiram no ramo de moinhos de trigo e frigoríficos, inicialmente acumularam capital por meio do corte e comércio da madeira. A atividade movimentou a economia do município de Cruzeiro de forma muito significativa até a década de 1940. O autor cita o Moinho Santa Elisabeth e o moinho Bonato S. A Indústria e Comércio como exemplos. Luciano Adílio Alves (2021, p. 41), igualmente analisa a atividade enquanto fonte para o acúmulo de capital a ser reinvestido na estruturação dos frigoríficos da região.

empresários que investiram em moinhos, por exemplo, mantinham abatedouros ou frigoríficos em anexo. O Moinho Santa Elisabeth, da firma Romano Massignan S.A., que iniciou suas atividades no setor madeireiro, expandiu para o processamento da farinha e o beneficiamento de suínos. O Bonato S.A., além de moer farinha, produzia e comercializava a banha de porco. Também podemos destacar o Moinho Trigoflor, que na década de 1950, também comercializava suínos.

A trajetória dos empresários supracitados, já retratadas anteriormente, assemelha-se à história do industrial Atílio Saule Pagnoncelli. A consolidação dos empreendimentos constituídos pela família remete ao viés de organização e desenvolvimento apontados como primordiais para o redesenho econômico do município e da região.

O empresário, igualmente contatava com empresas em paralelo ao frigorífico, mas a primazia, no entanto, estava no processamento de suínos. Na década de 1930, além do frigorífico em Herval d'Oeste, a família mantinha filiais em Marcelino Ramos (RS), Getúlio Vargas (RS) e em São Paulo (SP). Outras empresas, como olarias, uma serraria, ervateira, funilaria, usina hidrelétrica e um moinho de trigo, apresentavam-se como subsidiárias para o funcionamento, de forma autônoma, do frigorífico. É nessa perspectiva, que o complexo industrial Pagnoncelli se apresenta como principal exemplo a ser investigado no município.

Considerando que, no contexto da colonização, a criação de porcos soltos já era comum entre os caboclos, os colonos estabelecidos se adequaram a essa prática. José Carlos Radin (2019, p. 724) reforça que entre os italianos era costume a criação de animais, como suínos e aves, para o provimento das necessidades da subsistência. Nessa ótica, a criação acompanhou a formação dos núcleos coloniais aproveitando, principalmente, a oferta de alimentos silvestres presentes na região e o aumento do cultivo do milho. Ainda, segundo o autor, saberes artesanais, técnicos e de iniciativa empreendedora dos migrantes foram importantes para a transformação das relações de produção e a consolidação da indústria frigorífica.

Nas áreas próximas à ferrovia, a criação de suínos era facilitada pelas possibilidades de escoamento. Os dados apresentados pelo censo de 1920 (BRASIL, 1923, p. 417 e 491) corroboram com a prospecção. No município de Cruzeiro, dos 620 estabelecimentos recenseados, 569 mantinham criação de suínos. Os números indicavam 21.849 suínos, uma porcentagem elevada se compararmos com as 10.206 cabeças contabilizadas no município de Chapecó³¹. Outro ponto que elucida as vantagens de tal prática no município, em decorrência

³¹ No município de Chapecó, 326 estabelecimentos foram recenseados em 1920, desses, 291 mantinham criações de suínos, no entanto, com números bem reduzidos em virtude da dificuldade de comercialização.

da ferrovia, pode ser observado quando, no recenseamento, a cada mil cabeças arroladas, 736 eram da espécie suína. O mesmo cômputo foi realizado no município de Chapecó, no entanto, a relação foi de 299 suínos para cada mil animais recenseados. A criação de suínos tem, dessa forma, íntima relação com o modelo de colonização, predominantemente de pequena propriedade, mas com fundamental importância, e a presença da ferrovia como meio de comercialização. Ressalte-se que a expansão da colonização do território incorporado à Santa Catarina se deu, ao menos até meados do século XX, com maior intensidade, nas áreas próximas à ferrovia.

No contexto descrito, Atílio Fontana pode ser apontado como empresário que atuava prioritariamente nessa atividade. Comprava o porco “tipo banha”, principal espécie criada pelos colonos e grupos estabelecidos, e os comercializava em Itararé. “Vendia-os a Diniz Araujo e a firma Antonio Menk & Irmão, de Osasco, mas que mantinha uma filial ali”. A experiência de Fontana se constituiu, ainda na década de 1920, quando, ao dirigir-se a São Paulo para adquirir mantimentos para sua casa comercial, comprava suínos e cereais dos colonos e os fornecia regularmente ao Sudeste. O transporte ferroviário foi descrito por Fontana como o principal fator para o modelo de negócio estabelecido. “Era fácil e regular” (FONTANA, 2018, p. 95).

A preponderância de Atílio Fontana nesse setor, também foi descrita por José Valdomiro da Silva. Ao relatar suas memórias de 1923, salienta a influência do empresário no município.

Lembro do Sr. Atílio Fontana e seu cunhado Cândido Paniz que trabalhavam com prensa de alfafa e mais tarde com suínos, que eram transportados vivos para as indústrias Matarazzo, em São Paulo, pela estrada de ferro, embarcados na estaçãozinha do Bom Retiro (SILVA, 1987, p. 55)³².

Nos anos de 1930 e 1940 ocorreu uma expansão do comércio, principalmente para os frigoríficos da região Sudeste. Na Estação Herval, vagões de trem eram reservados para o embarque dos animais e de cereais. Alcides Goularti Filho (2001, p. 102) identifica, no período, um fluxo comercial interestadual de 40% para o estado de São Paulo. Esses dados apontam para a forte ligação econômica que Santa Catarina mantinha com o estado, respondendo positivamente às exigências da economia paulista que demandavam por alimentos.

O forte engajamento do poder público, no sentido de ampliar a participação catarinense nas relações econômicas do país, pode ser vislumbrado no discurso proferido pelo

³² A estação de Bom Retiro está identificada na Figura 8 desta dissertação.

Interventor Nereu Ramos, em 1939. Visando aumento na produção e comercialização, ponderava acerca das potencialidades da região: “Não é possível que continuem inexploradas ou insuficientemente aproveitadas às riquezas com que nos favoreceu a natureza. Santa Catarina tem por isso grande papel econômico a desempenhar no futuro do Brasil” (SANTA CATARINA, Relatório, 1939, p. 42).

Ao direcionar o olhar para Cruzeiro, o jornal A Gazeta de Florianópolis publicava, em janeiro de 1939, que o município estava em crescente desenvolvimento. “Zona de uma espantosa fertilidade, com uma colonização adiantada, acompanha o ritmo de progresso do Estado. Tudo isso impulsionado pela administração honesta e dinâmica de Nereu Ramos” (A GAZETA, 1939, nº 1355, p. 7).

As percepções apontadas anteriormente demonstram que o município de Cruzeiro era compreendido como um “espaço de progresso”. Isso significava a expansão das práticas mercantis e o gradativo investimento no setor industrial. José Carlos Radin, ao se referir à alocação do técnico do Ministério da Agricultura, reverbera o entendimento. “Uni-vos e remetei a vossa produção diretamente aos que dela necessitam. Tendes porcos vivos? Uni-vos, e crescerão fábricas de banha, refinarias, fábricas de salsichas, salames, presuntos, fábricas vossas” (Jornal Cruzeiro, *apud*, RADIN, 2019, p. 725).

A situação apresentada tornou-se plausível na década de 1940 quando, em razão da forte competitividade exercida pelos frigoríficos paulistas, o cenário constituído direcionou-se para transformações de ordem estrutural na região. A percepção de que a comercialização de suínos vivos, atividade até então lucrativa, estava em decadência, projetou muitos empresários a redirecionarem suas atividades para o abate e o processamento de banha e carne suína. Segundo Luciano Atílio Alves (2021, p. 47), a iniciativa de separar o comércio da carne e da banha suína provocou o surgimento de abatedouros, seja por associação ou por expansão de capitais.

Mesmo constituindo uma prática comum entre os colonos, a produção de banha e derivados de suínos adquiriu novas características a partir das décadas de 1930 e 1940. As mudanças permitiram uma articulação mais efetiva entre a produção agrícola e a indústria. A criação foi gradualmente deixando de ter apenas caráter de subsistência para abastecer os abatedouros em ascensão. Em geral, a necessidade de expansão das casas comerciais, desde os anos de 1920, em virtude da intensificação da colonização, criou as condições para a maioria dos empresários iniciarem os primeiros abatedouros. “Primeiramente dedicados ao processamento de banha e depois com a chegada da luz elétrica e as câmaras frigoríficas, passam também a processar a carne suína” (CORAZZA, 2016, p. 95).

O reinvestimento de capital desencadeou o aumento da produção e a constituição de uma nova dinâmica, favorável ao surgimento da indústria da carne. José Carlos Radin (2019, p. 726) reforça outro aspecto que deve ser ponderado ao descrever o dinamismo do sistema produtivo regional. Em grande medida, esses empresários mantinham envolvimento com a política, seja nos espaços locais ou exercendo cargos executivos e legislativos, estaduais e nacionais. Essas posições favoreceram de sobremaneira, o surgimento de políticas públicas em favorecimento ao segmento em ascensão.

Destarte, ao correlacionar o desenvolvimento socioeconômico do município de Cruzeiro e a ascensão industrial proveniente dos investimentos de capital de origem local, torna-se imperativo descrever as trajetórias ligadas ao surgimento dos frigoríficos. Assim como ocorreu com a indústria de máquinas e o setor moageiro, a atividade frigorífica encontrava-se diretamente ligada à produção agrícola. Pela demanda, uma crescente na criação de suínos e milho passa a ser congregada pelos colonos. O aumento do excedente comerciável pelos colonos reforça os laços com os comerciantes, constituindo a dinâmica necessária para o desenvolvimento local e regional.

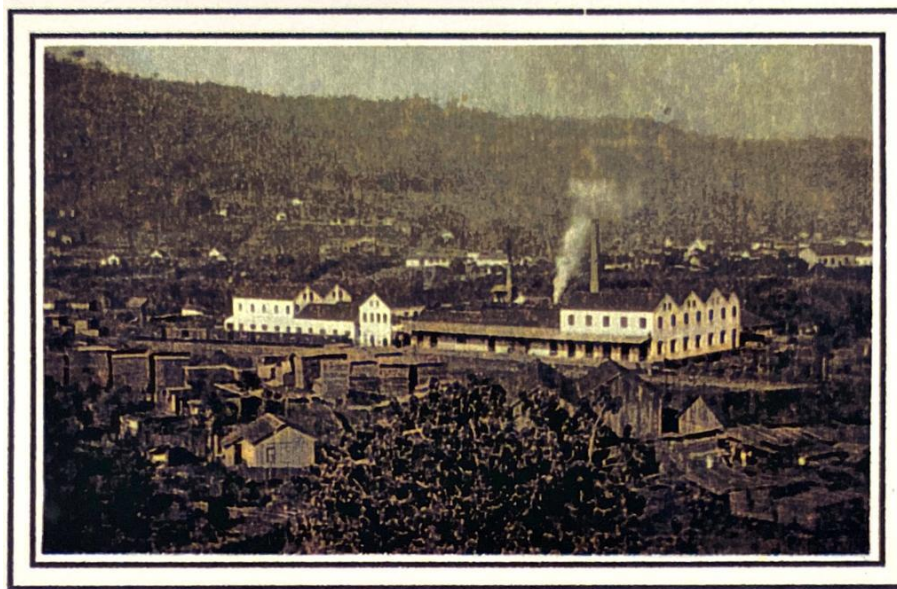
Como apontado anteriormente, o impulso no setor, congregando a primazia na produção de banha e no processamento de subprodutos suínos foi protagonizada pela família Pagnoncelli. É importante frisar, que mesmo tendo se estabelecido em Herval d'Oeste, o frigorífico, assim como as demais atividades desenvolvidas, sempre estiveram diretamente ligadas à produção e à comercialização no município de Cruzeiro³³.

Atílio Pagnoncelli chegou a Herval d'Oeste em 1929 para instalar uma fábrica de banha. O negócio previa o beneficiamento do produto que, posteriormente, seria enviado ao Frigorífico Matarazzo, em São Paulo. Migrou do Rio Grande do Sul, onde sua família se constituiu quando da chegada da Itália. Os pais, Giovani Saule Pagnoncelli e Vicenza Pagnoncelli, emigraram da cidade de Bergamo, estabelecendo-se primeiramente em Feliz (RS). Na percepção da época, a família, tida como dinâmica e com espírito empreendedor, transferiu-se para Erechim (RS), onde passou a desempenhar atividades no ramo comercial e na constituição do frigorífico Nobre. Os dois filhos mais velhos, Ernesto e Giocondo Pagnoncelli, permaneceram com a responsabilidade de administrar esses empreendimentos, enquanto Aquiles Saule Pagnoncelli mudou-se para Marcelino Ramos, operando com comércio.

³³ Herval D'Oeste manteve-se como distrito de Joaçaba de 1943 até 1953. Atualmente a cidade é conurbada com Joaçaba.

A peculiar articulação da família para os negócios possibilitou a Atílio imediatas oportunidades de crescimento no município de Herval d'Oeste. Em 1931, iniciou as atividades que resultariam na fundação do Frigorífico Confiança.

Figura 29– Frigorífico Confiança



Fonte: Acervo da Biblioteca Municipal de Joaçaba. Consulta local.

O jornal A Gazeta (1934, nº 32, p. 5), publicava, em 1934, que no terreno pertencente à firma Ângelo De Carli & Irmão, um grande frigorífico de propriedade da Sociedade Comercial Saulle Pagnoncelli & Filhos estava em fase final de execução. “Dotado dos mais modernos aperfeiçoamentos, tal estabelecimento industrial, que é o primeiro do gênero em Santa Catarina, representa um grande passo para o progresso dessa região”.

O registro, na Junta Comercial do Estado, no dia 11 de maio de 1935 legitima as informações apresentadas pela imprensa (A GAZETA, 1934, nº 230, p. 3). Os sócios componentes da firma Saulle Pagnoncelli & Filhos, com sede em Boa Vista do Erechim, RS, investiram o capital de Cr\$ 2.050.000,00 na filial de Herval do Oeste. Os valores ficaram assim distribuídos: Saulle Pagnoncelli - Cr\$ 900.000,00, Aquilles - Cr\$ 362.849,00, Ernesto - Cr\$ 234.707,00, Giocondo - Cr\$ 222.886,00, Atílio - Cr\$ 159.558,00, Severino - Cr\$ 120.000,00 e Henrique - Cr\$ 50.000,00 (A GAZETA, 1935, nº 237, p. 4). Em 1939, o Frigorífico Confiança, como era conhecido, ocupava uma área de 32 mil m², com 12 pavilhões de alvenaria. Mantinha 250 funcionários, com um abate médio de 400 a 500 porcos por dia³⁴.

³⁴ Números levantados por Alcides Goulart Filho (2001, p. 131) identificam que a Sadia Concórdia S.A. contava com 145 funcionários, em 1945, e a Perdigão S.A. Indústria e Comércio, em 1958, mantinha 400 empregados.

As percepções do inspetor de coletorias federais, Djalma Matos, em visita as instalações da empresa no ano de 1939, exaltam as conjecturas traçadas pelo empresário e a íntima relação com o desenvolvimento econômico do município e do estado. Afirma: “As poderosas fábricas de Saulle Pagnoncelli & Filhos cooperam grandemente no engrandecimento da terra Catarinense”. O título da notícia já torna indubitável a ideia de progresso almejada pelo poder público. Na mesma perspectiva, aponta a pujança da empresa no ramo de abate e processamento de suínos estaria atrelada ao espírito de iniciativa e o dinamismo do empresário. A facilitação na comercialização concretizaria tal entendimento. “A produção vai diretamente ao vagão da linha férrea havendo um desvio dos trilhos para essas fábricas” (A GAZETA, 1939, nº1535, p. 8).

Ainda, segundo a notícia publicada, a empresa produzia anualmente de 35 a 45 mil caixas de banha. No período considerado “de safra”, quando grande número de suínos era entregue ao frigorífico, a produção chegava a 250 caixas de 40 e 50 kg ao dia. Segundo relato do inspetor, depois de derretida em grandes caldeirões, a gordura seguia para decantar e resfriar. Concluído esse processo, a banha era direcionada para uma máquina em que, automaticamente, era acondicionada em sacos de um e meio quilo. As embalagens, quadriláteras, de papel impermeável e cor branca, suportavam até 40 graus de temperatura. “A banha frigorificada, além de ser mais consistente tem a vantagem da pureza e excelência”.

Os dados fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística corroboram com as declarações do jornal A Gazeta. No ano de 1941, a empresa Saulle Pagnoncelli & Filhos liderava a produção e comercialização de banha no estado. Segundo relatório, pela Linha Sul da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, o produto era enviado para as regiões Sul e Sudeste do país (SANTA CATARINA, Relatório, 1941, p. 19).

Ao listar os principais produtos da exportação catarinense no período de 1937 a 1942, o mesmo departamento identificou que a banha de porco ocupava a quarta posição, atrás somente, do comércio de madeiras, artefatos de algodão e carvão de pedra. “A banha figura na exportação catarinense a décadas. Até 1905, no entanto, em quantidades pequenas. Em 1906, tomou sensível impulso até chegar ao máximo na década de 1930”. (SANTA CATARINA, Relatório, 1943, p. 8).

A produção frigorífica no Oeste catarinense incorporou características associadas a sua formação histórica e cultural, o que reforça a relação com a agricultura em pequenas propriedades. Como apontado, a fabricação de subprodutos, além da banha, era comum entre

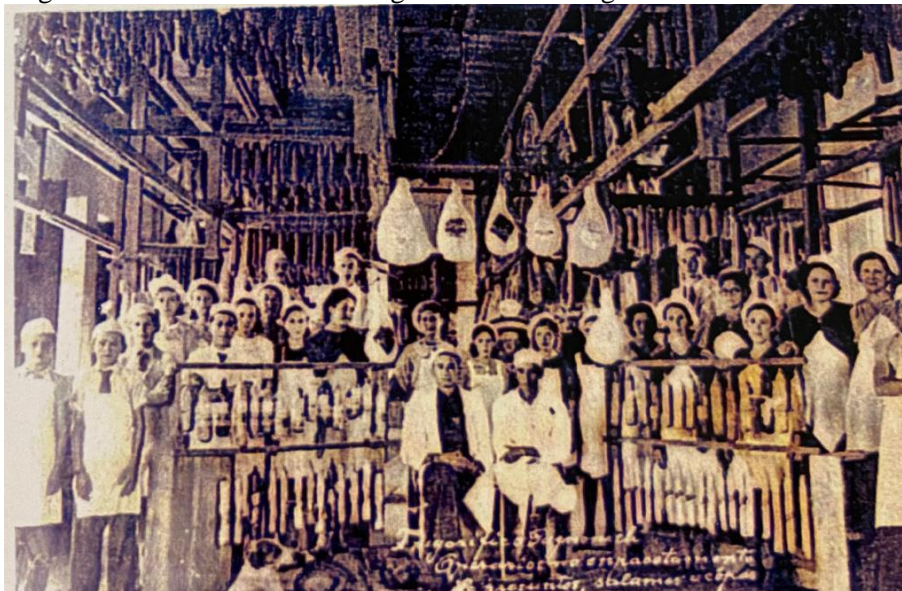
Esses comparativos, em períodos diversos, elucidam a relevância econômica que o frigorífico da família Pagnoncelli perfazia no município e no Estado ainda no final da década de 1930.

os colonos e foi expandida pela indústria. A comercialização dos animais, pelos colonos, possibilitava, nessa perspectiva, o acréscimo na fabricação e a ampliação dos mercados consumidores.

A firma Industrial Saulle Pagnoncelli & Filhos produz pathes de língua, fígado e etc. [...]. A cerda é exportada e os ossos são devidamente preparados para adubagem. A linguiça é esplendidamente preparada, destacando pelo seu magnífico sabor. Com todo o material encomendado, aguardando a chegada para instalar, a fim de que a carcaça já frigorificada dos porcos, passe das câmaras frias para os trilhos, diretamente para os vagões onde são levados a portos de embarque para o estrangeiro (A GAZETA, 1939, nº 1355, p. 7).

A descrição aponta para a demanda que os produtos suínos dispunham frente ao mercado nacional e internacional e, conseqüentemente, a necessidade de modernização para atender as novas exigências e escorar a ampla produção de subprodutos. Na Figura 30, os trabalhadores da empresa Saulle Pagnoncelli & Filhos posam para a foto, em meio aos produtos. Torna-se indubitável, que além da banha, uma grande variedade de embutidos era processada e comercializada pela empresa. A descrição do Inspetor de Coletorias, supracitada, também legitima as características de produção identificadas na figura. “Salames, copas e linguiças estavam sendo acondicionados por um garrido grupo de moças”.

Figura 30- Trabalhadores do Frigorífico Saulle Pagnoncelli & Filhos - 1939



Fonte: Biblioteca Pública de Joaçaba. Consulta local.

Como demonstrado, o envolvimento com a atividade de beneficiamento de banha e subprodutos suínos acompanhava o desenvolvimento econômico do estado e, no meio Oeste, seguia o arraigado costume das famílias de colonos que se deslocaram para a nova fronteira.

Nesse ambiente, a estruturação gradativa de indústrias ligadas ao setor foi potencializada pelo histórico de produção e comercialização. É evidente que os colonos, conforme o próprio relatório identifica (SANTA CATARINA, Relatório, 1943, p. 18), produziam a banha bruta. Com o surgimento das indústrias, como no caso de Cruzeiro, o Frigorífico Pagnoncelli, boa parte dessa banha era adquirida e refinada antes da comercialização.

A informação pode ser confirmada através da solicitação divulgada, em 1948, no jornal O Estado. No telegrama enviado à Inspeção Regional de Defesa Sanitária Animal, a firma Pagnoncelli buscava ampliação dos prazos para a compra de banha bruta que deveriam encerrar no ano em curso. Segundo o solicitante, “a medida facilitaria a exportação do produto em condições de obter bons mercados”.

Temos a receber aproximadamente 200 mil quilos de banha bruta procedente de diversas localidades do município de Chapecó e Concórdia, razão pela qual solicitamos de vossas excelências seus bons ofícios junto a quem de direito, a fim de que seja dilatado o prazo para entrada de banha bruta nos estabelecimentos sob inspeção federal para mais seis meses ou 12 meses (O ESTADO, 1948, nº 10415, p.1).

Como se demonstrou, a aproximação entre os empresários e o poder público facilitou, em grande parte, as políticas instituídas para o setor. Na década de 1950, várias discussões integravam as pautas com o intuito de melhorar as condições para a criação, a produção e a comercialização. Essas configurações facilitaram a expansão da indústria frigorífica na década seguinte. Os complexos industriais, em gradativa ascensão, receptaram um novo sistema, fundamentado na modernização de práticas, assistência técnica e inserção de matrizes e rações de melhor qualidade (O ESTADO, 1950, nº 10850, p. 8).

Na sessão da Assembleia Legislativa de 17 de abril de 1950, o deputado Nunes Varela, apresentou questionamento da firma Saule Pagnoncelli S.A. referente à saída de suínos do estado catarinense. O deputado solicitou que o debate fosse apreciado pela Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio “para merecer a solução que viesse a cautelar os interesses não só da indústria, mas também do erário público”. Os argumentos defendidos por Nunes Varela foram apoiados por Waldemar Rupp. O deputado considerou que os suínos catarinenses deveriam ser vendidos aos frigoríficos do estado, favorecendo o crescimento dos complexos industriais locais.

Com o intuito de representar os interesses dos industriais perante os governos constituídos, foi estabelecida, em 1959, a Associação Profissional das Indústrias de Produtos Suínos, Carnes e Derivados. A criação da instituição manteria a prerrogativa constituída, no início da década, no que concernem às melhorias para a ampliação do setor. Em reunião, o

deputado Atílio Fontana, empresário de destaque no processamento de produtos suínos no município de Concórdia, pontuou que a constituição de um sindicato fomentaria o desenvolvimento do setor. “O estado de Santa Catarina, segundo lugar no Brasil como industrializador dos produtos suínos, assumiria uma preciosa fonte de divisas com a exportação dos produtos” (A NAÇÃO, 1959, nº 603, p. 8).

Atílio Pagnoncelli ao discorrer sobre a importância do sindicato referiu-se longamente “sobre a crise que assoberba os criadores, decorrentes de medidas governamentais danosas para esse setor da economia”. Os detalhes citados pelo empresário elucidam a saída de grande parte dos suínos para o Rio Grande do Sul que, no período, liderava a industrialização de subprodutos. “A criação de suínos, que antes se constituía em fonte de apreciados recursos, hoje representa o desestímulo e abandono” (A NAÇÃO, 1959, nº 603, p. 6).

A articulação da indústria frigorífica demonstra a intrínseca relação do setor industrial com o poder público e a agricultura em pequenas propriedades. É relevante ter em mente que a criação de suínos pelos colonos representava a manutenção da produção nos frigoríficos e a representatividade do estado na economia do país. Dessa forma, a influência das indústrias, que até a década de 1950 era tênue e indireta, passou a ser mais consistente. A oferta de matrizes e outros produtos destinados a um melhor desempenho na criação, e a defesa, frente ao poder público, das necessidades dos colonos representou o início da interferência direta da indústria na produção familiar. Nesse contexto, observa-se o incipiente processo de integração da agricultura em pequenas propriedades e o setor frigorífico, cerne do modelo assumido pela indústria de carnes consolidada a partir dos anos de 1960.

A manutenção de políticas estratégicas para a produção agrícola e a criação de suínos, intensificadas pela atuação dos empresários, podem ser justificadas com a análise dos números apresentados pelo censo agrícola de 1960. No município de Joaçaba, os 2.649 estabelecimentos recenseados mantinham uma criação de suínos totalizando 83.620 animais. Em paralelo, a produção de milho alcançava 14.955 toneladas, cultivada nos mesmos estabelecimentos e responsável pela alimentação de grande parte da criação. (IBGE, Censo Agrícola, 1960, p. 274 e 324). Em um comparativo simples, podemos observar que, no ano de 1966, mais de 110 mil animais mantinham-se em criação no município, reiterando a ideia do aperfeiçoamento técnico e das necessidades dos industriais. (QUEIROZ, 2016, p. 141).

O cenário exibido possibilitou o surgimento e a ampliação de empreendimentos frigoríficos no Oeste catarinense, em especial, no Vale do Rio do Peixe, favorecido pela proximidade com a ferrovia. Os frigoríficos mais importantes para a região surgiram ainda na década de 1940, em territórios originalmente pertencentes aos municípios de Cruzeiro e

Chapecó. Ao lado de inúmeras outras pequenas indústrias que se instalaram, esses empreendimentos movimentaram a criação e o comércio de suínos, bem como a circulação de produtos industrializados.

No mapa identificado pela Figura 31, constam os principais empreendimentos frigoríficos que delinearão a economia do oeste de Santa Catarina. Assim como o Frigorífico Pagnoncelli, que inferiu diretamente no desenvolvimento socioeconômico de Joaçaba, as demais indústrias foram responsáveis pelo aperfeiçoamento das técnicas e a ampliação da influência desse setor nos mercados nacionais e internacionais.

Figura 31 – Mapa com a localização dos frigoríficos (1940-1960)



Fonte: RADIN, 2019.

Essas indústrias impulsionaram a economia concomitantemente à modernização da produção nas propriedades observada, sobretudo, no início da segunda metade do século XX. Os empresários souberam explorar o potencial produtivo dos colonos, impulsionando o comércio e a indústria. O comércio, notabilizado pela venda dos mais variados produtos necessários para a vida dos colonos e aquisição de cereais, apresentou-se como o cerne da cadeia. As dinâmicas que inseriram os empreendedores industriais, no processo, desencadearam um desenvolvimento econômico para o município que foi ampliado a partir da

década de 1960. Algumas das empresas se impuseram no cenário industrial e passaram a assumir o controle da produção, incorporando, inclusive outras empresas do setor.

A ampliação da estrutura industrial frigorífica do município de Cruzeiro deve ser entendida, lembrando o significativo papel desempenhado pelos colonos, com estreita relação da sua produção com tal setor industrial. Esse dinamismo se estabelece entre a pequena propriedade familiar com o comércio e indústria que, por sua vez, também estruturou as propriedades rurais e a diversificação produtiva. Destaque-se que esse processo de desenvolvimento teve o Estado como um dos protagonistas, especialmente pela forma de como articulou a reocupação territorial, pela criação de obras públicas de impacto como a ferrovia São Paulo-Rio Grande, entre outras obras e políticas. O ideal de progresso proposto pelo Estado e assumido pelos empreendedores gerou crescimento articulado entre os diversos setores produtivos do município. Essa conjectura constitui o que Alcides Goularti Filho (2001, p. 292) define como “especialização regional”.

Em Cruzeiro, no período estudado, ocorreu um processo de diversificação, mesmo com o predomínio do complexo agroindustrial a partir da década de 1960. A fabricação de máquinas e equipamentos agrícolas, em expansão a partir da década de 1930, atendia e relacionava-se aos moinhos e às pequenas propriedades que, gradativamente, passaram a ter algum tipo de mecanização e modernização na produção. O setor frigorífico apresenta-se, nessa instância, como aglutinador dos diversos setores abordados. Os investimentos canalizados para a área provenientes, principalmente, do capital de origem local, prospectaram o município a assumir em seu primeiro cinquentenário, uma abrangência regional e nacional.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período que corresponde ao final do Império e a fase inicial da República representou para o país um momento de grandes transformações, observadas em particular no antigo território contestado. O projeto governamental idealizava a construção de uma nação alinhada às potências capitalistas, e a intelectualidade ambicionava a modernização do país. A conquista dos “sertões atrasados” e “inóspitos” representava a superação do abandono e o incremento do “progresso” e propagação da “civilização”. O Sul do Brasil, com fronteiras ainda em litígio e terras consideradas pouco ocupadas pelo elemento tido como portador do ideal progressista, passou a ser observado atentamente pelos governos.

O interesse em relação ao domínio efetivo do território que passou a ser o oeste catarinense se intensificou com a ascensão da República, quando o controle sobre as terras devolutas recaiu aos Estados. Enquanto mediador dos interesses públicos e privados, após o Acordo de Limites, em 1916, o poder público direcionou os espaços não ocupados pelo latifúndio à comercialização através da atuação de empresas colonizadoras. A terra, transformada em mercadoria, tornar-se-ia mais facilmente controlada pelos grupos dominantes e sua comercialização seria direcionada aos descendentes de europeus, idealizados, nas esferas públicas e intelectuais, como portadores do *ethos* do trabalho e capazes de impulsionar o processo civilizador.

Ao compreender que a colonização modificou a via de ocupação e de produção no espaço de Cruzeiro, o principal objetivo da dissertação esteve centrado em identificar as implicações econômicas decorrentes desse processo, no primeiro cinquentenário do município (1917-1967). Assim, destaca-se a pequena propriedade, gerida e trabalhada pela família, como elemento que constituiu uma dinâmica mercantil suficientemente capaz de gerar excedentes e permitir a acumulação de capital que, gradativamente, fosse reinvestido no comércio e no ramo industrial. Isso é nitidamente observado pela emergência de fábricas ligadas à produção de máquinas e implementos agrícolas, ao setor tritícola e ao ramo frigorífico, que moldaram o espaço do município no período, projetando-o regional e nacionalmente.

Através da pesquisa, tornou-se irrefutável a percepção de que a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande contribuiu para a atração de milhares de migrantes e favoreceu a comercialização das terras e dos produtos que foram sendo cultivados. O colono, nesse entendimento, apresentou-se como o elo dessas relações. O dinamismo ocasionado pelos assentamentos agrícolas e pela possibilidade das transações comerciais pelo modal

ferroviário possibilitou grandes incrementos no setor agrícola e industrial, sendo mais claramente percebido a partir da década de 1930.

As empresas colonizadoras foram responsáveis por lotear e comercializar as terras aos novos colonos que se deslocavam para a região. Reocupar os espaços da nova fronteira agrícola no Oeste catarinense, não foi um processo pacífico. As populações tradicionais estabelecidas, consideradas como “desqualificadas” para efetivar o projeto modernizador almejado, foram excluídas do viés de ocupação. Utilizando-se de pressupostos que desacreditavam tais grupos e executando processos judicialmente, pelos quais muitos deles não tinham condições de acompanhar, parcelas significativas dessas populações viram-se alijadas das terras que tradicionalmente ocupavam.

Com a resolução dos impasses fronteiriços entre o Paraná e Santa Catarina, em relação ao território contestado, a criação do município de Cruzeiro e a presença da ferrovia, nas primeiras décadas do século XX, nessa nova fronteira conjecturou a formação de assentamentos agrícolas. A característica do município, com a presença de vales cobertos de vegetação densa, condicionou a divisão em pequenos lotes. Essa forma de organizar as colônias, no entanto, também seguiu ao viés mercantil na comercialização da terra.

Os dados identificados pelos recenseamentos apontaram que o grande diferencial econômico de Cruzeiro, quando comparado a outros municípios, como Chapecó, instituído no mesmo dia e ano, esteve diretamente atrelado ao cultivo de cereais e a criação de animais, comercializados pela ferrovia. O viés de produção suscitou uma intersecção com o mercado local e nacional. Nas primeiras décadas pós-emancipação, grandes quantidades de cereais foram direcionadas para mercados consumidores do centro do país, fato que contribuiu para dinamizar a produção camponesa e inseriu o colono na ótica mercantilista.

Os capítulos iniciais suscitaram essas panorâmicas. Com apoio em produções já constituídas, e, sobretudo através da análise dos discursos proferidos anualmente pelo governador do estado, pôde-se afirmar que as ideias de “modernização” e de “progresso”, propostas pelo poder público, foram exitosas. As iniciativas comerciais e industriais, facultadas pela proximidade com a ferrovia, surgiram da sinergia entre a agricultura em pequenas propriedades e a acumulação de capital comercial.

A habilidade de cultivar a terra, dos imigrantes e migrantes colonos, também observada em Cruzeiro, contribuiu na formação de colônias e como resultado, um viés econômico diferenciado. Os elementos escolhidos para a tarefa de inserir a região na ótica mercantilista ocuparam inicialmente as terras do Rio Grande do Sul e já eram experimentados na produção agrícola em pequenas propriedades. O Brasil recebeu, nos séculos XIX e início

do XX, grandes levas de imigrantes, que, direcionados ao Sul, dinamizaram a produção agrícola, criando uma dinâmica econômica peculiar nesses espaços, pela integração da produção agrícola com o comércio e a indústria. Essa experiência, em geral, pode ser observada não apenas em Cruzeiro ou Oeste catarinense, mas se torna importante para justificar a possibilidade dos colonos prosperarem enquanto proprietários de terra.

A estreita relação entre o crescimento econômico do município e a via de reocupação foi evidenciada principalmente a partir da década de 1930. As políticas públicas instituídas por Getúlio Vargas previam a valorização do mercado interno com o melhoramento das práticas no campo, o incremento da indústria e o aumento do consumo urbano. Nos discursos da época, apresentados pelo Ministério da Agricultura, foram identificados diversos relatos de intervenções do Estado para favorecer a produção de cereais, especialmente do trigo. Na mesma perspectiva, o interventor do Estado, Nereu Ramos, destacava a necessidade de dar atenção para aproveitar o grande potencial da região Oeste, bem como a pujança agrícola do município de Cruzeiro e o altíssimo grau de desenvolvimento que vinha alcançando.

Ao observar essas declarações foi possível compreender que o histórico da integração regional catarinense foi fundamentado a partir de políticas estaduais de desenvolvimento, pela articulação entre as esferas nacional e estadual. Esses arranjos, incluindo a própria facilidade de acesso à propriedade da terra, favoreceram a produção dos colonos nas pequenas propriedades. Infere-se com isso que, em grande medida, não foram recursos externos que dinamizaram a economia local, mas, especialmente, o excedente comercializado pelos colonos. O acúmulo dessas reservas, somado aos investimentos públicos em infraestrutura, contribuiu decisivamente para o desenvolvimento do comércio e da indústria locais.

Pode-se situar o surgimento da fábrica de trilhadeiras, no município de Cruzeiro, capitaneada pelo empresário Caetano Natal Branco como evidência de tal processo. As iniciativas do empresário juntavam-se ao anseio do poder público em expandir a produção de cereais e à necessidade de equipamentos como máquinas e implementos agrícolas mais eficientes aos colonos. O encadeamento dessas situações comprova-se ao observar os dados de produção referentes aos anos de 1939 até 1949. Em uma década, a produção de trigo, no município, cresceu em números superiores a 400%. No mesmo período, a empresa ampliou o seu potencial de forma ainda mais expressiva, ultrapassando 800% na fabricação e comercialização de trilhadeiras.

A produção de máquinas agrícolas pela empresa de Francisco Lindner, a partir na década de 1950, reforça a tese de que o desenvolvimento econômico do município germinou

da produção nas pequenas propriedades e da comercialização facilitada pela proximidade com a via férrea. No período, grandes quantidades de colheitadeiras foram transportadas, via ferrovia, para os estados do Sul e Sudeste do país. O transporte rápido, aliado a praticidade dos equipamentos para a produção agrícola impulsionou o parque industrial do município.

O novo padrão de crescimento que conduziu a economia municipal refletiu no surgimento de moinhos, indústrias de beneficiamento e espaços para armazenamento dos cereais, sobretudo o trigo. A ascensão da indústria moageira, em Cruzeiro, também condiz com os incentivos federais e a consequente expansão da produção no estado. O Serviço de Expansão do Trigo, proposto por Getúlio Vargas, com a finalidade de acelerar e expandir o cultivo, possibilitou a desburocratização de serviços não apenas no campo, mas para a industrialização e a comercialização.

As empresas de Romano Massignan e do grupo Bonato que já atuavam, na década de 1940, em outros ramos industriais e comerciais, direcionaram o foco de investimentos para a produção e comercialização da farinha de trigo. O Moinho Trigoflor e o Moinho Cruzeiro (Specht), do mesmo modo, beneficiavam a farinha, comercializada local ou nacionalmente. Essas conjunções corroboram e justificam as grandes quantidades de trigo em grão e farinha comercializados a partir da Estação Herval, ou ainda, a construção de um desvio nos trilhos, que facilitava o embarque dos cereais diretamente do silo aéreo, construído pelo governo federal no município de Herval d'Oeste, na época distrito de Joaçaba.

As indústrias observadas no decorrer da pesquisa foram ponderadas por abrangerem um número maior de funcionários e terem movimentado valores expressivos no ramo tritícola. No entanto, foram proeminentes os moinhos ativos no município no mesmo período. Na zona do Vale do Rio do Peixe, onde a ferrovia se apresentou como facilitadora para o escoamento dos grãos e da farinha, identificou-se que 54% de todos os moinhos estavam instalados no território de Cruzeiro. A presença dessas unidades foi apontada como indicativo de que o município polarizou diversas atividades industriais e comerciais, por apresentar infraestrutura econômica e social distinta dos demais municípios da região.

Considerando que nas décadas seguintes, com o avanço da modernização da agricultura, a produção de trigo em pequenas propriedades praticamente desapareceu, é importante destacar a relação que existiu, no período em estudo, entre o pequeno agricultor e o crescimento desse setor. Isso reforça a ideia de que, naquele contexto, a difusão dos assentamentos agrícolas foi uma política acertada, mas que gerou tensões e promoveu um desenvolvimento desigual entre os colonos. Essas vulnerabilidades suscitam novas pesquisas que remetam para as e contradições do processo.

Notadamente, conclui-se, por essas análises, que assim como a indústria de máquinas, a moageira e o setor frigorífico estiveram diretamente atrelados à produção nas pequenas propriedades. O acréscimo de aproximadamente 23 mil toneladas na produção de milho, entre as décadas de 1940 e 1950, remete à necessidade de alimento para a ascendente criação de suínos e expansão frigorífica e justifica a descendente na produção do trigo.

Quanto à emergência da indústria frigorífica, destaque-se que, com a colonização, a prática de criar suínos, comum entre as populações estabelecidas, assim como de muitos migrantes, também assumiu características mercantilistas. Ainda na década de 1920, os animais eram comercializados vivos para o sudeste do país, pelo modal ferroviário. Nessa ótica, concluímos que a criação acompanhou a formação dos núcleos coloniais e se expandiu significativamente nas décadas seguintes. As iniciativas empreendedoras, fundamentadas na lucratividade do comércio de banha e subprodutos suínos, foram importantes para a transformação das relações de produção e a consolidação da indústria frigorífica, no município de Cruzeiro, e em todo o oeste catarinense.

O empenho do poder público no sentido de ampliar a participação do Estado, nas relações econômicas com outras regiões do país, possibilitou a estruturação de políticas de apoio ao setor frigorífico. Constatou-se que muitos empresários ligados ao comércio e a industrialização de suínos, como por exemplo, Atílio Fontana e Romano Massignan, também se vincularam à política estadual ou federal, facilitando tais relações.

Na década de 1930, a banha figurava entre os quatro primeiros produtos mais comercializados por Santa Catarina. A intensificação do comércio de banha e subprodutos suínos para diversas regiões do país constituiu a dinâmica para o incremento local e regional e a consequente representatividade de Santa Catarina. O Frigorífico Confiança, pertencente a Atílio Pagnoncelli, registrava a maior produção de banha do estado. Essa configuração retoma a posição que o município de Cruzeiro abarcou em seu primeiro cinquentenário, no que tange o setor industrial, e sua intrínseca relação com a agricultura em pequenas propriedades.

O panorama composto a partir dos anos 1920 propiciou a ampliação dos empreendimentos frigoríficos no Oeste catarinense, em especial no Vale do Rio do Peixe, favorecidos pela construção da ferrovia. Saliente-se que as indústrias de maior relevância, na atualidade, foram estruturadas ainda na década de 1940 e apresentam, por conseguinte, mercados nacionais e internacionais consolidados. Conjuntamente esses conglomerados absorveram outros empreendimentos menores, incapazes de se adequar as novas conjunturas propostas para a agroindústria. Esses apontamentos reverberam o significado que as indústrias representaram para o desenvolvimento do município de Cruzeiro em seu primeiro

cinquentenário, no entanto, inquietam pelo vislumbre de um novo viés de desenvolvimento e pela considerável perda de representatividade, a partir da década de 1960, quando as agroindústrias frigoríficas entram em nova fase de produção e integração com os colonos.

É importante ponderar, também, que em paralelo às transformações do setor frigorífico, processos globais passaram a interferir na economia regional de maneira mais intensa, reduzindo o poder de decisão do empreendedorismo local. O comércio pela via férrea, grande diferencial para o desenvolvimento no primeiro cinquentenário, passa a ser substituído de sobremaneira pelo transporte rodoviário. A modernização da agricultura, gradativamente fez diminuir o papel da agricultura familiar na dinâmica de produção do município. Nessa perspectiva, as considerações elencadas podem ser apontadas como fatores para a retração dos percentuais de desenvolvimento e visibilidade do município nas décadas posteriores?

A pesquisa revelou que, nos primeiros cinquenta anos, o município de Cruzeiro apresentou relações econômicas mais dinâmicas e prósperas, caracterizadas pelo reinvestimento da riqueza produzida no próprio local. Ademais, percebemos que desta dissertação, além das inquietações suscitadas, novas teses merecem ser aprofundadas para compreender de forma mais efetiva como se processaram as novas relações econômicas no município, a partir da década de 1970.

5- REFERÊNCIAS

- ALVES, Luciano Adílio. **Ascensão e queda de uma gigante: a crise da Chapecó Alimentos e os impactos socioeconômicos no município de Xaxim (1995 – 2015)**. Dissertação. UFFS, Chapecó, 2021.
- ALVES, Pedro Assumpção; MATTEI, Lauro Francisco. Migrações no Oeste Catarinense: História e elementos explicativos. **V Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP**. Caxambu/ MG, Setembro de 2006.
- BARTOLOME, Miguel Alberto. **As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político**. Mana, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 39-68, Abr. 2006.
- BARBARESCO, Paulo Ricardo. **Os ciclos econômicos do Extremo Oeste Catarinense: modernização, progresso e empobrecimento**. (Dissertação), FURB, Blumenau, 2003.
- BENTHIEN, Murielle Silveira Boeira. **Poloneses da Colônia São Bento (1870-1930)**. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2005. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30383024.pdf>. Acesso em 05/07/2022.
- BILIBIO, Rogerio Augusto. **Joaçaba e a perda da condição de “capital do Oeste catarinense”**: apresentação de representantes do Grupo Dirigente. 2004. (Dissertação). Passo Fundo, 2004.
- BILIBIO, Rogerio Augusto, [et al.]. **Centenário do município de Joaçaba**. Joaçaba: ed. UNOESC, 2017.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOITEUX, José Arthur. **Oeste Catarinense: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira**. Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entres e Irmão, 1931.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRANDT, Marlon. **Criação de porcos “à solta” na floresta ombrófila mista de Santa Catarina: paisagem e uso comum da terra**. História (São Paulo), v.34, n.1, p. 303-322, jan./jun. 2015.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico**. São Paulo: Lua Nova, 2014.
- BREVES, Wenceslau de Souza. O Chapecó que eu conheci. **Revista do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina**. n. 6, 1985.
- BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CORAZA, Gentil; RADIN, José Carlos (Org.). **Fronteira Sul: ensaios socioeconômicos**. Florianópolis: Insular, 2016.

CORAZA, Gentil. O modelo de desenvolvimento regional do Oeste catarinense. *In*: CORAZA, Gentil; RADIN, José Carlos (Org.). **Fronteira Sul: ensaios socioeconômicos**. Florianópolis: Insular, 2016, p. 91-128.

COSTA, Arthur Ferreira da. O oeste catarinense: visões de um excursionista. Rio de Janeiro: Vilas Boas e Cia, 1929. *In*: CEOM. **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**. Chapecó: Argos, 2005

DALLANORA, Cristina. **Conflitos no Ex-Contestado: coronelismo e bandoleirismo numa região de fronteira**. (Tese). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

DE BONI, Luiz A.; COSTA, Rovilio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. 4. ed. Ver. e Atual. Porto Alegre: EST Edições, 2011.

D'EÇA, Othon. **Aos espanhóis confinantes**. Florianópolis: FCC, Fundação Banco do Brasil, UFSC, 1992.

ESPIG, Márcia Janete. **A construção da Linha Sul da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (1908-1910): mão de obra e migrações**. VARIA HISTÓRIA. v. 28, n. 48, Belo Horizonte: jul./dez. 2012, p. 849-869. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/270491040_A_construcao_da_Linha_Sul_da_Estrada_de_Ferro_Sao_Paulo_-_Rio_Grande_1908-1910_mao_de_obra_e_migracoes. Acesso em 25/11/2021.

ESGANZERLA, Eduardo. **Branco- 70 anos**. Curitiba: Esplendor, 2006.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do Patronato político brasileiro**. 7 ed., Rio de Janeiro: Globo, 1987

FERREIRA, Antenor Geraldo Zanetti. **Concórdia: Rastro de sua história**. Fundação Municipal de Cultura, 1992.

FLORES, Maria B. R; SERPA E. C. A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina. *In*: CEOM. **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**. Chapecó: Argos, 2005.

FONTANA, Atílio. **História da minha vida**. 2018.

FREIRE, Felisbello. **As Constituições dos Estados e a Constituição Federal**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227306>. Acesso em: 09/08/2022.

FUNDEC. **Diagnóstico de Luzerna: Luzerna, município de Joaçaba, Estado de Santa Catarina**. Luzerna, Janeiro de 1986.

GOULARTI FILHO, Alcides. **A formação Econômica de Santa Catarina**. Ensaios FEE. Porto Alegre, V 23, n°2, p 977- 1007, 2002.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina**. (Tese). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas, 2001.

GRITTI, Isabel Rosa. **Imigração e Colonização Polonesa no Rio Grande do Sul: A emergência do preconceito**. Porto Alegre/RS: Martins Livreiro – Editor, 2004.

HASS, Monica. **Os partidos políticos e a elite e Chapecoense: um estudo de poder local (1945 – 1965)**. (dissertação). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1993.

HEINSFELD, Adelar. **A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no baixo vale do Rio do Peixe/SC**. Joaçaba: Ed. Unoesc, 1996.

HEINSFELD, Adelar. A fronteira: historicidade e conceitualização. *In*: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. (Org). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida – Universidade Federal da Fronteira Sul, 2015.

HEREDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Processo de industrialização da zona colonial italiana**. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: O modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: FURB, 1987.

HOBSBAWM, Eric J. **Ecos da Marselhesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

INSTITUTO DAS HUMANIDADES. **Kautsky revê a previsão de Marx: da evolução do meio rural**. Disponível em: <http://www.institutodehumanidades.com.br/index.php/galeria/2-uncategorised/19-galeria-karl-kautsky>. Acesso em 23/05/2022.

IOTTI, Luiza Horn. Autoridades brasileiras *versus* imigrantes. *In*: **Imigração e Poder: a palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914)**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010, p. 145-193.

LUCA, Tania Regina de. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

MACHADO, Paulo Pinheiro. O movimento do Contestado e a questão de terras. *In*: ZARTH, Paulo (Org.). **História do campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2012, p. 115-132.

MACHADO, Paulo Pinheiro. O mundo agrário e as tradições rurais no conflito do contestado (1912-1916). *In*: SCHMITT, Anderson M.; WINTER, Murilo Dias (org.). **Fronteiras na História: atores**

sociais e historicidade na formação do Brasil Meridional (séculos XVIII - XX). Chapecó: Editora UFFS, 2021, p. 433-454.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Editora: Civilização Brasileira, 2007.

MAMIGONIAN, Armen. **A indústria de Santa Catarina: dinamismo e estrangulamento**. Estudos de geografia econômica e social. Florianópolis: 2011, Vol. IV, p. 73 – 120.

MOTTA, Márcia. **Direito à terra no Brasil: a gestão do conflito 1795- 1824**. São Paulo: 2 Ed. Editora Alameda, 2012.

MOTTA, Marcia; PARGA, Pedro (org.). **Intelectuais e a questão agrária no Brasil**. Seropédica: Editora da UFRRJ; Lisboa: Proprietas, 2020.

MORAES, Cristina de. **Uma velha moldura habitada por silêncios, um fundo territorial e seis verbos para integrar: a formação territorial do Oeste Catarinense (1880/1940)**. Rio Claro/SP, 2018. 368 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho.

NODARI, Eunice Sueli. Persuadir para ocupar; atuação das companhias colonizadoras. **Esboços: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**. Florianópolis: UFSC, 2002, p. 29-51.

PEREIRA, Douglas Henrique. **Quem tem mói e quem não tem não vai moer: reflexões sobre o período do pós-guerra do Contestado no Alto Vale do Rio do Peixe (1920-1940)**. (Dissertação). Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó, 2020.

PETRY, Sueli Vanzuita; MORAES, Ana Maria Ludwig; SCHROEDER, Marcos. A imigração alemã em Santa Catarina. In: BOLLE, Willi; KUPFER, Eckhard E. **Cinco séculos de relações brasileiras e alemãs**. 1 ed. São Paulo: Editora Brasileira de Arte e Cultura, 2013. Disponível em: <http://brasil-alemanha.com/capitulo/19sec/A-imigracao-alema-em-Santa-Catarina.php>. Acesso em: 30/05/2022.

PETROLI, Francimar. Estado e território no Brasil oitocentista: considerações sobre a “Questão de Palmas” (1870-1895) In: SCHMITT, Anderson M.; WINTER, Murilo Dias (org.). **Fronteiras na História: atores sociais e historicidade na formação do Brasil Meridional (séculos XVIII - XX)**. Chapecó: Editora UFFS, 2021, p. 409- 432.

PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. O Significado da ‘Modernidade’ e da ‘Brasildade’ na Evocação do ‘Brasil Moderno’. **Esboços: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**. Vol. 7. Florianópolis: UFSC, 2000, p. 41-49.

PICHLER, Anna Lindner von. **A história de um pioneiro e de seu legado: Francisco Lindner S.A – 70 anos**. Joaçaba: [s.n.], 2006.

POYER, Viviane. Fronteiras do Contestado: imigração em política internacional em meio a uma guerra no Brasil meridional. In: SCHMITT, Anderson M.; WINTER, Murilo Dias (org.). **Fronteiras**

na **História**: atores sociais e historicidade na formação do Brasil Meridional (séculos XVIII - XX). Chapecó: Editora UFFS, 2021, p. 455-477.

POPKIN, Jeremy D. Jornais: a nova face das notícias. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Org.). **A revolução impressa**: a imprensa na França, 1775-1799. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. p. 196-238.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira; A questão agrária no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

QUEIROZ, Alexandre Muniz de (org.). **Álbum comemorativo do cinquentenário do município de Joaçaba**. 2 ed. Joaçaba: [s.n.], 2016.

RADIN, José Carlos; José Higino Benedet; Maria Luiza Milani. **Facetas da Colonização Italiana**. Joaçaba: UNOESC, 2003.

RADIN, José Carlos. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro**: representações sobre a civilização do sertão. Tese. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

RADIN, José Carlos. **Representações da colonização**. Chapecó: Argos, 2009.

RADIN, José Carlos. A indústria frigorífica no Oeste Catarinense a participação dos Italianos (1940-1960). **Revista História**: Debates e Tendências (online), vol. 19, n. 4, p. 720-744, 2019.

RADIN, José Carlos. Apropriação privada da terra nos sertões sulinos. In: KOLING, Paulo José; SILVA, Marcio Antônio Both (org.). **Terra e poder**: vivências e lutas sociais no campo. Passo Fundo: Editora Acervus, 2022.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do Patronato político brasileiro. 7 ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. 2 ed. Chapecó: Argos, 2006.

RENK, Arlene. O conhecimento do território: a Bandeira Konder. In: CEOM. **A viagem de 1929**: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras. Chapecó: Argos, 2005.

RICHTER, Klaus. **A sociedade colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau**. Florianópolis: Ed. UFSC. Blumenau: Ed. FURB, 1986.

RUCKERT, Aldomar A. **A trajetória da Terra**: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul: 1827-1931. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

SANTIN, Silvino. Dimensão social do trabalho e da propriedade do imigrante italiano na ex-colônia de Silveira Martins. In: De Boni, Luís A. (org.) **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre, Torino: Escola superior de Teologia. Fondazione Giovanni Agenelli, 1990, p. 447 – 461.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5. ed., 3. reimp. São Paulo: EDUSP, 2020.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial**: críticas e alternativas. 2. ed., 3. reimp. São Paulo: edusp, 2014.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEYFERTH, Giralda. Imigração, colonização e identidade étnica: notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem europeia no sul do Brasil. **Revista de Antropologia**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, nº 29, 1986, p. 57-71.

SILVA, Claiton; HASS, Monica. “O Oeste Catarinense não pode parar aqui”. Política, agroindústria e uma história do ideal de progresso em Chapecó (1950-1969). **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis. V. 9, n. 21, maio/ago. 2017, p. 338-374.

TEDESCO, João Carlos. Os Comerciantes e suas múltiplas correlações - região colonial italiana do Rio Grande do Sul na primeira metade do século 20. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Colonos, colônias & colonizadores**: aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil. Passo Fundo: Ed. Clio; Porto Alegre: Est. Edições, 2008, p 199- 228.

VALENTINI, Delmir. A Guerra do Contestado (1912-1916). In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo (Org.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida – Universidade Federal da Fronteira Sul. 2015, p. 222-248.

VALENTINI, Delmir José; RADIN, José Carlos. Fronteira Sul: dos “espanhóis confinantes” à Mesorregião Região Fronteira Sul. In: CORAZZA Gentil; RADIN, José Carlos (Org.). **Fronteira Sul**: ensaios socioeconômicos. Florianópolis: Insular, 2016, p 13-32.

WAIBEL, Léo. As zonas pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 17, n.4, out/dez.1955, p. 389-422.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE – Conselho Nacional de Geografia, 1959.

WERLANG, Alceu Antônio. **Disputa de ocupação do espaço no Oeste Catarinense**: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Chapecó: Argos, 2006.

ZARTH, Paulo. Colonos imigrantes e lavradores nacionais no Sul do Brasil: projetos de ocupação da terra em conflito In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (org.). **Formas de resistência camponesa**: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009, p. 223-257.

ZARTH, Paulo; NASCIMENTO, José Antônio Moraes do. Os intrusos resistentes da Fazenda Boa Vista. In: ROCHA, Humberto José da. (org.). **História dos movimentos sociais no Sul do Brasil (séculos XIX e XX)**. Passo Fundo: Acervus, 2020, p. 459-480.

ZARTH, Paulo; GERHARDT, Marcos. Camponeses tradicionais dos ervais de Ijuí do século XIX. In: SCHMITT, Anderson M.; WINTER, Murilo Dias (org.). **Fronteiras na História**: atores sociais e

historicidade na formação do Brasil Meridional (séculos XVIII - XX). Chapecó: Editora UFFS, 2021, p. 149-169.

6- FONTES

Leis

(ALESC) ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **De Cruzeiro a Joaçaba:** o Legislativo Catarinense resgatando a história da cidade – 1898-2007. Florianópolis: Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos, 2007.

BRASIL. Lei N. 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim601.htm. Acesso em: 23/11/2021

BRASIL, Legislação informatizada. DECRETO Nº 10.432, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1889. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10432-9-novembro-1889-542322-publicacaooriginal-52491-pe.html>. Acesso em 25/11/2021.

BRASIL, Legislação informatizada. DECRETO Nº 305, DE 7 DE ABRIL DE 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D305.htmimpresao.htm. Acesso em 25/11/2021.

BRASIL, Legislação informatizada. ARTIGO Nº 64, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm#:~:text=Art%2064%20%2D%20Pertencem%20aos%20Estados,e%20estradas%20de%20ferro%20federais. Acesso em 03/06/2022.

BRASIL, Legislação informatizada. DECRETO Nº 3.304, DE 3 DE AGOSTO DE 1917. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3304-3-agosto-1917-572722-publicacaooriginal-96000-pl.html>. Acesso em 01/12/2021.

Jornais/ Revistas

H. Hacker & Cia. Porto União. Colônia Bom Retiro. **Staffetta Riograndense**. Villa Garibaldi (Conde D'Eu), 5 de fevereiro de 1920, Ano XI, nº 44.

Staffetta Riograndense. Villa Garibaldi (Conde D'Eu), 7 de jan. 1925, Ano XII, nº 36.

Propriedades do Senhor Justo Groff. **Correio Riograndense**. Garibaldi: Quarta-feira, 7 de jan. de 1942.

A secular pendência. **Diário da tarde**. Curitiba: Terça-feira, 19 de jul. de 1904, ano VII, nº 1641.

GUARANY, Sylvio. Justiça pelo Paraná. **Diário da Tarde**. Curitiba: Segunda-feira, 27 de jun. de 1910, nº 3535.

Município di Cruzeiro – Stato di Santa Catherina. **Città di Caxias**: Periodico Settimanale. Caxias do Sul, 1918, nº 273.

O Estado De Santa Catarina. Florianópolis: sexta-feira, 28 de set. de 1916.

Gazeta De Notícias. Rio de Janeiro: segunda-feira, 07 de out. de 1918.

O Governador Hercílio Luz: Importante artigo d' "O Paiz". **República:** Órgão do Partido Republicano Catarinense. Florianópolis: Terça-feira, 01 de out. de 1918, nº 2.

República: Órgão do Partido Republicano Catarinense. Florianópolis: domingo, 29 de set. de 1918, nº 132.

Pelos municípios: Cruzeiro. **República:** Órgão do Partido Republicano Catarinense. Florianópolis: quarta-feira, 19 de março de 1924, ano XIX, nº1602.

Pelos municípios: Cruzeiro. **República:** Órgão do Partido Republicano Catarinense. Florianópolis: quinta-feira, 24 de abril de 1924, ano XIX, nº 1633.

Pelos municípios: Cruzeiro. **República:** Órgão do Partido Republicano Catarinense. Florianópolis: domingo, 22 de junho de 1924, ano XIX, nº 1681.

Pelos municípios: Cruzeiro. **República:** Órgão do Partido Republicano Catarinense. Florianópolis: quarta-feira, 12 de nov. de 1924, ano XX, nº 1808.

Municípios Futurosos. **República:** Órgão do Partido Republicano Catarinense. Florianópolis: sexta-feira, 21 de out. de 1927, ano II, nº 317.

Os limites. **O dia.** Florianópolis: Quarta-feira 16 do mar. de 1910, ano X, nº 4483.

O Município de Brusque. **O Dia.** Florianópolis: Quarta-feira, 08 de Nov. de 1916, nº 8451.

Cruzeiro: Periódico Incolor. Cruzeiro do Sul: 19 de nov. de 1933, ano I, nº 1.

Pelos municípios: Cruzeiro. **A Gazeta.** Florianópolis: 22 de set. de 1934, ano 1, nº 32.

Comércio, Indústria e Agricultura. **A Gazeta.** Florianópolis: quinta-feira, 16 de ago. de 1934, Ano I, nº 1.

Junta Comercial do Estado. **A Gazeta.** Florianópolis: terça-feira, 28 de Mai. de 1935, ano 1, nº 230.

Município de cruzeiro. **A Gazeta.** Florianópolis: Sábado, 12 de out. de 1935, nº340.

Cruzeiro. **Revista de Educação:** órgão do professorado Catarinense. Florianópolis: Julho a Outubro, ed. 4 e 5, ano I, 1936.

Os novos rumos da agricultura mundial e sua repercussão em Santa Catarina. **A Gazeta.** Florianópolis: quarta-feira, 5 de Jan. de 1938, Ano IV, nº 1049.

A cultura do milho. **A Gazeta.** Florianópolis: quinta-feira 2 de jun. de 1938, ano 4, nº 1164.

A Gazeta dos municípios. Cruzeiro: campanha do trigo. **A Gazeta:** a voz do povo de Florianópolis. Florianópolis: sexta-feira, 25 de fev. de 1938, ano 4, nº 1091.

As poderosas fábricas de Saule Pagnonceli & Filhos cooperam grandemente no engrandecimento da terra Catarinense. **A Gazeta.** Florianópolis: 27 de Jan. de 1939, ano 5, nº1355.

O problema do trigo. **A Gazeta.** Florianópolis: quinta-feira 9 de fev. de 1939, ano 5, nº 1365.

O problema rodoviário em Santa Catarina. **Diário Carioca.** Rio de Janeiro: Sexta-feira, 06 de Ago. de 1943, ano XVI, nº 4644.

O Governo de Nereu Ramos. **A Gazeta.** Florianópolis: 1 de mai. de 1944.

Banha bruta e os frigoríficos. **O Estado.** Florianópolis: quarta-feira 15 de dez. de 1948, ano 35, nº 10 415.

Assembleia Legislativa. **O Estado.** Florianópolis: 17 de abr. de 1950, ano 36, nº 10850.

Cruzeiro do Sul. Joaçaba: domingo, 13 de ago. de 1950, ano 1, nº 36.

Disposto o Ministro Daniel de Carvalho atender os moageiros do Oeste Catarinense . **A Nação.** Blumenau: terça-feira 31 de jan. de 1950, ano 6, nº 203.

Joaçaba: a reunião dos moageiros. **O Estado.** Florianópolis: quarta-feira 25 de jan. de 1950, ano 37, nº 10678.

Informativo sobre trigo, para divulgação no interior do país. **Cruzeiro do Sul.** Joaçaba: domingo 23 de Mar.de 1952, ano 3, nº 116.

Máquina Combinada Debulhadeira e Trilhadeira Lindner. **Correio do Norte.** Canoinhas: 14 de ago. de 1953, ano 7, nº 280.

O primeiro silo aéreo para o trigo do Brasil. **O Estado.** Florianópolis: sexta-feira, 2 de out.de 1953, ano 40, nº11722.

Instituição que representa a pujança da economia e das Finanças de Santa Catarina. **A Nação.** Blumenau: terça-feira, 30 de mar. de 1953, ano 10, nº 431.

A indústria Mogeiro Catarinense absorve 700 toneladas de trigo por dia. **A Nação.** Blumenau: terça-feira, 6 de Abr. de 1954, ano 10, nº 37 .

V Congresso Nacional do trigo. **A tarde.** Curitiba: sexta-feira 9 de dez. de 1955, ano 6, nº 1667.

Romano Massiganan S/A. **Diário de Notícias.** Joaçaba: domingo 15 de jan. de 1955.

Joaçaba e seus incansáveis batalhadores. **A Gazeta.** Florianópolis: quarta-feira 23 de dez. de 1955, ano 22, nº 5143.

Discurso do governador Irineu Bornhausen. **O Tempo.** Florianópolis: 12 de jan. de 1956, nº 116.

Atividades agrícolas em Santa Catarina no Rio Grande do Sul. **A Nação.** Blumenau: quarta-feira 27 de jun. de 1956, ano 11, nº 449.

Orçamento da União e Santa Catarina. **O Estado.** Florianópolis: 15 de dez. de 1957, nº 13226.

Ventilados em movimentada reunião os problemas de importante setor industrial de Santa Catarina. **A Nação.** Blumenau: 10 de nov. de 1959, ano 13, nº 603.

Aguardado hoje em Santa Catarina o Presidente Juscelino Kubitschek. **A Nação.** Blumenau: terça-feira 25 de out. de 1960, ano 17, nº 119.

Cartogramas

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Cartogramas Municipais dos Transportes e Comunicações.** Rio de Janeiro: Instituto cartográfico Canabrava Barreiros, 1947.

Censo

BRASIL. Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. Diretoria Geral de estatística. **Recenseamento do Brasil.** Introdução. Realizado em 1 de setembro de 1920. V: 1, Rio de Janeiro: Tipografia Estatística, 1922.

BRASIL. Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. Diretoria Geral de estatística. Recenseamento do Brasil. **Agricultura**. Realizado em 1 de setembro de 1920. V: 3, 1ª Parte. Rio de Janeiro: Tipografia Estatística, 1923.

BRASIL. Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. Diretoria Geral de estatística. **Recenseamento do Brasil: Agricultura**. Realizado em 1 de setembro de 1920. V: 3, 1ª parte. Rio de Janeiro: Tipografia da estatística, 1923.

BRASIL. Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. Diretoria Geral de estatística. **Recenseamento do Brasil: Agricultura, instrumentos e máquinas agrícolas dos estabelecimentos rurais e beneficiamento da produção**. Realizado em 1 de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Tipografia da estatística, 1927.

BRASIL. Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. Diretoria Geral de estatística. **Recenseamento do Brasil: população do Brasil por estados e municípios, segundo o sexo, a nacionalidade, a idade e as profissões**. Realizado em 1 de setembro de 1920. V: 4, 5ª parte. Rio de Janeiro: Tipografia da estatística, 1930.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Conselho Nacional de estatística. **Aspectos da economia agropecuária - 1940/1950: Região Sul (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul)**. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Recenseamento, 1956.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). VII Recenseamento Geral do Brasil. **Censo Agrícola de 1960**. Série Regional: Paraná e Santa Catarina. Vol.2, Tomo XII, 2ª parte. Departamento de Censos, 1960.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). VII Recenseamento Geral do Brasil. **Censo Demográfico de 1960**. Série Regional. Santa Catarina. Vol. I, Tomo XV, 1ª. Parte. Departamento de Censos, 1960.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). VII Recenseamento Geral do Brasil. **Censo Industrial de 1960**. Série Regional. Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Vol. 8, Tomo VII. Departamento de Censos, 1960.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). VII Recenseamento Geral do Brasil. **Censo comercial e dos serviços**. Série Regional. Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Vol. 4, Tomo IX. Departamento de Censos, 1960.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). VII Recenseamento Geral do Brasil. **Censo Agrícola**. Série Regional. Paraná e Santa Catarina. Vol. 2, Tomo XII. Departamento de Censos, 1960.

Mensagens ao Congresso Representativo de Santa Catarina

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada pelo Governador Gustavo Richard ao Congresso Representativo do Estado. Florianópolis, 17 de set. de 1910.

SANTA CATARINA. Sinopse do Quatriênio de 1910 -1914, apresentada pelo Governador Coronel Vidal de Oliveira Ramos ao Congresso Representativo do Estado. Florianópolis, 20 de jun. de 1914.

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada pelo governador Felipe Schimidt ao Congresso Representativo do Estado. Florianópolis, 14 de ago. de 1916.

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada pelo governador Felipe Schmidt ao Congresso Representativo do Estado. Florianópolis, 14 de ago. de 1917.

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada pelo Governador Hercílio Pedro da Luz ao Congresso Representativo do Estado. Florianópolis, 22 de jul. de 1919.

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada pelo Governador Hercílio Pedro da Luz ao Congresso Representativo do Estado. Florianópolis, 22 de jul. de 1920.

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada pelo Governador Hercílio Pedro da Luz ao Congresso Representativo do Estado. Florianópolis, 22 de jul. de 1921.

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada pelo Governador Hercílio Pedro da Luz ao Congresso Representativo do Estado. Florianópolis, 16 de ago. de 1922.

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada pelo Governador Hercílio Pedro da Luz ao Congresso Representativo do Estado. Florianópolis, 22 de jul. de 1923.

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada pelo Governador Antônio Pereira da Silva e Oliveira ao Congresso Representativo do Estado. Florianópolis, 22 de jul. de 1924.

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada pelo Governador Antônio Pereira da Silva e Oliveira ao Congresso Representativo do Estado. Florianópolis, 22 de jul. de 1925.

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada pelo Governador Adolpho Konder ao Congresso Representativo do Estado. Florianópolis, 11 de ago. de 1929.

SANTA CATARINA. Discurso pronunciado pelo interventor Nereu Ramos na cidade de Itajaí. Síntese de um Triênio de Governo. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 12 de jun. de 1938.

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada pelo Governador Irineu Bornhausen por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1954. Florianópolis: 15 de abr. de 1954.

Santa Catarina – Boletins e Relatórios

SANTA CATARINA. **Relatório.** Relatório dos trabalhos executados na agência do serviço de Economia rural em Santa Catarina, de 1 de fev. de 1940 a 30 de Abr. de 1941.

SANTA CATARINA. **Boletim.** Associação Comercial de Florianópolis. Florianópolis: dez. de 1941, ano 1, nº 8.

SANTA CATARINA. **Boletim.** Associação Comercial de Florianópolis. Florianópolis: jan. de 1942, ano 1, nº 9.

SANTA CATARINA. **Relatório.** Relatório referente ao exercício de 1938 apresentado ao Sr. Presidente da República pelo Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 8 de abr. de 1939.

SANTA CATARINA. **Relatório.** Relatório referente ao exercício de 1941 apresentado ao Sr. Presidente da República pelo Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 24 de out. de 1942.

SANTA CATARINA. **Relatório.** Relatório da Associação Rural de Joaçaba, de 1 de jan. a 23 de nov. de 1952. Florianópolis, 20 de fev. de 1953.

Mensagens ao Conselho Municipal de Cruzeiro

CRUZEIRO. Mensagem e Relatório da gestão dos negócios apresentados ao Conselho Municipal pelo Superintendente Victor Felipe Rauen. Cruzeiro, Santa Catarina, 1923.

Mensagens ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio.

BRASIL. RELATÓRIO GOVERNO FEDERAL. Relatório apresentado pelo Dr. José Luiz S. Bulhões Carvalho, Diretor Geral de Estatística ao Dr. Ildefonso Simões Lopes, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro: Typografia Estatística, 1921.

Ministério da Agricultura. Departamento Nacional de Produção Vegetal. **Sessão de Fomento Agrícola em Santa Catarina.** Relatório referente aos trabalhos agrícolas. Responsável: Fausto Ferreira da Luz, Florianópolis, 10 de jan. de 1942.

Mensagens ao Presidente da República

BRASIL. RELATÓRIO GOVERNO FEDERAL. Relatório apresentado pelo Dr. Pedro de Toledo, Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio ao Presidente da República Hermes da Fonseca. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912.

BRASIL. RELATÓRIO GOVERNO FEDERAL. Relatório apresentado ao Presidente da República Epitácio Pessoa pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil: 01 de Setembro de 1920. Rio de Janeiro: Tipografia estatística, 1922.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Trabalhos realizados em 1938. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura Fernando Costa. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Serviço de Publicidade Agrícola, 1939.

Mensagens do Presidente da República ao Poder Legislativo

BRASIL. Mensagem apresentada ao Poder Legislativo pelo Presidente da República Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 3 de Maio de 1937.